

Conselho Consultivo - Fundação Renova

CADERNO 02 - REGISTRO DAS ATIVIDADES



O relatório “Nas Águas do Rio Doce – Dois anos de trabalho e aprendizado navegando pelas águas turvas da tragédia de Fundão” expõe o trabalho do Conselho Consultivo da Fundação Renova ao longo de dois anos (2017 e 2018) na incansável busca por auxiliar no desenvolvimento e execução dos projetos de recuperação e reparação da bacia do Rio Doce, após o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, MG.

Este relatório foi dividido em dois cadernos, para melhor organização e facilidade de leitura do conteúdo.

O “**Caderno 1 ≈ O Curso do Rio ≈ Registro da Trajetória**” contém a narrativa sobre a experiência vivenciada pelos conselheiros durante seu trabalho. Menos atento à cronologia dos fatos e minúcias documentais (sem, no entanto, menosprezá-las) e mais à riqueza das experiências, viagens, debates e propostas apresentadas, o Caderno 1 recria uma trajetória, utilizando a metáfora do caminho percorrido por um rio (que pode ser o Doce, como pode ser tantos outros espalhados por Minas Gerais, Espírito Santo, Brasil...), desde o seu nascedouro até o desaguadouro.

O “**Caderno 2 – Registro das Atividades**” é documental: nele estão informações, dados, atas (resumidas) de reuniões, relatórios de viagens, entre outros documentos, que comprovam e

relatam ações e atividades exercidas pelo Conselho Consultivo ao longo dos dois anos de recorte deste relatório. É um material de consulta, desenvolvido para ser utilizado de forma complementar ao Caderno 1. Sempre que a narrativa do Caderno 1 se basear em informações que estão devidamente documentadas, haverá um indicativo de onde encontrar o documento em que constavam tais informações no Caderno 2.

A decisão por organizar o relatório dessa forma buscou priorizar uma narrativa fluida e de agradável leitura, que não fosse constantemente interrompida por comprovações documentais dos fatos e ocorridos. Uma narrativa que pudesse demonstrar a essência das experiências vividas sem, no entanto, deixar de comprovar que todas essas vivências aconteceram em atividades registradas e documentadas e o conteúdo da narrativa está sincronizado com esses documentos.

Nas páginas a seguir, encontra-se o Caderno 2, com as informações e documentos indicados ao longo do texto do Caderno 1. Ambos os cadernos podem ser acessados online no endereço: www.fundacaorenova.org

Boa leitura!

SUMÁRIO

1.	Constituição do Conselho Consultivo.....	07
2.	Atas de Reunião do Conselho Consultivo.....	09
3.	Relatórios de Viagens.....	56
5.	Recomendações do Conselho Consultivo e respectivas respostas	88
6.	Cartas.....	150
7.	Relatórios.....	154



Constituição
do Conselho Consultivo

LISTA DE CONSELHEIROS

CONSELHO CONSULTIVO		
#	Entidade Representada	Nomes
1	CBH Rio Doce	Senisi de Almeida Rocha Humberto Savelli Batista Gomes
2	CBH Rio Doce	João Lages Neto
3	CBH Rio Doce	José Geraldo Rivelli Magalhães Sônia Madali Boseja Carolino
4	CBH Rio Doce / Universidade Vale do Rio Doce	Hernani Ciro Santana
5	CBH Rio Doce / Fundação Pro-Tamar	Carlos Alberto Sangália
6	Comitê Interministerial para Recursos do Mar	Ubalдина Maria da Costa Isaac
7	Comitê Interministerial para Recursos do Mar	Tarcísio José Foeger
8	Especialista (indicação MPF)	
9	Especialista (indicação MP MG e ES)	Alceu Torres Marques
10	Especialista (indicação Conselho Curador)	Cláudio Bruzzi Boechat (Coordenador do Conselho Consultivo)
11	Especialista (indicação Conselho Curador)	Aline Gonçalves Louzada
12	Especialista (indicação CIF)	Igor Rodrigues de Assis
13	Comunidade Mariana (MG - indicação CIF)	Hugo Stefanio Carvalho Carneiro Geraldo Gonçalves de Carvalho
14	Comunidade Rio Doce (MG - indicação CIF)	Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza
15	Comunidade (MG - indicação CIF)	Rogério Pena Siqueira
16	Comunidade Povoação (ES - indicação CIF)	Andrea Aparecida Ferreira Anchieta
17	Comunidade Regência (ES - indicação CIF)	Élcio José Souza de Oliveira

• Os nomes marcados de vermelho são de conselheiros que já não estavam mais atuando no Conselho Consultivo ao final de 2018, quando este relatório foi desenvolvido.

The background features a river with white-water rapids in the lower half. The upper half is dominated by a vibrant, abstract, watercolor-like pattern in shades of blue, teal, and green, with some purple and brown streaks. A semi-transparent green rectangular box is centered over the upper portion of the image, containing the title text.

Atas de Reunião
do Conselho Consultivo

1ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 08/fev/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha.

Convidados:

Roberto Silva Waack, Diretor Presidente da Fundação Renova; Marcelo Eduardo Figueiredo, Diretor de Programas da Fundação Renova; Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova; Maiara Vieira, Advogada da Fundação Renova; e Dra. Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça de Fundações de Belo Horizonte.

Principais pautas e discussões:

- Início formal do trabalho do Conselho Consultivo, juntamente com o Conselho Fiscal da Fundação Renova;
- Parceria da Fundação Renova com a União Internacional para Conservação da Natureza;
- Papel do Conselho Consultivo: fazer a interface da Fundação com a sociedade civil e apoiar e direcionar os projetos da Fundação com a capacidade técnica dos membros do Conselho;
- Necessidade de participação da comunidade na execução dos projetos;
- Metodologia utilizada para realizar o cadastro dos impactados: procedimento reconhecido por órgãos internacionais;
- Programas em desenvolvimento pela Fundação;
- Transferência dos projetos que eram executados pela Samarco para a Fundação Renova.
- Reparos na estrutura de Fundão e responsabilidades sobre possíveis pro-

blemas na estrutura de carreamento dos rejeitos;

- Atualização sobre os reparos emergenciais feitos nas áreas atingidas;
- Programa relacionado a Agronegócios sendo feito de forma contínua e interligado aos demais programas da Renova, executado em mais de 200 propriedades.
- Equipe e plano de comunicação da Fundação Renova: divulgação do que está sendo executado, para que os processos fiquem claros à população.
- Os resultados do trabalho e a divulgação precisam ser claros e efetivos para a população local, antes de se preocupar com a comunidade internacional.
- Trabalhar com vários modelos e soluções de recuperação ambiental, pois a situação exige diversidade também de soluções. Projetos feitos com referenciais, gestão de compliance e eficiência.
- Necessidade de seguir e se referenciar no TTAC, mas existem aberturas para melhorar e mudar conforme o andamento dos programas;
- Ações de compensação, não apenas reparação em relação ao acidente, são obrigação da Renova, sendo ou não desejo das mantenedoras (surto de febre amarela, que não possui ligação com o evento);
- Disponibilização de vagas para a Renova, utilizando o site.
- Papel do Conselho Consultivo, quem delimitou as vagas e o porquê das indicações e de que forma se dará o fluxo de comunicação entre o Conselho Consultivo, o Conselho Curador e a Diretoria da Fundação Renova. Foi feita apresentação sobre a governança da Fundação Renova. Papel do Conselho Consultivo conforme o TTAC, o Estatuto e o Termo de Referência.
- Sugestão de que os Conselheiros tragam contribuições dos meios em que estão inseridos sobre o papel da Fundação Renova, para ser inserido no Termo de Referência do Conselho.
- O Conselho pode emitir pareceres para a Direção da Fundação Renova, de acordo com a expertise dos Conselheiros, para melhorar a gestão e os programas.
- Custeio de viagens, hospedagens e demais gastos dos Conselheiros pela Renova.
- Sugestão e deliberação de que o Coordenador do Conselho participe das reuniões abertas do CIF.
- Sugestão de viagens de imersão a campo para os Conselheiros conheçam o dia a dia do trabalho da Renova.
- Mandato de 2 anos para o Conselho, podendo ser reconduzido a mais 2 anos.

Mandato de 1 ano para o Coordenador, podendo ser reconduzido para mais 1 ano.

- Pedido que os Projetos socioambientais e socioeconômicos sejam apresentados em próxima reunião.
- Explicação a respeito dos cargos e responsáveis dentro da Governança da Fundação Renova.

2ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 10/mar/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha

Convidados:

Marcelo Eduardo Figueiredo (Diretor de Programas da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova), Sr. Luis Fernando Mandella Athayde (Conselho Curador suplente indicado pela mantenedora subsidiária BHB Billiton), Celso Castilho de Souza (Vice-presidente do Conselho Curador da Fundação Renova indicado pela mantenedora principal), Ian Burton Wood (Conselho Curador Titular indicado pela mantenedora subsidiária)

Mesa: Secretário Sr. Guilherme Almeida Tângari

Principais pautas e discussões:

- A reunião do Conselho Consultivo contou com a presença de membros do Conselho Curador da Fundação Renova;
- Foi realizada a eleição da Coordenação do Conselho Consultivo, tendo sido eleito Coordenador o Sr. Cláudio Bruzzi Boechat;

- Foram detalhados a todos os presentes os projetos socioeconômicos e socioambientais desenvolvidos até o momento pela Fundação Renova;
- Foi questionado quando se daria a fase de indenização em Mariana e seus distritos;
- Tratada a dificuldade que os pescadores têm em comprovar as perdas materiais para o programa de indenização;
- Importância dos programas psicossociais para os pescadores afetados e que sua abrangência se estenda a todas as cidades do leito do Rio Doce;
- A necessidade de que o conselho seja efetivamente uma representação da sociedade na Fundação, trazendo suas percepções e interesses;
- Algumas exigências do TTAC podem se demonstrar inexequíveis e os conselhos Curador e Consultivo devem apoiar nesse levantamento e na apresentação de alternativas viáveis;
- A importância de geração de conhecimento a partir da experiência da Fundação Renova;
- Foram apresentadas aos presentes as diretrizes de comunicação e relacionamento da Fundação Renova;
- Foi discutida a necessidade de uso de meios comunicação que consigam chegar as comunidades na ponta, como rádios comunitárias e formas de mídia “não convencionais”, buscando maior efetividade e engajamento. A comunicação é uma preocupação do Conselho Consultivo, já que este traz a perspectiva da sociedade;
- A Fundação Renova deve realizar apresentações nas reuniões dos comitês de bacia, como forma de engajá-los no processo;
- Foi apresentado aos presentes o fluxo de funcionamento da Ouvidoria. Solicitados relatos da ouvidoria nas reuniões seguintes;
- Regência e Povoação são municípios com situações muito parecidas mas tratados de forma diferente pela Fundação Renova. Foi sugerido o envio de um ofício ao Conselho Curador solicitando explicações.
- Apresentado aos presentes o modelo de gestão de programas da Fundação Renova e como se chega às soluções dadas a cada cláusula do TTAC;
- Sugerida a participação de membros do Conselho nos seminários, workshops e eventos da Fundação Renova;

- Foi definido mandato de dois anos para os membros do Conselho Consultivo, com eleição de um vice-coordenador ao final do primeiro ano, que assume a coordenação no segundo ano;
- Debatida a falta de nomeação de membros para o Conselho Consultivo devido à falta de indicação dos integrantes pelos órgãos dispostos no TTAC. Foi sugerido o envio de ofícios reforçando a necessidade de indicação dos membros restantes.

3ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 04/abr/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha / Ausente justificadamente: Sr. Hernani Ciro Santana

Convidados:

Roberto Silva Waack (Diretor Presidente da Fundação Renova), Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova, Maiara Vieira (Advogada da Fundação Renova), Wilson Nélío Brumer (Presidente do Conselho Curador), Ian Burton Wood (Conselheiro Curador Titular indicado pela mantenedora subsidiária), Maurício Martins (Gerente de Engajamento da Fundação Renova), Juliana Machado (funcionária da Fundação Renova), Marcelo Micherif (funcionário da Fundação Renova).

Mesa: Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari

Principais pautas e discussões:

- Abertura oficial com início dos trabalhos do Conselho Consultivo, juntamente com o Conselho Curador da Fundação Renova;
- Intenção é que haja a presença de um membro do Conselho Curador em todas as reuniões para endereçar e direcionar as soluções por meio do Conselho Consultivo;
- É destacada a importância do canal de diálogo formal estabelecido para a aproximação e a comunicação entre os Conselhos.
- Necessidade de completar o Conselho Consultivo a partir das nomeações do Comitê Interfederativo;
- Conselho Consultivo pode trazer a “voz” daqueles que representam a sociedade impactada;
- Foi solicitado aos Conselheiros Consultivos facilitar a interação com a comunidade e a comunicação com todos os envolvidos nas atividades da Fundação Renova;
- O foco principal é atender aqueles que foram impactados;
- O TTAC foi criado em um momento crítico, com pouco conhecimento da proporção dos impactos do evento, sendo prioritário discutir e entender a eficácia das ações da fundação;
- É importante que o Conselho Curador acompanhe e exija os resultados das ações e dos aportes investidos nos projetos;
- O papel do Conselho Curador é fundamental para garantir a consolidação das ações e execuções do ponto de vista de estrutura, processos, questões de compliance e contratações adequadas;
- Foi sugerido que, na próxima reunião, sejam apresentadas as principais decisões tomadas, os pontos relevantes e os desafios enfrentados sob o olhar do Conselho Curador;
- É ressaltada a importância do Conselho Consultivo em tentar atender as necessidades das comunidades e trazer suas demandas à Fundação Renova;
- Solicitado ao Conselho Curador, com máximo de urgência, a indicação de mais um membro para compor o Conselho Consultivo;
- Os problemas e conflitos gerados em programas de indenização nos municípios de Regência e Povoação podem afetar outras regiões e trazer mais consequências à Fundação em longo prazo, impactando nas ações desenvolvidas;

- É necessário trabalhar a comunicação junto à população, para que as informações consigam abranger todos os municípios afetados, evitando uma ruptura maior do tecido e do afeto sociais;
- Para população, Conselheiros representam um sentimento de que as ações estão sendo tomadas;
- Instrumentos de comunicação do Conselho Consultivo para interagir com o Conselho Curador e a Diretoria Executiva se dará por meio de ofícios, recomendações, pareceres e registros em ata;
- Existe a necessidade de buscar estratégias para atender de forma ampla e igual os impactados, deixar claro a eles quais são as formas existentes de indenização;
- Buscar melhores estratégias de atuação junto aos órgãos dentro das comunidades, e de que forma pode-se trabalhar para diminuir os impactos gerados nos municípios atingidos;
- Novas negociações estão sendo feitas por uma equipe de 500 pessoas para cuidar do PIM, acelerar o processo de cadastro e dar continuidade às ações;
- O documento trazido em relação à Regência e Povoação foi entregue formalmente na reunião para que fossem feitas análises às recomendações presentes;
- Conselho Consultivo deve ser mais ágil e não esperar reuniões para dar respostas. Os documentos devem sempre ser enviados previamente para facilitar o debate;
- Apresentação do Plano de Manejo de Rejeitos, sua metodologia e em qual estágio encontra-se;
- É preciso observar de que forma os impactados participam desse plano de manejo de rejeitos e como ele será comunicado e executado pela Fundação Renova;
- É de suma importância o papel do Conselho Consultivo em recomendar ações que possam, de fato, ser efetivas. O Plano de Manejo só ganha legitimidade se os impactados tiverem clareza sobre a real função desses planos e ações;
- Apresentação do mapa de Stakeholders e sua diversificação dentro da Fundação Renova, a partir da visão dos líderes dos programas;
- Questionamentos sobre partes interessadas: quem está sendo representado no Conselho Consultivo nesses grupos de Stakeholders? Já foram detalha-

dos os históricos dos Stakeholders e como eles se comunicam com outros estados e atores?

- Foram apresentadas propostas sobre como a Fundação Renova irá se relacionar com os diferentes tipos de Stakeholders. Exemplo: planos de ação de engajamento e de comunicação;
- Como o Conselho Consultivo pode fazer uma melhor interação com os Stakeholders?
- Sobre o engajamento com os comitês de bacias, a Fundação Renova já vem desenvolvendo trabalhos como fóruns, apresentações nas reuniões, levantamento de pautas e lideranças envolvidas;
- Detalhamento do plano de ação de 2017 relativo aos canais de comunicação da Fundação Renova;
- Acompanhamento de ações das reuniões anteriores e próximas atividades;
- Aprovação do termo de referência
- Foi sugerido que na próxima reunião sejam apresentados os programas de cadastro de impactados e PIM;
- Substituição da reunião que seria em Paracatu de Baixo por visita dos Conselheiros aos locais atingidos e com ações em andamento;

4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 15/Mai/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sra. Aline Gonçalves Louzada / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha

Convidados:

Roberto Waack (Diretor Presidente da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova), Maiara

Vieira (Advogada da Fundação Renova), Luiz Fernando Marques (Funcionário da Fundação Renova), Marcelo Eduardo Figueiredo (Diretor de Projetos da Fundação Renova), Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento da Fundação Renova), Flávio Thimóteo (Funcionário da Fundação Renova), Viviane Menini (Funcionária da Fundação Renova), Gabriel Rossoni (Coordenador do Programa de Indenização “PIM” da Fundação Renova), Melissa Santiago (Coordenadora de Comunicação da Fundação Renova).

Mesa: Secretário Sr. Guilherme Almeida Tângari

Principais pautas e discussões:

- O Conselho Consultivo recebeu um abaixo assinado da Associação dos Atingidos do Município de Regência e região requerendo auxílio emergencial e indenização. O documento foi encaminhado ao Conselho Curador e à Ouvidoria da Fundação Renova;
- O papel do Conselho Consultivo é, além de trazer a perspectiva da sociedade para a Fundação Renova, também ser um canal para levar informações à comunidade;
- Constatada a necessidade de reiterar ao Comitê Interfederativo a necessidade de indicação dos nomes para as vagas faltantes no Conselho Consultivo. Há a necessidade de representar os municípios da divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, além das regiões de Governador Valadares e Mariana;
- Vão surgir dificuldades durante o processo de cadastro, no entanto será preciso reparar as ações que foram tomadas durante o momento de emergência;
- As ações da Fundação Renova estão em andamento, mas não são imediatas, requerem maior tempo para serem estudadas e trabalhadas;
- A imagem do Conselho Consultivo e da Fundação Renova ficam prejudicadas por causa do tratamento diferente dado a comunidades igualmente impactadas;
- A Fundação Renova precisa trabalhar de forma ostensiva para evitar estelionatários;
- Sugerido um projeto de eco fogão no âmbito do Reassentamento de Bento e a criação de um fundo de investimento junto à cadeia de fornecedores de bens e serviços;
- Foram apresentadas as principais decisões produzidas pelo Conselho Curador e os principais desafios avistados;

- As sugestões enviadas pelo Conselho Consultivo ao Conselho Curador estão sendo analisadas e ainda serão respondidas;
- Foram apresentadas as ações do período chuvoso executadas pela Fundação;
- Foi apresentado o Programa de Cadastro, seu histórico, lições aprendidas e estágio atual. Os conselheiros puderam sanar suas dúvidas;
- Foi apresentado o Programa de Indenizações. Questionados os índices e programas de indenização além da cidade de Mariana e a falta de ações para Bento, foi respondido que a fase de danos gerais ainda não foi consolidada em razão do cadastro, mas que existem programas estruturados para as áreas impactadas;
- Apresentada a Matriz de Stakeholders vs. Produtos de Comunicação da Fundação Renova e demonstrada a forma de atuação da área de comunicação. O cronograma da Matriz também foi tratado;
- Apresentado aos presentes o canal de Ouvidoria da Fundação Renova;
- Solicitado um esclarecimento acerca do novo cenário após liberação da operação da Samarco. Foi indicado que este precisa ser solicitado à Samarco, pois foge à governança da Fundação Renova.

5ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 05/Jul/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sra. Aline Gonçalves Louzada / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha

Convidados:

Roberto Waack (Diretor Presidente da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Gestão da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova), Maiara Vieira (Advogada da Fundação Renova), Luiz Fernando Marques

(Funcionário da Fundação Renova), Marcelo Eduardo Figueiredo (Diretor de Projetos da Fundação Renova), Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento da Fundação Renova), Flávio Timóteo (Funcionário da Fundação Renova), Flávio Bulcão (Conselheiro Curador da Fundação Renova), Luciana Souto (Responsável pela Ouvidoria da Fundação Renova), Vivian Medeiros (Analista de Comunicação da Fundação Renova), Shymena Nunes Guedes (Líder de Programas da Fundação Renova).

Mesa: Secretário Guilherme Almeida Tângari

Principais pautas e discussões:

- Os Conselheiros relataram a visita de campo realizada no dia 04/07/2017 nos locais atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão;
- É necessária uma imersão maior dos Conselheiros. Está sendo construída uma agenda de visitas e expedições;
- Foi sugerido que as pessoas e organizações mais resistentes a aceitar as ações da Renova sejam abordadas para que possam ter uma visão realista da situação;
- A Fundação Renova precisa ir além das ações cobradas pelos atingidos, trazendo também melhorias baseadas em uma visão de longo prazo;
- Foi debatida a viabilização de visitas virtuais às áreas atingidas como uma forma de aproximar o grande público da experiência e conhecimento sobre o rompimento e suas consequências;
- Está sendo criado, em parceria com a UFMG, um serviço de informações móvel que deve ir até as comunidades;
- Ainda há membros a serem indicados para que a completa composição do Conselho Consultivo. O Comitê Interfederativo ainda não se manifestou sobre o assunto;
- Foram esclarecidas ao Conselho as atividades dos programas regidos pelas cláusulas 101 a 106 do TTAC;
- Foram apresentadas as diretrizes do Programa de Economia e Inovação. O debate incluiu formas de fomentar o desenvolvimento para o município e a busca para soluções para o rejeito através de empresas locais;
- Sugerido o apoio da Fundação Renova em pesquisas e ações voltadas para a produção de conhecimento, já que a FAPEMIG estaria com dificuldades em conseguir verbas para esse fim;

- Foi discutido como o Conselho poderia ficar mais presente e próximo dos impactados e ter uma melhor interação com a população atingida;
- Os critérios adotados pela Fundação Renova para cadastrar os elegíveis dificultou o acesso daqueles que de fato foram impactados;
- A Fundação precisa produzir mais informações acerca de queixas e reclamações;
- Sugerido um projeto de eco fogão no âmbito do Reassentamento de Bento e a criação de um fundo de investimento junto à cadeia de fornecedores de bens e serviços;
- A imagem do Conselho Consultivo e da Fundação Renova ficam prejudicadas por causa do tratamento diferente dado a comunidades igualmente impactadas;
- As ações da Fundação Renova estão em andamento, mas não são imediatas, requerem maior tempo para serem estudadas e trabalhadas;
- O Conselho precisa ser mais diretivo e objetivo, gastando menos tempo em assuntos já tratados.

6ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 09/Ago/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza / Sr. Geraldo Carvalho
Ausência justificada de Sra. Aline Gonçalves Louzada

Convidados:

Roberto Waack (Diretor Presidente da Fundação Renova), Guilherme Almeida

Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Gestão da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova), Maiara Vieira (Advogada da Fundação Renova), Marcelo Eduardo Figueiredo (Diretor de Projetos da Fundação Renova), Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento da Fundação Renova), William Ramos Abdalla Sarayedim (Gerente de Engajamento da Fundação Renova), Marcos Fuchs (Gerente de Execução de Programas Socioeconômicos da Fundação Renova), Luciana Souto (Responsável pela Ouvidoria da Fundação Renova), Cristiano Cunha (Líder de Comunicação da Fundação Renova).

Mesa: Secretário Guilherme Almeida Tângari

Principais pautas e discussões:

- Foi informada a chegada de dois novos conselheiros;
- Expostas questões e cronogramas acerca da Festa do Robalo, na cidade de Povoação. Foi respondido que a festa/evento não possui as características necessárias para ser incluída nas cláusulas do TTAC;
- Ainda não há uma política de patrocínio na Fundação Renova;
- O prefeito do município de Linhares solicitou a um conselheiro maior participação da Fundação Renova nas comunidades. Foi respondido que o contato já está sendo feito;
- Há uma demora no apoio e fomento ao turismo na comunidade de Povoação;
- Há uma necessidade de estruturar um programa de turismo dentro da Fundação Renova. Estão sendo feitos estudos e levantamentos antes de iniciar os trabalhos de curto e longo prazo;
- Sugerida a criação de um grupo de discussão em Povoação para apoio. O grupo está sendo formado através das associações de bordadeiras e pescadores;
- Foi sugerida a criação de aberturas maiores dentro da governança para dar mais agilidade aos trabalhos;
- É necessário o desenvolvimento de uma governança social adequada, com maior participação, voz e diálogo na criação dos projetos. Isso é fundamental para que a Fundação Renova seja capaz de responder às governanças externas com ciência e independência;

- Foi discutida a atuação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), com relatos de que não teriam uma atuação boa e favorável, tendo influenciado de forma negativa para que a sociedade não reconheça a legitimidade da Fundação Renova e atrapalhado a indicação de Conselheiros representantes de Minas Gerais;
- A participação do Conselho Consultivo no Conselho Curador é muito importante, inclusive para a tomada de decisões;
- Apenas fazer aportes e apoio ao poder público não é efetivo;
- É necessária uma articulação junto a Prefeitos e Vereadores para deixar clara a diferença entre Fundação Renova e a Samarco;
- Foi relatada uma audiência pública ocorrida em Linhares;
- Foi recomendado que a Fundação Renova procure a Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Aracruz antes de chegar à comunidade, já que este diálogo seria importante para não criar outros problemas;
- Existe um projeto e contrato com a Fundação Pró-Tamar para monitoramento de todo o leito de água, com uma parceria com o ICMBIO;
- Solicitadas mais informações sobre as mudas que a Fundação Renova vem replantando e restaurando. Foi informado que o reflorestamento vem sendo feito na região de Gualaxo e que na nova fase devem ser restauradas as plantações de cacau;
- Foi apresentada a política de apoio a projetos de investimento social, demonstrados os projetos e de que forma esse trabalho vem sendo desdobrado dentro da Fundação Renova;
- É importante que os planos e projetos sejam concebidos a partir da própria comunidade, mas é necessário que passem por uma espécie de edital;
- Temas levantados e apresentados pelo Diretor Presidente: desenvolvimento da estrutura organizacional da Fundação, desenvolvimento e absorção de conhecimentos específicos e compartilhamento com stakeholders, construção contínua de uma governança para atender às demandas dos multistakeholders, soluções não assistencialistas, confiabilidade, sustentabilidade das soluções implantadas, gestão eficaz e eficiente dos recursos, efetividade na comunicação com todos os seguimentos; desenvolvimento ambiental, social e econômico equilibrado;

- Foi sugerida a participação do Conselho Consultivo na construção de Novo Bento;
- Apresentado o MasterPlan da Fundação Renova, demonstrando indicadores e atividades a serem desenvolvidas nos próximos anos;
- Foram explanadas as estruturas do Sistema CIF e das Câmaras Técnicas, com visão e detalhamento de cada Câmara;
- Questionado se há algum monitoramento da reputação e legitimidade da Fundação;
- Foi feita uma apresentação sobre a Gestão de Direitos Humanos e Ouvidoria;
- Foi apresentado o cenário da Gerência de Comunicação para o próximo semestre, com ações, entregas e direcionadores estratégicos;
- A posição da Fundação diante de manifestações agendadas pelo MAB será de respeito e convívio e não será feito qualquer tipo de segurança ostensiva em relação a isso.

7ª REUNIÃO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 04/set/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Senisi de Almeida Rocha / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza / Sr. Geraldo Carvalho

Convidados:

Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Alan Ricardo de Moraes Rigolo (Especialista de Gestão da Fundação Renova), Alexandra Jeronymo (Advogada da Fundação Renova), Marcelo Eduardo Figueiredo (Diretor de Programas e Projetos da Fundação Renova), Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), William Ramos Abdalla Sarayeddin (Gerente de Engajamento da Fundação Renova), Marcus Fuchs (Gerente de Execução de Programas So-

cioeconômicos da Fundação Renova), Álvaro Pereira (Líder do Território 1 da Fundação Renova), Gabriel Rossoni Silva (Líder de Programa de Indenização Mediada da Fundação Renova), José Ricardo Ferreira (Relações Institucionais da Fundação Renova) e Pedro Freitas (Membro do Conselho Curador).

Mesa: Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari

Principais pautas e discussões:

- Início dos trabalhos do Conselho Consultivo com apresentação formal da pauta do dia e dos participantes presentes;
- Confirmada a agenda com a comunidade impactada de Mariana para estabelecer diálogo com o Conselho Consultivo da Fundação Renova;
- Foi alertado que os membros dessa comunidade não reconhecem o TTAC e demonstram resistência à indicação de uma pessoa para participar do Conselho Consultivo;
- A sugestão é que se faça uma reunião de apresentação do Conselho Consultivo para a comunidade e comissão impactada. Proposta é iniciar pela cidade de Rio Doce;
- É apresentado a todos o acompanhamento de ações das reuniões anteriores;
- Após participação da Fundação Renova, poder público e sociedade em seminário promovido pelo Comitê Interfederativo (CIF), ficou entendido que as Câmaras Técnicas vão se fortalecer como grupo técnico de discussão;
- Conselho Consultivo sugere que a Fundação Renova seja mais proativa e, quando oportuno, indique pessoas que precisam ser convidadas para determinadas agendas;
- Foi informado que o Comitê Interfederativo fez elogios aos trabalhos técnicos da Fundação Renova. Outro destaque é que o Plano de Manejo de Rejeitos foi aprovado, além de dois planos relacionados à questão da biodiversidade;
- É de suma importância o conhecimento dos Conselheiros a respeito do Plano de Manejo de Rejeitos, uma vez que o início dos trabalhos irá causar impactos locais;
- Foi sugerido que a Fundação Renova realize um seminário com o Comitê de Bacias para explicar e dar detalhes sobre o referido plano de ação;
- Abordada a temática do Centro de Fusão de Informação da Fundação Reno-

va, foi dito que o espaço físico será apresentado para o Conselho Consultivo em outubro do ano vigente;

- Apresentação da proposta de carta que será enviada ao Conselho Curador sobre o tema “Gestão de Conhecimento”. Nela, é manifestada a importância de trabalhar com conhecimento acadêmico local e realizar reuniões e acordos de cooperação técnica com universidades do Vale na intenção de se tornarem o centro de ponta para solução de problemas;
- Fundação Renova precisa discutir de forma mais estruturada a temática para gerar protocolos. Existe interesse em fomentar a rede para gerações futuras;
- É ressaltada a importância da disponibilização e armazenamento dos dados de produtos produzidos pela Fundação Renova. Fala-se em manter um centro de excelência, com ensino em salas de aula, para aproveitamento das informações pelas futuras gerações. Outro apontamento proposto é criar um processo de gestão do conhecimento;
- Em conversa com a Diretoria Executiva, foi informado aos Conselheiros que existem empresas de auditoria realizando pesquisa de campo e de opinião/satisfação sobre a Fundação Renova na Bacia do rio Doce e região. É necessário que se envie maiores informações para falar precisamente.
- Foi apresentada a manifestação de um grupo de Regência sobre a questão de contratação de mão de obra local. Situação vivenciada pela comunidade será verificada, bem como o fomento de capacitação das pessoas da região;
- Houve proposta para que as reuniões do Conselho fossem gravadas. Foi reiterado pedido à equipe da Comunicação que realize matérias sobre as atuações do Conselho Consultivo, Comitê Interfederativo e Câmaras Técnicas. Foi sugerido que a Fundação Renova realize reuniões com deputados para explicar o que é o Comitê de Bacias;
- Conselho Curador deve atuar em uma frente que trabalhe junto com as mantenedoras a questão das pesquisas de opinião realizadas pela Vale e BHP nas comunidades locais. Fundação Renova não tem como interferir nas ações das mantenedoras;
- Apresentação do Programa de Indenização Mediada (PIM), com informações sobre o estágio das indenizações (danos gerais e de água);
- Oito cidades que ficaram mais de 24hs sem abastecimento de água estão

sendo atendidas pelo PIM. O valor da indenização é negociado individualmente;

- Foi informado que as indenizações das famílias das vítimas fatais já foram todas negociadas. Mariana é o único município que ainda não iniciou cadastro integrado;
- O prazo para pagamento do auxílio financeiro pela Fundação Renova depende de cada situação. Inicialmente, o pagamento será realizado até retomada da atividade econômica do impactado ou retorno de situação similar de sustento;
- Desafios do PIM para os próximos meses: finalizar validação das propostas da política da pesca com a população, iniciar atendimento dos pescadores para indenização final da pesca, validar políticas de indenização no CIF, manter controle contra as tentativas de fraude e posicionamento frente às manifestações dos inelegíveis;
- A indenização direta precisa ser revista, levando-se em consideração a coletividade, para atender a um propósito maior;
- É pedido que se apresente, na próxima reunião do Conselho, os indicativos de adesão ao PIM;
- São apresentadas as diretrizes do reassentamento, com a proposta de manutenção da identidade da comunidade, bem como as ações realizadas em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira até o momento;
- Em atendimento ao TTAC, para apoio nas áreas de saúde e proteção social, a Fundação Renova disponibiliza cerca de 83 profissionais que atuam junto ao SUS de Mariana e Barra Longa;
- Fundação contrata profissional que irá acompanhar questões imateriais, de cultura, memória e identidade dos moradores impactados, objetivando o momento do reassentamento;
- O foco da conversa com a comunidade não atingiu as discussões coletivas, somente individuais;
- A questão da isenção de IPTU para comunidades reassentadas está sendo verificada pelo jurídico da Fundação Renova;
- A possibilidade de jovens das comunidades impactadas não retornarem ao reassentamento é pontuada como um risco e um desafio que deverá ser tratado pela fundação;
- É sugerida uma pesquisa para verificar o indicador de satisfação/eficácia

dos Programas da Fundação Renova;

- É apresentado aos Conselheiros a linha do tempo do processo de reassentamento de Bento Rodrigues. Foi ressaltado que os profissionais contratados no projeto são direcionados para atuar com foco na sustentabilidade;
- O cronograma do reassentamento também depende da atuação dos órgãos públicos. Objetivo é iniciar a supressão vegetal do novo Bento Rodrigues até o final de 2017;
- Avaliação do fluxo da política de apoio a investimentos sociais (demandas estruturantes). Os critérios para realizar análise das demandas que chegarão ao conselho serão formulados conjuntamente;
- É apontada uma certa fragilidade na apresentação dos projetos por grupos oportunistas. Posicionamento é que os projetos devem ser apoiados pela equipe de diálogo da Fundação Renova que atua com a comunidade;
- Projeto piloto de Barra Longa será encaminhado aos conselheiros como base para análise;
- Para constituição integral do Conselho Consultivo, foi feita sugestão para que seja realizado contato com áreas interessadas em preencher as três cadeiras que ainda estão em aberto;
- Foi solicitado que a Fundação Renova apresente os planos de trabalho 2018/2019 para que o Conselho Consultivo possa verificar suas estratégias de representação nas reuniões, e também uma relação com nomes dos conselheiros e prazo do mandato.

8ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 06/out/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Aline Louzada / Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr.

Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza / Sr. Senisi de Almeida Rocha / Sr. Geraldo Gonçalves de Carvalho
Ausência justificada de Sr. Hernani Ciro Santana

Convidados:

Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova), Maiara Vieira (Advogada da Fundação Renova), William Ramos Abdalla Sarayedim (Gerente de Engajamento da Fundação Renova), Vivian de Castro Medeiros (Líder da Comunicação da Fundação Renova).

Mesa: Secretária Maiara Vieira

Principais pautas e discussões:

- Foram relatados os resultados da participação dos Conselheiros na reunião do Conselho Curador;
- Foi feita uma introdução acerca do Programa de Reassentamento;
- O processo de reassentamento deve abranger a questão social daqueles que foram impactados. Há um atraso em razão de “atores” que adentram esse processo;
- Na reunião de dezembro serão ouvidas as comunidades de Regência e Povoação;
- Foram solicitadas ao Conselho Consultivo ideias para a execução do reassentamento;
- O plano de execução do reassentamento será apresentado na próxima reunião, que deve contar com a presença de pessoas responsáveis pelo reassentamento;
- A comunidade de Bento está perdendo suas referências, o que poderia provocar negativa de mudar para Novo Bento. Há uma percepção geral de burocracia e atraso nas entregas;
- Esse atraso seria devido ao respeito às regras burocráticas. Muitas vezes a burocratização do processo parte dos órgãos públicos;
- Em audiência pública foi relatado por um cartório de Mariana que a cada ator que ingressa no processo, ocorrem atrasos e dificuldades;

- Há uma percepção nas comunidades do Rio Doce que as ações ambientais estão sendo realizadas, no entanto, há mais questionamentos sobre a restauração da sociedade, do tecido social;
- Existem muitas dificuldades para que a Fundação Renova consiga atuar nas comunidades. Vários atores têm atrasado as ações, como algumas associações. É necessário que fique claro e transparente à sociedade quem são os responsáveis pelos atrasos;
- A população de Bento começou a receber capacitação para que possam participar como mão de obra na execução do reassentamento. Foi deferida em audiência pública a compra do terreno para Novo Bento;
- Deliberou-se que durante reuniões e oficinas do plano de reassentamento de Bento haverá a participação dos conselheiros consultivos;
- É preciso reconstruir também a sociedade no que tange às tradições, origens e modos de vida;
- Foi asseverado que a quantidade de representantes no Conselho é insuficiente diante do número de atingidos;
- Foram apresentadas ações de Comunicação da Fundação, como um jornal, a Rádio Renova e uma plataforma de divulgação;

9ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 17/nov/2017

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Geraldo Gonçalves de Carvalho / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Ausentes justificadamente: Sra. Aline Louzada, Sr. Ígor Rodrigues de Assis, Sr. João Lages Neto, Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza e Sr. Senisi de Almeida Rocha.

Convidados:

Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova, Maiara Vieira (Advogada da Fundação Renova), William Ramos Abdalla Sarayeddin (Líder de Engajamento e Comunicação da Fundação Renova), Vivian de Castro Medeiros (Líder da Comunicação da Fundação Renova)

Mesa: Secretária: Maiara Vieira

Principais pautas e discussões:

- Abertura dos trabalhos do Conselho Consultivo, formalização das reuniões e apresentação de novos Conselheiros;
- Apresentado o andamento das discussões sobre o projeto Floculantes para Candonga. Tema será explorado na próxima reunião do Conselho Consultivo;
- Relato da participação na reunião do Conselho Curador que ocorreu em 19/10/2017;
- É sugerido o encaminhamento ao Conselho Interfederativo (CIF) de um ofício informando a participação do Conselho Consultivo nas próximas reuniões;
- Para não travar os procedimentos de indenização dentro do PIM, foi deliberado que o Conselho Consultivo irá minutar a petição de esclarecimentos enviada à Fundação Renova;
- Conselheiros solicitam uma explicação sobre o programa de empréstimo junto aos Bancos BDMG/BNDES;
- Foi decidido que nas próximas reuniões seja apresentado o status e o cronograma de cada projeto da foz para conhecimento dos Conselheiros;
- A importância do papel e da força tarefa da Comunicação neste período em que se completa dois anos de rompimento da barragem;
- Antes de iniciar, o processo de reassentamento deve ser levado ao conhecimento das pessoas para que não gere mais confusão e mídias negativas;
- A sugestão de criar um aquário na cidade de Mariana, e outro na foz do rio Doce, é enviada como uma recomendação formal ao Conselho Curador da

Fundação Renova;

- Apresentação acerca do Programa de Reassentamento, seu cronograma e formas de diálogo com as comunidades. Foi ressaltado que se deve primeiramente trabalhar em conjunto com a comunidade para que ela própria se aproprie desse projeto;
- Apresentação sobre a Política de Fornecedores Locais. Foram solicitadas pelos Conselheiros estatísticas em números e valores de contratações locais e comparativos ISS, além de avaliações sobre serviços exclusivos e oportunidades de contratação local;
- Ficou definido que a próxima visita e reunião do Conselho Consultivo será realizada nas comunidades de Povoação e Regência (ES).

10ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 13/dez/2017

Local: Distrito de Regência, município de Linhares (ES)

Participantes:

Sra. Aline Louzada / Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Ausentes justificadamente: Sr. Alceu José Torres Marques, Sr. Ígor Rodrigues de Assis, Sr. Geraldo Gonçalves de Carvalho, Sr. Gustavo Castro Athayde, Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza, Sr. Rogério Pena Siqueira e Sr. Senisi de Almeida Rocha.

Convidados:

João Carlos Tomé (Representante do ICMBio), Paulo Guilherme da Cunha Pereira Rocha (Líder de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Vivian de Castro Medeiros (Líder da Comunicação da Fundação Renova),

Rafaela de Oliveira Teodorico (Analista de Gestão da Fundação Renova), Alan Rigolo (Especialista em Gestão da Fundação Renova) e Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada).

Mesa: Secretária: Sra. Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- Abertura formal dos trabalhos do Conselho Consultivo e apresentação da pauta do dia;
- Contextualização e debate dos projetos que serão executados na Foz do rio Doce;
- Sugerida a criação de um Comitê Local em Povoação para atuar como mediador de diálogo com a Fundação Renova;
- Foi sugerido promover a criação de cargos de Conselheiros Suplentes, e estabelecer a forma de indicação e nomeação destes;
- Recomendações do Conselho Consultivo ao CIF: acelerar os processos do PIM, para atender com maior celeridade as indenizações dos pescadores de subsistência, investigar se há privilégio no pagamento de pescadores que estão sendo assistidos por advogados;
- Foi aprovado recomendar que se estabeleçam formas adequadas de comunicar os parâmetros medidos de qualidade da água do rio Doce e do mar aos habitantes das comunidades da foz;
- Acelerar os processos de indenização dos comerciantes de Povoação, como realizado em Barra Longa e Regência, além de apoiar a viabilização do Projeto Verão no comércio local;
- É recomendado à Diretoria da Fundação Renova que se garanta o cumprimento dos prazos para o término das negociações e indenizações do PIM, sob pena de multa e da possibilidade de grande comoção da população caso os prazos sejam descumpridos;
- O Conselho Consultivo recomenda que a Fundação Renova adeque os meios de informação e acesso ao Cadastro dos Impactados, principalmente para a população de Povoação, que indica dificuldades para acessar internet e mídias sociais. Conselheiros locais relatam falta de informações sobre o andamento de projetos;
- Foi esclarecido que serão realizadas reuniões para repassar tais informa-

ções à comunidade, além da atuação da equipe de diálogo da Fundação Renova e a possibilidade de serem criados painéis de informação;

- Houve indicação de que os Conselheiros locais devem ser convidados a participar de todos os eventos públicos promovidos nas comunidades locais pela Fundação Renova;
- Relato do estágio dos programas e situação dos projetos na foz do rio Doce, tais como: projeto paisagístico, projeto do “Parquinho”, projeto da Passarela e projeto da Horta Comunitária;
- Apresentação dos conceitos e critérios sobre os Fundos de Capital de Giro “Desenvolve rio Doce”, em parceria com BDMG e BANDES;
- O Conselho Consultivo recomenda acelerar os projetos de recuperação econômica e ambiental das ilhas das comunidades ribeirinhas com a retomada da cultura e do cultivo de cacau na região.

11ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 24/jan/2018

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Ausentes justificadamente: Sra. Aline Gonçalves Louzada, Sr. João Lages Neto

Convidados:

Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Marcelo Figueiredo (Diretor de Execução de Programas da

Fundação Renova), Roberto Waak (Diretor-presidente da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Carlos Ribeiro (Gerente Financeiro da Fundação Renova), William Ramos Abdalla Sarayeddin (Gerente de Engajamento da Fundação Renova), Melinda Buckland (BHP Billiton), Juliana Souto (Gerente de Recursos Humanos da Fundação Renova), Andrea Dourzi Seif (Especialista em Governança e Gestão da Fundação Renova), Rafaela de Oliveira Teodorico (Analista de Gestão da Fundação Renova), Vivian de Castro Medeiros (Líder da Comunicação da Fundação Renova), Patrícia Lois (Líder de Infraestrutura da Fundação Renova), Marcus Fuchs (Gerente de Execução de Programas Socioeconômicos da Fundação Renova), Lucas Scarascia (Líder de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Maria Lethícia Mata (Analista de Negociação da Fundação Renova), Danusa Nascimento (Líder de Relacionamento Comunidade da Fundação Renova), Ana Weisz (Líder de Programa Socioeconômico da Fundação Renova) e Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada).

Mesa: Secretária: Sra. Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- Abertura formal da reunião e início dos trabalhos do Conselho Consultivo;
- Apresentação da nova estrutura organizacional da Fundação Renova, com foco nas diretorias e suas respectivas áreas de atuação. Destaque para Diretoria de Engajamento e Participação, cujo objetivo é ampliar a participação das comunidades e o acesso à informação. Mencionada a possível criação de Comitês Locais, por iniciativa do Ministério Público (MP);
- Visão geral do orçamento de 2018, com valores totais previstos, bem como os custos relativos aos programas;
- Contextualização sobre o reassentamento no distrito de Bento Rodrigues. Cronograma não pode ser concluído no prazo devido a uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público. A votação do layout do projeto precisou ser adiada e a regularização dos terrenos é outro aspecto que dificulta seu desenvolvimento. Todos os pedidos da ACP foram aprovados pelo Conselho Curador;
- Recomenda-se que a Fundação Renova deve empregar todos os meios

materiais e jurídicos cabíveis para que seja possível iniciar o licenciamento ambiental e, conseqüentemente, cumprir os demais prazos dos projetos de reassentamento;

- Reporte sobre a atuação do Programa de Indenização Mediada (PIM) na região da Foz do rio Doce. Conselheiros foram informados sobre atendimentos e pagamento das indenizações aos impactados, cuja prioridade são os cadastrados na primeira campanha. Houve questionamentos sobre os critérios para concessão, o dano duplo, a indenização assistida, os procedimentos de comunicação nos casos de negativa, casos de inconsistência no recebimento de auxílio financeiro;
- Leitura do ofício elaborado pela Associação de Pescadores de Regência (ASPER) à Fundação Renova, referente a solicitações ao PIM;
- Esclarecimentos sobre a complexidade nas análises dos danos aos impactados;
- Foi sugerido que casos específicos relativos ao PIM devem ser processados e gerenciados para que tenham uma tratativa e devolutiva individual. Além disso, devem ser trazidas informações concretas à Fundação Renova para que os casos sejam mapeados e solucionados;
- É pedido à diretoria e às gerências devolutivas céleres aos questionamentos dos Conselheiros, que têm se acumulado tanto nas reuniões quanto no grupo de WhatsApp;
- Sugerido também que seja agendada uma reunião entre os Conselheiros e representantes do PIM;
- Apresentação sobre a restauração das propriedades rurais afetadas por deposição de rejeitos (de Mariana à Candonga). Foram informados os objetivos do programa, o que já foi realizado e as estratégias para as próximas fases. Para certificar que a implantação do processo “ISA” seja eficaz, foi sugerido que outro critério seja analisado em paralelo;
- Questionamento sobre o Plano Piloto do manejo de rejeitos. Deliberou-se que o tema será tratado na reunião de março/2018;
- Conselheiros foram informados sobre o novo presidente do CIF e orientados a comunicar formalmente à Governança sempre que houver desejo de incluir novos assuntos na pauta das reuniões do Comitê.

12ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 28/fev/2018

Local: Governador Valadares (MG)

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Alceu José Torres Marques / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza / Sr. Rogério Pena Siqueira

Convidados:

Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Marcelo Figueiredo (Diretor de Execução de Programas da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Marcelo Belisário (Presidente do Comitê Interfederativo), José Carlos Carvalho (Coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova), Thomás Lopes Ferreira (Gerente de Território da Fundação Renova), Rodrigo Kuyumjian (Gerente de Território da Fundação Renova), Clarice Strauss (Especialista de programa socioambiental - Gestão da água da Fundação Renova), Danusa Nascimento (Líder de Relacionamento Comunidade da Fundação Renova), Sérgio Kuroda (Gerente de Território da Fundação Renova), Mariana Azevedo (Gerente de Território da Fundação Renova), Luciane Martins (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce), Rafaela de Oliveira Teodorico (Analista de Gestão da Fundação Renova), Flávio Pires (Líder de programa socioeconômico - Aduora da Fundação Renova), Alexandre Moreira (Coordenador da obra da adutora da Progren), Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada externa da Fundação Renova).

Mesa: Secretária: Sra. Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- Início formal dos trabalhos do Conselho Consultivo, pauta do dia, atividades previstas para o mês e apresentação de convidados;
- Foi sugerida aos Conselheiros uma alteração na dinâmica das reuniões do Conselho Consultivo, de modo que as ordinárias ocorram de dois em dois meses e as visitas às comunidades sejam feitas à parte, sem necessidade de quórum;
- Apresentação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) a respeito de sua estrutura de governança, gestão de recursos hídricos, programas executados e prioritários;
- Andamento do programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos com a exposição dos principais objetivos, evolução no ano de 2017, de como será o fluxo dos repasses, as fases do programa e a forma de acompanhamento dos projetos, valores repassados para cada município, número de projetos apresentados ao CIF e os já aprovados;
- Além do repasse dos recursos será dado apoio técnico, sendo que a Fundação Renova auxiliará na capacitação técnica dos municípios para execução de processos licitatórios, projetos, obras, etc. Foi indicado a criação de fóruns e capacitação nos cursos profissionalizantes que envolvem o tema saneamento;
- Sobre o projeto da nova adutora que será implantada em Governador Valadares, foi debatido entre Conselheiros os principais pontos de atenção para o empreendimento. A obra tem previsão de início para agosto de 2018 e término em dezembro de 2020, e que já foram iniciados os processos de outorga, licenciamento e autorizações ambientais;
- Principais questionamentos sobre o projeto de captação alternativa: recursos destinados para obra poderiam ser investimentos para melhorar a eficiência das estações de tratamento de água existentes no município e reduzir as perdas e desperdícios atuais do sistema de tratamento; existe um fator social e político que induz a execução da obra; empreendimento gera impactos ambientais; os custos da operação são maiores que o da operação pelo rio Doce - e serão repassados aos usuários; deve haver investimentos para conscientização da população de que a água do rio Doce é tratável e pode ser distribuída com qualidade. Pauta será debatida na próxima reunião do Conselho;

- Ficou acordado que cada Conselheiro elabore um parecer e uma análise preliminar sobre a minuta do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do MP estadual, que foi distribuída para os representantes da comunidade de Rio Doce para discutir sobre suas assessorias técnicas;
- Foi comunicado que a Fundação de Parques Municipais e Zoológica de Belo Horizonte está à disposição para realizar parcerias com a Fundação Renova e que a Casa Civil do Governo de MG solicita o envio de um relatório do andamento das diretrizes feitas pela assessoria técnica Cáritas para o reassentamento de Bento Rodrigues;
- Apresentação do ofício da Associação de Pescadores de Regência enviado ao Conselho Consultivo em que trata da lista de pessoas que ainda não foram atendidas pelo PIM e/ou auxílio financeiro
- É feita solicitação que sejam reavaliados os casos de algumas famílias de Povoação que não tiveram o impacto reconhecido ou que ainda não foram analisados, sendo necessário rever alguns critérios de análise do cadastro levando em conta os costumes de cada região. Outro ponto sugerido é que a Fundação Renova auxilie a população na regularização dos documentos exigidos para que se consigam comprovar os impactos. Foi pedido apoio para aumentar a estrutura da escola local e implantar Educação de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade.

13ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 01/mar/2018

Local: Governador Valadares

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. João Lages Neto

Convidados:

Andrea Aguiar Azevedo (Diretora de Desenvolvimento da Fundação Renova), Marcelo Figueiredo (Diretor de Execução de Programas da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Marcelo Belisário (Presidente do Comitê Interfederativo, Flaminio Guerra (Vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e do Comitê Interfederativo), José Carlos Carvalho (Coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova), Clarice Strauss (Especialista de programa socioambiental – Gestão de Água da Fundação Renova), Josemar Ramos (Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Governador Valadares), Rodrigo Kuyumjian (Gerente de Território da Fundação Renova), Luciane Martins (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce), Thomás Lopes Pereira (Gerente de Território da Fundação Renova), Rafaela de Oliveira Teodorico (Analista de Gestão da Fundação Renova), Danusa Nascimento (Líder de Relacionamento Comunidade da Fundação Renova), Sérgio Kuroda (Gerente de Território da Fundação Renova), Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada Externa da Fundação Renova).

Mesa: Secretária Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- A nova estrutura da Fundação Renova foi apresentada aos presentes, mencionando os gerentes de território e a sua forma de atuação junto à comunidade. Os gerentes se apresentaram e discorreram sobre as características e desafios de seus territórios;
- Solicitado apoio dos gerentes de território da região de Mariana e Barra Longa para tratar do projeto de Flocculantes;
- Sugerido que os gerentes de território mantenham contato com os diretores dos Comitês de Bacias Hidrográficas para melhor a integração destes com a Fundação Renova;
- Nessa reunião o objetivo é alinhar o trabalho dos CBH com a Fundação Renova, delimitando os escopos de atuação de cada um;
- É preciso identificar as demandas para atuação conjunta entre CBH e Fundação Renova. As câmaras técnicas podem potencializar as ações da Fundação, como no exemplo do programa de saneamento e resíduos sólidos;

- Há necessidade de criar um fluxo de informações entre os CBHs e entre estes e o Comitê Interfederativo, suas câmaras técnicas e a Fundação Renova;
- A Fundação Renova esteve em Brasília para tratar do tema qualidade da água. Foi proposto um plano de trabalho da comunicação da qualidade da água juntos aos comitês de bacia, para conscientização da população;
- Foi esclarecida a governança instituída pelo TTAC, foi esclarecido que o CBH-Doce tem legitimidade para requerer maior participação nas câmaras técnicas e no CIF;
- É preciso haver mais divulgação das ações do CIF para a população;
- Foi contextualizada a atuação dos CBH e suas competências definidas pela lei 9.433/97. Foi ressaltada a potencialização de investimentos de recursos para implementação de ações nas bacias, não só nos 39 municípios elencados no TTAC, mas em todos que integram a bacia;
- Foi discorrido sobre o CBH-Doce e os programas que estão sendo implementados na bacia atualmente. O plano diretor será rediscutido com todos os agentes para que os programas do TTAC possam ser inseridos de forma a contribuir com o plano;
- Foi relatado o amadurecimento da relação com os CBH no que tange os programas de saneamento, restauração florestal, recuperação de nascentes e usos da terra;
- Foi sugerido que o Conselho Consultivo atue como um elo para acompanhar a institucionalização da relação entre os CBHs e Fundação Renova;
- É importante que todos os programas da Fundação Renova sejam apresentados para todos os CBH, para auxiliá-los positivamente na revisão do plano gestor;
- Não há necessidade de assinatura de um instrumento jurídico para cooperação, mas é importante elaborar um instrumento institucional para a participação dos doze CBH;
- O projeto da adutora da captação alternativa de Governador Valadares será discutido em outro fórum, tendo em vista a complexidade do tema.

14ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 22/mar/2018

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Igor Rodrigues / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

Daniela Reis (Líder de Comunicação com as Comunidades da Fundação Renova), Lígia Pereira (Gerente de Território da Fundação Renova), Sérgio Kuroda (Gerente de Território da Fundação Renova), Pedro Ivo Diógenes (Analista de Programas Socioambientais da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Seif (Especialista em Governança da Fundação Renova), Camila Figueiredo (Analista de Governança da Fundação Renova), Alan Rigolo (Especialista em Gestão da Fundação Renova), Rafaela de Oliveira Teodorico (Especialista em Gestão da Fundação Renova), Deivisson Campos e Felipe Bruschi (Supervisores de Negociação PIM), Felipe Drummond (Analista de Programa Socioambiental da Fundação Renova) e Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada Externa da Fundação Renova), Carolina Marques (Representante da IUCN), Francisco Barbosa (Membro do Painel do Rio Doce), Hubert Roeser (Membro do Painel do Rio Doce), Yolanda Kakabadse (Membro do Painel do Rio Doce), Luiza Alonso (Membro do Painel do Rio Doce), Keith Algh (Membro do Painel do Rio Doce), Luis Sanchez (Membro do Painel do Rio Doce) e Maria Cecília Wey Brito (Membro do Painel do Rio Doce).

Mesa: Secretária Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- Relatada a atividades do Conselho Consultivo de acompanhamento da visita do presidente da BHP Billiton a Mariana. A repercussão da viagem foi positiva

para a BHP Billiton. Foi sugerido que os próximos convites sejam estendidos a todos os membros do Conselho;

- A gerente de território de Mariana se apresentou a todos e respondeu a questionamentos;
- Foram expostos os objetivos e formas de atuação da Comunicação com Comunidades;
- Apresentado o painel de acompanhamento das reuniões anteriores e das recomendações anteriormente emitidas pelo Conselho Consultivo;
- Expostas sugestões de texto para novas recomendações do Conselho Consultivo à Fundação Renova e ao CIF:

(i) dar celeridade máxima à implementação de um programa de capacitação dos gestores e operadores dos sistemas municipais de tratamento de água e esgoto ao longo da bacia hidrográfica. E que este programa seja amplamente divulgado no meio acadêmico dos municípios que serão beneficiados, indicando como exemplo a criação de fóruns e a capacitação nos cursos profissionalizantes que envolvem o tema saneamento (REC CCO 02/2018);

(ii) criar um grupo de trabalho para desenvolver proposições e convencimento de atores quanto a alternativas mais consistentes dos pontos de vista técnico, social, educacional e econômico, para uso do orçamento definido para a construção de fontes hídricas alternativas, em especial e mais urgentemente a adutora em Governador Valadares (REC CCO 03/2018);

(iii) trabalhar com os órgãos do Poder Público, nas três esferas, direta e indiretamente envolvidos com uso de água, e em especial com os comitês da bacia hidrográfica do Rio Doce, para estruturar um grande, robusto e consistente programa de educação objetivando construir uma nova imagem do Rio Doce, como a principal e, em alguns casos, a única fonte de água para as populações da sua calha (REC CCO 04/2018);

(iv) capacitar os novos gestores de territórios no que diz respeito a revisão de processos e adoção de procedimentos padrões, tendo em vista, especialmente, as questões recorrentes e estabelecer procedimentos para interação dos gerentes de território com os conselheiros, com o Conselho Consultivo e com os CBH da bacia do Rio Doce (REC CCO 05/2018);

(v) disponibilizar tempo na pauta de reuniões do CIF para temas do

Conselho Consultivo. Adicionalmente, garantir a realização de reuniões ou audiokonferências entre Conselho Consultivo, CIF e Governança da Fundação Renova, para alinhamento prévio do conteúdo a ser apresentado na reunião do CIF (REC CCO 06/2018);

(vi) estabelecer um pacto entre o CIF, Fundação Renova e o CBH-Doce, contendo os pilares de uma relação que permita articular as ações da Fundação Renova e dos doze CBH que compõem o CBH-Doce, de forma a promover o fortalecimento de suas ações em conjunto, com visão de longo prazo e que contemple o desenvolvimento sustentável da bacia (REC CCO 07/2018);

(vii) iniciar, em parceria com o CBH Doce e demais Comitês da Bacia, debates com órgãos de governo para promover, numa segunda fase, a restauração dos rios tributários a montante da calha e à região do desastre, objetivando ampliar a oferta de água de boa qualidade por meio de ações efetivas de proteção das áreas de recarga. Para tanto estudar a criação de programas de incentivo à recuperação dessas áreas, por meio da remuneração dos serviços ambientais e da produção de água, sendo uma medida passível de monitoramento, a vazão atual da propriedade, antes do programa, e a vazão de cada ano da remuneração (REC CCO 08/2018);

(viii) iniciar o quanto antes o atendimento dos produtores rurais, rever o cadastro dos atingidos e realizar o pagamento de indenizações. Acelerar e melhorar a reconstrução de equipamentos destruídos nas propriedades rurais (REC CCO 09/2018);

(ix) distorções nos pagamentos do PIM são recorrentes e citadas em todos os contatos com atingidos realizados até agora. Recomenda-se: averiguar denúncias de cadastramentos de falsos pescadores; averiguar o motivo da suspensão do pagamento dos cartões de indenização por água; avaliar os valores pagos como indenização por água; suspender o pagamento do auxílio emergencial em caso de comprovação das denúncias de falsos atingidos (REC CCO 10/2018);

(x) reavaliar os critérios e processos adotados para o reconhecimento dos ilheiros para fins de indenização, de forma a preservar seus direitos, mesmo que difusos e informais (REC CCO 11/2018);

(xi) incluir, no Programa Retomada das Atividades Agropecuárias, o estímulo e mesmo o apoio ao uso de açudes e barragens para reter água nas

propriedades (REC CCO 12/2018);

(xii) recomenda-se estudar a aceitação de documentos alternativos que possam servir de comprovação, como por exemplo o procedimento do INSS e outras instituições para o reconhecimento da UNIÃO ESTÁVEL. Considerar a possibilidade de assumir os custos de emissão dos documentos comprobatórios nos cartórios. Estabelecer critérios de reconhecimento uniformes em todo o território. Casos omissos ou específicos deverão ser tratados pelos gerentes de território, e encaminhados para as áreas responsáveis na Fundação Renova, para fins de uniformização de critérios nos demais territórios (REC CCO 13/2018);

- Foram debatidas as sugestões de alteração de texto da segunda versão do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC 2.0), no que diz respeito ao funcionamento do Conselho Consultivo;
- Foi informado sobre a troca da diretoria executiva de programas e sobre o processo de transição da nova diretoria;
- Apresentado o plano de manejo de rejeito, com informações sobre os seguintes pontos: o plano de comunicação do programa, as matrizes e critérios de avaliação para tomada de decisão sobre o manejo de rejeitos em cada um dos trechos que dividem a extensão da área impactada e seus respectivos contextos, apresentação da área piloto (trecho 08) para aplicação do plano e as soluções elencadas para esse trecho. O Conselho Consultivo recomendou a implementação de ações visando uma maior interação entre os membros do Conselho Consultivo e os Gerentes de Território da Fundação Renova, para auxílio com o plano de comunicação do Programa de Manejo de Rejeitos;
- Em apresentação sobre a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), foi discutido sobre a forma que a instituição trabalha e a formação do Painel do Rio Doce, em setembro de 2017. Sobre o Painel, foram apresentados os seus objetivos, as regras básicas para o engajamento entre a IUCN e a Fundação Renova, a governança tanto do painel independente quanto da IUCN, as conclusões preliminares do painel acerca da bacia do rio Doce e as suas linhas básicas de ações;
- Foi esclarecido que o painel analisará a atuação dos programas para orientar/aconselhar a Fundação Renova nas tomadas de decisões. Eles analisaram os 42

programas do TTAC e estão redigindo um relatório e, que, a partir daí, aconselharão readequações, se for o caso. A competência do Painel se limita aos programas socioambientais e os aconselhamentos são a partir de dados científicos;

- Foi indagado sobre o ponto de vista do Painel em relação ao englobamento de toda a bacia hidrográfica no exame que tem sido realizado. Foi explicado que, por própria definição legal, a bacia é uma unidade de gestão, na qual todos os aspectos relacionados a ela precisam ser considerados como um todo, deixando claro que, apesar das formas de atuação serem diferentes e/ou pontuais ao longo da bacia, a visão e a análise que o Painel fará sobre todas elas levará em conta o conjunto: da cabeceira à foz, considerando, ainda, seus tributários;

- Há um contrato entre Fundação e IUCN, mas é a IUCN que coordena o painel. O Painel não faz parte do sistema de governança da Fundação Renova, portanto, não estão limitados aos 42 programas do TTAC, assim podem analisar as ações de forma mais integradora, visando que a restauração possa ser de longo prazo. A principal contribuição do Painel é trazer experiências e ideias que permitam melhorias na reparação dos impactos;

- Foi discutido o pagamento por serviços ambientais (PSA), com apresentação da contextualização do programa, seus objetivos, o modelo operativo do programa e a unidade gestora regional;

- Sobre a atuação dos comitês de bacia hidrográficas (CBHs), foi afirmado que está havendo muita parceria entre os programas de reparação da Fundação Renova e os comitês. Foi explicado o que será considerado como serviço ambiental e quais são as quatro modalidades passíveis de remuneração. Foi sugerido que também se considerasse entre eles a vazão de água das propriedades. Como resposta, foi dito que este não é um bom indicador de remuneração, já que é difícil mensurar a recuperação realizada na área somente a partir dele, e que, inclusive, não é utilizado como critério de remuneração pelo Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas (ANA);

- Foi discutida a indicação de membro do conselho consultivo para a presidência da unidade gestora. Argumentou-se que a coordenação dessa unidade gestora não caberia a um integrante do Conselho Consultivo, pois tal função seria executora do programa, o que ultrapassaria a competência do Conselho Consultivo. Ficou definido que o tema será debatido posteriormente;

- Ficou definido as reuniões do Conselho Consultivo permanecerão aconte-

cendo de forma mensal e as visitas de campo passarão a ser realizadas de forma suplementar, sem necessidade de quórum;

- A partir de um caso concreto, foi debatida a indenização de pesca. Apresentado um ofício da Associação dos Pescadores de Regência (ASPER) direcionado à Fundação Renova e ao Conselho Consultivo. Muitos pescadores que se declaram profissionais não possuíam documentos que os comprova como tal, uma vez que o Estado não os estava emitindo à época do rompimento da barragem de Fundão. Foi esclarecido como foi construída a política de pesca para a indenização. Ficou definido que haverá nova reunião entre a equipe técnica do Programa de Indenização Mediada (PIM) e os membros do Conselho Consultivo para tratar do assunto;

- Recomendada a criação de uma comissão formada por representantes da Fundação e do Conselho Consultivo para discutir a política de indenização de pesca. Dentre os assuntos a serem discutidos, recomendou-se considerar a possibilidade de aceitação de documentos alternativos ao RPG para validação do cadastro de profissionais da Pesca;

- Recomendada a promoção de maior interação entre os membros do Conselho Consultivo e os Gerentes de Território da Fundação Renova, para que estes possam auxiliar na implementação do plano de comunicação do Programa de Manejo de Rejeitos. Adicionalmente, recomendou-se apresentar aos Comitês de Bacia – CBHDoce o Plano de Manejo de Rejeitos e convidá-los a participar das ações do Programa no que diz respeito à comunicação com agentes locais.

15ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 24/abr/2018

Local: Belo Horizonte (MG)

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

Andrea Seif (Especialista em Governança da Fundação Renova), Sara Juarez Sales (Gerente de Programas Socioambientais da Fundação Renova), José Carlos Carvalho (Coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Lucas Sardinha (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova – Cadastro de Impactados), Lígia Pereira (Gerente de território da Fundação Renova), Cynthia Hobbs (Diretora de Planejamento e Gestão da Fundação Renova), Carlos Cenachi (Líder de Governança de Projetos da Fundação Renova), Maria Lethícia Mata (Analista de Negociação da Fundação Renova – Indenização PIM), Felipe Cavalcante Santos (Supervisor de Negociação da Fundação Renova – Indenização PIM), Deivisson da Silva Campos (Supervisor de Negociação do PIM da Fundação Renova), Thomás Ferreira (Gerente de Território da Fundação Renova), Fernando Cavalcanti (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Carlos Henrique Ribeiro (Gerente Financeiro da Fundação Renova), Gustavo Salles Nappo (Especialista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), William Sarayeddin (Gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova), Viviane Aguiar (Advogada da Fundação Renova), Dihego Pansini de Souza (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Heloisa Helena Vasconcelos (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Rafael Sânzio (Especialista de Comunicação da Fundação Renova), Daniela Reis (Líder de Comunicação com Comunidades da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Camila Figueiredo (Analista de Governança da Fundação Renova), Rafaela de Oliveira Teodorico (Analista de Gestão da Fundação Renova) e Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada externa da Fundação Renova). Luiz Fernando Gronau e Rafael Marchi (representantes da empresa de auditoria Alvarez & Marsal), Carlos Epitáfio e Alexandre Benevides (representantes da Synergia), Mauro Telles e Bianca Valente (representantes da Alelo).

Mesa: Secretária Sra. Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- Início dos trabalhos do Conselho Consultivo com a apresentação das pautas do dia;

- Até o presente momento, não será necessário uma indicação do Conselho Consultivo para a coordenação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Foi pedido que mantenham o Conselho atualizado quanto ao andamento do PSA. A discussão sobre o projeto de gestão do conhecimento está avançando e haverá reunião com a diretoria da Fundação Renova no mês de maio para tratar do tema. É estudada a possibilidade de capacitação de todos os Conselheiros. O texto aprovado na última reunião sobre o TTAC Governança foi encaminhado ao Procurador, sendo solicitada uma agenda com o mesmo para debate sobre o assunto. Ficou definido também que ocorrerão reuniões mensais entre os Conselhos Consultivo e Curador e o presidente do Comitê Interfederativo (CIF);

- Foi destacado que o Conselho Curador verificará os pontos levantados pelo Conselho Consultivo sobre a captação alternativa a ser implantada no município de Governador Valadares;

- Discussão sobre um projeto de pesquisa piloto para o repovoamento de peixes e seu monitoramento no Rio Doce;

- Sobre a declaração de conflito de interesses, foi detectado que o Sr. Rogério Siqueira, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES e um dos membros do Conselho Consultivo, não pode ser intermediador entre qualquer assunto financeiro envolvendo a ABES e a Fundação Renova;

- Painel de acompanhamento das reuniões anteriores e das recomendações emitidas pelo Conselho Consultivo. Quanto à recomendação nº 02/2018, referente à capacitação dos municípios no âmbito do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos, é sugerido que fossem feitas parcerias com instituições de ensino para capacitar o corpo técnico dos municípios;

- Ata da reunião anterior, de 22 de abril de 2018, foi aprovada sem discordâncias;

- Apresentação da nova diretora da Fundação Renova, sendo sugerido para pauta da próxima reunião do Conselho a exposição da nova estrutura da diretoria, como será sua plataforma de atuação e objetivos com os processos da Fundação Renova;

- Esclarecimentos no âmbito do Programa de Indenização Mediada (PIM): a auditoria externa contratada concluiu que não há priorização de pagamentos a impactados na Foz do rio Doce pelo fato de estarem assistidos por advogados.

Foram apresentados os objetivos da auditoria, a metodologia usada nas análises e o fluxo do programa em aspectos gerais. Os Conselheiros solicitaram relatório desta auditoria, o que será verificado pela Fundação Renova;

- Panorama sobre o processo de definição dos programas socioeconômicos e socioambientais pela Fundação Renova. Foi sugerido que os projetos sejam apresentados ao Conselho Consultivo antes de serem enviados para aprovação do CIF, para que o Conselho possa atuar de forma preventiva, e não de forma mitigatória após projetos já aprovados pelas câmaras técnicas. Acrescentou-se, ainda, que a nova redação que está sendo discutida para o TTAC prevê que a composição do CIF seja mais paritária, tendo maior presença e participação dos impactados, inclusive, com direito a voto. Mencionado os próximos passos para definição dos programas, dentre eles: reunião intercâmaras e seminário técnico. Foi recomendada a participação dos Conselheiros nesse seminário;

- É ressaltada a importância de que o Programa de apoio à saúde física e mental da população impactada seja prorrogado e que inclua outras áreas impactadas além de Mariana;

- Explicações sobre como funciona o sistema de governança externa da Fundação Renova, informando que há reuniões mensais entre Fundação Renova e câmaras técnicas, além das reuniões mensais do CIF;

- É recomendado para a Diretoria criar um grupo de diálogo para tratar os casos identificados de pagamentos indevidos (duplicados) do auxílio financeiro emergencial (AFE) entre os seguintes agentes: instituição financeira envolvida nas transações, Alelo, Fundação Renova (incluindo Gerentes de Território), comissões das comunidades locais e as 25 pessoas envolvidas nos casos de pagamentos indevidos. Como a Fundação Renova tem uma política de diálogo com as comunidades, ela intermediará o diálogo entre a contratada e os impactados, deixando claro que atuará apenas como mediadora, ao passo que o acordo será firmado apenas entre a empresa prestadora do serviço e o beneficiário. Principais questionamentos do Conselho: o que será feito com os casos em que os valores foram sacados e gastos pelos beneficiários; a percepção da comunidade é no sentido de que algumas pessoas estão sendo privilegiadas; existe uma preocupação quanto à segurança das pessoas que receberam tais valores, bem como daquelas que estão denunciando os casos;

criticidade do assunto, que deve ser tratado com cautela para que o ocorrido não influencie a imagem dos impactados; casos específicos, apesar de ter sido um erro exclusivo da contratada, afetam a imagem da Fundação Renova;

- Foi esclarecido que o objetivo da Fundação Renova é que todos os pagamentos das indenizações sejam realizados via depósito bancário, na própria conta dos atingidos. É mencionado também o convênio firmado com a Caixa Econômica Federal para abertura de contas daqueles que não possuem conta corrente/poupança;

- É traçado um panorama do programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE). Conselheiros são informados que, até junho de 2018, todos os casos de elegibilidade deverão ser analisados. Foi solicitado que seja elaborada uma relação dos AFE existentes em cada município e cada comunidade, e que lista das pessoas elegíveis deve ser levada à ciência das comunidades. Houve relato de que a entrega de cartões de AFE a pessoas inelegíveis continua ocorrendo na foz do rio Doce, e que os gerentes de território devem ter conhecimento e serem envolvidos na resolução desses casos. Recomendação para a Diretoria, a CTOS e CIF: para os novos cadastros da Fundação Renova, é necessário adotar a metodologia de reconhecimento social de auto identificação, estabelecida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

- Ficou decidido que a atualização sobre o andamento dos planos de comunicação da Fundação Renova será apresentada na próxima reunião do Conselho;

- Abordagem sobre a Política de Atendimento do PIM. Foi indicado pelo Conselho Consultivo que o atendimento do PIM seja feito por categoria, onde cada data específica seja dirigida para um determinado grupo de pessoas, de modo a facilitar o atendimento;

- No que tange à indenização de associações, foi esclarecido aos Conselheiros que a Fundação Renova alterou a definição e diretrizes do programa para poder incluir as associações como elegíveis ao PIM. Após apresentação de alguns casos concretos de negativa de impacto a comerciantes de Povoação e Regência, foi proposto que todos os gerentes de território participem das reuniões do Conselho Consultivo para informar quais problemas foram mapeados em cada território e quais direcionamentos foram dados. Além disso, ficou definido que os gerentes deverão enviar relatórios quinzenalmente ao Conselho;

- É dado como sugestão que o programa de cadastro faça uma campanha para cadastrar os impactados das novas áreas reconhecidas no Espírito Santo;
- Apresentação do status do Programa de Indenização Mediada (PIM), informando os números de atendimentos em cada fase do processo, e da “sala de crise” - criada para identificar gargalos no sistema e padronizar procedimentos nos atendimentos que já são realizados, de forma a dar celeridade aos fluxos. Os Conselheiros solicitaram o número total de atendimentos efetuados na “sala de crise”, até 29 de junho de 2018, prazo final do PIM, bem como o número de pessoas inelegíveis, enquadradas nas políticas de pesca, cujos casos ainda estão em análise, e sem uma política específica. Ficou acordado, ainda, que a Fundação Renova reportará o status do programa quinzenalmente ao Conselho Consultivo;
- Repercussão sobre reportagem publicada pela imprensa local que denuncia problemas com os valores de bens adotados na Matriz de Danos, elaborada para o PIM, que estariam muito abaixo da realidade. Foi esclarecido aos Conselheiros que a matriz é utilizada como referência para a avaliação do impacto individual, sendo apenas um dos métodos de precificar os valores a serem pagos a título de indenização. Em questionamento a resposta dada ao veículo de comunicação, foi esclarecido que a posição da Fundação Renova nesse tipo de situação é não alimentar polêmicas. Um dos Conselheiros presentes argumentou que não se deveria deixar a sociedade sem conhecimento de uma resposta e sugeriu que o CCon pode ser um fórum de diálogo com a imprensa nesse e em outros casos;
- Recomendação à Diretoria: atuar fortemente na comunicação com a sociedade visando informar a população sobre o trabalho de retomada da atividade pesqueira, apresentando ao Conselho o plano de comunicação a ser apresentado para sociedade;
- Apresentação sobre o programa de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras, contextualizando sua definição, os objetivos, quais ações já foram realizadas, bem como o cronograma de futuras ações. Foi sugerido novamente que, antes de serem apresentados ao CIF, os programas da Fundação sejam apresentados para as comunidades envolvidas e ao Conselho Consultivo. Ficou aprovado entre os Conselheiros que a Fundação Renova crie um grupo de trabalho para comparecer à câmara técnica responsável quando esta for dis-

cutir o programa. Foi pedido que se apresente para conhecimento do Conselho as análises que o programa possui até então. É recomendado que a Fundação Renova disponibilize às comunidades boletins periódicos, de linguagem simples, para que os pescadores possam se preparar para a retomada da atividade e, inclusive, para o fim da concessão do auxílio financeiro. Ficou definido que Conselho Consultivo elaborará uma recomendação a ser encaminhada à Fundação Renova acerca da retomada das atividades pesqueiras;

- Recomendação à Diretoria: Apresentar os dados técnicos relativos a qualidade da água bruta do Rio Doce e região estuarina/marinha, bem como a qualidade do pescado com gráficos explicativos de fácil entendimento que apontem comparativo de evolução nos diversos períodos do acidente e históricos, se houver, comparando a outros parâmetros pesquisados por outras instituições, com parecer técnico conclusivo;
- Sobre o projeto de repovoamento de peixes, “Barriga de aluguel”, que existe em Governador Valadares, ficou esclarecido que a fundação está buscando parceria com a instituição de ensino responsável, além de estudar outras parcerias que auxiliem no estudo da biodiversidade aquática;
- No que tange à captação alternativa de Governador Valadares, foi apresentado os principais questionamentos feitos ao Conselho Curador. Além disso, foi esclarecido que está sendo elaborado um questionamento para a Fundação Renova acerca da qualidade da água do Rio Doce e, posteriormente, o documento será apresentando para sugestões e aprovação do Conselho Consultivo;
- Com o intuito de aprimorar e agilizar o trabalho do Conselho Consultivo, foi recomendado que a Fundação Renova forneça aos conselheiros que solicitarem equipamentos/insumos que auxiliem no trabalho dos mesmos, tais como notebook.;
- Foi discutida uma proposta de visitas de campo a serem realizadas pelo Conselho Consultivo no primeiro semestre de 2018. A proposta foi definida em conjunto com o núcleo de informações institucionais, a partir das sugestões dos conselheiros e dos gerentes de território, prevendo duas visitas: na foz do Rio Doce e em Colatina. Foi sugerida também que seja incluída uma visita a Barra Longa.

16ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 16/mai/2018

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sr. Alceu José Torres Marques / Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac / Sr. Hugo Stefanio Carvalho Carneiro / Sr. João Lages Neto

Convidados:

Roberto Waack (Diretor-presidente da Fundação Renova), Débora Michelassi (Gerente de Suprimentos da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Felipe Cavalcante Santos (Supervisor de Negociação do PIM), Johan Daniel Karrqvist (Diretora de programas e projetos da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de desenvolvimento institucional da Fundação Renova), Daniela Reis (Líder de Comunicação com Comunidades da Fundação Renova), Sérgio Kuroda (Gerente de território da Fundação Renova), Cynthia Hobbs (Diretora de Planejamento e Gestão da Fundação Renova), Renato Fodra (Gerente de PMO da Fundação Renova), José Carlos Carvalho (Coordenador do comitê técnico da Fundação Renova), Camila Figueiredo (Analista de Governança da Fundação Renova), Lígia Pereira (Gerente de território da Fundação Renova), William Sarayeddin (Gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova), Heloisa Helena Vasconcelos (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Gustavo Salles Nappo (Especialista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Bruno Pimenta (Líder de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Patrícia Lois (Líder de Infraestrutura da Fundação Renova), Paulo Massara (Gerente de Tecnologia da Informação da Fundação Renova), Carlos Henrique Ribeiro (Gerente Financeiro da Fundação Renova), Luiz Guilherme Gomes (Especialista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Mateus Mol (Analista de Programa Socioambiental da Fundação Renova),

Bianca Pataro (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Bárbara Jardim (Analista de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Felipe Tieppo (Especialista de Programas Socioambientais da Fundação Renova), Juliana Andrade (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Lucas Scarascia (Líder de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Juliana Machado (Líder de Estratégia da Fundação Renova), Rafaela de Oliveira Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova), Caroline Fernandes Gomes Coelho (Advogada externa da Fundação Renova), Marcelo Belisário (Presidente do Comitê Interfederativo), Tarcísio Foeger (Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Fernanda Rennó (Representante da ALSO).

Mesa: Secretária Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- Apresentado novo membro do Conselho Consultivo;
- Relatada a presença do coordenador do Conselho Consultivo na reunião do Comitê Interfederativo (CIF). O Conselho foi informado de que foi negada a inclusão do município de Anchieta-ES como impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, sob o fundamento de que não foi diretamente afetado pela pluma de rejeitos, mas que sofreu impactos na economia local com a interrupção do funcionamento da usina da Samarco Mineração S.A. na localidade. Foi esclarecido que o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) não abrange a situação do município;
- O Conselho deve fazer uma lista de questionamentos sobre a qualidade da água para ser enviada ao CIF para esclarecimentos;
- Informada a nova estrutura da Fundação Renova, explicando que além da criação da nova Diretoria de Planejamento e Gestão, a Diretoria de Execução de Programas foi dividida em duas: Diretoria de Projetos e Obras, responsável pelas grandes obras, infraestrutura, engenharia e reassentamento; e a Diretoria dos Programas Socioambientais e Socioeconômicos;
- A reunião com o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Dr. José Adércio Leite Sampaio ainda não foi agendada, mas o procurador respondeu positivamente quanto à participação do Conselho Consultivo na construção da nova redação do TTAC. A nova proposta de redação do TTA, sob o aspecto da

governança, será enviada para análise do Conselho Consultivo;

- Ainda na reunião do Conselho Curador foi discutido o projeto de floclantes. Foi esclarecido que o programa de economia e inovação, que poderia atender a essas demandas, ainda está sendo reestruturado. Assim, a Fundação Renova só poderá acatar o projeto de floclantes, se for o caso, após a definição do programa de economia e inovação junto ao CIF;
- Esclarecido que o Conselho Curador levou o debate da captação alternativa de Governador Valadares ao comitê de engenharia e projetos que, junto com a equipe técnica da Fundação Renova, está elaborando resposta para todos os questionamentos feitos pelo Conselho Consultivo;
- Sobre a devolutiva da reunião realizada em fevereiro de 2018 com a comunidade de Governador Valadares, foi informado que a gerente de território apresentou um relatório, que será revisado e posteriormente apresentado para o Conselho Consultivo;
- Apresentada a nova Diretoria de Planejamento e Gestão. Os gerentes das áreas englobadas por essa diretoria se apresentaram e discutiram sobre os trabalhos das gerências. Foi sugerido que a diretoria elabore um relatório periódico com os dados dessas áreas para informação do Conselho;
- Foi apresentada uma proposta de criação de um comitê comunitário de turismo na região da Foz do Rio Doce. No sistema de governança da Fundação Renova já há previsão de comitês locais para discussão de temas diversos. Assim, ficou definido que o Conselho Consultivo elaborará uma recomendação ao Conselho Curador para que as ações do programa de turismo priorizem os municípios da Foz do Rio Doce. Paralelamente, foi sugerido que a equipe do programa de turismo e o gerente de território se reúna com esse grupo para discutir a proposta e apresentar posteriormente;
- Foi exposto o Programa de Indenização Mediada (PIM), em continuidade às tratativas da reunião anterior, informando os números gerais do programa, linha do tempo do processo de construção do PIM a partir da implantação da “sala de crises” em março de 2018; fatos relevantes, como: implementação dos pilotos de célula de triagem e célula de elegibilidade e precificação, visando a redução de pendências, celeridade de propostas e consequentemente, de acordos; a “árvore de status” das campanhas 01 e 02. Ademais apresentou-se os números de atendimento por cada escritório do PIM e os próximos

passos: finalização da campanha 01, que está em atraso, e continuidade das negociações e pagamentos da campanha 02, que possui risco de atraso, considerando as especificidades de cada caso. O Conselho ressaltou a importância de apresentar as datas fatais para a conclusão das campanhas;

- Ainda sobre o PIM, foi esclarecido que a implantação da sala de crise sugeriu um diagnóstico, no qual 37% dos cadastrados não se enquadravam em nenhuma das políticas existentes no PIM, chegando-se à conclusão que essas políticas não poderiam ser restritivas. De modo que se passou a discutir medidas para os casos específicos, a partir de construção de políticas inclusivas. Já os casos atrasados, sem retorno, têm gerado bastante comoção, e que, por isso, devem ser priorizados. Foi esclarecido que o CIF, em sua função de fiscalização, já incidiu multa pelo atraso da campanha 01;
- Discorreu-se sobre o programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), apresentando: a linha do tempo das ações do programa no ano de 2018, os fatos relevantes que ocorreram, os números de pessoas atendidas e auxílio existentes e as próximas entregas;
- Foi apresentado o programa de conservação da biodiversidade aquática. Os seguintes estudos serão realizados em parceria com instituições de ensino: estudo do monitoramento populacional de peixes na bacia do Rio Doce, cuja entrega está prevista para junho de 2018; estudo de dados pretéritos ao rompimento da barragem (impactos agudos e crônicos), a fim de levantar os impactos; laudo técnico sobre a qualidade do pescado, que reunirá todos os estudos existentes até então para fazer uma comparação; análise dos estudos e laudos para submissão dos mesmos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Apresentado o programa de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras. Em reunião realizada com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) surgiram os seguintes encaminhamentos: agenda de reuniões periódicas, para estreitar o diálogo entre Fundação Renova e o órgão estadual. Foi discutido sobre a estruturação produtiva, que visa a implementação de assistência técnica aos aquicultores, e o projeto “Cultivando para pescar”. Foi mencionado um projeto de repovoamento de peixes no Rio Doce, realizado pela Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE) com o qual a Fundação Renova poderia fazer parcerias. A viabilidade desse processo ainda será analisada pelo

programa. O plano de comunicação da qualidade do pescado ainda está sendo elaborado pela Fundação Renova;

- Em seguida, foi debatido o programa de Reassentamento. No que se refere a Bento Rodrigues, foi apresentada a linha do tempo das ações, destacando o que atualmente está em fase de pré-licenciamento. No que tange a Paracatu de Baixo, apresentou-se a linha do tempo das ações do programa e a previsão de aprovação de licenciamento em quatro meses. Já quanto a Gesteira, foi informado que, a partir de novembro de 2017, a comunidade passou a ter assessoria técnica, que apresentou as premissas para o reassentamento coletivo, ao passo que a Fundação Renova já definiu as diretrizes do reassentamento e a lista de elegíveis dessa comunidade. No que tange aos reassentamentos familiares, esclareceu-se que é para aquelas famílias que aderirem ao reassentamento individual em detrimento do reassentamento coletivo, o que poderá se dar por reconstrução ou compra assistida;
- Foram dadas explicações sobre o programa de monitoramento quali-quantitativo sistemático (PMQQS) da água do Rio Doce, apresentando os resultados do monitoramento dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce. Foi esclarecido que, apesar de a Fundação Renova realizar o monitoramento da água dos rios impactados, cabe aos órgãos ambientais responsáveis informar sobre a qualidade da água. Sobre a divulgação dos resultados, a Fundação Renova deverá apresentar à CT-SHQA o primeiro relatório semestral do PMQQS, de modo que após análise deste relatório a câmara técnica definirá, em conjunto com a câmara técnica de comunicação, participação, diálogo e controle social, um plano para divulgação dos resultados. Foi enfatizado que quem tem o poder de decisão quanto ao consumo da água são os órgãos públicos competentes e que, quando há alterações de algum padrão, há investigação quanto aos motivos e que a tomada de decisão após identificada qualquer alteração será dos órgãos integrantes da CTSHQA;
- Foi discorrido sobre o tema análise da paisagem, esclarecendo o conceito de paisagem, suas características, os métodos/critérios utilizados para se criar e entender a criação de uma paisagem (materialidade, sensibilidade e representação), informando que a análise de paisagem sobrepõe todos esses critérios, sendo uma análise completa e interdisciplinar do território. Foi dito que, após o rompimento da barragem de Fundão, a paisagem dos territórios

envolvidos vem se modificando e que a sua análise ajudará a Fundação Renova a entender o território como um todo, e não somente sob a ótica do impacto. Foi sugerido que se apresente posteriormente ao Conselho Consultivo o projeto Paralelo Rio Doce;

- Em seguida, falou-se sobre a qualidade do pescado, explicando a metodologia do monitoramento realizado pelo programa. Foi informado que não foi identificada presença de metais pesados, com exceção de arsênio, em uma amostra de “tilápia” coletada na região de Conselheiro Pena. Foram apresentados os resultados encontrados, explicando que houve constatação de alguns metais em algumas amostras de peixe, como exemplo o Manganês, cujo limite máximo não é estabelecido pela ANVISA, sendo sugerido por conselheiros o uso de normas internacionais como referência. Foram informados os próximos passos do programa: coleta e análise de novas amostras, solicitadas pela ANVISA; verificação de disponibilidade de amostras com outros pesquisadores; conclusões e verificação de novos encaminhamentos.
- Foi discorrido sobre o território da Foz do Rio Doce, apresentando as modificações que houveram na extensão de sua abrangência, as equipes de relações institucionais e diálogo responsáveis na região, os principais impactos e os programas que estão em atuação em cada município do território. Foi indagado como os demais gerentes de território estão atuando e articulando essas ações para que tenham maior visibilidade pelas comunidades, enfatizando que essa integração também deve ocorrer nos demais territórios ao longo do rio Doce. Ficou definido como encaminhamento que a diretora de desenvolvimento institucional apresente ao Conselho Consultivo como as gerências atuarão no território como um todo;
- Passou-se a tratar sobre o Grupo de Trabalho (GT) criado para elaborar uma política de pesca para o “pescador de fato”, a fim de contemplar aqueles que não comprovaram o exercício de atividade pesqueira com os documentos exigidos na política atual. Foi relatado que havia sido definida a ideia de implantar um projeto piloto na foz do Rio Doce para identificar a eficácia e possíveis pontos de melhorias da política elaborada. Foi explicado que a política atual admite só os documentos legalmente reconhecidos. O proposto foi inclusão de novos documentos e, na hipótese de não haver nenhum, a auto declaração. Ocorre que esses dois novos procedimentos alteram a política atualmente aplicada

ao PIM. Dessa forma, é necessária a validação formal da CT-OS e do CIF, por meio de nota técnica e deliberação. Ressaltou que, paralelamente, a Fundação Renova já está elaborando o documento necessário para solicitar ao CIF as aprovações, bem como já está adequando o sistema, capacitando e treinando sua equipe, para que seja possível realizar o atendimento a essa nova política no prazo. Dessa forma, elucidou que só poderá passar a aplicar essas políticas após as devidas aprovações formais da CT-OS e CIF. Ficou acordado que o PIM passará a reportar o andamento dessa nova política nas próximas reuniões do Conselho Consultivo.

17ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 19/jun/2018

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Hugo Stefania Carvalho Carneiro / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

José Carlos Carvalho (membro do comitê técnico do Conselho Curador), Yone Melo Fonseca (Líder de programas socioambientais da Fundação Renova), Roberto Waack (Diretor-presidente da Fundação Renova), Daniel Karrqvist (Diretor de Programas Socioambientais e Socioeconômicos da Fundação Renova), Neuza Tito (Gerente de território da Fundação Renova), Lucas Scarascia (Líder de programa socioambiental da Fundação Renova), Cynthia Hobbs (Diretora de Planejamento e Gestão da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Mariana Azevedo (Gerente de território da Fundação Renova), Daniela Reis (Líder de Comunicação com Comunidades da Fundação Renova), Christiana Freitas (Especialista de Direitos Humanos da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Go-

vernança da Fundação Renova), Pedro Ivo Belo (Analista de Programas Socioambientais da Fundação Renova), Camila Figueiredo (Analista de Governança da Fundação Renova), Elaine Cristina (Analista de Negociação da Fundação Renova), Fernando Cavalcanti (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Felipe Bruschi (Supervisor de Negociação PIM), Carla Rocha Souza (Supervisor de Negociação da Fundação Renova), Maria Lethícia Mata (Analista de Negociação – Indenização (PIM)), André Vasconcelos (Especialista de Programas Socioeconômicos da Fundação Renova), José Luiz Furquim Santiago (Gerente Executivo de Obras da Fundação Renova), Caroline Fernandes Gomes Coelho (advogada externa da Fundação Renova), Tarcísio Foeger (representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Sabrina Parol (representante da Obraschi), Olívia Braschi (representante da Obraschi) e Raquel Biderman (representante da WRI Brasil).
Mesa: Secretária Caroline Coelho

Principais pautas e discussões:

- A nova gerente de território da região do médio rio Doce (Governador Valadares) se apresentou para o Conselho Consultivo;
- Como acompanhamento da reunião realizada com os atingidos de Governador Valadares em 14 de abril de 2018, foram discutidas e aprovadas algumas recomendações:
 - (i) articular reunião entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Serviços Autônomos de água e Esgoto (SAAE) dos municípios, Comitê Interfederativo (CIF), Conselho Consultivo e Fundação Renova para discussão sobre a qualidade da água, papéis e responsabilidades;
 - (ii) sugerir a elaboração de política para atendimento aos produtores rurais, no intuito de não utilizar apenas a matriz de danos, mas agrupar os diferentes tipos de atingidos conforme sua localidade. Foi questionado se, na reformulação da Governança da Fundação Renova, seria importante considerar a representatividade dos produtores rurais;
 - (iii) reunião com as equipes técnicas dos programas relacionados ao uso sustentável do solo para melhor entendimento quanto à falta de resolução dos passivos e próximos passos, juntamente com os produtores rurais;
 - (iv) analisar a qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores e

pecuaristas das regiões atingidas pelo rompimento, a fim de atestar a segurança do consumo;

(v) envolver a comunidade local na fase de planejamento da implantação do programa de proteção social e não apenas comunicar à comunidade a definição junto ao poder público municipal;

(vi) solicitar ao CIF a emissão de esclarecimento às comunidades pesqueiras quanto ao direito de recebimento do seguro defeso pelos pescadores que recebem o auxílio financeiro emergencial.

- Foi informado sobre a próxima visita à foz do Rio Doce nos dias 28 e 29 de junho de 2018. A agenda terá reuniões com os seguintes públicos: comunidades de Entre Rios e Areal, poder público local, comitê de bacia, sindicato rural de Linhares, defensorias públicas estadual e federal. Foi questionado sobre a reunião com os pescadores do município de Conceição da Barra e do distrito Itaúnas, já que a população dessas localidades sente falta de uma maior presença da Fundação Renova. Foi sugerida também a inclusão do município de Sooretama como pauta das visitas e reuniões;

- Na sequência, os conselheiros participaram do evento “Roda de Conversa”, realizado pela Fundação Renova com seus colaboradores, cujo tema foi o dia mundial do Meio Ambiente. Raquel Biderman, palestrante do evento, introduziu o tema e, na sequência, provocou o debate questionando aos Conselheiros como os atingidos estão vendo as ações da Fundação Renova. Foi respondido que há muitos atores envolvidos nas discussões dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, dentre eles: imprensa, ministério público, poder público, atingidos, Fundação Renova, ao passo que a relação com cada um deles tem contextos e visões diferentes. Os atingidos veem as conquistas dos ressarcimentos dos danos por etapas, as primeiras delas vieram após dois anos do rompimento, depois de muito debate entre todos esses agentes. A atuação da Fundação Renova deve ser pautada nas respostas aos atingidos. Foi acrescentado que as ações de recuperação ambiental devem caminhar junto com as ações de natureza socioeconômica, pois o aspecto social é tão importante quanto a recuperação do rio Doce. A paisagem é construída pelos aspectos ambiental, social e cultural, não há como dissociá-los. A realidade da Foz é diferente da de Mariana e demais regiões, portanto devem ser tratadas de formas distintas. Assim como a Fundação Renova, os conselheiros também

são cobrados, já que estão representando as comunidades. Foi questionado sobre a educação ambiental no intuito de melhorar o exercício das atividades exercidas pelos impactados. É fundamental entender que o conhecimento técnico deve estar conectado à sabedoria popular. O grande desafio da Fundação Renova é fazer essa ponte entre os dois. Não basta a Fundação Renova disponibilizar as informações, é necessário construir uma nova consciência ambiental junto aos atingidos. O conhecimento deve ser criado a partir do senso comum até chegar, aos poucos, ao conhecimento técnico. Esse é o grande desafio a ser feito com os atingidos. É necessário ainda que haja integração dos programas e conexão entre as regiões ao longo do rio, pois só assim será possível criar uma “cultura do Rio Doce”;

- Foi apresentada a atualização do programa de Manejo de Rejeitos. A extensão impactada do rio foi dividida em 17 trechos, sendo que os planos de manejo dos trechos de 1 a 8 já foram entregues à Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeitos), além dos pilotos das lagoas situadas no estado do Espírito Santo. Desses, os planos dos trechos 6, 7 e 8 já foram avaliados e aprovados pelos órgãos ambientais, que autorizaram o replantio das matas ciliares, sem a retirada dos rejeitos depositados nessas regiões. Foram solicitadas informações sobre a quantidade de rejeitos encontrados nas margens desses trechos. Os demais planos entregues ainda não foram avaliados pelos órgãos ambientais. Foi questionado sobre quais ações seriam implementadas nas lagoas em Linhares, sendo respondido que em todas as lagoas haverá o monitoramento da qualidade da água, do sedimento e da biota aquática e haverá a remoção mecânica e monitoramento do barramento do Rio Pequeno. Já no barramento localizado no rio Bananal, a alternativa de manejo ainda está sendo avaliada. Foram encontrados rejeitos nas Lagoas Nova, Pandolfi e Areal e não foram encontrados na Lagoa de Monsarás. Foi perguntado como foi realizada a análise para constatar a presença ou não de rejeitos ao longo do rio e das lagoas. O método é o de coletar o perfil em pontos e linhas (transectos), metodologia utilizada em Minas Gerais e no Espírito Santo. Foi pedido detalhamento sobre quantos pontos de amostragem foram coletados nas lagoas para tirar tais conclusões. Foi questionado o porquê de não terem sido encontrados rejeitos na lagoa Monsarás, considerando que a comunidade local entende que a lagoa teve contato com o Rio Doce, reforçan-

do a solicitação de informações um pouco mais detalhadas para responder aos questionamentos da comunidade. Ficou definido como encaminhamento que essas informações serão trazidas para apresentação e discussão mais detalhada, em evento específico a ser agendado posteriormente pela Governança da Fundação Renova;

- Ainda sobre o manejo de rejeitos, no que se refere às entregas dos próximos meses, estão contidos: os planos dos trechos 12, 9 e 5 (Bento Rodrigues) e o detalhamento de engenharia para a implantação das obras no trecho 8. Foi relatado como se deu o estudo realizado no trecho 8, projeto piloto, ressaltado que o estudo inicial foi analisado pela CT-Rejeitos, que solicitou estudos complementares para subsidiar a tomada de decisão pela retirada ou não de rejeitos da calha do Rio Doce. Os estudos da calha do rio concluíram que o fundo do rio foi “lavado”, e que a estabilização dos rejeitos depositados formou os chamados “Lag Layer”, camadas mais estabilizadas e “grossas”, mais difíceis de serem carregadas pelo rio. Foram solicitadas informações sobre a espessura dessa camada de rejeitos ao longo do leito do rio desde a região da UHE Candonga até a foz, bem como informações sobre o volume de rejeitos retidos nos barramentos das demais hidrelétricas que existem ao longo do rio. O programa de manejo faz coletas para a realização dos estudos, mas também usa os dados de todos os programas, principalmente do programa de monitoramento quali-quantitativo sistemático de água e sedimentos do Rio Doce (PMQQS). Foi informado que a conclusão dos estudos é a tendência ao equilíbrio do nível do leito de fundo. Neste sentido, a alternativa de manejo sugerida para intracalha é a continuação do monitoramento e o capeamento natural. Foi adicionado que um plano de comunicação está sendo construído para informar a população sobre esses estudos e sobre os planos de manejo. Sugerida a presença da equipe de diálogo para levar a visão das comunidades. Foi ressaltada a falta de comunicação dessas informações às comunidades. Por fim, foi sugerida uma capacitação sobre o Plano de Manejo de Rejeitos, assim será possível debater tecnicamente os planos, estudos e demais informações;
- Na sequência, discorreu-se sobre o programa de implantação de sistemas de contenção dos rejeitos (“Eixo 01”). Foi apresentado o objetivo de construção de estruturas de contenção de sedimentos a fim de reduzir gradativamente a turbidez dos rios impactados. A construção de barragem até a elevação de

820 metros, para garantir a estabilização dos rejeitos depositados na região da barragem de Fundão e o descomissionamento do dique S4 foram as ações apresentadas. Foi explicado que a barragem de Germano está segura e que, após o rompimento da barragem de Fundão, a empresa de auditoria independente AECOM foi contratada, em cumprimento ao acordo firmado com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), para avaliar as barragens;

- Sobre o programa de recuperação do reservatório da UHE Candonga, foi informado que o objetivo é a retomada da operação da usina. Foi explicado ao conselho como o programa tem operado para realizar a dragagem do reservatório, até a deposição dos rejeitos na fazenda Floresta. A previsão de retomada da operação da usina está prevista para o primeiro semestre de 2020. A dragagem dos primeiros 400 metros do reservatório é suficiente para o funcionamento da usina. Quanto aos demais rejeitos depositados antes de 400 metros, serão estabilizados e recuperados ambientalmente. Foram apresentados ainda os indicadores e metas do programa estabelecidos junto à CT-Rejeitos e CIF, que estabelece critérios para a conclusão e encerramento dos programas. Foi esclarecido que a partir de todas essas medidas adotadas, os estudos realizados concluem que será possível retornar à operação nas mesmas condições anteriores, ressaltando que o consórcio Candonga está participando desses estudos.

- Na sequência, foi tratado sobre a comunicação com territórios. Anteriormente, as ações de comunicação eram focadas no atendimento aos programas de forma desarticulada, sob demanda, não alcançando todos os territórios impactados. Nesse sentido, está sendo implantado um novo método de atuação, que passa a integrar o diálogo, redesenhado para dar sentido e direção, esforço de regularidade, agilidade e empatia. Houve também ajustes nos canais de comunicação, visando um olhar menos técnico e mais humano. A Fundação Renova está criando uma nova estrutura, com foco nos territórios e com o “olhar do atingido”, com a implementação do “Sistema Integrado de Comunicação com Território”. Para tanto, foi destacada a contratação de novos profissionais e suporte intensivo nos temas relacionados ao reassentamento e indenização. Um caso prático foi exposto para análise do Conselho Consultivo: a comunicação da prorrogação do prazo de 29 de junho de 2018 para negociação e pagamento das indenizações. A estratégia para tal comu-

nicado priorizará o diálogo direto com os atingidos e, quando não for possível contato direto, será complementada com vídeos que tenham o “rosto” da Fundação Renova, informações no sítio eletrônico e via aplicativo de mensagens instantâneas “Whatsapp”, etc. Foi indagado como é o fluxo de comunicação da Fundação Renova com suas mantenedoras e como a Fundação Renova lida com as mídias negativas que saem na imprensa relacionadas à Samarco, mas que impactam em sua imagem. Foi respondido que é feito apenas um alinhamento com as mantenedoras, mas a Fundação Renova tem total autonomia na publicação de seus posicionamentos. Sobre as notícias publicadas na imprensa, foi esclarecido que nos territórios há assessorias da imprensa que fazem o monitoramento local e que a Fundação Renova só se manifesta caso tenha sido expressamente citada. Ressaltada a necessidade de desvincular a imagem da Fundação Renova de suas mantenedoras. Foi questionada a participação das comunidades na comunicação e demonstrada preocupação com a diminuição da participação no jornal das comunidades. Na sequência, foram informadas as ações da comunicação para os próximos três meses, dentre elas: melhorias no programa de rádio, boletins Renova, implantação do projeto “Com a palavra” nas escolas das comunidades;

- No que se refere ao plano de comunicação do descumprimento do prazo de pagamento das indenizações referentes aos cadastros das campanhas 1 e 2, estabelecido pelo CIF, foi esclarecido que a Fundação Renova conseguiu cumprir o pagamento de aproximadamente metade dos cadastros, sendo que os outros não tiveram o pagamento no prazo por diversos motivos, dentre eles o não enquadramento em nenhuma das políticas da pesca, por exemplo. Nesse sentido, há duas dúvidas centrais que poderiam surgir na população: se após o dia 29 de junho de 2018 nenhum pagamento seria efetuado, e quanto à prescrição do direito à indenização. O objetivo da Fundação Renova na mensagem a ser divulgada será a de, inicialmente, pedir desculpas pelo não cumprimento do prazo, mostrar os motivos do não cumprimento e o que já foi feito até então. Foi instalado um comitê de crise para traçar as estratégias, que visará que a Fundação Renova e CIF emitam um ofício em conjunto para informar o fato. Além disso, estuda-se a possibilidade de confeccionar um vídeo simples, explicando o ocorrido, bem como mensagens via aplicativo de mensagem instantânea “whatsapp”. Foi solicitado ao Conselho Consultivo apoio no sentido

de acalmar a população, informando que todos serão atendidos e que o atual fluxo de atendimento não se paralisará em decorrência disso. Foi ressaltado que o assunto referente à multa não será pauta dessa discussão, mas será discutido em momento oportuno junto ao CIF;

- Logo após, tratou-se do Programa de Indenização Mediada (PIM). Inicialmente, foram apresentados os números de cadastros, de atendimentos, de propostas e de pagamentos realizados. Foi solicitado pelos conselheiros que seja inserido nessa apresentação o número de pessoas que não foram atendidas por ainda não estarem inseridas em nenhuma das categorias da política de pesca, por não serem elegíveis à indenização, não localizadas, dentre outros motivos. Foi esclarecido que atualmente há um procedimento para o caso dos atingidos não localizados, que consiste em seis tentativas de contato por telefone, mensagem via “whatsapp” e carta registrada. Realizadas todas essas tentativas, caso o atingido não seja encontrado, o PIM encerrará o atendimento. Se, eventualmente, a pessoa procurar novamente o PIM, o processo se iniciará novamente. Os conselheiros sugeriram que as associações de pescadores sejam procuradas para auxiliar no contato com essas pessoas. A equipe do PIM será orientada nesse sentido. Prosseguindo, foi informada a reprogramação do prazo de conclusão dos pagamentos das campanhas 01 e 02 de cadastro. Foi explicado o acordo firmado com as defensorias e ministérios públicos sobre o termo de quitação utilizado no PIM, que passará a ser específica para cada dano indenizado, o que permitirá o atendimento aos danos duplos. Foi informado, ainda, sobre a implementação do plano piloto de célula de triagem e célula de elegibilidade e precificação nos escritórios do PIM de Baixo Guandu, Linhares e Periquito, visando a redução de pendências, aceleração de propostas e consequente aumento da efetividade dos acordos. Em seguida, foram tratadas as indenizações a agentes públicos, visto que anteriormente, pela política interna da Fundação Renova, todo pagamento a agente ou servidor público requeria a aprovação pelo Compliance e pelo Conselho Curador. Atualmente, os pagamentos serão aprovados semanalmente pela diretoria da Fundação Renova, o que acelerará o processo de pagamento das indenizações;

- Na sequência, foi discorrido sobre o grupo de trabalho referente à política de indenização da pesca, com apresentação do relatório técnico do projeto piloto

do “pescador de fato”, apresentado à Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) e a ser apresentado ao CIF em sua próxima reunião, explicando como o projeto foi construído e como funcionará;

- Foi debatido sobre os casos de possíveis fraudes no recebimento de auxílio financeiro emergencial, sendo enfatizado pelos conselheiros que a Fundação Renova deveria tomar providências. Foi esclarecido que as denúncias recebidas pela Ouvidoria são investigadas. Reforçada a importância da divulgação da Ouvidoria da Fundação Renova para denúncias sobre quaisquer irregularidades. A Fundação Renova já está tomando as providências cabíveis para os casos que fogem da competência de investigação da Ouvidoria e que em breve retornará com a resposta à recomendação nº10 emitida pelo Conselho Consultivo sobre esse tema.

18ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 18/jul/2018

Local: Belo Horizonte (MG)

Participantes:

Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sr. Tarcísio José Foeger

Convidados:

José Carlos Carvalho (Coordenador do comitê técnico da Fundação Renova), William Sarayed Din (Gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova), Carlos Rogério Carvalho (Gerente Geral Programas da Fundação Renova), Neuza Tito (Gerente de Território da Fundação Renova), Cynthia Hobbs (Diretora de Planejamento e Gestão da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Daniela Reis (Líder de Comunicação com Comunidades da Fundação Renova), Christiana Freitas (Especialista de Direitos Humanos da Fundação Renova), Rafaela Teodorico

(Analista de Governança da Fundação Renova), Camila Figueiredo (Analista de Governança da Fundação Renova), Fernando Cavalcanti (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), Maria Lethícia Mata (Analista de Negociação da Fundação Renova – Indenização PIM), José Luiz Furquim Santiago (Gerente Executivo de Obras da Fundação Renova), Sérgio Kuroda (Gerente de Território da Fundação Renova), Luana Maia (Consultora de Governança da Fundação Renova), Christian Erhard Dobereiner (membro do Conselho Curador da Fundação Renova), Guilherme Almeida Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Maria de Lourdes Santos (Especialista de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Flávio Pires (Líder Adutora da Fundação Renova), Thomás Ferreira (Gerente de Território da Fundação Renova), Dihego Pansini (Especialista de Gestão da Fundação Renova), Andrea Seif (Especialista de Gestão da Fundação Renova), Tânia Alcântara Loss Vincens (Advogada externa da Fundação Renova), Maria Thereza Teixeira (Coordenadora da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social da Fundação Renova) e Olívia Braschi (Representante da Obraschi).

Mesa: Secretária Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- Abertura formal dos trabalhos do Conselho Consultivo com apresentação da pauta do dia e dos participantes presentes na reunião;
- É solicitado que os projetos da Fundação Renova sejam apresentados de forma mais técnica aos Conselheiros;
- Entrega e apresentação do relatório com os registros das reuniões do conselho consultivo em Areal, Entre Rios e Linhares realizadas nos dias 28 e 29 de junho. Agendada visita para devolutivas com as comunidades para os dias 22 e 23/08/2018. Foi informado também que a viagem para as comunidades de Barra longa e Mariana está prevista para primeira quinzena de agosto;
- Explicações sobre o TAC Governança e a nova fase da governança da Fundação Renova. Destaques: a nova governança está em discussão internamente; o período de implementação deve durar 6 meses; a implantação da nova constituição do Conselho Consultivo está prevista para o final do ano vigente; a partir de janeiro de 2019, há previsão de um período, de 6 meses a 1 ano, para o Conselho se reorganizar;

- Relato de participação no Painel - TAC Governança: Rompimento da bargagem de Fundão, seminário do Ministério Público que aconteceu no mês de julho, em Belo Horizonte. As informações dão conta de que a reação dos atingidos durante o evento foi de total apoio ao MAB, tendo em vista a sua nova postura. Em momento algum foi falado a respeito dos Comitês de Bacia. Ao final do seminário, quando aberta a fala para os atingidos, grande parte dos representantes da Fundação Renova não estavam mais presentes no local. Foi recomendado que a Governança atente a esse fato, e que os representantes da Fundação mantenham presença em situações semelhantes em próximos eventos. É sugerido também que o Seminário seja apresentado no Espírito Santo, para explicar às comunidades o novo momento da Governança, com participação dos atingidos;
- Houve recomendação de que a Fundação Renova mantenha posição de neutralidade no processo de escolha dos membros das comissões locais, e que quem deverá escolher os interlocutores são os atingidos;
- É ressaltado que os atingidos deverão se organizar, com o apoio do Fundo Brasil, para reforçar a legitimidade da sua participação na Governança, e que a Fundação Renova se comprometeu a verificar e comunicar a existência de abusos e/ou ilegalidades no processo.
- Discussão sobre a neutralidade do Conselho Consultivo e seu poder de interlocução com a sociedade. Caso os atingidos entenderem que o MAB tem legitimidade para representá-los, isso deverá ser respeitado pela Fundação Renova, não cabendo ao Conselho essa deliberalidade;
- É informado que estão sendo produzidos e distribuídos os Relatórios mensais e quinzenais demandados pelo Conselho Consultivo. Houve questionamento sobre a simplificação desses relatos, já que requerem mais tempo de produção das áreas técnicas. É solicitada uma resposta dos Conselheiros em relação a essa questão;
- Sobre a adutora de Governador Valadares, foi informado que a Fundação Renova firmou compromisso de que a obra será iniciada no dia 13 de julho. Foi destacado que pelo fato de o retorno sobre o andamento do estudo se dar na véspera do início das obras praticamente inviabiliza qualquer mudança em sua execução em função dos questionamentos do Conselho Consultivo. Ficou esclarecido que se houver alguma revisão da obra, por parte do Conselho, o

mesmo se compromete a revisar todas as etapas do empreendimento;

- Foi reafirmado que o compromisso da Fundação Renova é realizar e entregar a obra da adutora, que está prevista no TTCA, como forma alternativa de captação de água para Governador Valadares, e não como captação principal. A porcentagem de abastecimento será de 67%. No entanto, o SAAE utiliza como argumento que, com a melhoria de todo o processo, a captação poderia alcançar 100%. Foi ratificado que esse não é o posicionamento da Fundação Renova;
- Foi pontuado que como a obra da adutora gera impactos nos consumidores de água de Governador Valadares, a Fundação tem a obrigação de se posicionar e se colocar em defesa da sociedade, não tendo interesse particular. Foi solicitado mais autonomia do Conselho Consultivo para tratar sobre essa questão;
- Tendo em vista que o Comitê de Bacia não deu outorga a essa obra, houve questionamento sobre como será o rito para sua realização. Em resposta, foi informado aos Conselheiros que já existe um parecer favorável do CIF para a execução da obra. Dado posicionamento, foi proposto o envio à diretoria da Fundação Renova de uma Moção de Desconforto, uma vez que as respostas aos questionamentos foram dadas em cima do início da obra, invalidando o debate iniciado pelo Conselho. Foi reforçado também que o Conselho deveria ter tido mais participação no projeto da adutora em Gov. Valadares. A proposta foi aprovada por maioria simples;
- É reforçado na reunião que o TTAC foi mal interpretado pela Fundação Renova. Apesar de prever a obra, poderiam ter sido propostos outros projetos e outras formas de melhoria da captação de água para Governador Valadares;
- O grau de comprometimento da Fundação Renova com a execução da obra é elevado.
- Conselheiros sugerem que a Fundação Renova pense na recuperação do rio como um todo. Foi solicitado, ainda, que não seja divulgado, pela Fundação Renova, que o rio Doce é o rio mais monitorado do país;
- Deliberado pelos Conselheiros encaminhamento de ofício ao CIF solicitando inclusão deste tema na pauta da próxima reunião;
- Associação de Moradores de Entre Rios entrega ofício ao Conselho Consultivo solicitando o encanamento da água da vila de Regência, para a comunidade de Entre Rios;
- Contextualização sobre abastecimento de água nas comunidades da Foz

do rio Doce (Atenção para as comunidades Entre Rios e Areal, de Regência). Situação no local é crítica e está em discussão judicial. Área técnica da Fundação Renova está discutindo as possibilidades para solucionar o imbróglia jurídico na região;

- Esclarecimentos sobre o Programa 38 e a empresa Bioagri, que realizam análises de água do potencial manancial de abastecimento. Foi informado aos Conselheiros que existe a proposta de Operação Assistida do Projeto de Abastecimento, mas para isso devem ser resolvidas as questões fundiárias. Acrescentou que existe plano de monitoramento da água com duração de 10 anos;
- Solicitada pelos Conselheiros uma nova devolutiva da qualidade de água da ETA de Regência. Foi ressaltado que a comunidade ainda não tem respostas sobre a qualidade da água subterrânea e do solo.
- É pedido que conste em ata a questão jurídica que envolve a região de Entre Rios, para que o Conselho Consultivo não corra o risco de ser questionado sobre a legitimidade da posse. Recomendação para a Diretoria: criação de um grupo de estudo, com participação da Fundação Renova, das comunidades, do MP, da Prefeitura e do IEMA, com o intuito de buscar alternativa para situação fundiária de Entre Rios.
- Retomado o assunto sobre a necessidade de dar mais autonomia aos gerentes de territórios da Fundação Renova. Foi esclarecido que a estratégia atual é realizar Planos Territoriais Integrados, para integrar os programas a serem executados em cada território, e que a Fundação Renova tem procurado uma solução mais efetiva. Críticas: não há via rápida para solução de problemas; muitas coisas poderiam ser resolvidas com mais agilidade; existem caminhos a serem percorridos dentro da Fundação Renova como, por exemplo, Compliance;
- Apresentação da proposta de sensibilização dos Conselheiros. Intervenção propôs momentos de escuta e acolhimento individual e coletivo, investindo no espaço do Conselho como fortalecedor de boas práticas e construção colaborativa. Ação se deu em consequência da decisão do Conselho, há 3 reuniões, sobre a necessidade de sua capacitação;
- Atualização do Programa de Indenização Mediada (PIM). Foram reportados aos Conselheiros: os números da campanha, a aprovação pelo Conselho Curador da nova forma de pagamento de indenização a Agentes Públicos sem

poder decisório; a publicação de comunicado conjunto Renova e CIF sobre a prorrogação do cronograma de negociação e pagamento de indenizações dos cadastros das campanhas 1 e 2; os avanços na construção técnica da metodologia de reconhecimento dos “pescadores de fato”, encaminhada para aprovação pelo Conselho Curador; a implementação do núcleo do AFE na sala de Crise, voltado à aceleração do atendimento aos impactados e alinhamento operacional com o PIM. Foi sugerido que a política do Compliance seja revista para diferenciar Agente Público com poder decisório de Agente Público sem poder decisório;

- Relato do Grupo de Trabalho para critérios de indenização de pescadores. Foi ressaltada a importância do documento da nota técnica para a tomada de decisões do Conselho
- Recomendação para o CIF: risco da sobrepesca, devido ao elevado número de solicitações carteirinhas de pescadores.
- Debate sobre contratação local e números referentes ao mês. Atualmente, a Fundação Renova tem 611 contratos de alta complexidade. Foi criado um grupo de auditoria para verificar não só a contratação de empresas locais, como também se essas empresas estão contratando mão de obra local;
- Debate sobre Direitos Humanos. Conselheiros foram informados que a área de Direitos Humanos da Fundação Renova é diretamente ligada à Presidência. Houve apontamento de que nenhuma ação em relação a política de saúde foi realizada na região da foz do rio Doce. Foi sugerida uma relação mais próxima entre Conselho Consultivo e Direitos Humanos e ressaltado que o programa de garantia sociais deve ser mais célere.

19ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 24/ago/2018

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Elcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana

/ Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza / Sr. Tarcísio Foeger / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Rogério Pena Siqueira

Convidados:

Guilherme Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Roberto Waack (Diretor-presidente da Fundação Renova), Luana Maia (Consultora de Governança da Fundação Renova), Daniel Karrqvist (Diretor de Programas Socioambientais e Socioeconômicos da Fundação Renova), Carlos Rogério Carvalho (Gerente Geral de Programas da Fundação Renova), Tânia Alcântara Loss Vincens (advogada externa da Fundação Renova), Thomaz Ferreira (Gerente de Território da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova), Eduardo Dinelli (Gerente de Compliance da Fundação Renova).

Mesa: Secretária Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- Em reunião fechada dos conselheiros consultivos, o coordenador do Conselho apresentou o alinhamento e estratégias do conselho, que resultou na produção de material a ser discutido com a diretoria, com objetivo de estabelecer diretrizes para o relacionamento entre Conselho Consultivo e Diretoria;
- Em seguida, foi iniciado o Diálogo com a Diretoria, apontando os pontos discutidos pela manhã com os conselheiros. Foram relatadas as insatisfações do Conselho Consultivo, no que diz respeito (i) à baixa efetividade da Fundação Renova; (ii) aos argumentos de esquiwa, nem sempre fundamentados e plausíveis; (iii) à omissão do conselho; (iv) à percepção das insatisfações de autores diversos da sociedade; (v) à perda de credibilidade da Fundação Renova. Foi comentado que devido a essa insatisfação alguns conselheiros têm o desejo de se desligar do Conselho. Sendo assim, objetivo dessa reunião é estabelecer diretrizes para o relacionamento entre o Conselho Consultivo e a Diretoria. Assim, foram apresentadas as 5 diretrizes:

(I) A Diretoria acolherá, analisará e buscará viabilizar o atendimento aos pleitos das comunidades, trazidas pelo Conselho Consultivo. As respostas, formas e documentos, devem ser dados em prazo de 15 dias a partir de sua apresentação. A Diretoria dará visibilidade às comunidades sobre os resultados dos pleitos trazidos pelo Conselho Consultivo. As respostas podem ser de 3 tipos:

- a. recomendação rejeitada com justificativa;
- b. recomendação aceita;
- c. recomendação e negociação em andamento. Neste caso deverá se estabelecer comunicação permanente e periódica de andamento.

(II) O Conselho Consultivo utilizará novas formas de agir para cumprir as Cláusulas do TTAC e do Estatuto. A Diretoria considerará e acatará com agilidade, sem protelação, os documentos do Conselho Consultivo para a implementação das ações neste sentido;

(III) A Diretoria proverá recursos necessários para o trabalho do Conselho Consultivo no cumprimento de suas responsabilidades descritas no TTAC e no Estatuto, nas atividades em curso e a serem implementadas. Será providenciado suporte operacional independente, na forma de uma Secretária Executiva e Assessoria Técnica exclusiva;

(IV) O Conselho Consultivo quer ser proativo na implementação do TTA-C-Governança. Dentro de suas atribuições e possibilidades, a Diretoria envolverá o Conselho Consultivo no decorrer do processo de implementação do TTAC-Governança, em todos os aspectos que tenham a ver com sua estruturação e posicionamento no sistema de Governança. A Diretoria se esforçará, junto com o Conselho Consultivo, em realizar uma reunião entre o Ministério Público, Conselho Curador, Diretoria e Conselho Consultivo;

(V) A Diretoria envolverá o Conselho Consultivo na construção de Políticas, Programas e Projetos, nos momentos anteriores a seu encaminhamento às Câmaras Técnicas;

- O Presidente da Fundação Renova ressaltou a relevância do ponto V e afirmou acreditar que o diagnóstico do Conselho Consultivo é perfeito e solicitou maior proatividade do mesmo. Ressaltou a importância de maior participação

das comunidades nos processos da Renova, bem como a importância da incrementação da participação do Conselho Consultivo nas Câmaras Técnicas, no desenho das soluções. O Presidente afirmou acreditar que existe uma falha no sistema interno da Fundação Renova. Por isso as mudanças da nova diretoria são fundamentais. Ressaltou que existe muita coisa para corrigir internamente, havendo na Fundação Renova, para tanto, programas de integração interna e integração com o território. Informou ao Conselho que há correções internas em curso, o que lhe preocupa, tendo em vista que o grande desafio é colocar o conceito em prática. Noticiou que, atualmente, existem mais de dez mil atividades ocorrendo na Renova e não sendo viável a participação do Conselho Consultivo em todas essas atividades. Acentuou a necessidade do Conselho Consultivo se esforçar e se adaptar para colocar em prática a 5ª diretriz. O Presidente da Fundação Renova inteirou que o papel do Conselho Consultivo é construir as grandes diretrizes, que serão incorporadas nos programas. Assim, ao perceber que há um descolamento das grandes diretrizes, o Conselho Consultivo deve ser informado, para que o mesmo venha a discutir com a Câmara Técnica sobre a divergência. Ressaltou que existem 3 momentos do papel do Conselho Consultivo na Governança: (i) Discussão macro política (ii) Participação na política na formação da nota técnica (iii) Implementação efetiva. Foi complementado que é necessária uma visão estratégica da reparação, ou seja, uma discussão estratégica dos eixos da reparação. A visão macro é fundamental. Questionou ao Conselho Consultivo quais são os focos principais da reparação, do ponto de vista do Conselho. Foi proposto marcar uma agenda para discutir esses temas e definir políticas macro e, conseqüentemente, verificar se os programas estão divergindo dessas políticas. A sugestão foi aprovada por unanimidade;

- Quanto à diretriz IV, foi frisado que a Renova está alinhada com o desejo dos conselheiros. Foi informado que a Renova solicitou ao Ministério Público agenda para discutir os projetos com o Conselho Consultivo e a Diretoria. Foi salientada, no entanto, a importância dessas reuniões ocorrerem na sede da Fundação Renova e com periodicidade mensal;

- Quanto à diretriz III, foi esclarecido que é possível providenciar suporte operacional independente na forma de uma Secretaria Executiva. Em contra-

partida, advertiu quanto à dificuldade de encontrar o perfil de Assessoria Técnica exclusiva, solicitado pelo Conselho Consultivo. Foi sugerido, para o cargo de Assessoria Técnica exclusiva, uma jornalista com capacidade de escrever, relatar a partir de um encaminhamento. Concluiu-se que o perfil desejado pelo Conselho Consultivo é uma redatora com capacidade analítica para transformar as demandas que o Conselho verbaliza em um documento com recomendações. Tal documento poderá ter follow-ups concretos. Seria uma pessoa capaz de fazer uma ata analítica e dar encaminhamentos. Foi proposto, como encaminhamento, encontrar esse perfil desejado;

- Quanto à diretriz II, o Presidente concordou com a solicitação de maior autonomia do Conselho Consultivo, que deve ter capacidade de conversar, mediar, agendar reuniões com a comunidade. No entanto, salientou que o Conselho Consultivo não tem poder de tomada de decisão. Foi ponderado que, apesar do Conselho Consultivo não ter poder de tomada de decisões, a Diretoria deveria escutar a opinião/posição do Conselho. Houve concordância que a Diretoria deve ouvir a posição do Conselho Consultivo e ressaltou que a Fundação Renova consente que esse é um papel do Conselho Consultivo;

- Quanto à diretriz I, foi reforçada a sugestão do Conselho Consultivo quanto ao prazo de 15 dias para a Diretoria fornecer as respostas, formas e documentos. Foi explicado que o solicitado na diretriz I se refere à resposta da Diretoria ao Conselho Consultivo, não significando necessariamente acolher o solicitado pela comunidade. Concordou-se sobre a necessidade de a Diretoria responder às demandas do Conselho Consultivo, no entanto foi questionado o prazo sugerido para a Diretoria apresentar a sua resposta, pois em alguns casos não há resposta em tão curto prazo. Ficou acertado que o prazo de 15 dias seria para informar ao Conselho Consultivo (i) se o pleito está em negociação, (ii) se foi negado, contendo justificativa técnica (iii) ou se será implementado;

- Quanto à situação de Barra Longa, foi informado que o Conselho Consultivo emitiu uma recomendação à Diretoria, sugerindo (i) que as famílias sejam retiradas das 30 casas em risco em Barra Longa (ii) que o Sr. Roberto Waack compareça a Barra Longa, para conversar com a comunidade. O Sr. Roberto Waack afirmou sua intenção de presença na comunidade. No entanto, ponderou que se o objetivo desse encontro for fomentar a violência e a agressividade,

de, quem perderá é a comunidade. Ressaltou que o MAB, o MP e o Prefeito estão fomentando essa violência. Inteirou que o objetivo da Fundação Renova é atender a quem realmente precisa, quem realmente foi atingido. Ressaltou que a Renova não tem intenção de impor a escolha do perito para avaliar as condições das moradias alegadamente atingidas, no entanto faz-se necessário estabelecer um critério, e esse é o objetivo da Renova. Foi proposta, pela Fundação Renova, a retirada de 30 famílias da área de risco de Barra Longa e, em contrapartida, seria realizada uma perícia para a análise do nexo causal com o rompimento da barragem de Fundão. No entanto, a comunidade não concordou com a perícia e, por esse motivo, o acordo foi suspenso. Foi reforçado que a sugestão da Fundação é que o MP escolha o Perito. O Conselho acentuou a necessidade de preparação prévia à visita a Barra Longa. O Sr. Roberto Waack solicitou a presença do Dr. Elder Magno, Dr. André Sperling, Dr. José Adércio Sampaio e do Conselho Consultivo na reunião de Barra Longa;

- Em tempo, os conselheiros solicitaram que a diretoria trabalhe pela aceleração da implementação, no Conselho Consultivo, da Comissão Temática de Mariana e Barra Longa, prevista pelo TTAC-Governança em sua cláusula 219, parágrafo 2º. Quanto a essa solicitação, foi inteirado que se trata de tentativa de resolução do problema de Barra Longa;

- Foi informado que o Conselho Consultivo visitou a Associação Comercial e Industrial de Mariana/MG - ACIAM, quando foi apontada a insatisfação dos comerciantes. Foi questionado se a Renova irá capacitar fornecedores. Foram pedidas desculpas ao Conselho Consultivo, pois o Gerente de Território havia entendido que não era necessário a presença da Renova na reunião com a sociedade comercial de Mariana/MG. Informou que (i) a empresa DVF foi contratada para realizar diagnósticos nas empresas da comunidade; (ii) Existe uma linha de créditos para as empresas locais que estão falindo se reerguerem; (iii) Existe também um foco de Compliance que objetiva criar critérios para as empresas fazerem adesão e serem incluídas na lista de fornecedores. Foi adicionado que a associação de comerciantes de Regência também manifestou insatisfação quanto ao não cumprimento da contratação local. Houve comprometimento em levar esse questionamento à área responsável para verificar o ocorrido. A questão da ACIAM foi acrescentada à pauta de reunião

da Diretoria;

- Foi realizado o Treinamento de Compliance. Na sequência, foi entregue aos Conselheiros o Código de Conduta e a Política Anticorrupção da Fundação Renova. Os conselheiros presentes assinaram um termo de recebimento e compromisso com o Código de Ética e Conduta e a Política Anticorrupção da Fundação Renova;

- Ao final, foram aprovadas as seguintes recomendações para a diretoria: (i) que as famílias de Barra Longa em situação de risco sejam retiradas das 30 casas (ii) que o Sr. Roberto Waack compareça a Barra Longa, para conversar com a comunidade.

20ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 21/set/2018

Local: Belo Horizonte (MG)

Participantes:

Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. João Lages Neto / Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sr. Tarcísio José Foeger

Convidados:

Guilherme Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), José Carlos Carvalho (Coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova), Tânia Alcântara Loss Vincens (Advogada externa da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova), Fernando Matos (Líder de Governança da Fundação Renova) e Olívia Braschi (Representante da Obraschi).

Mesa: Secretária Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- A reunião se inicia sem quórum para deliberações devido à ausência dos Conselheiros. É recomendada a criação de procedimentos tanto para substitui-

ção quanto para desligamento dos Conselheiros. Foi reforçado a necessidade de formalização de rito de indicação e de exoneração dos membros deste Conselho. Além disso, sugeriram que as ausências dos Conselheiros nas reuniões devem ser informadas às instituições representadas. É indicado envio de ofício ao Comitê do Piranga, propondo a reconsideração do desligamento do Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães, considerando a importância do Conselheiro no processo de transição do Conselho Consultivo, até janeiro de 2019;

- Apresentação do planejamento de reuniões e visitas do último trimestre do ano: reunião do Conselho Curador, reunião do CIF, reunião da CTOS, visita ao território do Baixo Rio Doce, evento sobre indenização, reunião ordinária do CCO, devolutiva à região de Linhares, devolutiva a Mariana e Barra Longa, devolutiva ao território do Baixo Rio Doce e reunião ordinária do CCO. Os Conselheiros informaram sua insatisfação em realizar devolutivas sem o retorno do Conselho Curador sobre as demandas de cada município. Foi discutida a intenção de planejar reuniões sobre temas prioritários para o Conselho Consultivo fora do tempo previsto para as reuniões formais;

- Apreciação do Plano de Trabalho com o Conselho Consultivo, visando a implementação do TAC Governança e o Diálogo “Conselho Consultivo à luz do TAC Governança”. Considerações importantes: foi mencionado que, por muitas vezes, as deliberações do Conselho foram desconsideradas pela Fundação Renova. Uma das orientações dadas é que o Conselho reflita sobre a própria atuação e como poderia fazer para que suas recomendações/funções fossem mais efetivas; acredita-se que o limbo em que o sistema de Governança se encontra não pode se projetar até o fim do período de transição; foi salientada a disputa de poderes que irá se instalar nas comunidades para decidir quem serão os seus 7 representantes no Conselho Consultivo. Tais representantes não podem ser escolhidos e nem sofrer interferência do Conselho; ressaltada a importância de se definirem regras para o funcionamento do Conselho Consultivo futuro, além da necessidade de estruturação física e de processos; Conselheiros indicaram o Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães como interlocutor para a preparação do Plano de Trabalho, junto à Governança; o Conselho Consultivo deve se preparar para solucionar os conflitos que surgirão com a sua nova composição;

- Processamento das recomendações do Conselho Consultivo. Dinâmica entre grupos de Conselheiros propõe uma avaliação das respostas às recomendações emitidas, gerando pareceres com as seguintes conclusões: (i) recomendação atendida – finalizar; (ii) recomendação não atendida – finalizar; (iii) recomendação não atendida – solicitar mais informações (iv) recomendação em desenvolvimento – requer acompanhamento. Cada grupo apresentou suas conclusões aos demais conselheiros, conforme ANEXO I da referida Ata;
- Foi proposta e aceita pelos Conselheiros a nomeação de um relator para cada recomendação em aberto;
- É informado aos demais Conselheiros sobre a necessidade de revisar as políticas do pescador de fato, tendo em vista que atualmente existem mais de 40.000 inscrições;
- Diálogo sobre “Lições Aprendidas e Expectativas de Melhoria do Conselho Consultivo”. Principais apontamentos da dinâmica realizada entre os Conselheiros presentes:
- O que deu certo? E o que viabilizou que as entregas deram certo? A abertura do canal de comunicação dos atingidos, viabilizado pela descentralização do Conselho com idas ao campo; o reconhecimento do papel do Conselho, aumentando sua credibilidade com a Diretoria; a relação de proximidade entre os Conselhos Curador e Consultivo e maior participação no CIF; o debate presencial, tendo em vista a participação da Diretoria e da Governança nas reuniões do Conselho Consultivo; o maior envolvimento do Conselho com membros diretamente afetados das comunidades, além da Diretoria, Governança, Gerentes de Territórios e Gerência de Programas; na Governança, a participação no suporte técnico e operacional, viabilizado pela disponibilização de pessoas e recursos para fazer os papéis foi algo apontado como positivo; a ida direta ao MP para conversar com o Sr. José Adércio, repercutindo na quebra de fronteira com a própria Diretoria; a interação com a Câmara Técnica de Organização Social; a construção de diálogo com as lideranças da comunidade; as apresentações em nome do Conselho, em diversas palestras e entrevistas à imprensa.
- O que deu errado? O que poderia ter sido feito para o resultado ser diferente ou melhor? O déficit de apoio logístico e operacional para o Conselho manter

contato com a comunidade, ter mais protagonismo e estrutura organizacional; poderia existir maior reconhecimento do Conselho Consultivo, haja vista que é a instância de relacionamento com a comunidade; necessária maior participação da Diretoria nas reuniões do Conselho; falta de autonomia e de indefinição do papel institucional das Gerências de Territórios (Gerente de Território x Gerente de Programa); realização de trabalho conjunto do Comitê Técnico com o Conselho Consultivo, sendo que o Conselho não se alertou para fazer as reuniões e ouvir mais as comunidades afetadas; quanto ao Conselho Curador e ao CIF, o que deu errado foi o não reconhecimento do papel do Conselho Consultivo, além da falta de respostas às recomendações emitidas pelos Conselheiros; falta de linguagem adequada para dialogar com as comunidades; pouca interação da Assistência Técnica e das Câmaras Técnicas com o Conselho Consultivo; o Conselho Curador encara o Conselho Consultivo como apêndice, não respeitando o nível de hierarquia/importância; o Conselho Curador, o CIF, a Diretoria, a Governança, e os Gerentes de Território e de Programas não priorizaram as demandas do Conselho Consultivo; a participação do Conselho nas comunidades deu errado, pois não se teve braço, ouvido e cabeça para agir de forma abrangente; a impermeabilidade do Conselho Curador é outro ponto negativo; a aproximação com CIF foi muito tardia e superficial; existe uma resistência da Diretoria às propostas feitas pelo Conselho Consultivo; com relação à Governança, o que deu errado foi a efetividade da gestão das Recomendações; quanto à Gerência de Territórios, a desarticulação com o ponto focal foi negativa; os Gerentes de Programas encontram-se distantes do Conselho Consultivo, sendo muito técnicos e com posição sempre de justificar, ao invés de discutir e dialogar; a pouca interatividade com a comunicação também foi um ponto negativo, segundo Conselheiros; com relação às empresas, foi reportado que houve tentativa de cerceamento da autonomia do Conselho Consultivo; sobre o MP, a relação com o Promotor do TAC Governança também não deu certo, já que ele não responde aos e-mails, telefonemas e mensagens dos Conselheiros; com relação às Câmaras Técnicas, a não interação nas fases de definição de projetos foi apontada como uma falha; não há relação da Ouvidoria com o Conselho; a respeito do Comitê Técnico, foi indicado que falhou a complementariedade: o Conselho poderia ter sua

ação voltada para fora e o Comitê Técnico para dentro da Fundação Renova, devidamente articulados; com relação à comunidade acadêmica, foi afirmado que o Conselho não conseguiu ter uma ação junto à academia, para promover um processo de gestão do conhecimento mais interativo. Acredita-se que a Fundação Renova foi refratária às proposições do Conselho Consultivo neste sentido; a relação com o Comitê de Bacia também não deu certo, o Pacto entre CIF, Diretoria da Renova e Comitê de Bacia, recomendado pelo Conselho, ainda não foi discutido, apesar de repercutir a intenção declarada pelas partes.

21ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 18/out/2018

Local: Belo Horizonte

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália, participando de forma presencial; / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Giro Santana / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. Rogério Pena Siqueira / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

Guilherme Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Roberto Waack (Diretor-presidente da Fundação Renova), Cynthia Hobbs (Diretora de Planejamento e Gestão da Fundação Renova), Ana Weiz (Líder de Programa Socioeconômico/Indenização e Auxílio Financeiro da Fundação Renova), Lucas Sardinha (Especialista de Programa Socioeconômico/Cadastro da Fundação Renova), Eduardo Dinelli (Gerente de Compliance da Fundação Renova), Ticiania Faviero (Advogada externa da Fundação Renova), Rodrigo Kuyumjian (Gerente de Território baixo Rio Doce), Carla Rocha (Supervisora de Negociação/Indenização e Auxílio Financeiro da Fundação Renova), Felipe Giorni (Supervisor de Negociação/Indenização e Auxílio Financeiro da Fundação Renova), William Sarayed Din (Gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova), Luana Maia (Consultora de Governança da Fundação Renova),

Tânia Alcântara Loss Vincens, (Advogada externa da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova).

Mesa: Secretária Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- Foi relatada a Reunião do grupo de trabalho de indenização do Pescador de Fato ocorrida dia 09/10/2018, em Linhares. Na sequência, foi debatida a solicitação do Conselho Curador ao Conselho Consultivo de uma indicação de município em Minas Gerais para compor o Projeto Piloto. Foi ressaltado que o grupo de trabalho selecionou os municípios Conselheiro Pena, Aimorés e Governador Valadares para decisão do conselho consultivo. Respondendo a um questionamento do Conselho, foi explicado o conceito de projeto piloto, como uma espécie de protótipo, com um escopo bem definido. Em seguida, houve questionamentos sobre o cronograma do projeto, quando foram ressaltadas as dificuldades em se demarcar o cronograma, tendo em vista as peculiaridades de cada município. Foi acrescentado que o início do Projeto Piloto no Estado do Espírito Santo está confirmado pela Fundação Renova, evidenciando que a aplicação do Projeto em Minas Gerais não interferirá na aplicação no Espírito Santo. Um dos conselheiros demonstrou sua indignação pelo retorno ao assunto “Projeto Piloto”, após 6 meses de discussões. Na sequência foram solicitados mais detalhamentos sobre o projeto piloto em discussão e foi argumentado que o Projeto apresentado no CTOS é totalmente diferente do Projeto apresentado anteriormente. Foi defendido que não houve mudança no Projeto proposto pelo Conselho Consultivo e que apenas uma metodologia, aprovada no CIF e no Conselho Curador, será aplicada nos municípios. Informou-se o compromisso da Fundação Renova em manter a metodologia apresentada para a comunidade. O Diretor-presidente afirmou estar plenamente sensível com as colocações dos Conselheiros e solicitou a produção de um documento a ser apresentado ao Conselho Curador, na reunião da próxima segunda-feira. Informou ainda que a metodologia desenvolvida para o Pescador de Fato será a solução para toda problemática do PIM;
- Os conselheiros foram atualizados sobre o Projeto Piloto Pescador de Fato. Foi reforçado que o Projeto Piloto será aplicado da forma que foi proposto

pelo Conselho Consultivo e que a aplicação do Projeto Piloto na calha não atrapalhará sua aplicação na Foz. Foi questionado qual seria a metodologia a ser aplicada em toda a calha e qual o adicional de município em MG. Houve críticas à lentidão para se acrescentar novos municípios no Projeto Piloto. Na sequência, foram apresentadas as sugestões de Modelos de Declaração de Reconhecimento de Pescador de Fato. Os conselheiros sugeriram que o Modelo questionasse sobre o período no qual o pescador atuou na região e solicitasse mais especificações sobre a área na qual o pescador de fato pescava, assim como o local de sua residência. Houve uma preocupação com fraudes, sendo sugerida a indicação das leis que asseguram punições a quem faltar com a verdade na declaração. Em seguida, foi apresentado o “Formulário da Pesca”. Os conselheiros discutiram diversas perguntas e opções de resposta presentes no Formulário e fizeram seus apontamentos e sugestões. Então, foi apresentado o Questionário, com a Rotina da Pesca, Ambiente e Recursos Pesqueiros e Apetrechos, Destino do Pescado e Cadeia Produtiva, Legalidade. Sobre a aplicação, os conselheiros concordaram com a aplicação dos dois documentos isoladamente. Passou-se então para a apresentação da Narrativa Oral, a ser aplicada para os pescadores que não possuem nenhum documento comprobatório de sua atividade pesqueira. O Conselho debateu então a qual seria o órgão responsável pela deliberação sobre quem é ou não Pescador de Fato, no final do processo. Foi frisada a necessidade de se trabalhar na comunidade a importância da legitimidade do processo. Um dos conselheiros sugeriu a aplicação do Projeto em toda a calha, com análise dos dados coletados apenas das cidades sugeridas pelo Conselho, pois acredita que, ao aplicar o Projeto Piloto, ensina-se as comunidades vizinhas a fraudarem o processo. Em seguida, reforçou sua preocupação de ordem econômica, com a postergação de gastos por parte da Fundação Renova com objetivo financeiro de rendimento de investimentos dos valores depositados pelas Mantenedoras nas contas bancárias da Fundação Renova. Foi ressaltado que não existe, na Fundação Renova, nenhum movimento para postergação de gastos. No entanto, sugeriu-se que essas dúvidas fossem acrescentadas no documento a ser enviado para o Conselho Curador, solicitando posicionamento das Mantenedoras quanto à questão econômica apresentada. Na sequência, foram solicitadas

ao Conselho Consultivo definições sobre: (i) se o Conselho enviará a carta ao Conselho Curador, conforme sugerido; (ii) quem dará a negativa e qual recurso será possível; (iii) se o Conselho votará para escolher um dos 3 municípios sugeridos para Piloto em MG. O Conselho Consultivo deliberou: (i) quanto à carta, o Conselho Consultivo decidirá na reunião do dia 19 de outubro, quando o Conselho estará todo reunido (ii) que a negativa deve ser automática, uma vez que serão utilizados documentos técnicos, dada pela Fundação Renova, com respaldo do Conselho Consultivo e da comunidade quanto a sua metodologia. A negativa, justificada, deve ser dada por meio de documento escrito. Quem dará esse informe é a própria comunidade. Daqui um mês, na próxima reunião, se deliberará sobre os recursos. Após a negativa, a comunidade deve ser incluída no processo/na legitimidade dos recursos; (iii) por unanimidade, pelo município de Conselheiro Pena;

- Foi feita uma apresentação do Diagnóstico dos Programas: Cadastro, AFE e Programa de Indenização Mediada (PIM). Foram questionadas as metodologias de pagamento do PIM e as inconsistências apresentadas no município de Regência. O Conselho acrescentou ainda que não teve retorno sobre alguns casos trazidos para a Fundação Renova, solicitando mais transparência nas negativas. Foi sugerido que as devolutivas sejam por escrito, e não de forma oral, como ocorre atualmente. Houve concordância que o processo deve ser aprimorado. Foi proposta uma reunião, na qual o Conselho Consultivo apresentará uma lista dos casos relatados, enquanto o Cadastro e o PIM apresentariam a devolutiva de cada caso. Foi recomendado ainda que todas as pessoas que tiveram resposta negativa para os Programas recebam uma devolutiva formal com a justificativa;

- Em seguida, foi apresentado o Cronograma do “Pescador de Fato”. Alguns conselheiros discordaram dos prazos apresentados e das devolutivas que serão apresentadas aos Conselhos Consultivo e Curador. Foi solicitado que se acrescentasse, no documento a ser enviado ao Conselho Curador, a recomendação do Conselho Consultivo de que os pagamentos dos pescadores que tiverem seu cadastro reconhecido fossem sequencialmente realizados. Os conselheiros reforçaram que o projeto aprovado pelo Conselho Curador é diferente do projeto anteriormente aprovado pelo Conselho Consultivo. Foi

criticada a falta de diálogo da Diretoria e da área técnica com o Conselho Consultivo. Ficou acertado que o Conselho Consultivo terá uma devolutiva do Conselho Curador no dia 24 de outubro.

22ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 19/out/2018

Local: Belo Horizonte (MG)

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sra. Sônia Madali Boseja Carolino / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

Guilherme Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Thomas Ferreira (Gerente de Território da Fundação Renova - alto Rio Doce), Antônio Matheus (Especialista de Relacionamento Institucional da Fundação Renova/Território ES-Foz), José Carlos Carvalho (Coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova), Luana Maia (Consultora de Governança da Fundação Renova), Tânia Alcântara Loss Vincens (Advogada externa da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova) e Olívia Braschi (Representante da Obraschi).

Mesa: Secretária Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- Início formal dos trabalhos do Conselho Consultivo, apresentação dos Conselheiros e da agenda do dia, além do alinhamento das próximas reuniões;
- Em relato sobre a última reunião com o Conselho Curador da Fundação Renova foi destacado a importância da Política de Pesca do Pescador de Fato, do rito processual dos projetos - que precisam ser melhorados, e sobre o

tratamento da calha de forma mais integrada e abrangente, e não por território. O Conselho Curador aprovou o projeto;

- Sobre a multa aplicada pelo CIF, é esclarecido aos Conselheiros presentes que a Fundação Renova descumpriu o prazo de 45 dias, para início do Projeto Piloto. Foi ressaltada a insatisfação da Defensoria Pública e da CTOS quanto ao descumprimento do referido prazo. Um dos Conselheiros concluiu que a Fundação Renova está desconsiderando a instância. Acredita-se que falta entendimento de Governança e que existe, de fato, um conflito;
- Recomendação para a Diretoria: elaborar uma manifestação para a Fundação Renova iniciar um procedimento de abertura de Edital que cubra o teor do projeto da FAPEMIG/UFJF para criar um laboratório que visa a criação de especialistas em qualidade da água. Foi solicitado priorização nesse projeto;
- Recomendação para a Câmara Técnica de Recursos Hídricos se posicionar quanto ao projeto da FAPEMIG/UFJF para criar um laboratório que tem como objetivo a formação de especialistas em qualidade da água;
- Apresentação do Plano de Trabalho do Conselho Consultivo. Ficou acordado na última reunião que a área de Governança e o Sr. José Geraldo Rivelli iriam escrever a sugestão de perfil para a composição das novas vagas do Conselho Consultivo à luz do TAC Governança, bem como a sugestão do modus operandi do Conselho Consultivo;
- Foi informado a todos os presentes que o Conselho Consultivo passará a ter 19 vagas, sendo 7 delas definidas pelas comissões locais e que, para essas, a Fundação Renova será totalmente imparcial na indicação, assim como na composição das comissões. Foi ressaltado a necessidade de compreender toda a população atingida;
- Destaques: (i) sobre as 04 vagas indicadas pelo CBH-Doce, foi sugerido que os indicados sejam 2 técnicos e 2 representantes da sociedade. É ressaltado que o Conselho pode sugerir os perfis, mas não indicar em nome dos Comitês, sendo que a proposta é de recomendação, e não de imposição. Foi proposto excluir a quantidade de técnicos e representantes da Sociedade Civil, mas destacou-se a importância de descrever a necessidade de comprometimento com o Conselho Consultivo, conhecimento sobre os temas técnicos sobre a CBH e sobre a Fundação Renova; (ii) sobre os 02 representantes de

ONGs, foi proposto um representante de uma ONG ambientalista e outro representante de uma ONG social, ambos com atuação efetiva na Bacia do Rio Doce, legalmente constituída, com representação legítima e que não devem ser entidade internacional. Um dos Conselheiros afirmou que a sugestão deve compreender 1 ONG ambientalista atuante na área Marinha, conforme descrito no TAC; (iii) sobre os 03 representantes de instituições acadêmicas, foi proposto 1 representante de academia ligada às áreas de Hidrologia, Solo, Ambiental, além de 1 ligado à Antropologia, História, Área de Humanas e 1 representante ligado a Governança e a Gestão Territorial. Foi destacado pelos Conselheiros que as universidades devem ser locais, preferencialmente na região da bacia, podem ser instituições privadas, think tank ou centro de pesquisa e que os 3 representantes das instituições acadêmicas devem fazer uma recomendação conjunta; (iv) sobre os 02 representantes de entidades de Direitos Humanos, foi proposto 1 representante de Direito Humanitário ou pessoa de notório saber na área e 1 representante de povos e comunidades tradicionais (pescador, quilombola, ribeirinho, indígenas) ou pessoa de notório saber na área; (v) 1 representante da área de Desenvolvimento Econômico, foi proposta a indicação de instituição com histórico de estudos, pesquisas e projetos para desenvolvimento econômico da Bacia do Rio Doce. Para essa vaga, foi proposto que a Fundação Renova escolha o representante, com o auxílio do MP, sendo que o Conselho Consultivo também pode indicar nomes. É reforçado pelos Conselheiros que devem ser premissas para todas as vagas a disponibilidade e o comprometimento e todos concordam com a sugestão de realizar uma Chamada Pública;

- Foi sugerido pelo próprio Conselho Consultivo mais proatividade em relação à nova fase da Governança;
- Durante apresentação de acordos e regras de convivência para o Conselho Consultivo, é reforçada a necessidade de o Conselho Curador responder às recomendações do Conselho Consultivo e que, quando não houver resposta, cabe ao Conselho Consultivo informar o MP, para que o Conselho Curador seja oficiado;
- Na exposição do balanço das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria da Fundação Renova foi informado que existe, no TAC Governança, a previsão de contratação de um Ouvidor Geral. Após esclarecimentos sobre a Ouvidoria

ser um acesso a um mecanismo de denúncias e reclamações externas, foi apresentado aos Conselheiros um documento que pretende ser divulgado nos jornais de todas as áreas atingidas. Foi sugerido citar no documento questões sobre a indenização indevida, acrescentar as hipóteses de reclamações e denúncias, bem como deixar claro que essas reclamações/denúncias devem envolver a atuação da Fundação Renova. Solicita-se que as estatísticas da Ouvidoria sejam apresentadas ao Conselho, com regularidade. Foi proposto aos Conselheiros o envio de relatórios mensais;

- Leitura da carta dos pescadores de Regência. Foi reforçada a necessidade de recomendação para o CIF informando que os pescadores não estão recebendo o seguro defeso, haja vista o questionamento do INSS quanto ao recebimento do cartão auxílio da Fundação Renova. Recomendação do Conselho Consultivo para a Diretoria: não acumular o pagamento dos lucros cessantes;
- Apresentação do Planejamento da devolutiva do Conselho Consultivo no território de Barra Longa. A situação no local piorou bastante após visita dos Conselheiros. Ocorreram duas manifestações em Barra Longa, com o fechamento de estradas para os funcionários da Fundação Renova. Foi informado que foram propostas duas datas para a reunião com o Sr. Roberto Waack, no entanto as duas foram canceladas pelo MP. Neste caso, é ressaltada a necessidade de mediação robusta e clara para essa reunião, bem como a importância da presença do Conselho Consultivo. Também houve relato sobre protestos em Santa Cruz do Escalvado e em Rio Doce. Foi indicado restabelecer a confiança das comunidades e dos manifestantes na Fundação Renova. Foi informado aos presentes que a Fundação está tentando uma intermediação mais pacífica nesses territórios. Solicitações feitas pelos Conselheiros: o endereçamento das devolutivas do Conselho nos relatórios mensais produzidos pela área técnica e uma planilha com devolutivas de todas as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo;
- Atualização sobre a questão da água e das lagoas de Linhares, situação de Areal, Entre Rios, Povoação e Regência. É solicitada a formalização das demandas e respostas nos territórios de Povoação e Regência, além de uma agenda para retorno do Conselho Consultivo nessas comunidades. Foram sugeridos pelos Conselheiros uma apresentação a respeito do programa de flo-

restamento na próxima reunião, e uma agenda sobre a água. Recomendação: a Fundação Renova necessita estreitar o relacionamento com o CBH Doce, afim de verificar a aderência dos projetos de recuperação da calha do rio Doce ao PIRH (Plano Integrado de Recursos Hídricos);

- Os conselheiros finalizaram e aprovaram o documento a ser enviado para o Conselho Curador, conforme solicitado pelo Sr. Roberto Waack sobre a Política dos Pescadores de Fato.

23ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 23/nov/2018

Local: Belo Horizonte (MG)

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sr. Igor Rodrigues de Assis / Sr. Tarcísio Foeger / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

Guilherme Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Luana Maia (Consultora de Governança da Fundação Renova), Tânia Alcântara Loss Vincens (Advogada externa da Fundação Renova), Thomas Ferreira (Gerente de Território da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova).

Mesa: Secretária Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- Abertura formal dos trabalhos do Conselho Consultivo e alinhamento dos Conselheiros;
- É relatado um certo desconforto em relação à Política do Pescador de Fato, e que o Conselho Consultivo não é escutado dentro da Fundação Renova. A narrativa de um dos Conselheiros aponta que nos relatos dos gestores locais do mu-

nício de Barra Longa, não consta a visita realizada pelos membros do Conselho Consultivo, tampouco cita a necessidade da presença do Conselho na reunião que o Sr. Roberto Wack realizará em Barra Longa. Ressaltado também que em Bento Rodrigues as recomendações do Conselho também não foram reportadas nos relatos dos gestores locais. Reforçada a indignação dos Conselheiros, tendo em vista que as atas de outras instâncias de Governança não mencionaram o Conselho Consultivo; as atas devem registrar toda a realidade;

- Foi ponderado que o Conselho Consultivo não está conseguindo ajudar a Fundação Renova, apesar de todo o esforço dos Conselheiros. Alguns descreveram a sensação de terem feito turismo durante o mandato de dois anos do Conselho Consultivo, outros de terem se dedicado muito e não terem conseguido atingir os objetivos traçados;

- Foi destacada a falta de representatividade da comunidade na abertura do Centro de Informação Técnica, de Governador Valadares/MG. A informação dada é que os autos não refletem a realidade da reunião para a escolha do local, assim como ocorre com todo o trabalho realizado pelo Conselho. Um dos Conselheiros presentes acentuou para o fato de sua presença ou falas não constarem em ata da reunião do CIT, em julho de 2018, tendo em vista que o mesmo representava o CBH Doce na mencionada reunião;

- Foi feita uma crítica de que os Conselheiros são representantes de algumas comunidades e/ou instituições, no entanto, na realidade, não existe tal representatividade. Os projetos da Fundação Renova são bonitos no papel mas, na prática, não são validados pela própria comunidade. Um dos Conselheiros acentuou que Fundação Renova está se esquivando de suas responsabilidades, principalmente quanto à entrega de água na comunidade de Regência e sobre a Política do Pescador de fato;

- É ressaltada a questão de que falta definir os papéis de cada instância de Governança dentro da Fundação Renova. Salientou-se que há algo sintomático na Governança tendo em vista que o Conselho Consultivo, em sua totalidade, está insatisfeito com o que foi desenvolvido durante o mandato, e o CIF está insatisfeito com o Conselho Curador;

- O Conselho decidiu pelo desenvolvimento de documento, em formato de relatório, com fatos positivos e negativos a ser enviado para o CIF, Conse-

lho Curador, MP e para os próximos integrantes do Conselho Consultivo, bem como pela solicitação à Governança de uma reunião de transição para que todas essas situações sejam repassadas;

- Relato sobre os arranjos com o MP para a implantação da nova Governança. Principais marcos: (i) criar as estruturas inexistentes, adequar as existentes e nomear representantes para cada; (ii) criar nova estrutura de ouvidoria com maior participação social; (iii) contratar gerenciador CIF e gerenciador atingidos; (iv) adequação do estatuto, conforme mudanças propostas do TAC Governança e validá-lo internamente e junto ao MP; (v) entender os papéis e responsabilidades de cada área, regras APRO. Foi pontuado que não existiu participação da comunidade nas decisões sobre a representatividade da comunidade nas instâncias de Governança da Fundação Renova, sendo o procedimento produzido de forma não democrática. Um dos Conselheiros presentes informou que pediu a palavra para falar como representante do Conselho Consultivo, na reunião do CIF, e não lhe foi dada a palavra. Foi repassado que a Fundação Renova não tem legitimidade para apontar tais relatos ao MP, mas o Conselho tem legitimidade para escrever as recomendações ao MP, informando e pedindo providências;

- É sugerido que o Conselho Consultivo elabore uma recomendação ao CIF, indicando a verificação do questionamento sobre o processo de escolha das assessorias Técnicas das Pessoas atingidas nos territórios de Povoação e Regência (ES);

- Apresentação e aprovação por unanimidade do modus operandi do Plano de Trabalho do Conselho Consultivo. É reforçada a dificuldade de comunicação e aproximação com os Gerentes de Territórios. Em resposta, foi afirmado que a Governança irá se reunir com os gerentes de territórios para resolver essas questões e definir quais os pontos devem ser repassados para o Conselho Consultivo. O modus operandi do Plano de trabalho do Conselho Consultivo será projetado para o novo Conselho. Quanto ao tempo de dedicação à Fundação Renova, os Conselheiros solicitaram que a participação não se limite às reuniões mensais. Sobre os principais assuntos para discussão e definição: (i) mudança no perfil da pauta. É solicitado que a pesca seja assunto mais frequente; (ii) período de mandato do coordenador. Os conselheiros

aprovaram o mandato do Coordenador de 1 ano, podendo ser prorrogável por igual período; (iii) participação de pessoal da Fundação Renova ou terceiros nas reuniões do Conselho Consultivo deve ser aprovada previamente pelo Conselho; (iv) Quanto ao Timing das consultas, os Conselheiros informaram a insatisfação com esse retorno, já que o prazo não está funcionando na prática; (v) quanto a frequência das reuniões, ficou estabelecido a frequência mensal. É reforçado que deveria ocorrer reunião mensal entre CIF, Conselho Consultivo e Conselho Curador. Tal recomendação nunca foi realizada; (vi) comunicar a instituição representada no CCO a ausência consecutiva do conselheiro com ou sem justificativa;

- Esclarecimentos sobre o Projeto Fazenda Floresta e as estratégias para 2019, no que se refere à disposição do rejeito a ser dragado de Candonga. Conselheiros são informados que a ACOM aprovou os projetos para o período de chuva.

- É solicitado que os Conselheiros apontem quais relatorias não necessitam mais de seguimento. Foi pontuado que a Fundação Renova dá a resposta, mas não as cumpre; as respostas são vagas e não tem seguimento;

- Exposição sobre a distribuição de água nos territórios de Regência, Povoação, Areal e Entre Rios, apontando situações críticas e locais onde a distribuição ocorre por água mineral, caminhão pipa, ETA, etc. Temas que se destacaram nas discussões do Conselho: a gestão de distribuição da água para consumo humano, a qualidade da água, seus custos e problemas operacionais, relacionamento com o SAAE, a captação e distribuição alternativa de água, além dificuldades e pendências fundiárias;

- Foi ressaltado que falta integração entre as áreas da Fundação Renova, falta integração entre os seus programas;

- Apresentação sobre a devolutiva de Barra Longa. Conselheiros foram informados que a situação está mais controlada na região, o tom de hostilidade e agressividade melhorou bastante e a fundação conseguiu avançar na questão do garimpo. Foi pontuado a necessidade da devolutiva do Conselho Consultivo na comunidade, mas é preciso pensar em quando e como essa devolutiva deve ocorrer;

- Os conselheiros aprovaram a carta a ser enviada à Força Tarefa Rio Doce do

Ministério Público Federal, no entanto, solicitaram incluir a indução na escolha da assessoria técnica por parte do MP. Foi sugerido que o Conselho Consultivo não entre nessa seara;

- O tema Reflorestamento foi retirado da pauta da reunião por questão de tempo. Houve uma dinâmica sobre Lições Aprendidas em que os Conselheiros puderam compartilhar suas respostas e ponderações. No encerramento, foi feita a exibição de um vídeo sobre os caminhos para a reparação.

24ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 10/dez/2018

Local: Belo Horizonte (MG)

Participantes:

Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta / Sr. Carlos Alberto Sangália / Sr. Cláudio Bruzzi Boechat / Sr. Élcio José Souza de Oliveira / Sr. Hernani Ciro Santana / Sr. Hugo Stefano Carvalho Carneiro / Sr. Humberto Savelli B. Gomes / Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza / Sra. Sônia Madali Boseja Carolino / Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac

Convidados:

Guilherme Tângari (Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova), Andrea Azevedo (Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova), Tânia Alcântara Loss Vincens (Advogada externa da Fundação Renova), Rafaela Teodorico (Analista de Governança da Fundação Renova), Fernando Matos (Líder de Governança da Fundação Renova), Ananda Leeuwen (Analista de Programa Socioeconômico da Fundação Renova), José Carlos Carvalho (Coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova), Cléber Lobato Becho (Analista Socioinstitucional da Fundação Renova), Juliana Bedoya (Líder de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Yone Fonseca (Líder de Programa Socioambiental da Fundação Renova), Marcelo Micherif (Líder de Relacionamento Institucional da Fundação Renova), Anibal Santiago (Representante da UFOP) e Fernando Jardim (Representante da Copasa).

Mesa: Secretária Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

Principais pautas e discussões:

- Abertura oficial da reunião e alinhamento dos Conselheiros;
- Membros do Conselho são informados de que foi solicitado à Fundação Renova a produção de uma pasta arquivo, com a intenção de demonstrar à sociedade o que tem sido feito pelo Conselho Consultivo, uma vez que a população cobra retorno dos Conselheiros sobre as ações realizadas. Concluiu-se que é necessário resgatar quais foram as demandas apresentadas e que não geraram recomendação, e as demandas que geraram recomendação. Foi acrescentado também que algumas demandas não foram registradas. Todos os Conselheiros presentes negaram o recebimento do documento das devolutivas de Barra Longa. Na sequência, foi questionado se existe alguma metodologia sobre o surgimento e registros das demandas, sendo proposto registrar todas as demandas em uma página da internet, em que todos os Conselheiros pudessem ter acesso. Ao ser relatado que as atas são enviadas aos conselheiros dias antes das reuniões, não sendo possível uma revisão adequada, é dado como sugestão o prazo de entrega da ata de 15 dias, tempo suficiente para o Conselho Consultivo se preparar. Além disso, foi reforçada a necessidade de a Fundação Renova ter uma equipe própria dedicada ao Conselho Consultivo;
- Um dos Conselheiros indagou sobre seus alugueis em Regência e ponderou que a Fundação Renova não os reconhece como perfil turístico, e que o mesmo certamente pode estar acontecendo em todo o território atingido. Foi feita uma sugestão para que a Fundação Renova apresente seu processo de avaliação dos Gerentes de Território, para que os Conselheiros avaliem se estão de acordo com tal avaliação. Foi ressaltado também que algumas cidades não foram reconhecidas como atingidas e que o Conselho nunca se manifestou sobre tais localidades. Um dos Conselheiros acrescentou que o Gerente de Território poderia ser um ponto focal das ações nos territórios mas que, neste sentido, eles não estão sendo “Gerentes de Território”;
- Logo em seguida é ressaltado que o Conselho Consultivo está passando por um período de transição, onde se pretende ter a representatividade de todo o território. Foi informado aos presentes que a nova estrutura de Governança

provavelmente começará em fevereiro, e que ficou definido que a primeira reunião do próximo Conselho Consultivo teria a participação do Conselho atual. Foi complementado que haverá troca dos representantes das comunidades e que a Fundação Renova deve se preparar para troca total do Conselho Consultivo. Uma das Conselheiras acredita que a foz não terá representante no próximo Conselho e sugere a participação dos representantes da foz nas assessorias técnicas;

- Após questionamento sobre o interesse do Ministério Público pelo trabalho do Conselho Consultivo, foi lembrado que o Conselho decidiu produzir um relatório para informar, inclusive ao MP, sobre o que foi feito até então. Um dos Conselheiros solicitou que esse relatório seja encaminhado para aprovação dos Conselheiros previamente ao envio propriamente dito e sugeriu, ainda, que cada membro do Conselho produza um relatório pessoal para entregar à comunidade que representa;
- Foi pontuado que a carta elaborada pelo Conselho Consultivo referente à insatisfação sobre as recomendações que não tiveram respostas da Fundação Renova será entregue ao CIF e ao MP, e se tornaria pública;
- Uma das Conselheiras relatou que a comunidade acredita que os novos Conselheiros querem fazer aquilo que não foi feito até o momento, tendo em vista que o novo Conselho não será conduzido pela Fundação Renova. Por esse motivo, o Conselho necessita dar um feed back para a comunidade, informando o que foi realmente feito. Foi acrescentado ao debate que é fundamental o book de documentos e atas de todas as demandas trazidas, atendidas, apresentando o registro atual de todos os trabalhos realizados pelo Conselho. Além disso, foi dito que com o TAC Governança, o MP passa a reconhecer as estruturas de Governança da Fundação Renova, inclusive o Conselho Consultivo passa a ser reconhecido como sistema de Governança;
- Contratação de uma equipe para produzir o relatório de atividades do Conselho Consultivo está prevista para janeiro de 2019. Relatório terá supervisão do Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães na preparação dos textos, e deve ser aprovado por todos os membros do Conselho atual;
- É sugerido que o Conselho Consultivo faça uma indagação formal à Fundação Renova sobre a situação dos alugueis e apresente o assunto na próxima reunião;

- Sobre a integração dos Conselheiros com as assessorias técnicas, foi proposto o envio de uma carta ao MP, solicitando que o mesmo considere a atuação dos atuais Conselheiros e que essas pessoas possam dar suporte às assessorias técnicas. Foi pontuada a dificuldade de ingresso nas assessorias técnicas, por serem um grupo fechado. Em resposta, foi ressaltado que os Conselheiros poderiam ter uma influência saudável nas Câmaras Técnicas, e que seria melhor enviar a recomendação às câmaras e ao CIF;
- Exposição sobre o novo cenário político proporcionado pelo TAC Governança, com a presença dos representantes do MAB. Foi ressaltado que a mudança poderá ocorrer na abordagem do Conselho Consultivo com as comunidades e que a própria Fundação Renova mudará a forma de abordagem do Conselho Consultivo. Acrescentaram ainda que o banco de dados sugerido pode ser uma ferramenta para a própria comunidade verificar as demandas e as devolutivas do Conselho. Foi recomendado que um representante do MP deve estar presente nas reuniões do Conselho Consultivo, tendo em vista as ameaças que os Conselheiros estão sofrendo;
- Celebração da Colheita: aprendizados e conexões do Conselho Consultivo. Apresentado o desenvolvimento de atividades voltadas para a transformação dos conflitos e as lições aprendidas. Uma das propostas é organizar a gestão do tempo, para que as reuniões do Conselho sejam mais funcionais. Deve ser dada oportunidade igual a todos para se manifestar. Foi sugerida a alteração no formato dos encontros, com uma reunião prévia dos Conselheiros;
- Apresentação dos Projetos da Foz, em especial os de Povoação. Conselheiros foram informados sobre os fatos relevantes, os riscos e as ações em andamento na Foz. Relatada a insatisfação com a demora nas entregas dos projetos, muitos não dão andamento, ficando a comunidade desacreditada. Houve questionamento sobre o projeto do ponto de ônibus ser entregue em Regência, sendo que foi proposto por Povoação. Em resposta, o Conselho foi informado que o ponto de ônibus foi construído em Regência porque o projeto inicial, oriundo da Samarco, previa a construção em Regência e não em Povoação. Foi acrescentado também que seria interessante que as pessoas que se capacitaram no curso de marcenaria fossem empregadas nas obras;
- Programas PG13 e PG33. Atualização sobre os projetos de turismo, cultura e educação ambiental, em especial na Foz. Foi novamente questionada a

morosidade em se iniciarem os projetos em Povoação. Houve relatos sobre a insatisfação e a falta de efetividade com os projetos entregues em Regência. É feita uma sugestão para que ocorram debates locais, com representantes das comunidades, para dar mais credibilidade aos projetos na região. Em seguida, foi criticado que ocorreram diversos cursos profissionalizantes na comunidade, no entanto, os participantes não são aproveitados pela Fundação Renova;

- Sobre a descon sideração da água que não havia sido aprovada pelos moradores das comunidades, os Conselheiros foram informados que será apresentada uma nova solução para o SAAE, com a proposta de um blend da água de Regência e Povoação. Foi reiterado que a água está dentro dos padrões do CONAMA, mas o SAAE não a aprova porque o nível de cloreto está próximo do limite superior dos padrões. A respeito do prazo para a entrega da estação de energia de Regência, o Conselho foi informado que está prevista para outubro de 2019 e que a Fundação Renova incorporou o pagamento das contas de energia até a conclusão da estação de energia elétrica;
- Esclarecimentos sobre os objetivos, prazos e andamento das seguintes iniciativas: (i) da Recuperação das escolas e Integração da comunidade escolar do Programa 11, (ii) do Programa 12 (preservação da Memória histórica cultural e artística), (iii) do Programa 34 (Preparação para Emergências Ambientais), (iv) do Programa 13 (Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e lazer). Um dos Conselheiros ponderou que os fundos devem ser definidos em comum acordo entre comunidades, Poder Público e Fundação Renova. Outro ressaltou que o programa de cultura deve valorizar a identidade do Vale. Houve também questionamento sobre a implantação do CIT em Governador Valadares, e o motivo de as faculdades e secretarias não terem sido envolvidas no processo. Em resposta, foi dito aos Conselheiros que a preocupação é gerar projetos que a comunidade consiga manter a longo prazo;
- Apresentação sobre Saúde e Proteção Social na Fundação Renova. Após exposição de artigo científico e de matérias veiculadas na mídia sobre o crescimento de bactérias ser uma ameaça à Bacia do rio Doce, houve críticas de que o alarme feito pela imprensa não teria fundamento técnico, e o que foi falado na mídia é bem diferente dos resultados das pesquisas realizadas. Em determinado momento, é questionada a ausência de resposta da Fundação Renova à imprensa. Foi reforçado pelos Conselheiros a necessidade de comunicar e divulgar os

dados de monitoramento da qualidade da água para a comunidade. Recomendação para a Diretoria: criação de aplicativo para divulgação e acompanhamento da monitoração online dos resultados das análises da água.

- Esclarecimentos sobre as denúncias feitas pelo prefeito de Mariana (MG) a respeito do pagamento de indenizações de gastos extraordinários dos municípios, em momentos posteriores ao rompimento da Barragem de Fundão. Os Conselheiros foram informados que a Fundação Renova fez um termo de quitação ampla e irrestrita para os gastos extraordinários, no período de 5 novembro até março de 2016, com a definição dos gastos extraordinários, a ser assinado pelas prefeituras no momento do ressarcimento. Os prefeitos de Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado reivindicam os impostos cessantes, no entanto, tais impostos não estão incluídos no TTAC. Além disso,

não existe jurisprudência sobre esse ressarcimento, uma vez que o TTAC é extrajudicial. O CIF acredita que o termo deve se ater à quitação da cláusula 141, que estabelece o teto de R\$27 milhões. Na Câmara Técnica, foi criada uma metodologia, a partir da qual se aprovou um repasse total de R\$53 milhões. Já foram pagos 18 municípios e, atualmente, a Fundação Renova está analisando documentos de 5 municípios.





Relatórios
de Viagens

Viagem a Mariana/MG

Datas: 04 a 06/jan/2018

Locais visitados: Mariana, Ponte Nova, Rio Doce

Participantes:

Cláudio Boechat / José Geraldo Rivelli / Maria Auxiliadora Costa e Souza / Rogério Siqueira

Relato de viagem:

Objetivos almejados:

- * Conhecer o ambiente em que o possível projeto de floculantes se inserirá.
- * Atualizar impressões sobre o andamento dos projetos de reassentamento e de drenagem em Candonga.
- * Aproximar de equipes da Renova.
- * Adquirir mais sensibilidade junto a partes interessadas locais a respeito da presença e da atuação da Renova.

1. Mariana, dia 04

Visita ao escritório São Pedro, da Renova: equipes de Diálogos e de Contratos: disponibilização do Conselho como eventual apoiador das ações. Fomos acompanhados pela gerente Albanita.

Almoço com conselheiro Geraldo: anunciou sua saída do Conselho, ao que solicitamos auxílio na presteza e identificação de novo conselheiro. Nos informou sobre o novo acordo de TTAC, onde os critérios para contratações locais estão sendo revistas. Sugeriu uma conversa com Rômulo Ferraz, procurador do MP em BH.

Visita às maquetes da comunidade de Bento Rodrigues, a ser construída e visita à região atingida de Bento Rodrigues e à área adquirida para a reconstrução.

Jantar com o Prefeito Duarte:

Com a reformulação do TTAC, o CIF ficará ainda mais complexo. Sugeriu uma conversa com o procurador do MPF, José Adércio, para nos inteirarmos das negociações e apresentar o Conselho Consultivo.

Revelou o seu foco em 2018: negociação das quotizações de recursos para medidas compensatórias estabelecidas no acordo. Estima em R\$ 250 milhões por ano, e nada teria sido aplicado até este momento.

Sobre a Renova, revelou o que tem ouvido: diretores comprometidos com as mantenedoras; 550 pessoas contratadas, ganhando muito bem (ninguém sabe quanto) – e não contratam profissionais nas localidades afetadas.

Revelou a questão da indenização de água em Governador Valadares, que se deseja classificar como ação compensatória.

Nos recomendou a ouvir mais os atingidos. Uma assessoria técnica para eles teria sido contratada equivocadamente, com favorecimento.

Ele dialoga diretamente com os diretores, a quem tem acesso direto e constante.

Reassentamento: Bento vai acontecer, mas Paracatu está com problemas na aquisição de terrenos. Arguiu se não se deveria retornar à opção de compra de terreno da VDL, com desapropriação conduzida pela prefeitura.

Contratações locais: um acordo está sendo conduzido pelo MP. Sugerimos adotar um critério de maior valor (considerando preço e impactos nas comunidades afetadas) ao invés de menor preço, o que foi visto com simpatia por ele.

2. Ponte Nova, dia 5

Visita a Carlos Eduardo, presidente do CDH Piranga, vice-presidente eleito do CBH Doce:

Apresentamos a demanda de manutenção do conselheiro Rivelli. Ele se comprometeu a defendê-la na diretoria eleita.

A relação dele e do Comitê com a Renova é boa.

Quanto ao IBio: sediado em Governador Valadares, atende aos 12 comitês da bacia do Doce como agente de bacia. Está sendo contratado pela Renova.

Quanto ao CBH Doce: poder público participa pouco, porque não conhece ou não quer. Os estados têm participação pior; os municípios têm participado mais por causa de um projeto de Planos Municipais de Saneamento.

Projeto de Gestão do Conhecimento: sugeriu fazer convites à comunidade acadêmica em parceria com o CBH Doce.

Visita à Cooperativa de Plantadores de Cana de Ponte Nova, COPLACAN (diretores José Maria e Itamar):

Economia da cana diminuiu por causa da mecanização em outras regiões, que se tornaram mais produtivas. Em consequência, a região é a que mais empobrece em MG.

Atividades principais atuais são de suinocultura (concentradora de renda) e leite.

A Perdigão está preparando sua presença no aeroporto internacional de Juiz de Fora, com virtuais impactos sobre a atividade suinocultura na região.

A estrutura fundiária é predominantemente de pequenas propriedades.

A UFV desenvolveu um projeto de alta qualidade para desenvolvimento econômico baseado em horticultura.

Cooperativismo: cultura local é inadequada, e é pouco praticado. COPLACAN está se reestruturando e vai abrir-se para outras atividades.

Deficiências da região: estradas rurais de baixa qualidade; falta de matadouro municipal.

Visita à Laticínios Porto Alegre (presidente João Lúcio Barreto Carneiro, gerente Jefferson Brison Brasil, consultor Artur Torres Filho):

A Laticínios Porto Alegre é uma empresa com 35 anos de existência, processando atualmente, em 3 unidades industriais, 850.000 litros de leite por dia, 70 a 80% provenientes de 1300 produtores da região de Ponte Nova.

O Sr. João Lúcio tem uma péssima imagem da Fundação Renova devido às sequelas deixadas não só pelo rompimento da barragem, mas pela relação com funcionários.

Relatou, em tom de desabafo:

- a) falta de visão dos responsáveis locais e regionais;
- b) apoio operacional à recuperação emergencial foi um caos;

c) muito dinheiro gasto com prefeituras e com consultores, mas o pequeno produtor ficou abandonado;

d) recursos gastos até o presente foram em vão;

e) mudanças frequentes de pessoal de contato com os atingidos, falta de qualificação e total despreparo que não permitiram traduzir os esforços em benefícios;

f) relação com o produtor rural, na fase de cadastro, foi desrespeitosa e com linguagem imprópria - foi dada mais atenção ao “malandro” que mentiu e foi atendido, do que ao verdadeiro atingido, que é o produtor rural e que, até o presente, não foi indenizado;

h) indenizações estão causando êxodo da mão de obra das fazendas;

i) compra de silagem fora da região (mais cara) ao invés de adquirir de produtores locais;

j) adiantamento do PIM só agrava a situação do proprietário rural - é necessário assisti-lo.

O Sr. João Lúcio explicitou, de forma muito contundente, seu descontentamento com o tratamento que recebe. Em sua fazenda, diz que é pessoa física, mas que a Renova insiste em trata-lo como pessoa jurídica.

Pela sua relevância, como liderança rural e empresarial, é potencialmente um grande e estratégico parceiro na difusão da imagem da Renova, bem como de apoio às iniciativas e difusão de tecnologias junto aos seus fornecedores. Por isso recomenda-se que o mesmo seja procurado pela direção da Renova para estabelecer uma relação.

Coletamos algumas informações sobre a região de Ponte Nova:

- há cerca de 80 mil suínos, que demandam silos para milho, soja e “volumoso” (composto de ração e vegetais);

- após o desastre da Samarco, cresceu a demanda por fornecimento de água;

- os métodos produtivos são antiquados: há demanda por melhoria genética do gado e novas técnicas de plantio;

- a média de captação diária de leite é de 200 l por produtor, sendo 80% com 100 l – que poderia melhorar para 200 l com melhora de métodos;

- existe um projeto de 10 anos para fomento de milho, sem nenhum resultado apreciável;

- agricultura nas baixadas a jusante de Candonga tem bom potencial;

O gerente Jefferson fez uma avaliação da região, baseado em sua vivência:

- a renda dos produtores precisa ser aumentada, mas falta informação e assistência técnica;
- Projeto “Balde Cheio” – para aumentar a produtividade de produção de leite: faltam apoio financeiro, melhorar a qualidade do pasto (adubação) e orientação técnica. Apresenta possibilidade para ação da Renova, que poderia se dar pela redução do custo de implantação.

Visita ao Presidente do Sindicato de Produtores Rurais, sr Francisco Augusto de Castro Gomes

A exemplo de outros interlocutores, a possibilidade do projeto flocculantes teve muito boa receptividade, desse que haja garantia de demanda e preço mínimo. Ele explanou sobre a forma produtiva dos suinocultores e falou sobre o Saudali, uma indústria de carnes processadas que funciona muito bem e é quase uma ‘cooperativa’.

3. Rio Doce, dia 6

Visita a Candonga:

Fomos acompanhados por gerentes da Renova e da construtora encarregada das obras.

O andamento das obras demonstra a grandiosidade do trabalho a se realizar na região. As dimensões do reservatório em construção dão uma noção da quantidade de rejeitos que terá que ser retirado da represa.

O engenheiro Furquim se comprometeu a levantar e nos informar dados importantes para o estudo de viabilização do projeto de flocculantes.

Visita a Soberbo:

Trata-se de uma comunidade de reassentamento pelo consórcio da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, em Candonga. Situa-se no município de Santa Cruz do Escalvado, mas bastante próxima à sede do município de Rio Doce. A intenção de conhecer a realidade local era de adquirir sensibilidade sobre uma comunidade reassentada, após anos do processo de reassentamento.

Soberbo também está na área afetada pelo desastre da Samarco, participando, portanto, do programa de indenizações.

A impressão causada pela infraestrutura e pelas casas da vila é ótima – as casas são grandes, bem distribuídas, os equipamentos públicos parecem suficientes e de boa qualidade. Nos contaram sobre o apoio a atividades empreendedoras. Dos relatos ouvidos em conversas com membros da comunidade, depreendemos que as iniciativas do programa de reassentamento foram corretas, do ponto de vista técnico e conceitual. No entanto, tivemos a impressão de ter se constituído uma comunidade com pouca energia criativa, pouco solidária e pouco empreendedora. Transparecem conflitos e oportunismos, e mesmo uma certa acomodação com a renda oriunda dos programas de indenização.

Viagem a Governador Valadares/MG

Data: maio/2018

Relatório de demandas dos atingidos ao Conselho Consultivo

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Governador Valadares	Rodolfo Zulske	Presidente da Colônia de Pescadores Z-19	1. A Renova está trabalhando com um déficit de precipitação dos peixes exóticos e não está considerando o que os pescadores trazem de informações quanto à realidade local para apoiar nessa avaliação. Traz como exemplo a questão do período defeso, em que a espécie de peixe Corimba pode ser pescada.	Foi explicado a ele que esta espécie é considerada uma espécie nativa. Conforme já confirmado pelo próprio Sr. Rodolfo, se o IEF abordar um pescador com este tipo de peixe durante o período de defeso, o órgão ambiental vai exigir que se realize a soltura. Rodolfo não ficou satisfeito com a resposta e encaminhou um requerimento à Fundação Renova, no dia 25/05/18, solicitando resposta formal aos seus questionamentos, com resposta a ser entregue até a próxima reunião com os pescadores em GV, ainda a ser agendada, ou num prazo de 30 dias.
			2. Seguro-Defeso: o governo deixou de pagar.	O Seguro Defeso é de competência do Governo e os pescadores estão entrando com os recursos sobre a negativa da concessão do benefício. O Informe de Rendimento já foi enviado pelos correios e os Informes de Pagamentos estão disponibilizados nos CIAS pela Renova e os pescadores poderão buscá-los para auxiliá-los em seus recursos.
			3. Há atendimento por parte da Fundação Renova e, muitas vezes, só não está melhor devido às fraudes que estão acontecendo.	Questionou ainda que pessoas continuam recebendo indevidamente auxílio financeiro. Foi reforçado que irregularidades estão sendo checadas quando há denúncias na Ouvidoria.
			4. Se o recurso de reparação estivesse nas mãos de outras empresas, nenhum atendimento estaria acontecendo. Está havendo sim amparo por parte da Renova.	O Sr. Rodolfo reforça que gostaria de participar dos programas que tratem a questão do repovoamento de peixes (biodiversidade) e recuperação de nascentes e APPs. Foi reforçado pelo Diálogo que o mesmo será convidado a todos os processos de participação social dos Programas de seu interesse. Será agendada reuniões com o Programa de Biodiversidade para melhor entendimento das ações em andamento.
Joelma Fernandes Teixeira		Produtora rural e presidente da Associação de Moradores de Ilha Brava	1. Apesar da stakeholder não ter comparecido à reunião, a mesma, durante as reuniões periódicas com o Diálogo questiona o processo indenizatório e qualidade da água em decorrência de possível contaminação no lençol freático.	A equipe do Diálogo realiza reuniões mensais na localidade na qual a liderança reside, tratando de assuntos do cadastro integrado, PIM e qualidade de água. Ressalta-se que na localidade a maioria dos impactados estão com seus cadastros concluídos e pagamentos indenizatórios realizados. Em relação à qualidade da água, foi informado que a Fundação Renova contratou uma Avaliação de Riscos Ecológicos para saber exatamente as consequências desses usos. Assim que esses estudos saírem, os dados serão amplamente divulgadas.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Governador Valadares	Carlos Salgado Purger	Agropecuária	1. Morosidade no pagamento das indenizações, especialmente para aqueles impactados que tiveram significativo prejuízo financeiro.	Sr. Carlos já recebeu parte de sua indenização. O pagamento do lucro cessante a ser pago foi acordado em reunião realizada no escritório do PIM no dia 11/05/2018. Sr. Carlos aguarda tão somente o efetivo pagamento. Sr. Carlos externaliza entender o volume de trabalho e de pessoas a serem indenizadas pela Renova e que essas questões também impactam no tempo de finalização do processo. O pagamento está dentro do prazo dos 90 dias
			2. Questionamento sobre a desvalorização da terra: valores de antes e depois.	Sr. Carlos foi informado que as possíveis perdas relatadas durante o seu processo de cadastro são analisadas pelo PIM e consideradas no processo de indenização.
	José Eustáquio Natal	Participante ativo da diretoria da ACARD - Associação de Comerciantes de Areia do Rio Doce	1. Há uma grande diferença entre o valor que foi concedido no auxílio financeiro e a renda que as pessoas tinham.	Foi informado ao Sr. José Eustáquio Natal que a natureza do Auxílio Financeiro Emergencial é para a recomposição da renda perdida até que a condição anterior ao rompimento da barragem de Fundão seja restabelecida. A diferença do valor de sua renda será pago por meio do lucro cessante.
			2. Reforço positivo quanto ao avanço do pagamento das indenizações dos areeiros.	Ao longo dos meses de março e abril, foram realizadas reuniões do stakeholder com o PIM e já foi realizado o pagamento da indenização.
			3. Questionamento em relação à qualidade da areia. Não está mais sendo comercializada, por desconfiança do produto.	Em interações junto ao sr. José, é explicado que a Renova está empenhada em contratar especialistas para análise técnica do rejeito. A reunião foi agendada com o Programa de Manejo de Rejeito para o dia 19/06/18 com o objetivo de prestar esclarecimentos da comunidade.
Belo Oriente	Adla Marcela dos Santos Azevedo	Pescadora amadora e vice-presidente da associação de moradores	1. Reconhecimento do trabalho realizado pela equipe de Diálogo com esclarecimento de dúvidas por meio de informações e constante contato com as comunidades.	O diálogo com Adla Marcela é frequente, seja em ações de diálogo individualizado ou coletivo, principalmente em função do papel que desempenha na comunidade, vocalizando várias demandas comuns aos moradores e mobilizando grupos para discutir questões pertinentes ao processo de reparação. Tem sido realizadas reuniões no território com a presença da stakeholder e de outras lideranças, com planejamento conjunto das agendas sempre que oportuno. Foi realizada reunião com grupo da pesca de MG em 15/05 , em que a Adla Marcela é uma das representantes em Cachoeira Escura e pode repassar as informações à comunidade. Além desta reunião com lideranças locais, outra ocorreu com o mesmo intuito para alinhamento das questões apontadas na reunião da pesca do dia 15/05, em 25/05 no Centro de Informação e Atendimento – CIA de Cachoeira

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Belo Oriente				<p>Escura. A liderança também participou de uma conversa com equipe técnica do projeto do Instituto Elos, para fomentar participação dos jovens da comunidade para o projeto de formação de jovens para a construção da visão de futuro do Rio Doce. Irá participar da reunião sobre a água e captação alternativa prevista para terça-feira dia 05/06, com a participação de representante do programa relacionado.</p>
			<p>2. As pessoas estão adoecendo devido à nova dinâmica de vida delas (não poderem mais pescar) e isso tem gerado questões psicossociais.</p>	<p>Foi explicado à stakeholder que a Fundação Renova por meio do Programa de Proteção Social apoia as prefeituras no atendimento psicossocial. Foi informado ainda que houve reunião com a Secretaria de Assistência Social de Belo Oriente para definição de um plano de ação municipal, em que será identificadas possíveis possibilidades de apoio por parte da Renova.</p>
			<p>3. O valor concedido no Auxílio Financeiro não é o suficiente para que as pessoas com questões de saúde física e mental arquem com os custos de tratamento, especialmente de medicamentos.</p>	<p>Foi explicado que o valor do auxílio é para substituir a renda que era proveniente da atividade produtiva impactada. E que além da indenização financeira, existem outros programas para apoiar no processo de reparação, como o Programa de Proteção Social – como citado acima - e outros de compensação coletiva, em fase de planejamento para começar a operar no território. A liderança tem participado das reuniões e encontros promovidos pelo Diálogo Social com os grupos para tratativas de alguns temas, como indenização, auxílio financeiro, captação alternativa.</p>
			<p>4. Obrigação por parte da Renova para os casais formalizarem a união nos cartórios. Críticas de que outras instituições não exigem tais comprovações para concessão de benefícios.</p>	<p>Foi explicado à liderança e a outros moradores do bairro Nova Esperança, durante reunião ocorrida em 08/05, que a Fundação Renova não adota os mesmos procedimentos citados porque não concede benefício social. Pois o auxílio financeiro é um instrumento de reparação pecuniária e que necessita de apresentação de documentos comprobatórios, sendo uma exigência legal e que contribui para evitar fraudes na concessão do auxílio. No entanto, em relação à dificuldade específica em apresentar a certidão de união estável, foi realizado encaminhamento interno para análise do Programa de Auxílio Financeiro.</p>

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Periquito	Patrícia de Oliveira Vieira	Liderança comunitária e presidente da Associação de Pescadores e Ilheiros de Pedra Corrida (ASPIPEC)	1. Morosidade no pagamento das indenizações devido à diversas auditorias que precisam ser realizadas nas documentações e processos, segundo a informação dos técnicos da Fundação Renova. Tal situação compromete a agilidade nas tomadas de decisão.	Em reuniões realizadas nos dias 20/03/2018, 03/04/2018, 08/05/2018, com a presença de diretoria da ASPIPEC, foram repassadas informações sobre critérios de renda da Política de Pesca Subsistência, bem como critérios necessários para pagamento de indenizações. No dia 15/05, em reunião com as lideranças locais de pesca, esses mesmos retornos foram reforçados
			2. Falta de critério e priorização para os atendimentos, de maneira geral.	Foi informado que os casos de maior complexidade e vulnerabilidade apresentados por lideranças e equipamentos públicos do município têm sido tratados com prioridade pelos programas da Renova. Para os demais casos, os atendimentos seguem conforme agenda estabelecidas pelas campanhas de cadastro.
			3. Falta de atualização do Portal do Usuário – avanço de algumas ações não são atualizadas ou há informações equivocadas no histórico.	A equipe de diálogo realizou os esclarecimentos sobre o conteúdo do portal em 14/03.
			4. Impacto no Rio Doce alterou a dinâmica de vida e a cultura das pessoas, esse fato prejudica o momento da negociação das indenizações, já que não se tem previsão de volta para uso do rio e no PIM há uma cláusula de que não se pode entrar na justiça após acordo fechado com a Renova.	As atuações dos programas ambientais por meio de monitoramento da Bacia do Rio Doce, recuperação de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente têm sido divulgadas na comunidade em interações de diálogos individualizados e coletivos. Em reunião com as lideranças no dia 08/05/2018, foi esclarecido que o Programa de Indenização Mediada é de aderência voluntária, sendo de escolha do impactado ingressar no Programa ou através de justiça comum.
			5. A falta de assistência aos ilheiros provoca aumento da vulnerabilidade social em que esse grupo se encontra.	Foi informado ao stakeholder que alguns casos de dano à ilha ainda estão em análise devido dificuldade de comprovação por parte dos impactados. Casos específicos têm sido encaminhados estrategicamente para busca de possíveis soluções. Outros casos de ilheiros já foram atendidos conforme critérios do Programa de Indenização.
			6. Necessidade de melhor atendimento nos cadastramentos, que não trazem o impacto na totalidade.	O cadastro Integrado do núcleo familiar do Sr. Luciano precisou ser submetido à revisão cadastral. A solicitação foi atendida em 04/05/2018 e o stakeholder foi convidado novamente à comparecer no escritório de indenização para proposta de acordo. Em 18/05/2018, Luciano teve o pagamento de indenização efetivado e aguarda entrega de seu Auxílio Financeiro Emergencial, previsto para Julho de 2018.
			7. Falta de informações ou informações equivocadas no 0800.	É de conhecimento do stakeholder que os canais de relacionamento da Renova estão em constante evolução. Casos de informações divergentes são sempre tratadas pela equipe de Diálogo e o Centro de Informação local.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Periquito			8. Samarco e Renova é a mesma coisa, difícil diferenciar.	Na região do Médio rio Doce, a empresa Samarco se tornou conhecida após do rompimento da Barragem de Fundão e atuação emergencial nos municípios impactados. Desde a criação da Fundação Renova, têm-se buscado esclarecer e diferenciar o escopo de Trabalho e intencionalidade da Fundação Renova.
	Keila de Assis Aguiar	Pescadora amadora	1. Impacto no exercício laboral das pessoas têm gerado transtornos como alcoolismo, doenças, divórcios, etc.	A equipe de diálogo tem posicionado que a Renova está tratando sobre essas questões de Proteção Social junto Poder Público local e assim que as possíveis ações avançarem, será dada ciência à comunidade sobre o assunto. Periodicamente são realizados contatos com a stakeholder para tratativa de outros assuntos. Ressalta-se que haverá tentativa de liberação para que Keila consiga participar da próxima reunião com o Conselho Consultivo, pois foi aprovada em processo seletivo da empresa VE, contratada para prestação de serviços à Fundação Renova e desde maio está trabalhando no escritório do PIM DG em Periquito.
Conselheiro Pena	Maria Célia Albino de Andrade	Produtora rural e presidente da Associação Sapucaia de Desenvolvimento Ambiental (ASDA)	1. Preocupação com a qualidade da água, já que, segundo a atingida, deve estar havendo algum tipo contaminação que vem provocando um considerável aumento de aborto dos animais.	Maria Célia esteve presente em reunião realizada no dia 10/04/18 com representante do Programa de Biodiversidade, quando foi esclarecido que alguns peixes encontrados mortos no rio Doce haviam sido analisados e comprovado que as mortes não tinham relação com o rio Doce. O líder do programa esclareceu dúvidas levantadas à stakeholder e informou que pesquisas referentes à qualidade da água e temas relacionados à biodiversidade estão em curso pela Fundação Renova. Foi informada ainda que havendo interesse, os laudos de monitoramento da qualidade de água podem ser apresentados.
			2. Divergência nas tratativas e reconhecimento de ilheiros (ainda que se tenha documentação de pagamento de impostos, a Renova argumenta que as ilhas são da Marinha. Já para outros ilheiros, estão em curso pagamentos de indenizações).	Foi informado que até o momento, somente os ilheiros com indenização inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) passaram pelo processo de indenização, pois conforme critério estabelecido pela Renova, até este valor, não se exige comprovação documental. No caso da Maria Célia, o valor está acima, sendo diferente o procedimento. Devido à isso, ela ainda não teve seu processo de indenização finalizado.
			3. Aponta que sua a plantação de capim para alimentação do gado nunca mais voltou ao nível de produtividade de antes. Mesmo com todo esforço e gasto com adubação e correção do solo, tem colecionado prejuízos, pois investe mais do que antes e tem menor retorno. Culpa o rejeito como o elemento responsável pela baixa fertilidade do solo.	No dia 20/03/18 Maria Célia recebeu visita da equipe de Diálogo juntamente com representante do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias para fins de análise e esclarecimentos de dúvidas referentes a condição do solo de sua propriedade rural.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Conselheiro Pena			4. Argumenta que alguns gastos no manejo do gado e soluções locais dos produtores não são possíveis de comprovação via nota fiscal e essa exigência inflexível por parte do PIM proporciona uma indenização injusta e aquém do valor real de perda e lucro cessante, prejudicando as dívidas bancárias já contraídas.	No dia 03/05 ocorreu reunião com produtores rurais associados da ASDA, associação a qual Maria Célia é presidente e ABERS, quando de maneira coletiva e participativa tiveram suas dúvidas esclarecidas por representante do PIM e equipe do Diálogo. No início da reunião os produtores demonstraram-se insatisfeitos com a morosidade nos processos indenizatório. Como desdobramento da reunião foi proposto que os produtores rurais construíssem um documento apresentando seus pleitos. Este seria direcionado aos setores responsáveis na Fundação, para análise e devolutivas acordadas em até 30 dias. Os produtores demonstram estarem satisfeitos com a realização da reunião e com os encaminhamentos definidos. Foi realizada entrega do ofício, porém muito inconsistente, tratando as questões de forma muito genérica. Sugerimos que o ofício fosse refeito aponto as questões de forma individual, relacionando as demandas aos impactados para que fossem dadas tratativas a cada um deles. A sugestão foi aceita, mas o ofício ainda não foi entregue à Fundação.
			5. Indagação sobre possibilidade de os moradores locais apresentarem câncer, daqui alguns anos / água ingerida pelo gado leiteiro e, conseqüentemente, do leite consumido pelas crianças.	Foi informado que as análises realizadas pela Fundação Renova são encaminhadas para os órgãos competentes e autorizados a divulgar essas mesmas informações, como o IGAM, ANA, Ibama e outros. Também foi informado que a Renova está realizando estudos de toxicidade para que nexo causal de doenças com o rompimento sejam confirmados ou não e que nenhuma afirmação de possíveis doenças poderia ser feita pela Renova.
	José Goulart Pereira	Liderança local de Barra do Cuieté, areeiro informal	1. Inclusão de areiros carroceiros informais no processo de indenização uma vez que somente os areiros formalizados e com licença ambiental foram convidados a participar do processo até agora. Apontam que a retirada de areia do rio através de carroças é a principal fonte de renda de várias famílias da região de Barra do Cuieté que tem passado por enormes dificuldades financeiras pela falta de tratativas ao grupo e ausência de cartão emergencial.	O diálogo com o Sr. José Goulart é realizado periodicamente. No dia 16/04/18, em diálogo individualizado, foi informado sobre as situações de cadastro e indenizações. Quanto à questão dos carroceiros informais, o stakeholder teve a informação de que tal situação está em análise.
	Sineia Pereira Neves	Liderança local de Barra do Cuieté	1. Inclusão de areiros carroceiros informais no processo de indenização uma vez que somente os areiros formalizados e com licença ambiental foram convidados a participar do processo até agora. Apontam que a retirada de areia do rio através de carroças é a principal fonte de renda de várias famílias da região de Barra do Cuieté que tem passado por enormes dificuldades financeiras pela falta de tratativas ao grupo e ausência de cartão emergencial.	No dia 16/04/18, em diálogo individualizado, foi informado sobre as situações de cadastro e indenizações. Quanto à questão dos carroceiros informais, o stakeholder teve a informação de que tal situação está em análise. Foi realizada reunião no dia 15/05 com os moradores de Barra do Cuieté, com o intuito de fomentar a participação social e investigar por meio de fórum coletivo um mapeamento dos casos, bem como dimensionar a real situação de vulnerabilidade social e a sua relação com o possível impacto causado pelo rompimento da barragem.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Conselheiro Pena	Júlio César de Oliveira Lima	Pescador profissional e liderança comunitária informal	1. A segmentação de categorias de pescadores para atendimento da indenização não diferencia a classe profissional, gerando grandes insatisfações.	Foi informado que as categorias diferenciam o pescador profissional embarcado ou desembarcado, além de clara diferenciação perante os pescadores de subsistência, a partir do critério de indenização do lucro cessante. Foi informado ainda que o pescador pode comprovar venda através de nota fiscal caso não opte pela política.
			2. Falta de justiça nos atendimentos – há muitas pessoas recebendo indevidamente, sendo que as pessoas impactadas não recebem nada ou recebem valores abaixo do que seria justo.	O Sr. Júlio Cezar faz parte de uma família de pescadores, todos eles atendidos pela Fundação Renova. Todos recebem auxílio financeiro emergencial e já ingressaram no processo de indenização. No mês de março o stakeholder foi convidado a comparecer no escritório do PIM, em Galileia, para apresentação de documentos comprobatórios. Júlio Cezar considera injusto receber o mesmo valor indenizatório pago aos pescadores profissionais que não exercem a profissão. Foi reforçado que, justamente para evitar pagamentos injustos, é que a comprovação se faz necessária.
			3. Acusa a associação de pescadores de Conselheiro Pena de facilitar a produção de carteiras de pescadores em massa, a fim de garantir direitos às pessoas que nunca pescaram no rio e que agora se beneficiam do rompimento da barragem, prejudicando as pessoas que realmente viviam da pesca.	Foi informado que os procedimentos utilizados nos escritórios de indenização (PIM) estão em conformidade com as leis e normas que regulamentam a pesca profissional em território nacional. A Fundação não possui caráter fiscalizador e não tem como atribuição questionar documentos validados nos órgãos públicos competentes.
			4. Perfuração de poços de 06 a 09 metros de profundidade para garantir o abastecimento deixam os terrenos demasiadamente perfurados e comprometidos.	A Fundação Renova informou que todos os poços perfurados pela Samarco durante o período emergencial e também os perfurados pela Fundação Renova são de responsabilidade da Fundação e de conhecimento do Ministério Público e dos órgãos ambientais competentes, não havendo comprometimento do local. Informou também que não tem conhecimento a respeito da perfuração de poços realizados por terceiros e que não pode responder pelos mesmos.
			5. R\$ 500 milhões estão sendo investidos em saneamento, porém há questionamento sobre o que está sendo feito em relação à qualidade da água do rio e ao meio ambiente.	Foi informado que a Fundação Renova conta com diversos programas de reparação ambiental ao longo do rio Doce, como o Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente, Manejo de Rejeitos, Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Recuperação de Fauna e Flora, Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água, inclusive o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto, o qual o valor citado pelo stakeholder foi destinado ao Poder Público local e que cada prefeitura possui um valor específico que irá receber, que também produz impacto positivo ao rio uma vez que impede que o esgoto sem tratamento seja descartado no leito do rio Doce, ressaltando que investir em saneamento básico é investir na qualidade do rio Doce.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Conselheiro Pena	Magda de Cássia de Oliveira Lima	Pescadora e liderança comunitária informal	1. Renova não realiza ações de investigação antes de se efetuar o pagamento das indenizações, o que reforça a fraude dos falsos pescadores.	Foi informado que os processos de indenização seguem critérios técnicos e atua dentro da lei, em concordância com o políticas públicas existentes e jurisprudência. Somente pescador profissional, devidamente documentado, tem direito à indenização do lucro cessante. No mês de março foi convocada a comparecer no escritório do PIM, em Galileia, para apresentação de documentos comprobatórios. A família inteira não aceitou a proposta, pois não aceitam receber o mesmo valor de indenização que estão recebendo os considerados pela família como “falsos pescadores”.
Tumiritinga	Marlene Ferreira Martins	Presidente da Associação do Assentamento 1º de Junho, vinculada ao MST	1. Morosidade no processo de indenização dos impactos no assentamento e necessidade de maior apoio para a retomada das atividades agropecuárias.	Em Tumiritinga foram realizadas três reuniões (14/03/18, 19/04/18 e 05/06/18) com as lideranças comunitárias vinculadas à produção agropecuária e Marlene participou de todas. Foi realizada devolutiva aos stakeholders sobre o processo indenizatório e os motivos e dificuldades enfrentados pelo PIM que justificam o atraso, como: inconformidades relacionadas à entrega de documentos, agente público, petição de renúncia e CNIS. Foi realizada dinâmica de grupo com os presentes para construção conjunta de uma possível proposta de desenvolvimento de assistência técnica, quando a retomada das atividades agropecuárias foi amplamente discutida. Paralelamente, os espaços produtivos instalados nos assentamentos foram visitados pela equipe do Diálogo para conhecimentos das estruturas e histórico produtivo.
			2. Insegurança quanto à qualidade da água. Ainda que haja parcerias com as Universidades, há desconfiância quanto aos resultados de estudos, já que tem como exemplo a Samarco financiando a Universidade da Renova.	A insegurança se refere não apenas ao uso humano, mas também em relação a utilização do Rio Doce para irrigação e dessedentação animal. O posicionamento da Renova em relação ao tema é de que água do Rio Doce está boa para consumo humano em todos os lugares onde ela for tratada pelo sistema público de abastecimento dentro das normas de potabilidade, dos métodos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano, definido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de 2011. Não existe proibição oficial de usá-la para irrigar plantações ou dar de beber às criações. No entanto, a Renova contratou uma Avaliação de Riscos Ecológicos para saber exatamente as consequências desses usos. Assim que saírem, os resultados serão amplamente divulgados.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Tumiritinga	José Pavuna Neto	Presidente da Associação do Assentamento Cachoeirinha, vinculado ao MST	1. Não adianta recuperar apenas o rio, é preciso recuperar os córregos que existem na região.	Foi explicado sobre o Programa de Recuperação de Nascentes que está executando ações para recuperação de 145 nascentes em Galileia e São Vitor, distrito de Governador Valadares, regiões vizinhas a Tumiritinga , mas que a definição das localidades não é feita pela Fundação Renova, mas pelo CBH Doce - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Esses cercamentos contribuem diretamente com córregos e afluentes na região.
			2. Necessidade de construção de “barrajinhas” para contenção de água da chuva para utilização como dessedentação animal e irrigação no período de seca.	A demanda de construção de “barrajinhas” e poços secos para reter água da chuva no solo foi apresentada por Pavuna e consensuada entre os participantes na reunião realizada no dia 19/04/18 como proposta a ser encaminhada ao Programa de Retomada de Atividades Agropecuárias. Em reunião com as lideranças dos assentamentos ocorrida no dia 05/06 construiu-se coletivamente encaminhamentos para a possibilidade de construção de 30 barrajinhas em Tumiritinga.
			3. Demanda editais e formas de participação junto à Renova para agenciar benfeitorias e assistência para os produtores rurais.	Foi informado ao Sr. José Pavuna Neto que a Fundação Renova, por meio do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias abrirá edital para prestação de assistência técnica no segundo semestre de 2018 e que a Fundação Renova priorizará organizações locais para a execução da ATER.
			4. Produtores rurais estão sendo esquecidos em detrimento de pescadores, tratados de forma privilegiada. Aponta a diferença no processo de comprovação e celeridade. Segundo Pavuna, esse processo beneficiou pessoas que não vivam diretamente do rio e prejudicou em muito os produtores rurais que passam por enormes dificuldades e não tem apoio para sua produção.	Em Tumiritinga foram realizadas três reuniões (14/03, 19/04/18 e 05/06/18) com as lideranças comunitárias vinculadas à produção agropecuária e o Sr. José Pavuna Neto participou de ambas. Foi realizada devolutiva aos stakeholders sobre o processo indenizatório e os motivos e dificuldades enfrentados pelo PIM que justificam o atraso. Foi realizada em 19/04 dinâmica de grupo com os presentes para construção conjunta de uma possível proposta de desenvolvimento de assistência técnica, quando a retomada das atividades agropecuárias foi amplamente discutida. Paralelamente, os espaços produtivos instalados nos assentamentos foram visitados pela equipe do Diálogo para conhecimentos das estruturas e histórico produtivo.
			5. As dificuldades de atendimento e da comunidade ser ouvida é que gera a insatisfação e mobiliza a pessoas a realizarem paralisações na linha férrea.	Pavuna é atendido e acompanhado de perto pela Fundação Renova. Participa de inúmeras reuniões comunitárias e institucionais. Demonstra grande envolvimento nos temas relacionados à agricultura e cooperativismo e quer participar do processo de recuperação das atividades econômicas locais. A equipe de Diálogo o mantém informado de todas as ações no território e está sempre aberta para ouvir a comunidade.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Tumiritinga	Gilmar Rodrigues Duarte	Produtor rural e liderança do Pré-assentamento Boa Esperança, vinculado ao MST	1. Pagamento de danos morais a todos que sofreram impacto no segmento de produção rural, criticando o posicionamento da Renova de pagar o dano moral à toda a classe de pescadores e negar aos produtores rurais, apontando tratamento desigual.	A respeito dos danos morais, foi informado ao stakeholder que a questão já foi endereçada internamente e, assim que houver posicionamento ele será informado.
			2. Necessidade de apoio da Fundação para a retomada das atividades agropecuárias.	Em Tumiritinga foram realizadas três reuniões (14/03, 19/04/18 e 05/06) com as lideranças comunitárias vinculadas à produção agropecuária e o Sr. Gilmar Rodrigues Duarte participou de ambas. Foi realizada dinâmica de grupo com os presentes em 19/04 para construção conjunta de uma possível proposta de desenvolvimento de assistência técnica, quando a retomada das atividades agropecuárias foi amplamente discutida. Paralelamente, os espaços produtivos instalados nos assentamentos foram visitados pela equipe do Diálogo para conhecimentos das estruturas e histórico produtivo.
	Maurício Rodrigues de Souza	Vereador e liderança do Pré-assentamento Boa Esperança, vinculado ao MST	1. Número elevado de documentos para comprovação que garante o pagamento das indenizações.	Foi explicado que os documentos exigidos são para garantia que o a pessoa a ser indenizada é de fato impactada, minimizando possíveis fraudes e injustiças , e que qualquer processo de natureza indenizatória possui critérios similares.
			2. Pagamento de indenização de forma igualitária a todos os moradores do pré-assentamento e a inclusão de danos morais no cálculo da proposta.	Uma reunião foi articulada com a participação do Diálogo e do Programa de Cadastro, que resultou na inclusão da área coletiva de produção do assentamento no cadastramento de todos os moradores. Cada morador do Pré-Assentamento Boa Esperança teve agregado em seu cadastro o laudo da área coletiva, dividido equitativamente entre eles.
Galileia	Ronilson Neves Rocha	Pescador profissional e importante interlocutor da comunidade	1. Stakeholder participou apenas do início da reunião, precisando ausentar-se logo depois. Entretanto, mesmo não tendo apresentado demandas ao Conselho, é recorrente levá-las ao Diálogo. Ronilson recebeu sua indenização referente ao dano da pesca, entretanto, reivindicava o recebimento do valor retido pelo imposto de renda. Ronilson deseja também retornar à sua atividade de pesca e receber um acompanhamento do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras.	Em relação à demanda do valor retido pelo imposto de renda, Ronilson teve o pagamento efetuado no final de abril . Em relação à retomada das atividades pesqueiras, está em progresso a definição do escopo de trabalho.

Viagem a Foz do Rio Doce (Areal, Entre Rios e Linhares)

Data: junho/2018

Relatório de demandas dos atingidos ao Conselho Consultivo

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Linhares Areal	Juliana	Moradora da comunidade	Informou que não recebe água mineral. Solicita cursos de qualificação profissional na comunidade.	<p>Os retornos foram dados em grupos temáticos, pelo gerente de território Sérgio Kuroda:</p> <p>- Indenização e Cartão: explicou o critério para recebimento e o processo de impacto direto vinculado a perda na capacidade de geração de renda ou subsistência. Sergio reconheceu o atraso no processo indenizatório, e explicou que a Fundação Renova está trabalhando para adequação do tempo. Citou o salto no atendimento em 2018 (70 para 6000 atendidos). Falou sobre outras formas de ser contemplados no processo de reparação e compensação, como abastecimento de água, cursos, e outros programas da Fundação Renova.</p> <p>Cleber lembrou a comunidade que já ocorreu atendimento do PIM na comunidade e que 80% dos processos estavam atrasados devido a falta de participação do advogado na mesa de negociação. Os advogados não aceitam participar do programa de indenização amigavelmente. Além disso ainda existe o fato de muitos moradores possuírem mias de 1 advogado constituído, o que atrasa o processo pois o morador impactado precisa escolher somente um profissional.</p> <p>Romulo explicou que grande parte da comunidade foi enganada por uma advogada (Renata/Escritório Amarantes). Ele informou que a advogada chamou os moradores da comunidade na Colônia e “forçou” a assinatura em uma lista, explicando que quem não assinasse perderia o cartão de auxílio financeiro.</p> <p>Ficou acordado que o caso será levado para Defensoria Publica, para uma reunião com a comunidade.</p> <p>Carlos Sangalia sugeriu que o Conselho solicitasse revisão do cadastro da comunidade de Areal, para que sejam considerados pelo menos como pescadores de fato.</p> <p>Água Sérgio Kuroda falou sobre o estudo que foi feito anteriormente para entrega de água. Explicou que muita gente veio depois do rompimento da barragem do fundão ou houve desmembramento familiar que pre-</p>

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Linhares Areal				<p>cisa avaliar com o programa a inclusão destes galões.</p> <p>- Investimentos no território Citou sobre o Programa de Esporte Cultura e Lazer que estabeleceu um convenio com Synergia para diagnostico na cultura, esporte, lazer. Esclareceu que posteriormente será feito um plano de ação para investimento no território.</p> <p>- Geração de emprego e renda Citou sobre os cursos de qualificação, e que é preciso avaliar o potencial de absorção de mão de obra.</p> <p>- Estudo de impacto da biodiversidade Explicou que em julho sairá o resultado do programa de manejo de rejeito, que avalia a correlação com a saúde humana a água e o solo. Romulo falou sobre a falta de credibilidade em relação aos estudos e solicita a participação dos órgãos públicos reguladores para validação dos resultados e apresentação para a comunidade.</p>
	Geraldo	Pescador	O Sr. Geraldo informou que reside próxima a Lagoa do Areal, que a mesma foi atingida pela lama de rejeitos, que anteriormente pratica pesca de subsistência e que ainda sim foi considerado impactado indireto pela Fundação Renova.	
	Carlos Gil	Pescador	O Sr. Carlos Gil é pescador de subsistência e informou que não recebeu resposta do cadastro integrado. Falou que está passando por dificuldades financeiras pois não pode mais pescar	
	Sérgio	Pescador	O sr. Sérgio reclama que não recebe agua mineral e não teve respostas do seu cadastro, se vai receber indenização ou auxílio financeiro	
	Paulo	Pescador	Paulo é pescador de subsistência e solicita resposta rápida sobre a indenização e auxílio financeiro.	
	Conceição	Pescadora	A Dona Conceição informou que a comunidade sofre muito com a falta de atividade para geração de renda, esclareceu que as fazendas não estão mais funcionando, que a pesca era uma forma de geração de renda e que os jovens estão saindo da localidade para buscar emprego na sede de Linhares. Solicita área de lazer para adolescentes. E ressaltou sobre a falta de ocupação para os jovens. Sugeriu a realização de cursos de qualificação profissional.	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Linhares Areal	Eliene	Moradora da comunidade	Reforçou sobre a falta de trabalho, causado pela lama, e que ainda não teve direito ao auxílio financeiro.	
	Raí	Morador da comunidade	Reforçou sobre a criação de meios de trabalho na comunidade como por exemplo obras estruturantes e contratação de mão de obra local.	
	Alcione	Moradora da comunidade	Alcione solicita obras de expansão da área de lazer da comunidade.	
	Marcele	Moradora da comunidade	Solicita auxílio financeiro e informa que era pescadora de subsistência.	
	Geane	Moradora da comunidade	Criticou a não contratação de mão de obra local em Areal. Pede que para as obras de Regência sejam considerados também trabalhadores de Areal.	
	Ziza	Comerciante	Ziza – Falou sobre falta de trabalho, indenização, auxílio financeiro.	
	Helena Carlos	Moradora da comunidade	Ainda não recebeu auxílio financeiro	
	José de Barcelos	Liderança da comunidade (Cacique)	Reclama da morosidade da Fundação Renova na implementação dos programas na localidade. Informa que a comunidade ainda não recebeu nada e responsabiliza em parte o IBAMA que demorou para reconhecer a comunidade como área diretamente impactada. José Barcelos – Quer saber se quem não tem cartão irá receber. Questionou o responsável pela empresa Bicho do Mato sobre oportunidade de trabalho, e que não vai permitir pessoas de regência trabalhando aqui	
	Rômulo	Professor e liderança comunitária	Romulo disse que a comunidade esta revoltada com IBAMA e IEMA, que não consultaram a comunidade antes de levar ao CIF as informações corretas sobre a localidade. Citou um exemplo das lagoas que se comunicam com o Rio Doce e que foram atingidas pela lama e que não foram consideradas. Romulo informou que a relação do poder público é péssima com Areal e que o único equipamento público existente é a Escola do Município. Romulo reforçou que projetos simples mudam o conceito da comunidade e citou a obra de uma ONG judaica na comunidade, junto com o Projeto Regenera Rio Doce que edificou uma área de lazer e espaço para reuniões.	
	Vanilda	Moradora da comunidade	Tem uma filha com necessidades especiais e não recebe água mineral suficiente	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Linhares Areal	Carlene	Moradora da comunidade	Informou que está revoltada sobre a definição de não impactado do seu sogro, que mora próximo a lagoa.	
	Milena	Moradora da comunidade	Informa fez o cadastro duas vezes e não tem resposta sobre seu cartão	
Linhares Regência	Carlos Sangalia	Conselho Consultivo	Explicou que apesar de ausente, leva as demandas da comunidade de Areal para as instancias de governança.	
Linhares Entre Rios	Joel	Produtor Rural	<p>1. O Sr. Joel solicitou a contratação de empresas especializadas para abastecimento de água potável para a comunidade, pois a empresa atual não realiza o trabalho de forma eficiente. Registrou também uma reclamação sobre um um funcionário, prestador de serviço que, teria dito que “água e estrada” não eram importante, e sim as indenizações.</p> <p>Questionou sobre as ações definitivas de abastecimento e salientou que atualmente o principal problema vinculado é a falta de trafegabilidade da estrada que impede o acesso do caminhão pipa até a segunda caixa d'água que fica localizada na boca do Rio, próximo as plantações de cacau.</p> <p>Citou que, nos locais onde o caminhão ainda tem acesso, o mangote do caminhão pipa fica exposto ao chão da estrada e que isso interfere diretamente na qualidade da água abastecida.</p> <p>Sugeriu que fosse realizada a suspensão da caixa d'água e instalada rede de distribuição.</p>	<p>Claudio pediu manifestação da FR sobre o processo da água.</p> <p>Sérgio Kuroda resgatou o histórico de abastecimento de água na região, relacionando com a melhoria da estrada. Informou que já foram feitas visitas técnicas com a finalidade de desenvolver uma solução provisória e definitiva (poço artesiano e mine estação de tratamento).</p> <p>Se prontificou em apurar com a equipe do programa de abastecimento os prazos para realização do projeto de distribuição de água para a localidade.</p> <p>Cleber se prontificou em retornar com o especialista do programa de abastecimento na localidade para o plano para melhoria das estradas em conjunto com a comunidade.</p> <p>Rivelli pediu gestão de consequência para o motorista que fez a infeliz citação.</p> <p>Cleber esclareceu que o uso de areia para a melhoria da estrada é burocrático e exige licença ambiental.</p>
	Lucas	Filho de produtor rural e educador físico.	O Sr. Lucas possui uma propriedade na localidade e sugeriu a contratação de um profissional especializado em rede de abastecimento para produção e apresentação de um projeto executivo na localidade.	
	Sebastião	Presidente da Associação de Moradores	O Sr. Sebastião, presidente da Associação de Moradores salientou que o tema de abastecimento já foi amplamente discutido e exige resolução imediata.	
	Luciana	Técnica em Enfermagem	A Sra. Luciana informou que desde a fase emergencial a comunidade enviou ofícios solicitando o abastecimento definitivo, e salientou que o acesso a água potável é um direito humano universal.	
	Edvaldo Gomes Lima	Produtor Rural	O Sr. Edvaldo informou que agora vai usar poesia, desenho, como forma de protesto, pois está desgastado. Quer respostas mais sérias. Quer uma avaliação séria do impacto na sua propriedade.	
			Discorreu também sobre a qualidade da estrada. Precisa de uma empresa que se interesse verdadeiramente pela qualidade da estrada	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Entre Rios	Luciana	Técnica em Enfermagem	Luciana informou que não há interesse por parte das empresas contratadas em terminar o serviço de recuperação das estradas, pois acredita que existem interesses financeiros/contratuais para continuidade do trabalho.	Sérgio falou sobre uma discussão em conjunto com a comunidade para tratativa de assuntos relacionados a recuperação da estrada, assim como a sugestão de um grupo de moradores que irão acompanhar os serviços de recuperação.
	Heloisa	Moradora	Questionou sobre o reconhecimento da mulher do produtor rural como impactada.	Sergio Kuroda informou que o reconhecimento da mulher tem que acontecer, e que a revisão da matriz de danos vai atender a este pleito.
	Sebastião	Presidente da Associação de Moradores	Sebastião perguntou sobre o repasse de verba para prefeitura para a Foz. Quer saber se de fato houve esse repasse. Citou que a prefeitura comprou 60000 mudas de cacau e que revenderá aos produtores, para criação de um fundo. Quer saber se de fato é isso Sobre o GPS, se vai continuar as marcações (para fins de avaliação)	Sergio respondeu que desconhece repasse de verba para a produção de cacau. Esclareceu que houve repasse para recuperação do sistema de saneamento básico. Sergio respondeu que sim
	Adriene	Moradora	Adriene quer saber como será a distribuição da água mineral	Sergio vai apurar sobre os critérios para distribuição da água mineral
Regência	Carlos Sangália	Conselho Consultivo	Sangalia citou sobre projetos de saneamento básico, para que as casas tenham tratamento de esgoto e não polua o solo Carlos Sangália perguntou sobre como será o processo de retomada da agricultura. Sangalia citou sobre o duplo impacto Carlos Sangalia pede que a comunidade discuta sobre as compensações para aquilo que não puder ser reparado	Sergio sugeriu fazer essa conversa com o poder público. Sérgio disse que a partir do segundo semestre vai começar as ações dos programas no território Sergio disse que já está sendo considerado no atendimento do programa de indenização.
Linhares Sede	Antonio Roberto	Sindicato dos Produtores Rurais	Informou que Lagoa da terra alta e a Lagoa do Pau Grosso, sofreram influência dos barramentos construídos para retenção da lama de rejeitos que desceu no Rio Doce. Estas lagoas ficam localizadas próximo ao acampamento Sezinio na estrada sentido ao município de Colatina. Informou que a Lagoa Juparanã está com 2000 hectares inundados. E que vários produtores estão passando dificuldades financeiras. Salientou sobre a proximidade do período chuvoso e o receio do nível não baixar. Informou também que a Lagoa Nova acima da cota e a água já está passando por dentro de uma manilha existente debaixo da estrada que está na lateral da mesma.	Sergio – Esclareceu que todo o processo de tratativa relacionado a barramentos deve ser feito em conjunto com a justiça devido ao mandato judicial de construção que permeia as contenções feitas na época emergencial. Sugeriu a construção de um grupo que trabalhe a discussão da temática em busca de uma solução conjunta. Salientou importância do envolvimento de outros agentes públicos como por exemplo a prefeitura e o MPF.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Linhares Sede			<p>Registrou a realização de indenizações indevidas, falta de relacionamento com os proprietários de terra. Explicou que toda a cadeia produtiva ficou prejudicada pois houve crescimento do número de desempregados devido a improdutividade das fazendas.</p> <p>Registrou a incapacidade dos produtores rurais em realizar as atividades produtivas. A pecuária teve prejuízo imediato, além das casas ribeirinhas que foram diretamente impactadas. Contabilizou cerca de 20 proprietários grandes de terra e diversos moradores a margem da lagoa.</p>	Cleber esclareceu o processo de indenização para alguns pescadores da lagoa Juparanã, que foram indenizados devido ao vínculo com a colônia de pesca de Linhares.
	Antonio Ruy	CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce	<p>Explicou sobre a influência da bacia de contribuição da lagoa nova com a lagoa Juparanã. Informou que fez uma apresentação de um projeto de vasão da água represada em abril de 2018 ao CIF, que teriam as seguintes sugestões:</p> <p>1 – Aduas temporárias com vazão de 30 mil litros por segundo, preservando a ponte e as casas a jusante.</p> <p>2 – Instalação de comportas para regulação do nível da água. Indicação de metodologias baseadas no conhecimento popular.</p> <p>3 – Transposição do Rio Pequeno de 721 metros diretamente até o Rio Doce.</p> <p>Esclareceu que não é somente do Rio São José a bacia de contribuição da lagoa Juparanã, tem também o córrego capivara e o córrego veado além de mais de 2000 pequenos córregos contribuintes.</p>	<p>Solicita respostas mais eficientes e imediatas sobre as formas de controle das áreas alagadas.</p> <p>Solicita agendamento de uma próxima reunião com os atores envolvidos para atendimento aos impactos.</p>
Linhares Regência	Carlos Sangália	Conselho Consultivo	<p>Sugeriu a reconstrução da imagem da produção do Caucau que foi afetado após o rompimento da barragem.</p> <p>Sugeriu a escuta do público específico responsável pelas atividades de aquicultura desenvolvidas na lagoa Juparanã</p>	

Viagem a Alto do Rio Doce – Barra Longa

Data: agosto/2018

Relatório de demandas dos atingidos ao Conselho Consultivo

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Caetano de Melo Etrusco	Chefe de Gabinete	<p>1. Prefeitura questiona a qualidade das obras realizadas nos pavimentos e calçamentos, que constantemente precisam ser reparados pela Fundação Renova. Ademais, destacam a morosidade na resolução, indicando que impacta negativamente a imagem do Prefeito Municipal perante a comunidade. Conselho solicitou que a Prefeitura Municipal encaminhe todas as atas e acordos firmados, mas não cumpridos pela Fundação Renova.</p>	<p>Conselho indicou encaminhamento das atas por e-mail ao “Hugo”.</p> <p>A Fundação Renova está realizando a reparação de vias públicas danificadas por suas atividades, para a qual já foram realizadas visitas técnicas para a avaliação das vias públicas, iniciada a operação de Tapa Buraco Emergencial, analisadas as propostas técnicas para as obras em vias públicas pavimentadas e aprovados os valores junto ao Conselho Curador. Está em andamento a elaboração do planejamento das atividades e a reparação das vias públicas urbanas na 1ª Onda (Morro Vermelho, Área Central e Volta da Capela) e futuramente a 2ª Onda, em locais a serem definidos.</p>
			<p>2. Prefeitura relata que não recebeu formalmente a obra da Praça Manoel Lino Mol, uma vez que há defeitos na execução da referida obra e que demandam resolução.</p>	<p>A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. As demandas de reparo já apresentadas à Renova já foram executadas. A Prefeitura alega que pelo fato das ações de reparação em Barra Longa estar em curso, que não pode receber a obra da praça, pois há risco de impactos nas vias ao redor, decorrente de movimentação de equipamentos. Outras demandas ou defeitos devem ser informados mais especificamente para que sejam avaliadas devidamente e reparados, conforme necessário, para posteriormente realizar a sua entrega formal.</p>
			<p>3. Adicionalmente, informam que a academia da Avenida Beira Rio apresenta equipamentos com problemas, que também devem ser reparados pela Fundação Renova, na visão da Prefeitura.</p>	<p>A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Já foi reparado. Porém, a secretaria de obras da prefeitura está pleiteando a mudança do local do parque. Outras demandas ou defeitos devem ser informados mais especificamente para que sejam avaliadas devidamente e reparados, conforme necessário, para posteriormente realizar a sua entrega formal.</p>
			<p>4. Reassentamento de Gesteira: definição sobre a compra do terreno – a Prefeitura alega não ser alinhada.</p>	<p>A Fundação Renova mantém reuniões periódicas com a Prefeitura de Barra Longa, onde esse assunto é tratado. Além disso, a prefeitura participa das assembleias em Gesteira. Também são realizadas assembleias e reuniões na Comunidade de Gesteira, em que é aberta a participação da Prefeitura de Barra Longa e nas quais são discutidos diversos temas e apresentado o status da aquisição do terreno para o reassentamento de Gesteira. Atualmente, foram aprovados com os valores para a compra do terreno do reassentamento junto ao Conselho Curador e o contrato de compra do terreno do reassentamento enviado para o proprietário, Sr. Maurício Gomes.</p>

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Caetano de Melo Etrusco	Chefe de Gabinete	5. Pauta Saúde – Prefeitura questiona que, ainda que haja apoio (enfermeiro/ambulância) da Fundação Renova, são necessários mais profissionais médicos para atender a atenção básica.	A Fundação Renova está apoiando a secretaria municipal de saúde, conforme a demanda apresentada pelo município com aporte de recursos humanos e veículos para atendimento a comunidade. O diálogo é garantido pela Fundação Renova.
			6. Prefeitura alega que houve aumento da demanda de atendimento psicológico e psiquiátrico, que pode ser confirmado pelo DATASUS. Demanda que a Fundação Renova se posicione frente a este pedido.	A Fundação Renova está apoiando a secretaria municipal de saúde, conforme a demanda apresentada pelo município com aporte de recursos humanos e veículos para atendimento a comunidade. O diálogo é garantido pela Fundação Renova.
			7. Prefeitura relata ao conselho que profissionais da saúde foram aliciados por contratada da Fundação Renova.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Tais demandas ou situações devem ser informados mais especificamente para que sejam avaliadas devidamente.
			8. Prefeitura questiona a falta de resolutividade nas ações da Fundação Renova de forma geral.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Esse assunto já foi discutido em reunião específica para esclarecimentos necessários ao caso. Diversas ações estão sendo conduzidas para atender às demandas avaliadas e aprovadas. Tais ações devem ser informadas mais especificamente para que sejam avaliadas devidamente.
			9. Relatam o problema da Fábrica de Manilhas, que desde a época da Samarco e entrada da Fundação Renova foi um grande desgaste. Prefeitura diz que o grande número de profissionais que passaram ao longo do tempo não proporcionou fluidez no processo.	A questão da Fábrica de Manilhas foi solucionada com a atuação dentro das possibilidades da Fundação Renova. Foi realizada a sua reconstrução, incluindo um muro solicitado pela prefeitura e a entrega das manilhas referentes. Em relação ao apoio solicitado para o transporte das manilhas, não está no escopo do atendimento da Fundação Renova e foi devidamente respondido, via ofício. Já em relação à instalação dos equipamentos da Fábrica de Manilhas, os equipamentos já estão dentro da propriedade e a instalação elétrica está em andamento.
			10. Prefeitura informa que não produz bloquetes desde o rompimento da barragem, o que atrapalha na resolução de demandas da comunidade. Informam que, desde outubro de 2016, demandam a reposição da Fábrica de Bloquetes. Adicionalmente, informam que solicitaram 40 mil bloquetes, que iriam resolver o problema do Morro da Água Fria, demanda crítica do município e que não foi atendida pela Fundação Renova. Dessa forma, por se sentirem prejudicados, demandaram 900 mil bloquetes, a título de lucro cessante, pelo tempo de interrupção da produção. Solicitação ainda sem resposta pela Fundação Renova.	Essa estrutura se localiza na região do atual Parque de Exposições cuja área está interdita por conta da ACP. A demora na definição da futura localização do parque, por parte da prefeitura e de seus municípios, atrasou o processo. Agora, uma vez definido o local sendo a área original, tomaremos as ações para executar as estruturas físicas, com o prazo dependendo do tamanho do projeto e de suas especificidades. Adicionalmente, foi realizada uma visita à área das instalações da fábrica de bloquetes da prefeitura, no dia 12/04/2018, com a presença do Sr. Edimar Aparecido da Prefeitura. O fornecimento dos bloquetes a título de lucro cessante ou perda de produção está sendo avaliado pela área jurídica da Fundação Renova.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Caetano de Melo Etrusco	Chefe de Gabinete	11. Prefeitura solicita a reposição do lava-jato da Prefeitura Municipal de Barra Longa.	Essa estrutura se localiza na região do atual Parque de Exposições cuja área está interditada por conta da ACP. A demora na definição da futura localização do parque, por parte da prefeitura e de seus munícipes, atrasou o processo. Agora, uma vez definido o local sendo a área original, tomaremos as ações para executar as estruturas físicas, com o prazo dependendo do tamanho do projeto e de suas especificidades. Adicionalmente, foi realizada uma visita à área das instalações do lava a jato da prefeitura, no dia 12/04/2018, com a presença do Sr. Edimar Aparecido da Prefeitura.
			12. Pauta Esporte, Lazer e Cultura – Evento Circo Volante, como um braço do Encontro Internacional dos Palhaços. A Prefeitura relata que a Fundação Renova, por meio do Xisto Palhaço, desmarcou em cima da hora a atração prevista em Barra Longa no final de semana do dia 25/08.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Não houve cancelamento. A atividade foi realizada em Gesteira e Barra Longa sede, no dia 25/08, conforme planejada. Novas demandas ou situações devem ser informados mais especificamente para que sejam avaliadas devidamente.
			13. Prefeitura informa que o pavimento da Rua Floriano Peixoto está apresentando problemas ocasionados pelo trânsito de veículos pesados. Especificamente nessa rua, está ocasionando infiltração na casa de um morador, que irá realizar uma representação no Ministério Público contra a Prefeitura Municipal. Caetano destaca que essas questões desgastam a imagem do prefeito e o relacionamento com a Fundação Renova.	A Fundação Renova está realizando a reparação de vias públicas danificadas por suas atividades, para a qual já foram realizadas visitas técnicas para a avaliação das vias públicas e iniciada a reparação emergencial.
			14. Prefeitura relata novamente a questão dos pavimentos, realçam que não aguentam a quantidade de caminhões pesados e os caminhões-pipa, que tanto molham a cidade. Ademais, diz que a cidade se encontra suja devido as obras na cidade.	A Fundação Renova está realizando a reparação de vias públicas danificadas por suas atividades. Os caminhões-pipa são necessários para minimizar a geração de poeira. Além disso, há um caminhão varredor que diariamente faz a limpeza das vias da cidade. Há também pontos de monitoramento da qualidade do ar.
			15. Questionada sobre os campos de futebol, a prefeitura solicita os cronogramas que já estão previstos para entrega. Relata que a diretoria da Fundação Renova, em reunião realizada na semana, acordou de encaminha-los.	O cronograma de obras do Estádio Municipal de Barra Longa, contempla as seguintes etapas: concluir as obras do campo (previsão: DEZ/18), realizar a manutenção do gramado (previsão: MAR/19), concluir as obras civis: vestiário, arquibancada, etc. (previsão: JUN/19) e liberar o gramado para a realização de jogos (previsão: JUN/19).
			16. Destaca a falta de envolvimento da Secretaria de Esporte nos transportes para levar comunidade para Acaiaca, uma vez que os campos do Esporte Clube Barralenguense e Estádio Municipal estão em obras. Prefeitura diz que as crianças não estão tendo a oportunidade de acessar esta ação.	Estamos atendendo aos times do Barralenguense e do Rodoviário. Todas as solicitações para jogos e campeonatos são sempre atendidas, além de pagarmos o aluguel do campo de Acaiaca e também fornecer o transporte de ida e de volta, semanalmente. Até o momento não foram recebidas solicitações formais para o transporte de crianças para o campo de Acaiaca.

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Caetano de Melo Etrusco	Chefe de Gabinete	17. Prefeitura relata que encaminhou solicitação de apoio para um evento de corrida, que atenderia a comunidade de forma importante, mas que foi negado pela Fundação Renova.	A Fundação Renova tem como finalidade a reparação ou compensação aos atingidos e atingidas do rompimento da Barragem de Fundão, através de seus programas. Os programas são responsáveis pela avaliação e atendimento dentro do TTAC e legislações aplicáveis. A Fundação Renova apoia os pedidos de transporte para treinos e competições dos times de futebol de Barra Longa, além de aluguel de campo de futebol, enquanto as entregas não são realizadas.
			18. Prefeitura entende que a Fundação Renova não está engajada no sentido de resolver as questões caras ao território. Ademais, entendem que ela atua para não resolver os problemas.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Tais demandas ou defeitos devem ser informados mais especificamente para que sejam avaliadas devidamente.
			19. Prefeitura informa que o prédio da Prefeitura Municipal de Barra Longa foi utilizado como QG da Samarco no início do período emergencial e a Samarco saiu com a promessa de reforma do espaço. Porém, até o momento, não houve atuação e retorno da Fundação Renova.	Em relação aos prédios da prefeitura, para a Biblioteca e o Centro de Memória, foi apresentado o projeto conceitual para a Prefeitura de Barra Longa, para o Sr. Ramon Ferreira. A princípio deverá ser executado como compensatório e não como reparatório, e, passar por aprovação no Conselho Curador / Compliance.
Sérgio Fábio do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • MAB • Comissão dos Atingidos • Jornal A Sirene 		1. A Samarco/Renova está, há 33 meses do rompimento da Barragem, dando negativas nas demandas da população. Os cidadãos, para ele, estão fartos desse posicionamento e querem acabar com isso.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. As demandas da população são avaliadas e respondidas via reuniões e assembleias, com as devolutivas adequadas dentro do processo de reparação e compensação.
			2. Citou que, na época em que a Samarco fazia a reparação, em período emergencial, cometeu "racismo ambiental" por "retirar lama da parte rica e depositar na parte pobre". Em outras palavras, tirar o rejeito do centro da cidade e depositar no Parque de Exposições.	A Fundação Renova segue no processo de reparação e compensação, de forma ampla, com critérios para a avaliação e priorização baseados na vulnerabilidade dos atingidos. No período emergencial havia a necessidade de abertura de vias, retirada de rejeito das moradias e não havia locais suficientes e com licenciamento ambiental para deposição de rejeito. A área mais próxima encontrada para essa deposição foi o parque de exposições. Houve autorização da Prefeitura de Barra Longa, à época, para essa atividade. Em relação ao Parque de Exposições, foi definido o local original do parque para a sua reconstrução e o planejamento da reconstrução está em andamento. Além disto, as famílias moradoras do entorno do parque estão sendo atendidas pela Moradia Temporária.
			3. Mencionou que a população de Barra Longa é atingida todos os dias, de formas diferentes, seja por poeira, sujeira, saúde, improdutividade do solo e etc.	A Fundação Renova segue no processo de reparação e compensação, de forma ampla, para os itens citados e outros, e, está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido.
			4. A Fundação Renova comete abuso de vulneráveis ao oferecer, como reparação/indenização, R\$4,32 por pé limão, por exemplo. Valor bem abaixo do esperado. Pede para que seja revista essa política.	Conforme a Matriz de Danos, vigente em 06/02/2018 e utilizada pela Fundação Renova para a indenização referente ao lucro cessante por interrupção da produção agrícola perene, o valor de R\$59,097885 por unidade de limão (supressão da planta) e o valor de

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Sérgio Fábio do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • MAB • Comissão dos Atingidos • Jornal A Sirene 		R\$4,146038 (lucro de 01 ano), constantes nas páginas 37 e 38. A Comissão de Atingidos e AEDAS já informou que está realizando um trabalho para revisão da Matriz de Danos e disse que vai apresentar uma nova proposta à Fundação Renova. Estamos abertos ao diálogo sobre essa demanda.
			5. A terra reposta em quintais está ruim, tendo pedras e ainda rejeito por baixo, e os plantados não desenvolvem.	A Fundação Renova está avaliando as reclamações relacionadas aos plantios realizados, à qualidade das mudas, à fertilidade do solo, bem como sua contaminação. Os resultados das avaliações serão divulgados em reuniões para a devolutiva destas questões e as medidas a serem tomadas, quando necessário. Também está em fase de contratação de serviços de assistência técnica voltada aos quintais, e de recuperação da produtividade, com previsão para início em 2019.
			6. Reclamou ao ouvir que o Conselho Consultivo usava Barra Longa como modelo, mas que devem parar com isso porque está um caos, com problemas de infraestrutura em várias vias de acesso, casas, quintais e zonas rurais, além de problemas de saúde causado nas pessoas.	A Fundação Renova avançou no processo de reparação e compensação, de forma ampla, para os itens citados e outros. Podemos citar a atuação no município de Barra Longa com os seguintes temas prioritários: Moradia (deslocamento de famílias em situação de risco estrutural e de imóveis), Moradias do Parque de Exposições (atendimento pela Moradia Temporária e planejamento das reformas), Auxílio Financeiro Emergencial e Indenização Mediada, Reassentamento de Gesteira, Saúde (disponibilização de ambulância e profissionais de saúde, além do tratamento de saúde para casos especiais, recuperação de vias públicas, atendimento do abastecimento de água em Gesteira, a recuperação de propriedades rurais e obras do Parque de Exposições, do Estádio Municipal, do Campo do Barralenguense e da Quadra Municipal. Também está em atuando para a recuperação dos Bens Tombados e Patrimônio Histórico.
			7. Mencionou que a maioria das casas centenárias estão trincadas e com sério risco de desabamento, e cobra agilidade nas reformas/restauro das mesmas de forma breve.	O processo de recuperação dos Bens Tombados e Patrimônio Histórico segue dentro das regras e critérios do COMPAC (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural). A partir de novembro/2018 serão finalizados os primeiros projetos básicos de intervenção e posteriormente serão iniciadas as obras. Para os imóveis que apresentam trincas ou outros problemas, com o risco de desabamento, as famílias foram devidamente deslocadas para moradias temporárias e estão sendo atendidas pela Fundação Renova.
			8. Comentou que a água, terra e ar em Barra Longa estão contaminados, e esse problema engloba todos que usufruem dos mesmos, independentemente do local onde mora, inclusive colocando em risco a saúde dos frequentadores do município.	A Fundação Renova está conduzindo estudos epidemiológicos (doenças vetoriais, saúde mental e toxicológicos). Também foi realizada a análise da água tratada na comunidade de Gesteira, que concluiu que ela não é fonte de contaminação e divulgado para a população. Foi realizada a apresentação inicial do

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Sérgio Fábio do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • MAB • Comissão dos Atingidos • Jornal A Sirene 	<p>9. Menciona que existe exclusão/não reconhecimento de atingidos com critérios idênticos, e gostaria que fosse melhor explicado qual é o critério é utilizado.</p> <p>10. Reclama que a Fundação Renova usa/gasta tempo na reunião para vencê-los no cansaço, criam clima de tensão com os presentes e ainda dizem que o comportamento está hostil. Além disso, fazem inúmeras reuniões para tratar temas, mas nunca obtêm repostas.</p> <p>11. Falou que ouviu de um funcionário da Fundação Renova disse que “pobre é só dar dinheiro que se cala” – não citou nome. Assim, cobra um melhor posicionamento no treinamento dos trabalhadores.</p>	<p>estudo de saúde, conduzido por uma equipe técnica, informando que o estudo é do órgão independente, sua metodologia, abrangência e duração prevista. De forma ampla os estudos toxicológicos do ar, solo e rejeito de Barra Longa são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar e Controle de Emissões Atmosféricas • Relatório Anual do Monitoramento da Qualidade do Ar e Meteorologia em Barra Longa-MG • Programa de Caracterização Geoquímica de Rejeitos, Solos e Sedimentos • Estudo Avaliação da Presença de Metais nas Planícies de Inundação <p>E também, estudo de Análise de Risco à Saúde Humana, com o levantamento de campo para amostragens e análises de solo, sedimentos, água superficial e água subterrânea visando obter informações para executar estudo de análise de risco à saúde humana, conforme normas e legislações nacionais vigentes. Este tipo de análise permite avaliar se há risco para à saúde humana em decorrência do acidente, considerando contato dérmico, ingestão, atividades de lazer e outros tipos de exposição ao rejeito.</p> <p>E para as plantas de Barra Longa, em que está em curso um estudo toxicológico das plantas para avaliar a possibilidade de contaminação dos cultivos agrícolas, que tenham relação com o evento.</p> <p>A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. As demandas da população são avaliadas e respondidas via reuniões e assembleias, com as devolutivas adequadas dentro do processo de reparação e compensação. Importante destacar que na definição dos critérios e escopo dos programas, a Fundação Renova preza pelo princípio da isonomia. Estes casos devem ser informados mais especificamente para que sejam avaliados devidamente.</p> <p>A Fundação Renova normalmente tem participado das reuniões e assembleias organizadas pela Comissão de Atingidos de Barra Longa, com o apoio da assessoria técnica AEDAS. A sua participação sempre está pautada pelo diálogo e o debate de forma mais amena e construtiva possível. O desenvolvimento dos diversos temas demanda tempo para ser construído e aprovado devido aos processos internos e legais envolvidos na reparação e compensação.</p> <p>Tais situações devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.</p>

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Elaine de Melo Etrusco Carneiro	Comunidade	1. Menciona que o Cadastro é ineficaz para os impactados.	O Cadastro é o primeiro passo que deve ser realizado para a avaliação da reparação e compensação a ser avaliada e realizada pela Fundação Renova. Todo atingido que passa pelo processo de cadastramento tem a oportunidade e tempo para analisar todas as informações e, havendo necessidade de alteração ou inclusão de informação, a Fundação Renova faz a sua revisão.
			2. Reclama da poeira que o rejeito causou e ainda causa, principalmente no que diz respeito à saúde física e psicológica, solicitando tratamento e acompanhamento para a população. Não tem acesso à medicina alternativa, visto que quintais estão improdutivos e a área rural está contaminada, perdendo, assim, a qualidade das riquezas da terra.	A Fundação Renova está realizando a reparação de vias públicas danificadas por suas atividades, e, que também para minimizar a poeira está sendo realizada a umectação de determinadas vias no município. Além disso está apoiando a secretaria municipal de saúde, conforme a demanda apresentada pelo município com aporte de recursos humanos e veículos para atendimento a comunidade.
			3. Casas trincadas e outras demandas de infraestrutura em quintais estão causando atritos com a população. Falta um olhar mais sério da Fundação Renova para essa demanda.	A Fundação Renova está atendendo à demanda de reparação dos imóveis que apresentaram trincas no município, nas casas deliberadas pelo CIF, além disso, o deslocamento e atendimento às famílias em moradias em situação de risco estrutural. De forma similar, a avaliação e atendimento às moradias com problemas em quintais, pela área de Infraestrutura.
			4. Falta esporte e lazer para os cidadãos, principalmente para os jovens. Falta de trabalho na cidade, não exatamente na Renova, mas em empresas, mão de obra local.	A Praça Manoel Lino Mol foi reformada e aberta à utilização e também a Academia da Avenida Beira Rio. Além disso, estão em andamento as obras do Estádio Municipal, do Campo do Barralouguense e da Quadra Municipal. A Fundação Renova prioriza a contratação local no município e estão sendo conduzidas ações juntos aos seus fornecedores para incentivar esta prática.
			5. A água jogada pelos caminhões-pipas para lavar as ruas, ao secar, deixa um pó que causa transtorno à saúde. Falta informação para a comunidade sobre as ações de reparação realizadas em Barra Longa, tais como a água que limpa a rua, não sabendo a qualidade, de onde vem e etc.	A Fundação Renova está realizando a reparação de vias públicas danificadas por suas atividades, e, que também para minimizar a poeira do trânsito de veículos está sendo realizada a umectação de determinadas vias no município. Em relação ao pó estão sendo realizados os estudos toxicológicos do ar: <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar e Controle de Emissões Atmosféricas • Relatório Anual do Monitoramento da Qualidade do Ar e Meteorologia em Barra Longa-MG
Mércia Trindade de Freitas Paglioto	Comissão dos Atingidos	1. A Comissão tem objetivo de organizar e informar, não tendo que representar nenhuma instituição. Solicitou que precisa saber, previamente, sobre as reuniões, pois essa foi avisada em cima da hora.	A Fundação Renova, através da Gerência do Território, manterá a Comissão de Atingidos e Atingidas de Barra Longa ciente das reuniões pertinentes. Sempre buscamos, na medida do possível, comunicar com a Comissão de Atingidos e Atingidas com o máximo de antecedência possível e sempre estamos abertos às mudanças necessárias.	


MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa			2. Em junho, houve um combinado para que retirasse as famílias mapeadas da área de risco, na Volta da Capela, mas até agora não fizeram nada.	A Fundação Renova está atendendo à demanda de deslocamento e atendimento às famílias em moradias em situação de risco estrutural, conforme lista enviada pela Comissão de Atingidos e Atingidas de Barra Longa.
			3. Solicitou transporte para a 1ª Feira de Saúde que acontecerá em BL, mas não será possível devido à feira não fazer parte do programa de Saúde da Renova nem de proteção Social, ao estando no escopo. Se sentiu atingida por não construírem tais pautas juntos, em busca de um melhor entendimento/aplicação visando melhorias nessa área no município.	A Fundação Renova tem como finalidade a reparação ou compensação aos atingidos e atingidas do rompimento da Barragem de Fundão, através de seus programas. Os programas são responsáveis pela avaliação e atendimento dentro do TTAC e legislações aplicáveis. Neste caso, a demanda foi devidamente avaliada e atendida.
	Simone Maria da Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão dos Atingidos • Coletivo de Saúde 	1. Simone pediu respeito da Fundação Renova com as suas organizações. Segundo ela, não existe.	A Fundação Renova preza pelo respeito a todos os públicos e em especial aos atingidos e atingidas. Caso tenha ocorrido situações desrespeitosas, elas devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.
2. Disse que está planejada uma manifestação "maior do que a do dia 21/08/2018" caso as necessidades não sejam atendidas na reunião de 28/08, principalmente com a presença de Roberto Waack.			A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Atendendo à demanda em questão, foi realizada uma assembleia no dia 24/10/2018, com a participação da Diretora de Engajamento e Participação, Andréa Azevedo.	
3. Menciona que a população sofre com a Fundação Renova no que se refere à cassação de direitos, tais como: "se protestar, não será contratada / perderá seu cartão alimentação se questionar / se jogar contra, não terá reparação em sua propriedade / etc"			A Fundação Renova preza pelo respeito a todos os públicos e em especial aos atingidos e atingidas. Caso tenha ocorrido situações deste tipo, elas devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.	
4. A Renova não recupera algo sem causar danos em outra coisa, tais como trincas em casas, transtornos no calçamento e etc.			A Fundação Renova tem como finalidade a reparação e compensação aos atingidos e atingidas do rompimento da Barragem de Fundão, através de seus programas. Situações em que suas atividades venham a causar danos à bens materiais, será avaliado o nexos causal e as ações de reparação necessárias serão devidamente realizadas.	
5. Solicita agilidade nas respostas sobre as manifestações realizadas. Pede para priorizar o atendimento à saúde física e psicológica.			A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Na assembleia no dia 24/10/2018, com a participação da Diretora de Engajamento e Participação, Andréa Azevedo, o tema da saúde foi discutido e foram definidos os encaminhamentos devidos.	
6. Denuncia que as empresas contratadas pela Fundação Renova não recebem currículo de pessoas de Barra Longa, e que existe empresa (não citou qual) que cobra até R\$300,00 para contratar.			A Fundação Renova prioriza a contratação local no município e estão sendo conduzidas ações juntos aos seus fornecedores para incentivar esta prática. Caso tenha ocorrido situações deste tipo, elas devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa			7. Solicita de forma imediata, a retirada das famílias mapeadas na área de risco, na Volta da Capela.	A Fundação Renova está atendendo à demanda de deslocamento e atendimento às famílias em moradias em situação de risco estrutural, conforme lista enviada pela Comissão de Atingidos e Atingidas de Barra Longa. Para um total de 34 casos, 31 já foram finalizados, 2 se encontram em fase final de mudança e existe somente um caso pendente, com as opções em avaliação pelo próprio atingido.
	Yolanda Gouvêa Basílio	Comunidade	Reclamou de falta de contratação local pelas empresas terceirizadas da Fundação Renova. Segundo ela, as contratadas não priorizam os barra-longuenses, fazendo descaso com o acordado.	A Fundação Renova prioriza a contratação local no município e estão sendo conduzidas ações juntos aos seus fornecedores para incentivar esta prática. Caso tenha ocorrido situações deste tipo, elas devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.
	Maria das Graças Lima Bento	Gesteira	1. Faz 3 anos que estão lutando e sempre recebem negativas da Fundação Renova para diversos temas. Disse que quem está em casa, sem organizar/participar de movimentos/entidades, recebem SIM e tem atendimento.	A Fundação Renova segue no processo de reparação e compensação, de forma ampla, com critérios para a avaliação e priorização baseados na vulnerabilidade dos atingidos e atingidas. Trabalhamos com o princípio da isonomia no estabelecimento de critérios e escopos de reparação.
			2. Reclama dos processos morosos e demorados da Fundação Renova, e que os funcionários daqui não têm culpa das respostas, cobrando a presença dos diretores da Fundação nas reuniões e pleitos. Falta respostas sobre o Reassentamento de Gesteira, pois a Fundação faz cancelamento de Assembleias e não responde as informações.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Todos os seus funcionários trabalham com empenho e dedicação para a construção de soluções para as demandas de todos os públicos e em especial para os atingidos e atingidas. Além disso, atendendo à demanda em questão, foi realizada uma assembleia no dia 24/10/2018, com a participação da Diretora de Engajamento e Participação, Andréa Azevedo.
Letícia Oliveira	MAB	1. Letícia disse que não adianta fazer reunião com a Fundação Renova até 2h da madrugada se não atende as solicitações dos atingidos. Isso mostra que a intenção é vencer pelo cansaço e ganhar tempo.	Todos os funcionários da Fundação Renova trabalham com empenho e dedicação para a construção de soluções para as demandas de todos os públicos e em especial para os atingidos e atingidas. A intenção é construir acordos, durante as reuniões e assembleias, e que a construção coletiva geralmente demanda tempo para que os consensos sejam alcançados.	
		2. Reclamou das obras feitas sem a participação dos atingidos, além da inclusão das famílias (já informada) na lista do reassentamento de Gesteira	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido para o engajamento e a participação popular na construção das soluções. As obras são realizadas a partir de escopo construído junto com a família e a obra só inicia com a validação dos proprietários. Os seus canais de comunicação estão abertos para isto, além das reuniões e assembleias da Comissão de Atingidos e Atingidas. Os critérios para inclusão das famílias do reassentamento foram apresentados à comunidade em assembleia e consolidados em um termo de acordo. A AEDAS está analisando e ficou de encaminhar até o dia 15/11 os comentários, o que ainda não foi feito.	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Leticia Oliveira	MAB	3. Cobra agilidade na construção das casas do Parque de Exposições e também o reconhecimento dos Garimpeiros e Pescadores como atingidos.	Em relação ao Parque de Exposições, foi definido o local original do parque para a sua reconstrução, fato que atrasou o processo, e, o planejamento da reconstrução está em andamento. Além disso, as famílias moradoras do entorno do parque estão sendo atendidas pela Moradia Temporária. Estão sendo avaliadas as situações dos garimpeiros e pescadores, inicialmente estão sendo atendimentos para abertura de pedido de realização de cadastro dos atingidos e atingidas citados como garimpeiros e pescadores.
			4. Disse que os moradores não conseguem voltar para a casa devido ao impacto psicológico que sofrem diariamente. Cobra acompanhamento nesses casos.	Para tais situações, a Fundação Renova mantém o Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada, ao qual pode ser acessado pelos canais de atendimento, inicialmente pelo Cadastro, além do apoio da equipe de Diálogo do Território.
			5. Solicita, com urgência, reunião com o Presidente da Fundação Renova, Roberto Waack.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Atendendo à demanda em questão, foi realizada uma assembleia no dia 24/10/2018, com a participação da Diretora de Engajamento e Participação, Andréa Azevedo.
			6. Reclama do baixo valor pago nas indenizações, e que isso é uma forma de atingir os barra-longuenses.	O Programa de Indenização Mediada, mantido para o atendimento às situações onde cabe a sua indenização financeira. A Fundação Renova está aberta ao diálogo e sempre tem a intenção de atender os atingidos e atingidas, visando a reparação ou compensação. Todo o processo indenizatório segue os valores presentes na Matriz de Danos que foi construída junto com a comunidade.
Wagner Eduardo da Silva	Vereador de Barra Longa	1. Menciona que as empresas terceirizadas pela Fundação Renova não cumprem o acordo sobre contratação de mão de obra local.	A Fundação Renova prioriza a contratação local no município e estão sendo conduzidas ações juntos aos seus fornecedores para incentivar esta prática. Caso tenha ocorrido situações deste tipo, elas devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.	
		2. Citou sobre o período chuvoso, que as casas de Barra Longa estão ameaçadas e que a Fundação Renova não atende os ofícios da Defesa Civil de Barra Longa. Cobra comprometimento por parte da Infraestrutura.	A Fundação Renova está atendendo à demanda de deslocamento e atendimento às famílias em moradias em situação de risco estrutural, conforme lista enviada pela Comissão de Atingidos e Atingidas de Barra Longa. Além disso, existe o Plano de Cheias e Ajuda Humanitária com ações para a redução do impacto das chuvas e a disponibilidade de recursos para apoio.	
		3. Solicita para quem tenha um integrante/representante de Barra Longa no Conselho Consultivo.	O Conselho Consultivo da Fundação Renova passará a ter 19 membros, dentre os quais 7 pessoas atingidas, por elas indicadas na forma que entenderem adequada após a implementação das Comissões Locais e suas respectivas Assessorias Técnicas. Assim, as Comissões Locais poderão ter acesso à participação no conselho.	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS	
Barra Longa	Maria de Lurdes Silvério Martins	Comunidade	1. Reclama da falta de oportunidade para trabalhadores locais em empresas contratadas pela Fundação Renova. Disse que não consegue oportunidade por opção das terceirizadas em funcionários de fora da cidade.	A Fundação Renova prioriza a contratação local no município e estão sendo conduzidas ações juntos aos seus fornecedores para incentivar esta prática.	
	Raquel Mendes	Comunidade (Rua 1º de Janeiro)	1. Reclama da casa de sua sogra que foi atingida, e que hoje ela não tem residência para suas duas filhas, arcando com o aluguel de uma casa.	A Fundação Renova tem o foco na reparação ou compensação dos atingidos e atingidas, mantendo diversos programas para a avaliação e atendimento, aos quais podem ser acessados pelos canais de atendimento, inicialmente pelo Cadastro, além do apoio da equipe de Diálogo do Território. Além disso, ela já está sendo atendida dentro da lista das 34 famílias em situação de risco estrutural.	
			2. Menciona que a Fundação Renova não tem compromisso com os moradores da Rua 1º de Janeiro, principalmente no que se refere aos problemas de infraestrutura.	A Fundação Renova tem o compromisso no atendimento a todos os atingidos e atingidas dos territórios afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão.	
	Wenderson Carlos Atanásio	Comunidade	1. Reclamou sobre o processo em relação ao preconceito que sofreu pelo funcionário Rui, da Século XXI. Disse que, por isso, não consegue ter emprego em Barra Longa, e também por ser militante do MAB.	Tais situações devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.	
			2. Cobrou a presença de Roberto Waack em Barra Longa para resolver os problemas que a comunidade enfrenta.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Atendendo à demanda em questão, foi realizada uma assembleia no dia 24/10/2018, com a participação da Diretora de Engajamento e Participação, Andréa Azevedo.	
	Comissão dos Atingidos			1. A comissão dos Atingidos solicita a presença de Roberto Waack para tratativas dos problemas enfrentados pelos atingidos em Barra Longa, em diversas áreas.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Atendendo à demanda em questão, foi realizada uma assembleia no dia 24/10/2018, com a participação da Diretora de Engajamento e Participação, Andréa Azevedo.
				2. A comissão dos Atingidos solicita para que, nas próximas reuniões da Fundação Renova, as pautas da comunidade, do Executivo e do Legislativo sejam discutidas juntas, visando participação e integração das ações planejadas.	A Fundação Renova está aberta ao diálogo e o amplo debate é garantido. Suas atividades estão sempre pautadas pelo diálogo e o debate de forma mais construtiva possível, com o engajamento e participação popular.
3. Foi entregue a pauta de reivindicação para o Conselho Consultivo.				A Fundação Renova está aberta ao recebimento de pautas e demandas da Comissão de Atingidos e Atingidas.	
4. Averiguar o comportamento dos funcionários em reuniões, principalmente no que se refere a conversas paralelas, evitando assim confusões entre os atingidos.				Normalmente tais situações podem ser para a discussão e tomada de decisões, porém caso tenham ocorrido situações desrespeitosas devem ser informadas nos canais de comunicação da Ouvidoria da Fundação Renova, de forma mais específica, para que sejam avaliados e tratados devidamente.	

MUNICÍPIO/ COMUNIDADE	NOME	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DEMANDAS APRESENTADAS	RETORNOS / DEVOLUTIVAS
Barra Longa	Rafael Arcanjo Rola	Produtor rural atingido Sítio Soares (Perto da fazenda Ocidente - Gesteira)	1. A Fundação Renova executou atividades de recondição de solo seguido de plantio de capim braquiária em área de baixada na propriedade, atingida pelo rejeito, mas a plantação não apresentou desenvolvimento normal.	A Fundação Renova está atendendo à demanda de plantio na propriedade de Rafael Arcanjo Rola, na qual foi utilizada o capim mombaça e não o capim braquiária. E a plantação apresenta o desenvolvimento normal. Porém, os técnicos responsáveis pelas operações agroflorestais irão visitar a propriedade do Sr. Rafael para entender melhor a demanda e então avaliar e formalizar uma reposta sobre o assunto.
			2. A moradia da família apresentou trincas em sua estrutura após a realização de obras de reparação na propriedade bem como o estacionamento de grandes equipamentos em local próximo à edificação.	A Fundação Renova está atendendo à demanda de reparação dos imóveis que apresentaram trincas no município, além do deslocamento e atendimento às famílias em moradias em situação de risco estrutural. O cronograma de atendimento da Fundação Renova foi elaborado, porém o início das vistorias técnicas será realizado de acordo com a Comissão de Atingidos e Atingidas. A última assembleia sobre o tema foi em 08/11 e a próxima será em dezembro/2018.
Barra Longa	Cooperativa Rural Mista de Gesteira	Cooperativa	1. A Cooperativa Rural Mista de Gesteira tem perdido oportunidades de venda de seus produtos devido a morosidade no processo de registro e emissão de seu CNPJ.	Com o apoio da consultoria ACG foi possível registrar e emitir o CNPJ da Cooperativa Rural Mista de Gesteira, permitindo a comercialização de seus produtos.
			2. A Cooperativa solicitou a construção de uma cozinha industrial, aparelhada, para a confecção de seus produtos. Foi sugerido à cooperativa pelo Sr. Hélcio (Zé Sabino) do Conselho Consultivo, a solicitação de aquisição de um automóvel.	Anteriormente não havia espaço físico para a construção da cozinha industrial, agora com o novo espaço doado pela Prefeitura de Barra Longa, a demanda pela construção da cozinha industrial para a Cooperativa Rural Mista de Gesteira, como forma de compensação, está em avaliação junto ao Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios, do Núcleo de Economia e Inovação.
			3. A Assessoria Técnica de Barra Longa (AEDAS) apresentou lista única com a solicitação de ressarcimento dos itens perdidos da Igreja de Gesteira bem como da antiga Associação de Gesteira (hoje Cooperativa Rural Mista de Gesteira). A cooperativa solicita o desmembramento da lista e retorno da Fundação Renova com o prazo de reparação destes itens.	Já foi realizado o desmembramento da lista de itens perdidos, de forma, a separar os itens da Cooperativa Rural Mista de Gesteira, pela consultoria ACG. A cooperativa demanda o atendimento pela reposição de parte dos itens e outra parte em forma de indenização. A avaliação e atendimento está sendo realizado pelo Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios, do Núcleo de Economia e Inovação. O cadastro da cooperativa também está em elaboração.

The background is an abstract watercolor composition. On the left, there are soft, white and light blue washes that resemble clouds. On the right, there are more vibrant colors including yellow, green, purple, and dark blue, with some darker, more saturated areas. A semi-transparent teal rectangular box is positioned in the upper-middle section of the page, containing the title text.

Recomendações
do Conselho Consultivo
e respectivas respostas

REC 001/2017**Data: 17/nov/2017****Endereçamento: Diretoria****Assunto: Participação nas reuniões do CIF****Sumário da recomendação (assunto e contexto)**

Encaminhamento prévio ao Conselho Consultivo das datas e pautas das reuniões do CIF, visando permitir que os membros consigam se planejar para participar. Adicionalmente, promoção de reuniões ou audioconferências com a equipe de governança previamente às reuniões do CIF para alinhamento e suporte à preparação dos conselheiros.

Resposta recebida:**Data: 21/fev/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

Resposta da Fundação Renova à recomendação do Conselho Consultivo quanto a solicitação de recebimento da pauta reunião do CIF, alinhamento e suporte para a participação do conselho consultivo na mesma.

Detalhamento da resposta

Foi incluído o procedimento PG-GPR-002 Governança do sistema CIF, atividade de envio de pauta da reunião do CIF para o conselho consultivo e proposta de agendamento de reunião de alinhamento com representantes do conselho.

REC 002/2017**Data: 17/nov/2017****Endereçamento: Diretoria****Assunto: Avaliação de melhorias no âmbito da execução do PIM****Sumário da recomendação (assunto e contexto)**

Reforçar a atenção e dedicação no aprimoramento dos processos de atendimento aos atingidos.

Detalhamento da recomendação

Em virtude de, nos correntes processos de negociação e encaminhamento de indenizações do PIM, representantes do Conselho Consultivo estarem sendo procurados pela população atingida para atuarem como canais de solução de problemas, recomenda-se que a Diretoria reforce sua atenção e dedicação no aprimoramento dos processos de atendimento aos atingidos.

Resposta recebida:**Data: 22/fev/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

O Programa de Indenização Mediada (PIM), no sentido de reforçar a atenção e dedicação aos atingidos por meio da melhoria de seus processos, vem, cada vez mais, atuando de forma coordenada e em parceria com outros programas da Fundação Renova. Além dos Centros de Indenização Mediada, presentes em todo o território ao longo do Rio Doce, foi criado o PIM MÓVEL, um escritório volante com equipe dedicada que realiza atendimentos em localidades remotas.

Detalhamento da resposta

O PIM MÓVEL não só torna mais próxima a relação entre a Fundação Renova e a população atingida, como aumenta exponencialmente o alcance das ações já desenvolvidas nas regiões. Além disso, o constante apoio do Diálogo Social, cujas ações são sempre conduzidas no sentido de ouvir; esclarecer dúvidas e informar a população sobre a condução do trabalho realizado pela Fundação Renova, favorece a interlocução entre a Fundação e seus diversos stakeholders. Soma-se a isso, a criação da nova área Gerência de Territórios, recentemente estruturada para qualificar e ampliar ainda mais o atendimento ofertado aos atingidos, garantindo eficiência e celeridade nas tratativas de reparação. Todas as ações acima descritas reforçam o compromisso da Fundação Renova em atender as populações atingidas de maneira justa, célebre e isonômica.

REC 003/2017

Data: 17/nov/2017

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Cronogramas de projetos anunciados nas comunidades

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Avaliação de adequações e melhorias diversas no âmbito da execução dos programas em andamento nas comunidades.

Detalhamento da recomendação

Em virtude de relatos de que cronogramas de projetos anunciados nas comunidades atingidas não estarem sendo cumpridos, recomenda-se que a Diretoria dê maior rigor ao cumprimento dos cronogramas divulgados, bem como garanta transparência em relação ao avanço de seu cumprimento e efetiva comunicação no caso de mudanças.

Resposta recebida:

Data: 23/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Resposta da Fundação Renova à recomendação do Conselho Consultivo quanto à necessidade de maior rigor e transparência na comunicação de cronogramas de projetos junto às comunidades.

Detalhamento da resposta

Neste documento visamos oferecer resposta ao questionamento apresentado pelo Conselho Consultivo, para tanto a estruturamos em três seções. Na primeira delas retoma-se o histórico dos Projetos da Foz, conhecidos como 14 projetos, bem como os desafios da Fundação Renova para os tratar e executar; na segunda parte apresentamos os cronogramas repactuados com as comunidades de Povoação e Regência e na terceira as evidências de realização de diálogo e repactuação dos cronogramas com as referidas comunidades.

Histórico

A Fundação Renova em seu propósito de recuperar e compensar danos e impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana atua através de seus diversos programas para efetivar ações e projetos que possibilitem às comunidades e aos impactados o retorno e a melhora de sua qualidade de vida.

Muitos dos projetos que hoje são implementados pela Fundação Renova são fruto de acordos e compromissos assumidos junto às comunidades impactadas, ainda no período emergencial em que as ações de mitigação e reparação eram implementadas pela Mineradora Samarco. Diversos dos projetos e ideias foram apresentados a essa para comporem sua estratégia de reparação. A Fundação Renova ao ser criada incorporou muitos destes acordos e compromissos e tem trabalhado para os implementar. Este é o caso dos Projetos da Foz, objeto de questionamento quanto a comunicação e transparência de cronograma pelo Conselho Consultivo da Fundação.

A implementação de projetos sociais sempre é desafiadora, seja porque envolve a necessidade de bons diagnósticos, tempo para planejar, forte estratégia de diálogo e participação, bem como desafios típicos da implementação como a necessidade de negociação de aspectos dos projetos em pleno processo de execução.

Para responder o quadro social e ambiental que se formou pós-rompimento nas comunidades impactadas, os desafios para desenvolver projetos foram ainda maiores. Questões como ausência de diagnósticos e medições prévias, tempo reduzido para produzir informações e planejamento, e uma demanda crescente de diálogo e resposta, exigiram a aposta na capacidade de resposta de técnicos e gestores a partir de conhecimentos acumulados ao longo de suas vidas profissionais.

Propor soluções em condições adversas foi a característica central do período emergencial e pré-Fundação, a fase subsequente em que nos encontramos,

de definição de programas e implementação de ações, caracteriza-se pela ampliação da capacidade de planejamento, bem como de soluções fundamentadas no conhecimento produzido por diagnósticos, no diálogo com as comunidades e no cumprimento das normativas do sistema de governança da Fundação Renova.

A passagem da fase emergencial para o momento presente gerou desafios próprios para implementação dos projetos acordados com as comunidades, tendo em vista a necessidade de adequar estes aos padrões e processos típicos desta Fundação e de seu sistema de governança. Abaixo são apresentados os principais aspectos que exigiram adequações, novas produções e validações internas e com as comunidades impactadas.

Elaboração de projetos

Um dos desafios centrais à execução dos Projetos da Foz foi o nível de amadurecimento de cada projeto apresentado à Samarco e posteriormente à Fundação Renova. Estes em geral tratavam-se de propostas em fase inicial de detalhamento e explicitavam as demandas das comunidades, por vezes sistematizavam intenções, alguns avançavam em especificações, mas todos precisavam de maior detalhamento para os processos de contratação de empresas ou mesmo de estabelecimento de convênio, bem como de esforços de entendimento mútuo entre as comunidades demandantes e a Fundação.

A passagem de propostas com detalhamento inicial a projetos, e destes à execução, desde o surgimento da Fundação Renova tem seguido novos fluxos e processos administrativos não existentes no tempo emergencial, o que alterou os prazos dialogados inicialmente com as comunidades, criando em alguns momentos atrasos em relação aos prazos estimados anteriormente a criação da Fundação Renova.

Os prazos anteriormente acordados com as comunidades foram construídos em situação atípica, portanto, a Fundação Renova herda não apenas o compromisso de implementar o pactuado, mas também a necessidade de ade-

quar todos os projetos ao marco legal que orienta seu funcionamento, bem como repactuar com as comunidades com base nestes novos marcos. Na fase emergencial as ações de mitigação, reparação e compensação ainda não se orientavam aos termos do TTAC e dos processos de fiscalização que guiam esta organização.

Para contornar os impasses que surgem entre acordos de implementação de projeto em uma fase com processos não constituídos, para outra em que diversos precisaram ser criados, é que se desenvolveu a partir de novembro de 2017 a estratégia de repactuar com as comunidades os cronogramas, os trazendo para os parâmetros hoje existentes na Fundação.

Adequar as demandas ao modelo de gestão de Fundação

A Mineradora Samarco, em seus esforços de responder às comunidades em suas demandas ao longo de todo período emergencial, prescindiu de diversos dos processos padrões de elaboração, contratação e implementação de projetos. As respostas às comunidades basearam-se em cronogramas simplificados, gerando a percepção de que os projetos poderiam ser implementados em prazo muito inferior ao esperado quando processos e procedimentos estão estabelecidos.

A postura de rápida resposta e de processos de elaboração de projetos e contratações simplificadas foi indispensável para efetivação de ações de mitigação em 2015 e grande parte de 2016, todavia com o surgimento da Fundação Renova um novo modelo de gestão surgiu. Questões antes suprimidas pelo necessário senso de urgência como detalhamento de escopo, elaboração de projetos conceituais e executivos, processos concorrenciais, licenciamentos, bem como a necessidade de intensificação de diálogo e validação com as comunidades entram em cena alterando o tempo de implementação dos projetos.

Todas as mudanças indicadas acima alteram o tempo para implementação dos projetos, ou seja, passou-se de uma fase de estimativa de tempo - prescindindo de certos processos - para outra em que estes precisaram ser incor-

porados para ampliar garantias trabalhistas dos colaboradores da Fundação, qualidade das entregas, atendimento às exigências de órgãos públicos e envolvimento das comunidades em todas as etapas dos projetos.

Adequar as demandas ao TTAC

A Fundação Renova como responsável legal pelas ações de reparação e compensação, opera em marco legal, normativo e de compromissos distintos daqueles em que as demandas das comunidades foram recebidas e inicialmente tratadas.

Com o surgimento do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC a Renova foi constituída como uma organização de direito privado sem fins lucrativos específica para restaurar, reparar e compensar os impactos e danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Diferentemente do tempo emergencial em que a Mineradora Samarco atuou diretamente junto às comunidades impactadas, a Renova o faz através de programas acordados com um sistema de governança que inclui as mineradoras Vale, Samarco e BHP, órgãos públicos e os impactados. Com esta estrutura de governança e a atuação através de programas, os projetos e demandas apresentados pelas comunidades foram ajustados aos propósitos de existência da Fundação Renova. Mais que entregar obras e realizar eventos, estes projetos passaram a ser inseridos na estratégia geral de reparação e compensação dos programas, bem como da própria Fundação.

Garantir que os Projetos da Foz sejam eficazes e efetivos à luz dos propósitos que justificam a existência da Fundação Renova têm exigido participação social e qualidade técnica na execução, dimensões exigidas pelo TTAC.

Validação e novas pactuações com as comunidades

Outra mudança relevante implementada pela Fundação Renova é a instituição de um diálogo sistemático com as lideranças das comunidades. Dialogar,

redefinir, validar e acompanhar os projetos pactuados com as comunidades passou a fazer parte da estratégia central da organização. Tal processo é indispensável para que as realizações sejam efetivas entregas para as comunidades que as receberem.

No presente momento a Fundação Renova está em um ciclo de diálogo e repactuação de prazos - quando necessário - com as comunidades. Com a maior solidez, qualidade técnica e alinhamento aos compromissos de reparação e compensação, os cronogramas apresentados às comunidades refletem o processo de gestão, participação e governança desta organização.

Mudanças na estratégia de gestão garantem maior qualidade aos cronogramas atuais, bem como os instrumentos de participação e controle social que estão sendo implementados como os Grupo de Trabalho de Lideranças por comunidade, Visitas Sociais em Obras, Validação das Comunidades, Acompanhamento de Execução Física dos Projetos, permitem maior rigor na execução dos projetos pactuados.

Melhora dos Processos Internos

A Fundação Renova ao surgir teve de instituir processos administrativos para garantir aos impactados, a sociedade em geral e aos órgãos públicos a realização efetiva de ações de reparação e compensação, isto significou mudanças na velocidade de entrega ou mesmo das expectativas do tempo emergencial. Tal mudança administrativas foi importante, mas ciente da absoluta urgência das demandas dos impactados um forte processo de revisão dos processos internos está em curso.

Ao se constituir como organização a Fundação coloca como um de seus focos a melhora nos processos administrativos internos no propósito de aprender com os desafios, com as demandas dos impactados e com outras instituições. Dessa maneira veremos nos próximos mês uma mudança gradual nos prazos de entrega. Com processos mais claros e com a busca de simplifica-

ção dos mesmos a instituição melhorará o atendimento aos urgentes pleitos e necessidades dos impactados.

Desta forma para Fundação Renova é indispensável o tipo de crítica e questionamento apresentado pelo Conselho Consultivo. Cremos que respondemos os questionamento e expressamos nossa abertura para outros deste tipo, tanto para melhoramos nosso trabalho e entrega, mas também para garantir a essa importante instância de nossa governança toda a informação necessária e indispensável ao seu trabalho de acompanhamento de nossas ações.

REC 004/2017

Data: 17/nov/2017

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Divulgação dos valores dos vencedores em processos de licitação

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Revisão das práticas de divulgação dos valores dos vencedores do processo de licitação.

Detalhamento da recomendação

- i) Visando estimular a competitividade de empresas locais em processos de licitação da Fundação Renova, recomenda-se à Diretoria que sejam revistas as práticas de divulgação dos valores dos vencedores do processo de licitação para contratação de serviços de restauração, permitindo que as empresas locais ampliem sua capacidade crítica de suas próprias propostas de preços.
- ii) Como meio de se estabelecer algum meio de divulgação dos preços vencedores de processos de licitação aos fornecedores locais, recomenda-se à Diretoria que seja estabelecido um relacionamento permanente com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (MG).

Resposta recebida:

Data: 27/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Resposta à solicitação de revisão das práticas de divulgação dos valores dos vencedores do processo de licitação.

Detalhamento da resposta

A Fundação Renova entende que o estímulo à competitividade dos fornecedores locais se dará pela capacitação dos mesmos, através de ações que estão sendo desenvolvidas pelo programa de Estímulo à Contratação Local, em parceria com as associações comerciais.

Atualmente estão sendo executadas atividades relativas à capacitação em gestão empresarial e qualificação técnica empresarial, bem como sendo realizadas reuniões técnicas periódicas com a participação dos empresários locais, no intuito de orienta-los sobre o que pode ser feito para que os mesmos sejam melhor avaliados nos critérios de análise comercial, técnico e financeiro dos processos concorrenciais.

Entendemos a posição deste Conselho mas, em função de cláusula de sigilo de contrato estabelecido entre Fundação e empresas, não é possível o compartilhamento individual dos preços dos contratos. Em contrapartida estamos trabalhando para, através de outros mecanismos, darmos maior visibilidade às contratações realizadas pela Renova.

REC 005/2017

Data: 17/nov/2017

Endereçamento: Diretoria e Conselho Curador

Assunto: Para as ações de restauração priorizar a contratação de empresas e pessoas locais

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Avaliação e adoção de critérios e práticas gerenciais que viabilizem a aquisição de serviços e produtos de fornecedores locais.

Detalhamento da recomendação

- i) Em função da permanência de relatos que apontam a contratação de empresas e pessoas de fora das comunidades atingidas para serviços que eles se julgam capazes de executar, recomenda-se ao Conselho Curador que determine que sejam reforçadas as práticas que visam a priorização de contratação de empresas e pessoas locais, no contexto das ações de restauração.
- ii) Para atividades que resultem em maior impacto nas comunidades atingidas, recomenda-se à Diretoria que avalie a adoção de reserva de mercado para empresas locais.

Resposta recebida:

Data: 27/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Resposta à avaliação e adoção de critérios e práticas gerenciais que viabilizem a aquisição de serviços e produtos de fornecedores locais.

Detalhamento da resposta

A política de estímulo à contratação local tem passado por revisões constantes no intuito de viabilizar o maior envolvimento do empresariado local nas demandas da Fundação Renova. Tais ações são direcionadas e acompanhadas pela Câmara Técnica de Economia e Inovação.

A partir da criação da Política de Fornecedores Locais, a participação de empresas locais nos processos concorrenciais têm crescido sistematicamente. Além disso, têm crescido também o número de contratos firmados com fornecedores dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Faz parte do compromisso da Renova a contínua prospecção e o investimento no desenvolvimento de fornecedores locais e acreditamos ser este o caminho para uma recuperação sustentável das economias impactadas.

A Fundação segue rigorosos princípios de contratação, para garantir o bom uso dos recursos destinados à recuperação do desastre, pautados na isonomia da informação, na integridade, na economicidade e na impessoalidade de seus processos e entende que a reserva de mercado vai contra os princípios citados.

REC 006/2017

Data: 17/nov/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Mudança de procedimentos de pagamento de indenizações a atingidos que alegam mais de uma razão para indenização

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Recomenda-se que se desvinculem os pagamentos de indenizações decorrentes de mais de uma condição, permitindo que se paguem separadamente indenizações referentes a cada condição.

Detalhamento da recomendação

Têm sido relatadas situações em que, tendo se candidatado a indenizações por mais de uma condição (por exemplo, produtor e pescador), atingidos não foram indenizados ao mesmo tempo que outros, porque se impõe o pagamento conjunto de todas as indenizações pleiteadas.

Recomenda-se que se introduzam critérios e processos que possibilitem a desvinculação de pagamentos de indenizações a atingidos, decorrentes de duas ou mais condições alegadas. Deve se dar tratamento independente às condições, quando um mesmo indivíduo apresentar mais de uma condição para efeito de indenização.

Resposta recebida:

Data: 22/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A partir da recomendação referida a Fundação Renova reavaliou a forma de indenização aos impactados que possuem mais uma condição de dano.

Detalhamento da resposta

Se durante o atendimento no PIM houver a impossibilidade de se comprovar um dos danos, a Fundação Renova passou a realizar a antecipação da indenização.

zação daquele que se possa comprovar, aguardando a definição do segundo dano para efetuar a assinatura do Termo de Conciliação. Caso seja possível indenizar ambos danos essa prática será priorizada, o que será também mais interessante para os próprios impactados.

REC 007/2017

Data: 17/nov/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Criação de centros de reprodução de peixes

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Recomendam-se estudos sobre a viabilidade da criação de centros de reprodução de peixes da fauna aquática da bacia do Rio Doce e da fauna marinha na foz.

Detalhamento da recomendação

A Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte apresenta um exemplo de centro de estudos sobre a ictiofauna de uma bacia, a do rio São Francisco, que pode inspirar a criação de centros de estudos semelhantes para o rio Doce. Tem como destaque o Aquário Bacia do Rio São Francisco, localizado no Jardim Zoológico de BH.

Recomenda-se que se estude a viabilidade de dois centros similares para a bacia do Rio Doce, um para a fauna de água doce (em Mariana, MG) e outro para a fauna marinha na foz, agregando as funções de:

- reprodução de peixes,
- produção de alevinos para repovoamento,
- turismo,
- educação ambiental,
- pesquisa e desenvolvimento.

Os centros incorporariam laboratórios, instalações de reprodução e de produção de alevinos, e aquário para visitação.

Recomenda-se ainda que se avalie o estabelecimento de um programa de desenvolvimento econômico e colaboração científica com a Fundação Zoobotânica de BH para a implementação dos centros propostos.

Resposta recebida:

Data: 23/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Este documento trata de devolutiva relacionada à recomendação do Conselho Consultivo à Fundação Renova em que propõe a realização de estudos sobre a viabilidade da criação de centros de reprodução de peixes da fauna aquática da bacia do Rio Doce e da fauna marinha na foz, a partir da experiência desenvolvida pela Fundação Zoobotânica em Belo Horizonte. A Fundação Renova, participou de visita técnica à Fundação Zoobotânica onde foi possível conhecer as atividades desenvolvidas em relação a criação de espécies da ictiofauna em aquários, que consiste em um centro de exposição e laboratório de quarentena de espécies coletadas na natureza para fins de manutenção do acervo contido nos aquários, bem como disponibiliza a estrutura para atividades de educação ambiental. Além disso, foi apresentado o modelo de gestão adotado pelo Centro, que possibilitou a Fundação Renova uma ampla visão sobre a experiência. A referida recomendação visa contribuir com as ações realizadas no âmbito dessa Fundação, no que se refere a recuperação da fauna aquática bacia do Rio Doce, em especial da ictiofauna, como forma de recomposição de estoques naturais, bem como de construção de centros de estudos que produzam conhecimentos técnicos sobre o Rio Doce, até sua foz.

Detalhamento da resposta

A Fundação Renova, por meio da área de Socioeconomia, tem empreendido esforços na busca de parcerias que apoiem a realização de ações que contribuam efetivamente para a recuperação da ictiofauna do Rio Doce, ao tempo em que promova alternativas para a geração de emprego e renda, que contribuam com as economias locais.

Nesse sentido, vem internamente promovendo o diálogo e a integração de pro-

gramas, tendo como eixo articulador o Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras, para a realização de ações conjuntas que envolvam a temática do turismo, educação ambiental, além da produção de conhecimento sobre a atividade da pesca. O referido Programa prevê, entre outras ações, a implementação de projetos de alternativas produtivas, como forma de contribuir para a recomposição de estoques naturais da ictiofauna do Rio Doce até sua foz e para tanto vem estreitando o diálogo com instituições que possuem expertise nessa temática, como a recente participação em oficina sobre a pesca sustentável, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi iniciar um processo de construção de agenda de interesse comum e trabalho coletivo com várias instituições que possuem expertise em produção de dados, monitoramento, organização social, conservação, cadeia produtiva e empreendedorismo.

Dessa forma, a Fundação Renova, considera pertinente a recomendação do Conselho Consultivo e buscará implementar estudos que subsidiem a viabilidade da criação de centros de reprodução da ictiofauna da bacia do Rio Doce e ictiofauna marinha na região da foz.

REC 008/2017

Data: 17/nov/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Prevenção de invasões e favelização das comunidades após seu reassentamento

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Tomar providências de prevenção a invasões e favelização das comunidades que serão reassentadas.

Detalhamento da recomendação

Recomenda-se que seja considerado, no contexto do programa de reassentamento, mecanismos sociais de prevenção de invasões e favelização das comunidades após suas instalações. Podem ser utilizadas como referência políticas exitosas, por exemplo as adotadas na cidade de Tiradentes (MG),

como ponto de partida na busca de práticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e política, por meio do empoderamento imediato das associações de moradores.

Resposta recebida:

Data: 21/mar/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Proposta de Prevenção ao processo de Favelização e Invasão das Comunidades após o Reassentamento.

Detalhamento da resposta

Partindo do conceito de Favela como um assentamento informal densamente povoado caracterizado por moradias precárias e miséria, e considerando que o reassentamento é dividido em três tipos de ocupação: área urbana, áreas verdes e áreas remanescentes, estamos propondo um projeto de política habitacional de prevenção a favelização.

Tal projeto considera a LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO como norteador para a área urbana - loteamento, criação de PROCESSO PARTICIPATIVO como direcionador da devida apropriação das áreas verdes e por fim, o SERVIÇO AMBIENTAL como medida preventiva para as áreas remanescentes.

Para a contenção de invasões, dividimos em dois tipos: Invasões em áreas públicas (equipamentos públicos) e Invasões em áreas privada (loteamento). Para ambas pretendemos utilizar das medidas legais e jurídicas designadas para este fim.

O projeto de reassentamento de Bento Rodrigues, sendo, em sua gênese, um projeto urbanístico, deve primar pela mobilidade, sustentabilidade e coexistência entre moradores e a cidade.

Entendendo sustentabilidade como um eixo transversal no projeto, considera-se minimamente que: i) as necessidades das pessoas que viverão no reassentamento deverão ser ouvidas e atendidas/ impactadas positivamente;

ii) as necessidades dos moradores do Novo Bento não devem comprometer as necessidades de suas gerações futuras; iii) as soluções sustentáveis propostas, construídas e validadas com a comunidade devem se apoiar na articulação com a municipalidade e na gestão pública como parte inerente ao próprio processo de sustentabilidade; iv) haja desenvolvimento de soluções coletivas e individuais sustentáveis, reforçando justamente a coexistência da cidade e de seus moradores; v) a Fundação Renova deve adotar um Processo de Participação Ativo, observar as melhores práticas internacionais referentes à cenários complexos como reassentamentos e mitigação/ compensação dos impactos socioambientais e monitorar o desempenho desses processos.

Considerando o exposto, cabe destacar que a equipe multidisciplinar envolvida no projeto de reassentamento vem avançando no melhor entendimento de algumas tecnologias, a exemplo: energia solar, utilização de materiais ecológicos, sistemas construtivos, aproveitamento da ventilação natural, reuso de água e coleta de água de chuva, limitação de vazão das torneiras, descargas e chuveiros e uso de paisagismo produtiva.

REC 009/2017

Data: 17/nov/2017

Endereço: Conselho Curador

Assunto: Prazo de pagamento do PIM

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Estabelecer e praticar prazos compatíveis com práticas de pagamento de dívidas legalmente ajustados.

Detalhamento da recomendação

Recomenda-se ao Conselho Curador que seja revisto o critério de pagamento de indenizações em até três meses após os acordos serem firmados, visando que tais pagamentos se deem em prazos mínimos, compatíveis com a demanda dos indenizados e com as práticas de pagamento de dívidas legalmente ajustadas. Processos administrativos e legais deveriam ser antecipados à assinatura de acordos.

Resposta recebida:

Data: 22/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Os melhores esforços estão sendo empreendidos no sentido de atender aos impactados com a maior celeridade e segurança, mesmo frente aos desafios de prazos e escala que o Programa de Indenização Mediada enfrenta.

Detalhamento da resposta

Ainda que tenha havido situações pontuais de atrasos nos prazos de 90 dias para o pagamento das indenizações, estamos realizando ações para acelerar os referidos créditos por meio da contratação de duas consultorias especializadas em operações logísticas e estratégias de projetos de alta complexidade para regularizar todos os pagamentos em atraso até o dia 06 de março de 2018 e assegurar que situações similares não voltem a acontecer.

A Fundação Renova reforça o compromisso em atender as populações atingidas de maneira justa, célere e isonômica.

REC 010/2017

Data: 13/dez/2017

Endereço: Diretoria

Assunto: Comunicação de projetos e indenizações às comunidades da foz

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Estabelecimento de formas adequadas de comunicação de andamento de projetos para as comunidades na foz do Rio Doce, bem como do estado do processo de indenização, com acesso a informações individuais.

Detalhamento da recomendação

Na reunião de 13/12/17 do Conselho Consultivo em Regência, foi abordada a comunicação de informações sobre o andamento das ações da Renova à população da foz. Dois aspectos foram salientados. Primeiro, os conselheiros

locais relatam falta de informações sobre o andamento de projetos, especialmente quando se estabelece algum tipo de compromisso entre a Renova e a população – posteriormente ao momento do acordo, não há prosseguimento aderente ao conteúdo acordado. Segundo, a Conselheira Andrea Anchieta indicou a dificuldade da comunidade de Povoação em acessar as informações do Cadastro. Diante da dificuldade de acesso às mídias sociais daquela população, o Conselho Consultivo recomenda que a Fundação adeque os meios de informação nesses aspectos.

Resposta recebida:

Data: 21/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A Comunicação como responsável pela questão dos meios e formas de divulgação, informa que foram adotadas algumas estratégias de comunicação para a foz, tais como a implementação de um jornal exclusivo para as comunidades de Regência, Povoação e Areal com a formação de um grupo de comunicação, em que participa a comunidade e os conselheiros. As informações a serem divulgadas partem da comunidade e a Renova customiza a forma de divulgação local.

Detalhamento da resposta

O trabalho continua sendo elaborado e acompanhado de perto para melhor atender a região:

i. em dezembro e janeiro – foram desenvolvidos planos de comunicação para o PIM com ações customizadas para a Foz do Rio Doce com divulgação de informações coletivas porta-a-porta e utilização de carro de som reforçando o processo de comunicação utilizado em outros canais como rádio Renova, facebook, site além dos encontros de diálogo. Neste plano, demos suporte à estrutura itinerante de atendimento do PIM. A Comunicação pode entrar no processo maior de esclarecimento do processo de indenização,

datas, locais de atendimento mas não tem acesso (e nem pode pelo caráter confidencial) dos processos e informações individuais.

ii. fevereiro: foi iniciado um processo de conversa e escuta da comunidade para mapear meios mais utilizados entre os moradores das comunidades da Foz para ter acesso a informação bem como sua preferência para questões de mobilização para participarem das ações e eventos da Renova. Foi realizada uma primeira oficina com a presença da Conselheira Andrea e nossa intenção é continuar a escuta ouvindo também outros públicos como os jovens da região.

REC 011/2017

Data: 13/dez/2017

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Presença dos Conselheiros da foz em eventos locais

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Convite aos conselheiros da foz para todos eventos públicos promovidos localmente pela Renova.

Detalhamento da recomendação

Na reunião do Conselho Consultivo em 13/12/17 em Regência, o conselheiro José Geraldo Rivelli argumentou que os conselheiros da foz não têm sido convidados a comparecerem a alguns eventos promovidos pelas equipes da Renova nas localidades, o que foi confirmado pelos conselheiros da foz. Decidiu-se recomendar o cuidado de fazê-lo sempre, como forma de mantê-los fortalecidos junto às comunidades e em compasso com os acontecimentos que envolvem a Fundação Renova nas suas localidades.

Resposta recebida:

Data: 16/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Detalhamento da resposta

Em resposta à recomendação do Conselho estamos em pleno acordo em apresentarmos as agendas estratégicas nos territórios de forma sistemática para mantê-los atualizados com relação às diversas ações que ocorrem nos diferentes territórios, assim como, de forma oficial encaminhar os convites para os principais eventos em cada um dos territórios.

Nesse sentido, achamos importante esses convites serem encaminhados para eventuais assembleias, debates estratégicos com lideranças quando entenderem ser importante a participação do Conselho e sobre Programas e projetos que serão realizados.

Nos colocamos à disposição para esses alinhamentos.

REC 012/2017

Data: 13/dez/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Cultura de cacau nas ilhas e comunidades ribeirinhas

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Aceleração dos projetos de recuperação econômica das ilhas e das comunidades ribeirinhas com a utilização da cultura de cacau.

Detalhamento da recomendação

Na reunião do Conselho Consultivo de 13/12/17 em Regência, o conselheiro Élcio José mencionou a retomada do cultivo de cacau na região, para agregar valor à economia local, além do fato de que essa cultura pode ser vinculada à recuperação ambiental. Isto posto, o Conselho Consultivo recomendou acelerar os projetos de recuperação econômica das ilhas e das comunidades ribeirinhas com a utilização da cultura de cacau.

Resposta recebida:

Data: 23/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Conforme citado pela equipe técnica, durante reunião do Conselho Consultivo realizada em Regência, durante dezembro/17, já se encontra em análise estratégica das áreas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Economia e Inovação a implantação de um projeto de fortalecimento e ampliação da cultura do cacau sustentável na região da Foz do Rio Doce e nas chamadas Novas Áreas. Já foram mapeados stakeholders chave para esta ação, a citar a associação local de cacauzeiros – Linhares, alguns pequenos produtores, AIPC (Associação das Indústrias Processadoras de Cacau), o SEBRAE-ES e o INCAPER (instituições que mantém projetos na área) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo estas equipes estabelecido reuniões exploratórias com alguns deles. Espera-se que ao longo de 2018 seja factível desenvolver o projeto. As equipes técnicas se comprometem a manter o Conselho Consultivo atualizado.

Detalhamento da resposta

A cultura do cacau no norte do Espírito Santo se assemelha em várias características ao desenvolvido no Sul da Bahia, região que historicamente viveu auge e crises na sua produção.

Neste sentido, as recentes boas práticas de produção aliado a parcerias entre instituições definidoras de políticas públicas de fomento, técnicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil vem garantindo a volta por cima do cacau da região.

A luz dessa experiência, a Renova pretende articular um amplo projeto de promoção do cultivo do cacau sustentável na região da Foz do Rio Doce, também tradicional produtora que se encontra em 2018, aquém de seu potencial.

A estratégia passará pelo trabalho com os pequenos produtores de cacau - que se encontrarão atendidos pelo programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase àqueles que estão na Calha do Rio - ao passo que a equipe de Economia e Inovação auxiliará no trabalho de recuperação de mercado para escoar essa nova produção.

Segundo o marco legal vigente (ver abaixo) a produção do cacau enquadrar-se na perspectiva de extrativismo sustentável em áreas de proteção ambiental,

Detalhamento da resposta

Em resposta à recomendação do Conselho estamos em pleno acordo em apresentarmos as agendas estratégicas nos territórios de forma sistemática para mantê-los atualizados com relação às diversas ações que ocorrem nos diferentes territórios, assim como, de forma oficial encaminhar os convites para os principais eventos em cada um dos territórios.

Nesse sentido, achamos importante esses convites serem encaminhados para eventuais assembleias, debates estratégicos com lideranças quando entenderem ser importante a participação do Conselho e sobre Programas e projetos que serão realizados.

Nos colocamos à disposição para esses alinhamentos.

REC 012/2017

Data: 13/dez/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Cultura de cacau nas ilhas e comunidades ribeirinhas

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Aceleração dos projetos de recuperação econômica das ilhas e das comunidades ribeirinhas com a utilização da cultura de cacau.

Detalhamento da recomendação

Na reunião do Conselho Consultivo de 13/12/17 em Regência, o conselheiro Élcio José mencionou a retomada do cultivo de cacau na região, para agregar valor à economia local, além do fato de que essa cultura pode ser vinculada à recuperação ambiental. Isto posto, o Conselho Consultivo recomendou acelerar os projetos de recuperação econômica das ilhas e das comunidades ribeirinhas com a utilização da cultura de cacau.

Resposta recebida:

Data: 23/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Conforme citado pela equipe técnica, durante reunião do Conselho Consultivo realizada em Regência, durante dezembro/17, já se encontra em análise estratégica das áreas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Economia e Inovação a implantação de um projeto de fortalecimento e ampliação da cultura do cacau sustentável na região da Foz do Rio Doce e nas chamadas Novas Áreas. Já foram mapeados stakeholders chave para esta ação, a citar a associação local de cacauzeiros – Linhares, alguns pequenos produtores, AIPC (Associação das Indústrias Processadoras de Cacau), o SEBRAE-ES e o INCAPER (instituições que mantém projetos na área) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo estas equipes estabelecido reuniões exploratórias com alguns deles. Espera-se que ao longo de 2018 seja factível desenvolver o projeto. As equipes técnicas se comprometem a manter o Conselho Consultivo atualizado.

Detalhamento da resposta

A cultura do cacau no norte do Espírito Santo se assemelha em várias características ao desenvolvido no Sul da Bahia, região que historicamente viveu auge e crises na sua produção.

Neste sentido, as recentes boas práticas de produção aliado a parcerias entre instituições definidoras de políticas públicas de fomento, técnicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil vem garantindo a volta por cima do cacau da região.

A luz dessa experiência, a Renova pretende articular um amplo projeto de promoção do cultivo do cacau sustentável na região da Foz do Rio Doce, também tradicional produtora que se encontra em 2018, aquém de seu potencial.

A estratégia passará pelo trabalho com os pequenos produtores de cacau - que se encontrarão atendidos pelo programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase àqueles que estão na Calha do Rio - ao passo que a equipe de Economia e Inovação auxiliará no trabalho de recuperação de mercado para escoar essa nova produção.

Segundo o marco legal vigente (ver abaixo) a produção do cacau enquadrar-se na perspectiva de extrativismo sustentável em áreas de proteção ambiental,

sendo compatível seu cultivo com os projetos de recuperação de APPs e nascentes elaborados implementados pela Renova, como um de seus compromissos.

Espera-se primeiro aprender da experiência local e de stakeholders como:

- Associação de Cacaueiros de Linhares,
- AIPC (Associação das Indústrias Processadoras de Cacau),
- SEBRAE-ES,
- INCAPER,
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão do MAPA

Assim como realizar benchmarking e parcerias com as instituições que promovem a cultura do cacau sustentável de maneira socialmente inclusiva no

Sul da Bahia. Entre elas o Instituto Arapyauá, no qual a Renova pode se inspirar para definir seu papel e ações neste trabalho.

No planejamento dos programas citados, está previsto para 2018 o início desse processo, sendo previsto para o ano a realização de articulações e geração de aprendizagem. A implantação do projeto deve ocorrer nos anos seguintes, a seguir planejamento atual.

Sobre o Cacau na Bahia:

A economia do sul da Bahia pode ressurgir de suas principais vocações, como mostra uma análise realizada em 2013 pela consultoria MB Associados, recomendada pelo Instituto Arapyauá.



Cacau e chocolate:

- O cacau baiano pode sair da média de 300 kg/ha de hoje para os 800-900 kg/ha da média paraense, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões por ano.
- Um manejo que valoriza os conhecimentos locais e integra questões ambientais e humanas;
- Produção de cacau e chocolate de alta qualidade em escala;
- Produção de conhecimento e tecnologia;
- Cacau e chocolate gourmet com reconhecimento internacional.

A estratégia para superar os desafios que a “vassoura de bruxa” – praga que assolou a produção durante as décadas de 80 e 90 e praticamente reduziram em 60% a produção local neste período e causou grandes prejuízos e desemprego – é apostar na produção sustentável. A ideia é aproveitar o já existente sistema de produção comum na Bahia: o cacau cabruca. Nesse tipo de plantação, o cultivo é feito dentro da floresta. Assim, é possível preservar a Mata Atlântica, a fauna e as nascentes. Uma portaria (Portaria nº 03) da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (Sema) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema-BA), regulamenta a concessão de áreas florestais para o manejo da cabruca na Bahia.

A “virada verde” da produção cacauzeira também tem outro propósito: faz parte das exigências para que a amêndoa do cacau baiano seja considerada premium e consiga um preço melhor no mercado, principalmente o externo.

Documento(s) complementar(es) e anexo(s)

Informação útil:

- Sobre incentivos: governo-deve-incluir-incentivo-a-producao-de-cacau-economia-estadao
- Sobre aumento da produção: industria-projeta-dobrar-producao-de-cacau-em-10-anos-economia-estadao
- Sobre mercado de chocolate premium: mercado-de-chocolate-premium-cresce-dois-digito-por-ano-no-brasil
- Produção de cacau do sul baiano ganha destaque em países europeus:
- <http://g1.globo.com/bahia/bahia-rural/videos/v/producao-de-cacau-do-sul-baiano-ganha-destaque-em-paises-europeus/5801454/>

REC 013/2017

Data: 13/dez/2017

Endereço: Diretoria

Assunto: Divulgação da qualidade da água na foz

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Estabelecimento de formas adequadas de comunicar os parâmetros medidos de qualidade da água do rio e do mar aos habitantes das comunidades da foz.

Detalhamento da recomendação

Na reunião do Conselho em 13/12/17 em Regência, a conselheira Ubaldina Costa ressaltou que a Fundação Renova já possui dados do monitoramento da qualidade da água do Rio Doce que, contudo, não são apresentados e esclarecidos aos pescadores, no que se refere ao pescado. Foi também argumentado por ela que alguns parâmetros, como a turbidez, podem ser divulgados diretamente pela Renova, mas que outros, como presença de metais pesados, não podem ser divulgados pelos órgãos ambientais sem antes analisar de forma mais detalhada todos os tributários da bacia. O conselheiro Carlos Sangália mencionou que a fundação não pode divulgar os dados do monitoramento, uma vez que o TTAC estabelece que isto deverá ser feito pelos órgãos ambientais. A Sra. Vivian Medeiros esclareceu que a fundação envia tais dados ao CIF e aos órgãos ambientais e que estes estão elaborando um plano de comunicação para divulgação à população. Recomenda-se que se estabeleçam formas adequadas de comunicar os parâmetros medidos de qualidade da água do rio e do mar aos habitantes das comunidades da foz.

Resposta recebida:

Data: 19/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Estabelecimento de formas adequadas de comunicar os parâmetros medidos de qualidade da água do rio e do mar aos habitantes das comunidades da foz.

Detalhamento da resposta

Na reunião do Conselho em 13/12/17 em Regência, a conselheira Ubaldina Costa ressaltou que a Fundação Renova já possui dados do monitoramento da qualidade da água do Rio Doce que, contudo, não são apresentados e esclarecidos aos pescadores, no que se refere ao pescado. Foi também argumentado

por ela que alguns parâmetros, como a turbidez, podem ser divulgados diretamente pela Renova, mas que outros, como presença de metais pesados, não podem ser divulgados pelos órgãos ambientais sem antes analisar de forma mais detalhada todos os tributários da bacia. O conselheiro Carlos Sangália mencionou que a fundação não pode divulgar os dados do monitoramento, uma vez que o TTAC estabelece que isto deverá ser feito pelos órgãos ambientais. A Sra. Vivian Medeiros esclareceu que a fundação envia tais dados ao CIF e aos órgãos ambientais e que estes estão elaborando um plano de comunicação para divulgação à população. Recomenda-se que se estabeleçam formas adequadas de comunicar os parâmetros medidos de qualidade da água do rio e do mar aos habitantes das comunidades da foz.

Os técnicos e especialistas da Fundação Renova já estiveram várias vezes na região da foz para apresentar os dados do rio e do mar. Em uma dessas reuniões, em novembro de 2017, o conselheiro Sangalia estava presente. Nesta reunião foram apresentados todos os dados de qualidade de água do rio e do mar, com a presença de lideranças de Regência e da Secretaria de Meio Ambiente do município de Linhares.

REC 014/2017

Data: 20/set/2017

Endereçamento: CIF

Assunto: Conselheiros consultivos suplentes

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Criação do cargo de Conselheiros Consultivos Suplentes e estabelecimento de sua forma de indicação e nomeação.

Detalhamento da recomendação

Na reunião do Conselho Consultivo de 13/12/17 em Regência, foram discutidos dois aspectos que convergiram para a presente recomendação.

O quórum necessário para realização das reuniões do Conselho tem sido ameaçado por causa de dificuldades de disponibilidade dos conselheiros em função de suas atividades profissionais e pessoais. Soma-se a instabilidade na

composição do Conselho, com demora na indicação de algumas das entidades detentoras de direito a vagas. Ter suplentes garantiria com mais certeza a realização das reuniões.

Um alto grau de pressão sobre os conselheiros da foz, em especial sobre a conselheira Andrea Anchieta, foi constatado na reunião com a comunidade de Povoação, em 12/12/17. Alegou-se que ela não foi eleita, como teria sido feito em Regência; e criticou-se seu desempenho e seu preparo para o cumprimento de seu papel. A partir de informações da própria conselheira e dos demais conselheiros da foz, e da avaliação dos demais conselheiros, o Conselho julgou que o estabelecimento da figura de conselheiro suplente possibilitaria um fortalecimento na representação das comunidades, diluindo ainda a responsabilidade pesada que tem recaído sobre alguns dos conselheiros.

Resposta (da Gerência Jurídica da Fundação Renova, endereçada ao CIF):

Data: 20/mar/2018

Prezados Senhores,

Em atenção ao Ofício nº 33/2018/DCI/GABIN-IBAMA, vimos pelo presente esclarecer que não há previsão no Estatuto para a indicação de Conselheiros Suplentes para compor o Conselho Consultivo da Fundação Renova.

Esta indicação, nos termos do Estatuto, só é possível para os membros do Conselho Curador, veja-se:

Artigo 18. Conselho Curador, órgão normativo, deliberativo e de controle da administração da Fundação, será constituído por 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes indicados pelas Mantenedoras na proporção de 2 (dois) membros (e respectivos suplentes) para cada uma e 1 (um) membro independente efetivo e 1 (um) membro suplente indicado pelo comitê interfederativo constituído conforme os termos do Acordo (“Comitê Interfederativo”).

Todavia, cumpre esclarecer que a Diretoria Executiva da Fundação Renova tem estudado alterações na redação do seu normativo, as quais deverão seguir o seguinte rito para serem aprovadas:

Artigo 55. O presente Estatuto somente poderá ser alterado:

I - quando não contrariar os termos do Acordo, a natureza jurídica e os objetivos da Fundação;

II - pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Curador (ou seja, ao menos 5 (cinco) dentre os 7 (sete) membros), e de 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria Executiva; e

III - com aprovação do Ministério Público.

Sendo o que cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO RENOVA se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente.

REC 015/2017

Data: 13/dez/2017

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Suspeita de privilégios para pescadores assistidos por advogados, no PIM

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Investigação de possível ocorrência de privilégio no pagamento de pescadores que estão sendo assistidos por advogados.

Detalhamento da recomendação

Na reunião do Conselho em 13/12/17, em Regência, repercutiram informações correntes nas comunidades da foz de que pescadores assistidos por advogados estariam tendo seus processos de cadastramento e indenização mais céleres que os demais. Os conselheiros Cláudio Boechat, José Geraldo Rivelli e Andréa Anchieta relataram que tal informação também foi ouvida na reunião do CIF em Brasília, na qual estiveram presentes. Caso confirmada a informação, poderia estar acontecendo um tratamento privilegiado a esses pescadores, o que deveria ser impedido. O fato de não haver informações seguras justifica uma investigação e uma avaliação por parte da Renova.

Resposta recebida:

Data: 22/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Aceleramos o processo de indenização dos comerciantes de Povoação no sentido de viabilizar a atuação do comércio na estação de verão.

Detalhamento da resposta

Durante o seminário do CIF em Regência em 15 de dezembro de 2017 tivemos uma primeira reunião com representantes das associações que assinam a carta de reivindicação de cuidados específicos com comerciantes e na ocasião nos comprometemos com o atendimento célere do que foi apresentado.

O Programa de Indenização Mediada (PIM) realizou uma força tarefa na cidade de Povoação. Nos dias 20 e 21 de dezembro de 2017 para atendimentos dos atingidos com danos relacionados ao comércio, na ocasião foram atendidos 21 atingidos, cujos acordos firmados totalizaram o montante de R\$ 207.000,00 em indenizações.

REC 016/2017

Data: 13/dez/2017

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Indenização e adiantamento urgente aos comerciantes de Povoação

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Recomenda-se:

- Que se acelerem os processos de indenização dos comerciantes de Povoação, como realizado em Regência e em outras localidades atingidas,
- E que se conceda urgentemente um adiantamento da indenização para viabilizar a atuação do comércio na estação de verão.

Detalhamento da recomendação

Na reunião com a comunidade de Povoação no dia 12/12/17, foi entregue ao coordenador do Conselho uma carta reivindicando cuidados específicos com os comerciantes daquela localidade. Nela, requisita-se tratamento igual ao dispensado a comerciantes de outras localidades, e a concessão de adiantamento aos comerciantes locais para viabilizar seus negócios visando seu Projeto Verão.

Resposta recebida:

Data: 22/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Aceleramos o processo de indenização dos comerciantes de Povoação no sentido de viabilizar a atuação do comércio na estação de verão.

Detalhamento da resposta

Durante o seminário do CIF em Regência em 15 de dezembro de 2017 tivemos uma primeira reunião com representantes das associações que assinam a carta de reivindicação de cuidados específicos com comerciantes e na ocasião nos comprometemos com o atendimento célere do que foi apresentado.

O Programa de Indenização Mediada (PIM) realizou uma força tarefa na cidade de Povoação. Nos dias 20 e 21 de dezembro de 2017 para atendimentos dos atingidos com danos relacionados ao comércio, na ocasião foram atendidos 21 atingidos, cujos acordos firmados totalizaram o montante de R\$ 207.000,00 em indenizações.

REC 017/2017

Data: 13/dez/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Conselho ou Comissão Local em Povoação

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Realização de um trabalho de estímulo e apoio à criação de um Conselho ou

Comitê local na comunidade de Povoação, composto por representantes de grupos de interesse locais. Tal instituição seria o canal de comunicação entre a Fundação Renova e a comunidade nas tratativas diversas das atividades sob responsabilidade da Fundação, viabilizando, de forma inclusiva e mais ágil do que se tem verificado, a implementação de ações corretivas, a negociação prévia de condições para novos projetos, e a resolução de conflitos em situações que envolvem o cumprimento do TTAC na localidade.

Detalhamento da recomendação

Em visita à comunidade de Povoação em 12/12/2017, membros do Conselho Consultivo puderam verificar uma realidade de conflitos entre grupos de interesses locais, o que gera uma incapacidade de tomada de decisões compartilhadas que atendam a interesses maiores da coletividade. Aparentemente, não se estabeleceram ali ainda, por razões individuais ou coletivas, lideranças comunitárias suficientemente capacitadas para promover consensos.

O Conselho ou Comitê local que se imagina deveria ser formado por representantes dos grupos de interesse identificados, espelhando em sua formação a relevância de cada um. Deveria ter uma governança estabelecida em comum acordo, respeitando-se a necessidade de conciliar os interesses das partes com o interesse maior da comunidade, visando seu desenvolvimento em curto, médio e longo prazos.

Para tanto, a Fundação Renova deveria dialogar adequadamente com lideranças locais, devidamente aconselhada, apoiada, e caso produtora, representada pelos conselheiros consultivos, no sentido da criação do Conselho ou Comitê. Deveria ser considerada a contratação de uma terceira parte para condução do processo, caso se verifique desconfiança das lideranças e da comunidade nas formas de interação direta.

Resposta recebida:

Data: 23/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A Fundação Renova entende que o Grupo de Trabalho criado em Povoação atende a necessidade do território e a esta recomendação do Conselho Consultivo e, a partir de então, em conjunto com seus representantes, serão definidos ferramentas e conteúdos que poderão ser ofertados para capacitação e fortalecimento do grupo.

Detalhamento da resposta

De forma a contextualizar historicamente as ações relacionadas ao conteúdo desta recomendação, é importante lembrar que, em novembro de 2017, em um encontro com lideranças de Povoação e Regência, a Fundação Renova ofereceu uma proposta de apoio ao fortalecimento de lideranças e à construção coletiva de projetos, a qual seria desenvolvida em parceria com o Instituto Elos. Na ocasião, as lideranças consultadas não manifestaram interesse, naquele momento, nesse tipo de apoio e projeto.

Em relação ao Comitê Local de Povoação, há o entendimento de que o Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes de diferentes segmentos da comunidade para o acompanhamento das ações da Fundação Renova, criado em dezembro de 2017, já atende à necessidade do território e esta recomendação do Conselho Consultivo. Este entendimento foi reforçado durante o diálogo entre a conselheira Sra. Andrea Anchieta Aparecida e o gestor de território (Foz) da Fundação Renova, Sr. Sérgio Kuroda.

Em relação ao GT, especificamente, atualmente fazem parte representantes de doze grupos, associações ou segmentos da comunidade de Povoação: Associação de Moradores, Associação de Cultura, Associação de Pesca, Associação de Surfe, Evangélicos, Católicos, Associação de Comércio, Saúde, Tamar, Escola de Futebol, Educação e Grupo de Bordado.

Uma vez que o grupo está constituído, os próximos esforços serão centrados em construir coletivamente iniciativas para seu fortalecimento em temas como governança, gestão, comunicação, liderança e associativismo, visando seu desenvolvimento em curto, médio e longo prazos.

Outros assuntos que podem emergir destas ações são contribuições no desenho e definição de responsabilidades mais amplas e estratégicas do GT, bem

como a avaliação de suplentes e mapeamento de lideranças futuras.

Durante os próximos encontros com o GT, a Fundação irá apresentar e validar as propostas junto aos seus representantes, buscando os caminhos para a capacitação nos temas supracitados ou outros que possam vir a surgir destas interações, contando inclusive com o apoio dos conselheiros consultivos, quando producente.

REC 018/2017

Data: 20/set/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Gestão do Conhecimento

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Considerando:

- a) a importância da geração de conhecimento acerca dos meios físico, biológico, social e econômico da bacia do Rio Doce;
- b) a natureza pioneira e inédita de boa parte do conhecimento que vem sendo utilizado nos programas, na gestão e na governança da Fundação Renova;
- c) que tal conhecimento pode simplesmente se perder se não for devidamente gestado;
- d) que a dimensão e a gravidade dos acontecimentos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão abrem espaços inéditos para pesquisa, com potencialização da importância das entidades acadêmicas de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- e) que o envolvimento de estudantes e educadores de tais entidades em atividades de pesquisa significaria grande estímulo a seus processos educacional e profissional;
- f) que, se feita de forma participativa, a gestão do conhecimento apresenta formas efetivas de desenvolvimento e geração de riqueza a partir da mobilização das comunidades acadêmicas envolvidas;
- g) que, se bem planejada e articulada, a gestão de conhecimento pode

viabilizar que universidades e centros de pesquisa da bacia do Rio Doce, em especial, e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo podem se tornar referência nacional e internacional nos temas mais preciosos para as responsabilidades da Renova;

h) a otimização dos recursos financeiros que estão sendo utilizados para reparação e compensação dos impactos socioambientais e o disposto do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta,

O Conselho Consultivo recomenda que se inicie um processo participativo de planejamento da gestão do conhecimento gerado no âmbito das atividades da Fundação Renova.

Detalhamento da recomendação

Recomenda-se ainda que:

- a) a gestão do conhecimento solicitada não se restrinja a processos internos à Renova, mas que articule toda a cadeia de sistematização, disponibilização e utilização do conhecimento;
- b) se ativem fundações de amparo à pesquisa, dirigentes, professores e estudantes das entidades de pesquisa, ensino e extensão de Minas Gerais e Espírito Santo, além de organismos do setor educacional em nível federal, para o processo participativo recomendado;
- c) o planejamento tenha como diretriz a ampla participação da comunidade acadêmica de Minas Gerais e do Espírito Santo, com especial atenção às organizações de pesquisa, ensino e extensão das regiões afetadas direta e indiretamente, e nos campos de conhecimento inseridos nas atividades da Renova;
- d) as atividades de pesquisa sejam incluídas, com ênfase, nos editais relativos aos estudos de avaliação de impactos e de monitoramento, nas mais diversas áreas do conhecimento;
- e) as ações acima citadas sejam realizadas em caráter de urgência, uma vez que considerável tempo se passa desde o evento, levando a prejuízos irreparáveis quanto a geração de conhecimento referente às alterações e aos impactos ao meio ambiente. Ainda, a urgência se justifica pelo fato de que

elevado montante de recursos financeiros já terem sido desembolsados, com pouco potencial de geração de conhecimento científico.

Resposta recebida:

Data: 28/fev/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A Fundação Renova agradece a manifestação do Conselho Consultivo sobre o tema. Desde o recebimento desta recomendação, a Fundação Renova organizou sua resposta via a criação de um grupo de trabalho composto por técnicos da Fundação Renova e representantes do Conselho Consultivo associados à academia. Coube a este grupo traçar o formato e as diretrizes básicas da Política de Gestão do Conhecimento.

Detalhamento da resposta

De maneira geral, o documento inicia com seu lastro no TTAC, notadamente nas cláusulas 113, 114, 115 e no item XI da cláusula 05. Após, define conceitos importantes e alinhados com a ciência do conhecimento, seguindo com diretrizes gerais, premissas, escopo da Política, planejamento, internalização do conhecimento (do meio acadêmico para à Fundação), pesquisa, ensino, extensão, responsabilidades e transparência. A intenção é de que os fundamentos desta ação e documento sejam discutidos com as partes interessadas, por meio de workshop ou modelo semelhante, e que a Fundação protagonize um papel de facilitadora de uma rede de gestão do conhecimento na bacia do Rio Doce, conectando iniciativas e instituições, de forma a agregar esforços às mobilizações e otimizar todas as formas de recursos envolvidos. A atual versão do documento ainda é interna e está submetida a alinhamento geral do grupo de trabalho junto à Diretoria Executiva. A expectativa é de que as atividades sejam reorientadas e retomadas à partir do mês de Março, contando com apoio de consultoria especializada (Paulo Moutinho, pesquisador) e, a partir de então, haja uma primeira versão institucional do documento e um cronograma de implementação em 90 dias.

REC 019/2017

Data: 20/set/2017

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Atividades de pesquisa e Disponibilização de dados para pesquisa

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Considerando:

- a) a constituição do Conselho Consultivo da Fundação Renova, composto principalmente por representantes das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão e por representantes da comunidade científica (professores);
- b) a importância da geração de conhecimento acerca dos meios físico, biológico, social e econômico da bacia do Rio Doce;
- c) a natureza pioneira e inédita de boa parte do conhecimento que vem sendo utilizado nos programas, na gestão e na governança da Fundação Renova;
- d) que a dimensão e a gravidade dos acontecimentos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão abrem espaços inéditos para pesquisa, com potencialização da importância das entidades acadêmicas de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- e) que o envolvimento de estudantes e educadores de tais entidades em atividades de pesquisa significaria grande estímulo a seus processos educacional e profissional;
- f) há relatos de estudantes que estão desenvolvendo dissertações e teses desejosos de utilizar os dados que estão sendo coletados pela Renova, especialmente dados de qualidade da água;
- g) quando procurada, a Renova manifesta interesse em fazê-lo, mas se diz impedida por decisão do CIF e por recomendação da Câmara Técnica de Qualidade da Água;
- h) ao não ocorrer a disponibilização de tais dados, precisa-se lançar mão de recursos públicos escassos para obterem-se dados já conhecidos pela Fundação, onerando desnecessariamente as instituições de ensino;

- i) existe grande demanda e enorme potencial de geração de conhecimento pelas diferentes instituições de ensino a partir destes dados, sem custo adicional para a Fundação Renova;
- j) urgência se justifica pelo fato de que elevado montante de recursos financeiros já terem sido desembolsados, com pouco potencial de geração de conhecimento científico;
- k) a otimização dos recursos financeiros que estão sendo utilizados para reparação e compensação dos impactos socioambientais e o disposto do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta,
 - o Conselho Consultivo recomenda que os diversos dados até então levantados sejam disponibilizados, de forma plena, para utilização pelas instituições de ensino. Destacam-se os dados do monitoramento quali-quantitativo da água.

Detalhamento da recomendação

Recomenda-se ainda que:

- a) seja avaliada uma forma de acesso restrito aos dados pelo site da Fundação Renova, acessível por meio de login com senha, para enfrentar possíveis transtornos com a disponibilização de tais dados ao público leigo;
- b) tal cadastro de usuários seja simplificado, após comprovação de vínculo dos usuários com alguma instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- c) providências sejam tomadas para implementação de forma integral dos trabalhos de pesquisa, dado o tempo já transcorrido;
- d) as atividades de pesquisa sejam incluídas, com ênfase, nos editais relativos aos estudos de avaliação de impactos e de monitoramento, nas mais diversas áreas do conhecimento;
- e) as ações acima sejam realizadas em caráter de urgência, uma vez que considerável tempo se passa desde o evento, levando a prejuízos irreparáveis quanto a geração de conhecimento referente as alterações e aos impactos ao meio ambiente.

Resposta:**Data: 28/fev/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

A Fundação Renova agradece, reconhece e atribui coerência e pertinência à recomendação. De forma a tratar o tema pesquisa e conhecimento de forma mais abrangente e estruturada, desde 2017, iniciamos uma ação para elaboração de uma Política de Gestão do Conhecimento, onde, dentre outras, constariam diretrizes sobre o tratamento do conhecimento científico e procedimentos para dar transparência aos dados. Esta ação foi iniciada por um grupo de trabalho composto por técnicos da Fundação Renova e representantes do Conselho Consultivo associados à academia, e com ciência e apoio do Conselho Curador.

Detalhamento da resposta

Após diversas interações e formatação da primeira versão do documento, optou-se por um realinhamento geral do trabalho entre as partes, o qual deverá ocorrer no mês de Março, para que então a ação prossiga. Neste interim, houve a contratação de um consultor (Paulo Moutinho, pesquisador), para prestar apoio ao grupo de trabalho.

Portanto, sem desmerecer a urgência da necessidade da disponibilização de dados de imediato e os prejuízos decorrentes de atrasos, sobretudo à comunidade científica já mobilizada, a Fundação Renova optou pela cocriação das diretrizes a serem adotadas, também como forma de trazer mais robustez e legitimidade ao movimento. No desdobramento desta ação, certamente as sugestões específicas contidas nesta recomendação serão levadas em consideração.

REC 001/2018**Data: 24/jan/2018****Endereçamento: Diretoria****Assunto: Licenciamento ambiental dos reassentamentos****Sumário da recomendação (assunto e contexto)**

A Fundação Renova deve empregar todos os meios materiais e jurídicos cabíveis para que seja possível iniciar o licenciamento ambiental dos reassentamentos e, conseqüentemente, cumprir os demais prazos dos projetos.

Detalhamento da recomendação

Na 9ª reunião do Conselho Consultivo, em 24/01/2018, foram relatadas pela diretoria dificuldades em dar andamento ao processo de licenciamento dos projetos de reassentamento. O não cumprimento de etapas no processo de consulta às comunidades sinalizava a impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados. O debate no Conselho concluiu pela recomendação de maximizar esforços para cumprir as etapas em risco, por exemplo realizando audiências públicas que obstáculos legais possam no futuro não ser legitimadas.

Este posicionamento do Conselho Consultivo visa reforçar a necessidade imperativa de cumprir os prazos estipulados, tendo em vista as condições de crescente perda de identidade, bem-estar e saúde dos atingidos, verificadas nos diálogos conduzidos em sequentes ocasiões.

Resposta:**Data: 17/jul/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

O processo de obtenção da Licença Ambiental do reassentamento de Bento Rodrigues foi realizado através da estruturação do material técnico que embasa a análise do órgão ambiental competente, bem como do alinhamento e validação de diretrizes de projetos junto à comunidade e demais entidades associadas ao reassentamento.

Detalhamento da resposta

A Licença Ambiental para o loteamento de solo urbano, aplicável para o Reassentamento de Bento Rodrigues, foi instruída através de um processo de aná-

lise de documentos e estudos específicos conduzido pela Superintendência de Projetos Prioritários – SUPPRI – órgão subordinado à SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerasi.

Para a obtenção desta Licença, que foi emitida em 05/07/2018, duas linhas de atuação foram abordadas:

1) Elaboração, análise e revisão dos estudos e planos de controle ambiental propostos:

Considerando a grande variação de escopo, área pretendida e soluções de projeto ocorridas no período de maturação do processo, os estudos elaborados pela consultoria de meio ambiente contratada foram analisados e revisados por uma consultoria - terceira parte, bem como por um grupo multidisciplinar composto por empregados da Fundação Renova e suas mantenedoras (Vale e BHP). A documentação final foi emitida após este processo de validação.

2) Reuniões e audiências com a Comunidade de Bento Rodrigues e demais entidades participantes do processo de reassentamento:

- Durante todo o processo de aprovação do reassentamento, as premissas para a ocupação e o projeto urbanístico – incluindo a divisão de lotes, locação de vias e propostas de equipamentos públicos, foram apresentadas, discutidas e validadas em reuniões e audiências específicas junto à comunidade, a Comissão de Atingidos, sua assessoria técnica, representantes do Ministérios Públicos, da Secretaria de Cidades e Integração Regional – SECIR, bem como da SEMAD. Desta forma, os documentos que suportaram a emissão da Licença Ambiental apresentaram informações, propostas e projetos com baixo risco de mudanças significativas, que poderiam interferir na validade da mesma.

REC 002/2018

Data: 28/fev/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Capacitação associada ao Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Os objetivos do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos foram expandidos por deliberações do CIF, ao determinar que, além do repasse de recursos, também seja dado apoio técnico e acompanhamento dos repasses. Sobre o apoio técnico, a Fundação Renova auxiliará na capacitação dos municípios para execução de processos licitatórios, projetos, obras e outros. A capacitação se dará sob demanda dos municípios.

Detalhamento da recomendação

Dar celeridade máxima à implementação de um programa de capacitação dos gestores e operadores dos sistemas municipais de tratamento de água e esgoto ao longo da bacia hidrográfica. E que este programa seja amplamente divulgado no meio acadêmico dos municípios que serão beneficiados, indicando como exemplo a criação de fóruns e a capacitação nos cursos profissionalizantes que envolvem o tema saneamento.

Resposta:

Data: 19/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Os objetivos do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos foram expandidos por deliberações do CIF, ao determinar que, além do repasse de recursos, também seja dado apoio técnico e acompanhamento dos repasses. Sobre o apoio técnico, a Fundação Renova auxiliará na capacitação dos municípios para execução de processos licitatórios, projetos, obras e outros. A capacitação se dará sob demanda dos municípios.

O Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos contempla três ações: capacitação dos municípios, apoio técnico e o repasse financeiro.

Os processos de apoio técnico e de capacitação são serviços a serem disponibilizados separadamente, sendo que os serviços de apoio técnico se encon-

tram em andamento e o de capacitação em negociação de parte do escopo e nova contratação para o restante das ações.

Detalhamento da resposta

Dar celeridade máxima à implementação de um programa de capacitação dos gestores e operadores dos sistemas municipais de tratamento de água e esgoto ao longo da bacia hidrográfica. E que este programa seja amplamente divulgado no meio acadêmico dos municípios que serão beneficiados, indicando como exemplo a criação de fóruns e a capacitação nos cursos profissionalizantes que envolvem o tema saneamento.

Em relação à capacitação, houve desistência da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) em fase de contratação pela Fundação Renova e será buscada no mercado outra instituição com condições de oferecer serviço de Capacitação para Municípios à altura da Associação. Mesmo assim, em sua manifestação, a ABES deixa aberta as portas para “a prestação de serviços técnicos, treinamentos e capacitações, no formato atual adotado pela ABES-MG, a serem realizados na nossa sede em Belo Horizonte ou nas sedes da Fundação Renova e dos Municípios da Área Ambiental 2, podendo os mesmos serem adaptados para os seus beneficiários, no formato “Im company”.”

Neste sentido, já iniciamos conversas com a ABES para dar prosseguimento às atividades de treinamentos e oficinas nas capitais e regionais ao longo da Bacia. Também já iniciamos a prospecção de parceiros pra a execução dos módulos discutidos com CTSH&QA e deliberados pelo CIF

Em momento oportuno, tendo sido contratada a entidade que fornecerá a capacitação, será garantida a ampla divulgação ao público alvo, qual seja, gestores municipais e área técnica das prefeituras da Área Ambiental 2.

REC 003/2018

Data: 28/fev/2018

Endereçamento: CIF

Assunto: PG32 - Fontes hídricas alternativas, em especial à adutora de Governador Valadares

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

A decisão sobre construir fontes hídricas alternativas, conforme estabelecido na cláusula 171 do TTAC, visou oferecer às populações da calha do rio Doce garantia de acesso a água potável. No entanto, as soluções técnicas para tais alternativas podem constituir investimentos de monta nem sempre justificados do ponto de vista hídrico, da racionalidade e mesmo do econômico para as populações teoricamente beneficiadas. Alguns argumentos devem ser levados em conta para as soluções:

- Qualquer que seja a fonte hídrica, é obrigação das concessionárias fornecer água de qualidade coerente com critérios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Hoje há tecnologia para limpar água virtualmente de qualquer origem e qualidade.
- Os custos da operação e manutenção de novas instalações recairão, em última instância, sobre a população beneficiada.
- Os atuais sistemas de distribuição urbana de água desempenham com altos quocientes de perdas, apresentando potencial significativo de ganho na disponibilidade de água tratada por via de melhoria e manutenção dos sistemas. Este fato obriga a incluir a alternativa de redução de perdas como elemento de disponibilização de recurso hídrico.
- Da mesma forma, crises hídricas cada vez mais graves se anunciam e, independentemente da quantidade de água ofertada, impõe-se a racionalização no uso da água em todos seus usos. A simples oferta de novos potenciais de água nada acrescenta à capacidade de as populações beneficiadas melhor utilizarem esse recurso.
- Ainda, tal nova oferta nada acrescenta ao estímulo à tarefa essencial de retornar a água do rio Doce a melhores condições de qualidade e quantidade. Ao contrário, pode significar a redução de água limpa afluente, piorando as condições do próprio rio.
- Os mesmos recursos financeiros atualmente orçados podem ser aplicados em projetos dedicados à disponibilidade de água, com muito maior

impacto e resultados sociais, ambientais e econômicos.

A nova adutora de Governador Valadares no rio Corrente é um exemplo de um debate que se deve deflagrar com os diversos interessados no sentido de destinar mais racionalmente os recursos decididos.

Detalhamento da recomendação

Criar um grupo de trabalho para desenvolver proposições e convencimento de atores quanto a alternativas mais consistentes dos pontos de vista técnico, social, educacional, econômico para o uso do orçamento definido para a construção de fontes hídricas alternativas, em especial e mais urgentemente a adutora em Governador Valadares.

Resposta:

Data: 19/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A decisão sobre construir fontes hídricas alternativas, conforme estabelecido na cláusula 171 do TTAC, visou oferecer às populações da calha do rio Doce garantia de acesso a água potável. No entanto, as soluções técnicas para tais alternativas podem constituir investimentos de monta nem sempre justificados do ponto de vista hídrico, da racionalidade e mesmo do econômico para as populações teoricamente beneficiadas. Alguns argumentos devem ser levados em conta para as soluções:

- Qualquer que seja a fonte hídrica, é obrigação das concessionárias fornecer água de qualidade coerente com critérios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Hoje há tecnologia para limpar água virtualmente de qualquer origem e qualidade.
- Os custos da operação e manutenção de novas instalações recairão, em última instância, sobre a população beneficiada.
- Os atuais sistemas de distribuição urbana de água desempenham com altos quocientes de perdas, apresentando potencial significativo de ganho na disponibilidade de água tratada por via de melhoria e manutenção dos

sistemas. Este fato obriga a incluir a alternativa de redução de perdas como elemento de disponibilização de recurso hídrico.

- Da mesma forma, crises hídricas cada vez mais graves se anunciam e, independentemente da quantidade de água ofertada, impõe-se a racionalização no uso da água em todos seus usos. A simples oferta de novos potenciais de água nada acrescenta à capacidade de as populações beneficiadas melhor utilizarem esse recurso.
- Ainda, tal nova oferta nada acrescenta ao estímulo à tarefa essencial de retornar a água do rio Doce a melhores condições de qualidade e quantidade. Ao contrário, pode significar a redução de água limpa afluyente, piorando as condições do próprio rio.
- Os mesmos recursos financeiros atualmente orçados podem ser aplicados em projetos dedicados à disponibilidade de água, com muito maior impacto e resultados sociais, ambientais e econômicos.

A nova adutora de Governador Valadares no rio Corrente é um exemplo de um debate que se deve deflagrar com os diversos interessados no sentido de destinar mais racionalmente os recursos decididos.

Detalhamento da resposta

Criação de grupo de trabalho para desenvolver proposições e convencimento de atores quanto a alternativas mais consistentes dos pontos de vista técnico, social, educacional, econômico para o uso do orçamento definido para a construção de fontes hídricas alternativas, em especial e mais urgentemente a adutora em Governador Valadares.

O tema foi discutido em reunião prévia do conselho consultivo, onde foi criado um grupo de trabalho que está desenvolvendo proposições quanto a alternativas técnicas para abastecimento de Valadares.

O conselho consultivo informou, nessa reunião, que entende as questões técnicas, porém, não acredita que o investimento seja o melhor, como solução, para o Município e espera convencer politicamente os atores quanto à uma

alternativa mais economicamente viável.

A Fundação Renova está sempre à disposição para prestar todos os esclarecimentos técnicos sobre as captações alternativas, as quais foram todas definidas em comum acordo com as companhias de saneamento e as prefeituras, ouvindo também as populações.

REC 004/2018

Data: 01/mar/2018

Endereçamento: CIF

Assunto: Descrença das populações com relação à qualidade da água do Rio Doce e a recusa de utilizá-la.

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Durante as visitas do Conselho Consultivo às comunidades, a população vem constantemente indagando sobre a qualidade da água do Rio Doce. Esta é uma questão crítica e, até momento, não há respostas para a comunidade, que se recusa a utilizá-la. Desta forma, se observa a necessidade de disponibilização de informações e de um trabalho de educação ambiental, para conscientizar a população da garantia da qualidade da água que é distribuída.

Deverão ser disponibilizados dados sobre qualidade da água da calha e de seus lençóis freáticos e os riscos de seu uso, esclarecendo os seguintes questionamentos da sociedade:

- i) pode-se beber a água?
- ii) a água pode ser utilizada para irrigar plantações com fins de alimentação humana ou animal?
- iii) a água pode ser consumida por animais com fins de alimentação humana?
- iv) os lençóis freáticos estão contaminados?

Detalhamento da recomendação

Trabalhar com os órgãos do Poder Público, nas três esferas, direta e indiretamente envolvidos com uso de água, e em especial com os comitês da bacia

hidrográfica do rio Doce, para estruturar um grande, robusto e consistente programa de educação objetivando construir uma nova imagem do rio Doce, como a principal e, em alguns casos, a única fonte de água para as populações da sua calha.

Resposta:

Data: 19/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Durante as visitas do Conselho Consultivo às comunidades, a população vem constantemente indagando sobre a qualidade da água do Rio Doce. Esta é uma questão crítica e, até momento, não há respostas para a comunidade, que se recusa a utilizá-la. Desta forma, se observa a necessidade de disponibilização de informações e de um trabalho de educação ambiental, para conscientizar a população da garantia da qualidade da água que é distribuída.

Deverão ser disponibilizados dados sobre qualidade da água da calha e de seus lençóis freáticos e os riscos de seu uso, esclarecendo os seguintes questionamentos da sociedade:

- v) pode-se beber a água?
- vi) a água pode ser utilizada para irrigar plantações com fins de alimentação humana ou animal?
- vii) a água pode ser consumida por animais com fins de alimentação humana?
- viii) os lençóis freáticos estão contaminados?

Detalhamento da resposta

Trabalhar com os órgãos do Poder Público, nas três esferas, direta e indiretamente envolvidos com uso de água, e em especial com os comitês da bacia hidrográfica do rio Doce, para estruturar um grande, robusto e consistente programa de educação objetivando construir uma nova imagem do rio Doce, como a principal e, em alguns casos, a única fonte de água para as populações da sua calha.

Foram realizadas reuniões internas com várias áreas na Renova para elaborar um plano de ação, incluindo os atores principais para envolvimento e responsabilidades.

Esse plano foi entregue, em junho, à CT SHQA, que, por sua vez, tem uma ação paralela com Ministério Público, Casa Civil e demais órgãos estaduais e federais no sentido de estruturar uma estratégia de comunicação para sensibilização da população para retomada do rio Doce. A Semad e a Casa Civil estão atuando e à frente dessas ações.

A Fundação Renova entende que é importante a comunicação vir destas partes externas, devido à maior credibilidade do poder público frente à população e está acompanhando a estratégia e ações, assim como, se coloca à disposição para quaisquer ações paralelas ou em conjunto.

REC 005/2018

Data: 01/mar/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Capacitação de novos gerentes de território

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

As recentes alterações na estrutura da Fundação Renova introduziram a importante figura dos Gestores de Território. Emerge assim a oportunidade de enfrentar com mais especificidade e eficácia questões recorrentemente trazidas a apreciação do Conselho Consultivo. Mesmo sendo profissionais cuidadosamente selecionados, os novos gestores carecerão de tempo e vivência para adquirirem o conhecimento, os relacionamentos e o amadurecimento para o bom desempenho.

O Conselho Consultivo pode ser um parceiro neste processo, ao mesmo tempo em que terá ganhos excepcionais em seu próprio desempenho.

Detalhamento da recomendação

Capacitar os novos Gestores de Territórios no que diz respeito a revisão de processos e adoção de procedimentos padrões tendo em vista, especialmente, as questões recorrentes.

Estabelecer procedimentos para interação dos gerentes de território com os conselheiros, com o Conselho Consultivo e com os CBH da bacia do rio Doce.

Resposta:

Data: 17/ago/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Atuar no processo de reparação e compensação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, promovendo o diálogo e a participação social efetivos em sua atuação, representa, hoje, um grande desafio para a Fundação Renova. O que se busca é garantir que a voz e as expectativas das comunidades atingidas e das demais partes interessadas tenham capacidade de influenciar diretamente a execução das ações reparatórias. Estes são modelos em constante construção e aprimoramento. Desta forma, visando contextualizar nossa percepção quanto à atuação territorial, julgamos necessário trazer um detalhamento que demonstra o momento atual e o que se vem desenvolvendo. O desafio aqui citado tem sido respondido de duas formas principais. Por um lado, com a reestruturação organizacional da instituição, com foco nos territórios e, conseqüentemente, nas pessoas atingidas; como citado na Recomendação. Na outra frente, temos trabalhado para readequar as soluções, processos e práticas de diálogo e participação, bem como de integração com as áreas programáticas, com o objetivo de tornar o seu modelo mais condizente com os desafios do trabalho de reparação e com as expectativas das partes interessadas. Reconhecemos o Conselho Consultivo como um parceiro essencial na construção destas soluções e no amadurecimento e aprimoramento do modelo em construção, bem como dos processos atuais e os que serão desenvolvidos.

Detalhamento da resposta

Com relação à reestruturação organizacional da instituição, os municípios impactados foram divididos em seis gerências territoriais, com equipe e estrutura próprios, buscando aprimorar a interlocução com as comunidades e promover maior concertação das ações dos programas nos territórios. O agrupamento de municípios nos seis territórios foi realizado considerando a proximidade, a similaridade de impactos e a identidade sociocultural. Tal divisão é para fins de gestão interna da Fundação Renova, não limitando as possibilidades de enquadramento em microrregiões para as ações dos programas e para as atividades de participação e controle social.

Cada um dos territórios conta, hoje, com um gerente que reporta para a Diretoria da Fundação Renova, sendo que as equipes incluem profissionais dedicados ao diálogo com as comunidades e ao relacionamento institucional. Ter uma face e um porta-voz reconhecido nos territórios já era uma demanda do Conselho Consultivo da Fundação Renova. Seus representantes, muitos deles atingidos diretamente pelo rompimento, indicavam essa necessidade de maior representação em campo e de um maior ajuste das ações dos programas à realidade dos territórios. Nesse sentido, as equipes territoriais possuem o objetivo de ser o elo entre os atingidos e os demais programas da Fundação, possibilitando que as ações de reparação e compensação implementadas nos territórios sejam convergentes com as expectativas das comunidades impactadas.

Na outra frente, temos trabalhado para readequar as soluções, processos e práticas em nossa atuação e estamos imersos no aprofundamento da compreensão territorial, dos atingidos, suas necessidades, dinâmicas, demandas e espaços de diálogo e participação, juntamente com as áreas programáticas socioeconômicas e socioambientais. Esta leitura e avaliação de cenário nos permite identificar as demandas mais críticas dos territórios; aquelas que são recorrentes, as que não são, suas naturezas e como endereçá-las internamente.

Neste sentido, por exemplo, estabelecemos rituais de gestão semanais que buscam apontar e antecipar os principais temas críticos e demandas nos territórios, discutir soluções e encaminhá-las, por meio de planos de ações, com as áreas responsáveis, programáticas ou funcionais, para tratativas e devolutivas. Ainda neste âmbito, as questões relativas ao Auxílio Emergencial e

à indenização, temas mais recorrentes, deflagraram a necessidade de uma atuação mais intensiva entre as áreas, por meio de uma equipe desta área dedicada ao Monitoramento e Suporte aos Territórios. Semanalmente, são realizadas reuniões com as gerências territoriais, nas quais são discutidas as principais questões, apontados fóruns de diálogo que necessitam de posicionamentos e devolutivas, bem como é apresentada, por território, a situação dos atendimentos, dificuldades encontradas e necessidades de apoio ao (e do) território para evolução das indenizações. Esta equipe também é responsável por acompanhar respostas às manifestações e demandas dos Canais de Relacionamento (0800, Fale Conosco, Centros de Informação e Atendimento). As demandas cotidianas e/ou não recorrentes (não rotineiras, casos emergenciais, reuniões não previstas, demandas específicas) são tratadas em rituais de gestão entre a área de Engajamento e Programas, por meio de suas equipes de planejamento e gestão (PMO), que estruturam e priorizam o atendimento das demandas (como por exemplo, casos de alta vulnerabilidade social).

A experiência dos últimos meses reforçou nosso entendimento de que este modelo de Gestão Territorial seria, por opção, idealizado em etapas evolutivas, reconhecendo a complexidade do processo. A expectativa era que a vivência no relacionamento local traria, ao longo do tempo, os elementos para sua evolução. Estes últimos meses nos mostraram que a essência do território é apoiar os programas para que sejam efetivos e eficazes em suas ações e projetos, tendo o atingido como centralidade. Estas reflexões nos levaram a caminhar para o desenvolvimento de uma peça estruturante de planejamento em cada território, que vem sendo denominado como Plano Territorial Integrado. Importante reforçar algumas premissas que orientam neste caminho para a implementação da Gestão Territorial Integrada:

- i) Trata-se de um modelo ainda em estágio de construção, cujo aprimoramento espera contar com as contribuições deste Conselho Consultivo;
- ii) O ponto de partida e de chegada do modelo é o território, atribuindo ao impactado o lugar de centralidade; e,
- iii) Atuação integrada e horizontal das áreas e Programas da Fundação com foco territorial.

A evolução do desenho e estruturação desses planos serão oportunamente

apresentados para este Conselho Consultivo, de forma a colher sugestões e percepções no curso de sua evolução. Entendemos que este modelo favorecerá enfrentar com mais efetividade e eficácia as questões trazidas por este Conselho, bem como aprofundar as tratativas aos temas críticos e recorrentes, os processos e procedimentos necessários e a visão sistêmica do ciclo reparatório. Os Gerentes de Territórios e de Programas são atores fundamentais nas ações sinérgicas e aderentes às necessidades e demandas identificadas a partir do que vem sendo trazido pelos territórios, bem como apontado por este Conselho. Cabe ressaltar também que, com a assinatura do TAC de Governança no dia 25 de junho de 2018, a participação e controle social passam a ser processos formalizados por meio do sistema de governança. Com isso, os planos integrados de território deverão considerar, necessariamente, um alinhamento com esse novo modelo de governança.

A Fundação Renova reconhece como essencial a interação sistemática com os conselheiros consultivos e com os Comitês de Bacia Hidrográfica do rio Doce. Assim, as reuniões mensais, bem como visitas estruturadas em campo têm sido importantes fontes de discussão e construção de soluções. Ademais, a Fundação Renova tem apresentado a este Conselho relato mensal com os principais temas críticos territoriais e ações em desenvolvimento. O envolvimento da governança interna e externa podem contribuir, de forma muito significativa, para o amadurecimento e aprimoramento do modelo de gestão territorial integrada em questão.

Sobre equipes e Gestão do Conhecimento

Atualmente, a equipe territorial possui 90 profissionais. Desse total, 80 estão alocados ao longo dos territórios em atendimento ao conjunto de municípios impactados, compondo as Gerências Territoriais, para criação e manutenção de espaços dialogais in loco. Outros 10 profissionais compõem a Equipe de Apoio Estratégico e Integrado, cujo papel é apoiar a atuação técnica-metodológica dos profissionais em campo, elaborar análises de dados e produzir estudos e relatórios pertinentes ao trabalho realizado.

Buscando melhorar o desempenho das equipes em Participação e Diálogo Social, a Fundação Renova tem realizado oficinas de discussão e capacitação em

temas pertinentes ao trabalho de relacionamento social. Essas oficinas têm o objetivo de aperfeiçoar a linguagem e a postura das equipes para a sua relação com as partes interessadas, bem como capacitar os profissionais de diálogo com técnicas e boas práticas em facilitação e relacionamento com comunidades. Entre essas ações, foram ofertadas sessões de treinamento em áreas como direitos humanos, técnicas de facilitação e metodologias participativas para condução de conversas e interações em grupos. Há previsão, ainda, de capacitações em “comunicação não violenta”, “resolução e transformação de conflitos”, “habilidades em comunicação”, entre outras possibilidades que possam ser identificadas. As capacitações são destinadas especialmente às equipes de Participação e Diálogo Social, que atuam em campo, no relacionamento com as comunidades atingidas e com outras partes interessadas no processo de reparação e compensação. Por outro lado, a área de Gestão de Pessoas da Fundação Renova vem trabalhando numa frente de capacitação que abrange todos seus colaboradores, buscando desenvolver habilidades básicas de comunicação e facilitação, necessárias para que a prática de relacionamento, diálogo e participação social adotadas pela Fundação Renova apresente adequada linguagem e postura. Os principais temas abordados serão: i) Escuta ativa e habilidades de comunicação; ii) Comunicação Não Violenta – conexão e empatia; iii) Comunicação Não Violenta – os quatro passos; iv) Introdução ao Processo Circular.

REC 006/2018

Data: 28/fev/2018

Endereço: Diretoria e CIF

Assunto: Pauta do Conselho Consultivo nas reuniões do CIF

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Em conversas entre o presidente do CIF, membros do Conselho Consultivo e executivos da Fundação Renova, projetaram-se ganhos de todos no caso um maior entrosamento e mais empoderamento do Conselho Consultivo. Em especial nas reuniões plenárias do CIF residem oportunidades para tratar de ques-

tões propostas pelo Conselho. Tal participação tem sido de pouca expressão e reconhecimento, e convém iniciar a mudança desse estado de coisas.

O presidente do CIF se mostrou totalmente favorável à participação do Conselho Consultivo nas reuniões, onde poderão ser apresentados temas trazidos por estes, sendo necessária a observância dos prazos internos estabelecidos pelo CIF.

Detalhamento da recomendação

Disponibilizar tempo na pauta de reuniões do CIF para temas do Conselho Consultivo. Adicionalmente, garantir a realização de reuniões ou audioconferências entre Conselho Consultivo, CIF e Governança da Fundação Renova, para alinhamento prévio do conteúdo a ser apresentado na reunião do CIF.

Resposta:

Data: 04/jun/2018

Sumário da resposta

Resposta da Fundação Renova à recomendação do Conselho Consultivo quanto a solicitação de tempo de pauta reunião do CIF e alinhamento prévio do conteúdo a ser apresentado pelo conselho consultivo na mesma.

Detalhamento da resposta

O conselho consultivo caso verifique a necessidade de solicitar pauta na reunião do CIF deverá encaminhar a solicitação para a área de Governança da Fundação Renova 12 dias antes da realização da mesma.

Para garantir maior alinhamento entre as lideranças do Conselho Consultivo, CIF e Conselho Curador, foram agendadas reuniões mensais, as mesmas acontecerão antecedentes às reuniões do conselho curador.

REC 007/2018

Data: 01/mar/2018

Endereçamento: Conselho Curador / Diretoria / CIF

Assunto: Pacto de compromissos comuns - Legado e visão estratégica

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Em 01/03/2018, reuniram-se em Governador Valadares o Conselho Consultivo e representantes da diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce, contando ainda com a presença de diretores da Fundação Renova, do presidente do CIF, Marcelo Belisário, e do coordenador do comitê técnico da Fundação Renova, José Carlos Carvalho. Verificou-se convergência quanto à oportunidade que uma aproximação mais sistemática entre o CIF, a Fundação Renova e o CBH-Doce ofereceria, no sentido de estabelecer um ambiente em que sejam desenvolvidas em conjunto questões mais estratégicas e de longo prazo para o desenvolvimento da bacia do rio Doce. Há potencial de sinergia entre o Plano da Bacia, em revisão pelo CBH-Doce, e os programas a cargo da Renova, decorrentes do TTAC de restauração. Ferramentas para dar visibilidade e alimentar o permanente diálogo devem ser desenvolvidas.

O Conselho Consultivo seria um elo, uma porta de entrada e saída de proposições para os dois lados – CBH e CIF/Renova. Neste caso, os conselheiros representantes do CBH-Doce agiriam com proatividade, apresentando temas e demandas da coletividade, identificados no ambiente do CBH-Doce. Eventuais reuniões conjuntas seriam agendadas para abrir e manter diálogos sobre as ações das partes. Nas visitas do Conselho Consultivo às regiões do rio Doce, seriam estabelecidos diálogos com os respectivos CBH locais.

Detalhamento da recomendação

Estabelecer um Pacto entre o Sistema CIF/Fundação Renova e o CBH-Doce, contendo os pilares de uma relação que permita articular as ações da Fundação Renova e dos doze CBH que compõem o CBH-Doce, de forma a promover o fortalecimento de suas ações em conjunto, com visão de longo prazo que contemple o desenvolvimento sustentável da bacia. A implementação do Pacto deveria formar as bases para:

- Estabelecer ferramentas para integração de seus programas e operações;
- Estabelecer compromisso de complementaridade e sinergia de programas;
- Situar o Conselho Consultivo como porta de entrada e saída de proposições dos dois atores.

Resposta:**Data: 24/ago/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

A Fundação Renova vem buscando estreitar cada vez mais a sua relação com o CBH-Doce e comitês regionais no intuito de identificar oportunidades de sinergia entre os seus programas e projetos de reparação com as ações e iniciativas planejadas e em curso nos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. A área de relacionamento institucional da Fundação Renova tem acompanhado as reuniões dos comitês regionais e buscado uma articulação com os programas socioeconômicos e socioambientais convergentes.

O papel dos membros do Conselho Consultivo, como representantes legítimos das comunidades impactadas, é de fundamental importância para o acompanhamento das ações que forem ser desenvolvidas em parceria com o CBH-Doce, contribuindo para o planejamento e implementação das iniciativas que forem realizadas a partir da parceria entre as instituições.

Detalhamento da recomendação

Com relação à recomendação de estabelecimento de um pacto que venha a promover a articulação dessa parceria de longo prazo, vale ressaltar que a Fundação Renova e o CIF estão em discussão com o CBH-Doce na busca do instrumento jurídico/institucional mais adequado para formalização do mesmo, uma vez que o CBH e o CIF são entidades que não são registradas como pessoas jurídicas.

Independentemente do estabelecimento de um pacto formal entre as instituições, a Fundação se compromete a manter o Conselho Consultivo a par sobre a evolução das iniciativas em parceria com o CBH-Doce.

REC 008/2018**Data: 28/fev/2017****Endereçamento: CIF****Assunto: Restauração dos rios tributários a montante das captações alternativas e nas cabeceiras da calha do Rio Doce****Sumário da recomendação**

A determinação de que a Renova constitua fontes alternativas de água para as comunidades e cidades atingidas pelo vazamento decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão deve ser acompanhada da restauração de nascentes e florestas a montante das captações. Caso contrário tais alternativas não apresentarão segurança hídrica no longo prazo. Da mesma forma, as nascentes nas cabeceiras do rio Doce, a montante do local do desastre, devem ser restauradas, para restituir a vazão do rio a seus valores históricos.

Este assunto foi relatado na ata da reunião de 28/02/18, item 6.12, em que os representantes do CBH Doce se posicionaram desta forma.

Detalhamento da recomendação

Iniciar, em parceria com o CBH Doce e demais Comitês da Bacia, debates com órgãos de governo para promover, numa segunda fase, a restauração dos rios tributários a montante da calha e à região do desastre, objetivando ampliar a oferta de água de boa qualidade por meio de ações efetivas de proteção das áreas de recarga. Para tanto estudar a criação de programas de incentivo à recuperação dessas áreas, por meio da remuneração dos serviços ambientais e da produção de água, sendo uma medida passível de monitoramento, a vazão atual da propriedade, antes do programa, e a vazão de cada ano da remuneração.

Resposta:**Data: 16/abr/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

No contexto dos programas compensatórios, as captações alternativas são uma constante que o próprio TTAC já aborda em primeira mão. Esse é o caso da própria cláusula 161 que tem como objeto direto a recuperação de 40.000 ha de "APPs degradadas do Rio Doce e tributários preferencialmente, mas não se limitando, nas subbacias dos rios definidos como fonte de abastecimento alternativa...". Se tratando de APPs, essas certamente incluirão algumas centenas ou milhares de nascentes em seu cômputo.

Detalhamento da resposta

Recentemente, a Fundação Renova deu início, junto às Universidades Federais de Minas Gerais e de Viçosa, a etapa 4 (de 5) do estudo de critérios de priorização de áreas para recuperação ambiental na bacia do rio Doce. Este estudo indicará onde os 40.000 ha serão localizados na bacia. A etapa 4 ou Produto 3 (P3) é a principal entrega deste convênio com as universidades, pois é nela que será desenvolvida a metodologia de priorização de áreas, que consiste basicamente na definição de critérios, parâmetros e pesos ambientais e socioeconômicos, e do modelo para priorização das áreas a serem recuperadas na Bacia do Rio Doce, de forma diferenciada para as áreas de reflorestamento e de regeneração natural. Essa etapa, conta ainda com uma extensa agenda de validações no território pela rede intersetorial e interinstitucional, o que envolve os comitês de bacia e órgãos ambientais diversos. Esta validação busca dar legitimidade à metodologia e ouvir as contribuições que esses atores

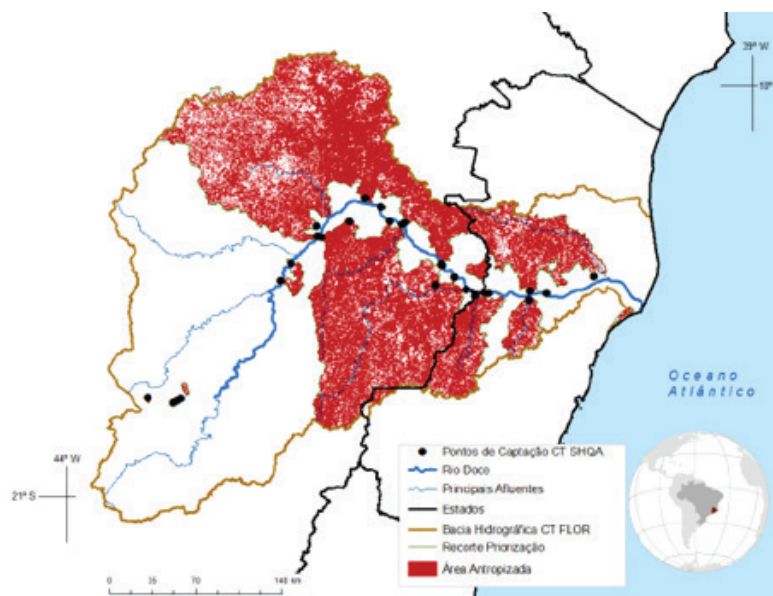


Figura 1 - Proposta de recorte territorial para realização da priorização dos 40 mil ha a serem recuperados.

porventura tenham a fazer. Portanto, a parceria que trata o detalhamento desta recomendação, deverá ser realizada nesta etapa e já é prevista em Termo de Referência específico deliberado pelo CIF.

As etapas anteriores ao P3 se concentraram em definir as áreas de drenagem a montante das captações alternativas e mapear as instituições governamentais e não-governamentais, promotoras de ações e projetos de restauração florestal na Bacia do Rio Doce. O mapa que foi protocolado recentemente no CIF, contido no plano de trabalho desta etapa, e que já traz o primeiro recorte dessas áreas à montante das captações é apresentado na figura 1 abaixo. Este mapa já é o resultado do cruzamento dos dados geoespaciais do estudo de segurança hídrica, já submetido à CT-SHQA e a etapa 2 desse estudo (P1), que mapeou os mananciais alternativos dos municípios/distritos afetados (figura 2). Ressaltamos que estes mapas ainda estão em análise pela CT-Flor, portanto ainda não foram validados pelo CIF.

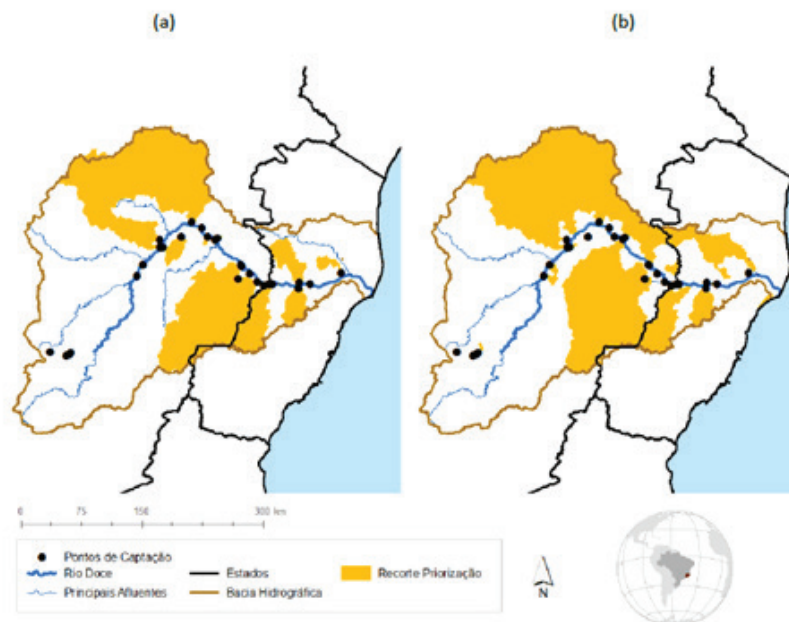


Figura 2 - Áreas prioritárias identificadas pelo P1: a) da CT-SHQA; e b) da CT-Flor.

Finalmente, uma vez definidas essas áreas, o PSA da Fundação Renova remunerará os produtores de terra que fizerem parte do programa. Um piloto do edital de PSA está sendo lançado para 600 ha de APPs deste ano, que estão sendo recuperadas nas mesmas propriedades contempladas pelo programa de recuperação de nascentes (cláusula 163 TTAC), definidas pelo CHB-Doce.

REC 009/2018

Data: 02/mar/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Relacionamento com produtores rurais

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Após diálogos com representantes de comunidades, foi argumentado um empobrecimento gradativo dos produtores rurais atingidos. As consequências do rompimento para o rebanho, com a falta de água boa e capim, problemas com a saúde dos animais, animais envelhecendo e se debilitando, equipamentos em processo de corrosão são alguns dos fatos descritos pelos atingidos. Somam-se promessas não cumpridas por diferentes equipes da Samarco e da Fundação Renova; alto custo de reconstruções diversas feitas por terceiros contratados para trabalhos que seriam melhor executados e mais baratos se entregues aos atingidos; e procedimentos técnicos incorretos da parte de prestadores de serviços da Fundação, como na coleta de amostras de solo em momentos chuvosos.

Detalhamento da recomendação

Iniciar o quanto antes o atendimento dos produtores rurais, rever o cadastro dos atingidos e realizar o pagamento de indenizações.

Acelerar e melhorar a reconstrução de equipamentos destruídos nas propriedades rurais.

Resposta:

Data: 03/abr/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

O Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, cujo propósito é recuperar as atividades agropecuárias e dos produtores IMPACTADOS ao longo da Calha do Rio Doce (cláusula 124 do Termo de Transação e de Ajuste de Conduta – TTAC) está prevendo diversas ações aos produtores rurais. Essas ações foram planejadas para serem executadas no âmbito dos Planos de Adequações Socioeconômicas e Ambientais – PASEAs, que visam a reparação das estruturas atingidas e recomposição das áreas produtivas para produzir conforme situação anterior ao rompimento da barragem.

Enquanto não ocorre a retomada, que está prevista para ser finalizada em março de 2020, os produtores rurais estão sendo atendidos pelas equipes da Fundação Renova de diferentes maneiras.

Detalhamento da resposta

Em relação ao trecho: “As consequências do rompimento para o rebanho, com a falta de água boa e capim, problemas com a saúde dos animais, animais envelhecendo e se debilitando, equipamentos em processo de corrosão são alguns dos fatos descritos pelos atingidos”, cumpre ressaltar que a Fundação conta com uma equipe de assistência técnica e extensão rural – ATER formada por veterinário, agrônomo e zootecnista, que já prestaram 1.729 horas de ATER até o momento, totalizando 124 estabelecimentos rurais atendidos. Foram aplicadas também 2.308 da primeira dose da vacina contra clostridioses em bovinos e 1.973 da segunda dose.

Além disso, a Fundação criou o Renova Rebanho, cujo objetivo do Programa é o melhoramento genético do rebanho da região atingida, onde já foram inseminadas 168 matrizes bovinas.

Ainda, no que tange à alimentação animal, a Fundação Renova tem fornecido silagem aos produtores rurais para suprir a falta da forragem atingida pelo rompimento da barragem. Até o momento já foram entregues 18.087 toneladas aos produtores rurais atingidos, além do aluguel de pastos para os animais de produtores rurais. Por fim, também está sendo fornecida, por meio de caminhão pipa, água para dessedentação dos animais dos produtores atingidos e que tiveram suas fontes comprometidas após o rompimento da barragem.

O questionamento sobre a coleta de solos para análise em período chuvoso, cumpre ressaltar que não há problema técnico na coleta de amostras em tais períodos, desde que as amostras sejam secas e em seguida acondicionadas em sacos plásticos apropriados. Prezamos pela qualidade dos serviços realizados pelas prestadoras contratadas, e, portanto, sempre que é observado ou apontado algum procedimento técnico incorreto ou inadequado, busca-se a correção do mesmo imediatamente junto à contratada.

REC 010/2018

Data: 02/mar/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Distorções dos pagamentos do PIM

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Nos diálogos com representantes de várias comunidades, o Conselho tem sido questionado constantemente sobre cadastros de falsos pescadores, que recebem cartão auxílio e indenizações. Foi dito, por exemplo, que em Pedra Corrida há casas com até 4 cartões.

Em Governador Valadares, constatou-se também uma insatisfação com o valor pago de indenização por água e muitos alegam que o pagamento referente a indenização por água foi suspenso. A comunidade do médio Doce alegou que as reuniões com a equipe da Fundação Renova não resultam em soluções para os problemas, e denunciou o excesso de rigor no reconhecimento de direitos, ao contrário os procedimentos no período logo após o desastre.

Detalhamento da recomendação

Distorções nos pagamentos do PIM são recorrentes e citadas em todos os contatos com atingidos realizados até agora. Recomenda-se:

- i) Averiguar denúncias de cadastramentos de falsos pescadores;
- ii) Averiguar o motivo da suspensão do pagamento dos cartões de indenização por água;
- iii) Avaliar os valores pagos como indenização por água;
- iv) Suspender o pagamento do auxílio emergencial em caso de comprovação das denúncias de falsos atingidos.

Resposta:

Data: 05/jul/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Encaminhamos esse documento em resposta à Recomendação do Conselho Consultivo (REC CCO 10/2018), relativa às distorções dos pagamentos no âmbito da execução do Programa de Indenização Mediada (PIM) e reforçamos o compromisso em atender as populações atingidas de maneira justa e isonômica.

Detalhamento da resposta

I - Averiguar denúncias de cadastramento de falsos pescadores;

A Fundação Renova possui um canal de Ouvidoria voltado para o recebimento de quaisquer denúncias em relação aos seus processos, inclusive o de indícios de fraudes para a realização do cadastro dos impactados.

Sempre que uma denúncia é registrada, a área da Ouvidoria, quando pertinente, encaminha a situação às demais áreas da Fundação Renova, que procedem com a conferência dos trâmites de seus processos para verificar a conformidade. Caso sejam identificadas inconformidades, estas são sanadas e, constatada uma eventual inelegibilidade ao cadastro, faz-se o cancelamento daquele anteriormente realizado fora dos trâmites definidos no âmbito da Governança da Fundação Renova.

Ademais, a realização do cadastro, em si, não garante o recebimento de quaisquer indenizações, posto que outras comprovações e/ou enquadramento nas políticas indenizatórias são exigidas para tal.

Deve-se salientar também que, até a presente data, a Fundação Renova aceita a auto declaração dos atingidos, mediante assinatura de um Termo de Anuência, para fins de elegibilidade ao Cadastro Integrado (o que não significa, conforme já indicado, elegibilidade à indenização ou auxílio financeiro). No referido documento, o responsável pelo cadastro atesta a veracidade de todas as informações que prestou ou venha a prestar durante o cadastramento, sob as penas da lei.

Nessa perspectiva, os casos que são efetivamente tidos como indícios de fraudes são encaminhados para os órgãos responsáveis para que as provi-

dências sejam tomadas, tendo em vista a impossibilidade de agir e dar continuidade nas apurações dos casos para além da apuração interna realizada pela Ouvidoria da Fundação Renova.

Cumpra esclarecer que a Fundação Renova já levou a conhecimento das autoridades competentes o recebimento de denúncias de um suposto esquema de fraudes de documentos de comprovação da atividade laboral, com intuito de obter vantagens indevidas nos programas gerenciados por esta fundação. Ressalte-se que essa medida foi devidamente reportada ao Comitê Interfederativo, conforme documentos anexos.

Ademais, é imperioso informar que o Jurídico da Fundação Renova realizou reunião no dia 03.07.2018 para tratar desse assunto junto à Polícia Federal, que já está tomando as devidas providências.

II - Averiguar o motivo da suspensão do pagamento dos cartões de indenização por água;

Em relação aos danos de água, estima-se que aproximadamente 80% da população de cada município ou distrito atingido pela interrupção na distribuição e abastecimento de água compareceu aos Centros de Indenização Mediada para apresentação da proposta, conforme tabela abaixo.

DANO ÁGUA			
MUNICÍPIO OU DISTRITO	Estimativa Populacional	Estimativa de Atendimentos	Pessoas atendidas (propostas aceitas ou não)
Alpercata	6.455	5.164	5.409
Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente	7.941	6.353	9.199
Colatina	125.000	100.000	84.510
Galileia	6.342	5.074	3.171
Governador Valadares	270.000	216.000	140.486
Itueta	3.600	2.880	2.913
Naque	6.341	5.703	5.854
Pedra Corrida, distrito de Periquito	1.500	1.200	1.255
Resplendor	8.000	6.400	6.804
Tumiritinga	4.828	3862	3.522
Total	433.666	346.933	263.123

Os atendimentos nos escritórios foram encerrados em 31/10/2017. Casos pontuais em que os atingidos buscaram os Centros de Indenização Mediada foram atendidos, ainda, no período de 3 meses posteriores, ou seja, janeiro de 2018. A partir de então, os atendimentos para novos entrantes encerraram-se por completo.

É importante frisar que o pagamento dos cartões de indenização de água não foram suspensos, e sim efetivados e concluídos. Há, no entanto, casos em

que o pagamento é aguardado visto que os processos necessitam ser homologados judicialmente, conforme lei. São os casos de menores e incapazes.

III - Avaliar os valores pagos como indenização por água.

A indenização de danos por água é destinada a todas as pessoas que moravam nas cidades e distritos que tiveram a interrupção de abastecimento de água

por mais de 24 horas ininterruptas, causada pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015. Esses locais capitavam água diretamente no Rio Doce para a distribuição em seus municípios.

Por se tratar de um evento inédito, não existe referência que a Fundação pudesse se basear para calcular o dano. Assim, inicialmente foi realizado um estudo considerando a média das contas de água das residências da cidade. Para cidades cuja interrupção no abastecimento de água foi de até 5 dias, utilizou-se o fator de multiplicação de 12 (meses) e no caso de cidades acima de 5 dias foi multiplicado por 14 (meses). Em Governador Valadares, por exemplo, o valor médio das contas para o período de 14 meses era de aproximadamente R\$1.000,00 por núcleo familiar, considerando o acréscimo de 10% por vulnerabilidade. Já em Colatina, o valor médio das contas para o período de 12 meses, considerando também o acréscimo de 10% por vulnerabilidade, é de aproximadamente R\$ 880,00 por núcleo familiar. Assim, considerando todo impacto sofrido pela população, a Fundação Renova optou por adotar esse valor não por núcleo familiar, mas para cada indivíduo deste núcleo familiar impactado nas cidades onde houve interrupção no abastecimento de água potável.

IV – Suspender o pagamento do auxílio emergencial em caso de comprovação das denúncias de falsos atingidos.

Cientes dos riscos de potenciais fraudes e inconsistências na base de recebimento de auxílio financeiro, está sendo conduzido um Plano de suspensão e cancelamento de auxílio financeiro que possui os seguintes critérios:

- Pessoas não localizadas pelo Cadastro Integrado ou que se recusaram a se cadastrar;
- Famílias que apresentam mais de um Titular de AFE, sem comprovação de perda de renda;
- Denúncias de ouvidoria;
- Listas de pessoas que apresentam inconsistências de informação entre cadastro emergencial e integrado;
- Inexistência de impacto direto;
- Retomada de deslocamento físico e socioeconômico.

Já foram realizadas 993 entrevistas com titulares de auxílio financeiro para verificação de informações que subsidiam as reanálises de elegibilidade. A 1ª

fase do plano se encerra em abril, com potenciais 750 indicações de cancelamento. A 2ª fase do Plano, prevista para o período de maio a julho, está em fase final de revisão para posterior divulgação.

REC 011/2018

Data: 02/mar/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Reconhecimento de ilheiros como atingidos

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Nas visitas do Conselho Consultivo à foz e a Governador Valadares, foram relatadas situações em que ilhas comprovadamente ocupadas por anos com plantações, inclusive com pagamento de impostos territoriais, não são reconhecidas por falta de formalização. Isto configura mais uma situação em que impactados foram surpreendidos pelo desastre em condição de informalidade, o que coloca em cheque a necessidade de comprovações legais e formais para atender a requisitos de compliance.

Detalhamento da recomendação

Reavaliar os critérios e processos adotados para o reconhecimento dos ilheiros para fins de indenização, de forma a preservar seus direitos, mesmo que difusos e informais.

Resposta:

Data: 19/abr/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A partir de relatos colhidos pelo Conselho Consultivo em visita à foz e a Governador Valadares, esta recomendação solicita que os atingidos que comprovadamente ocupam ilhas, residindo ou plantando, sejam reconhecidos, apesar da condição de informalidade.

Detalhamento da resposta

As ilhas são patrimônios da União, por esta razão, eventuais impactos per-

manentes em ilhas não podem ser indenizados àqueles que ocupam esses territórios. No entanto, a partir do uso do solo, aqueles que se valiam dessas terras para seu sustento e renda são indenizados por lucro cessante.

Importante destacar que o Programa de Indenização Mediada emitiu uma orientação interna à equipe em 27 de dezembro de 2017 no sentido de dispensar a comprovação de posse da terra nas ilhas cujo laudo não exceda R\$20.000,00, compreendendo a condição de informalidade em que estas pessoas se encontravam quando do rompimento da barragem.

Nesse procedimento, comprovações mínimas são solicitadas, como residência e exercício da atividade produtiva (não necessariamente do dano a ser indenizado).

REC 012/2018

Data: 02/mar/2018

Endereçamento: CIF

Assunto: Uso de barraginhas para retenção de água nas propriedades

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Nas visitas do Conselho Consultivo à região de Candonga e Ponte Nova, em janeiro de 2018, e a Governador Valadares, em fevereiro de 2018, avaliou-se que os proprietários rurais atingidos ainda carecem de ações mais consistentes e com bons resultados, seja no processo de indenização, seja na reconstrução de suas propriedades e capacidade produtiva. Em Governador Valadares, uma fazendeira relatou sua experiência com pequenas barragens (barraginhas) que construiu em sua propriedade – água armazenada no período chuvoso foi utilizada no período seco, inclusive por vizinhos em dificuldade. A perspectiva de secas mais intensas e prolongadas nos próximos anos recomenda adoção deste tipo de ação, que constitui uma alternativa para a impossibilidade de uso da água do rio sem tratamento.

Detalhamento da recomendação

Incluir, no Programa Retomada das Atividades Agropecuárias, o estímulo e mesmo o apoio ao uso de açudes e barragens para reter água nas propriedades.

Resposta:

Data: 18/abr/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

As Barraginhas, ou bacias de contenção de água, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, são pequenas bacias escavadas no solo em formato de prato, com diâmetro médio de 16 metros e profundidade média de 1,8 metros.

São construídas em linhas de drenagens na paisagem que não configuram curso d'água permanente ou não, geralmente em pastagens ou locais de lavoura e tem a função de captar água das enxurradas pluviais. Desta maneira, diminui o poder de desagregação do solo (erosão), disponibiliza água para consumo animal e à lavoura e também força a percolar no perfil do solo abastecendo o lençol freático. Ao percolar no solo, aumenta a possibilidade de afloramento de água na forma de nascente.

Detalhamento da resposta

Em solos tropicais com topografia acima de 3% de declividade, a água da chuva tem forte influência na desestruturação do solo e conseqüentemente abaixar a capacidade produtiva da área. Além da barraginha, algumas ações são tomadas para diminuir esse empobrecimento, quais sejam: plantio direto na palha, plantio respeitando o nível, curvas de nível, caixas secas, adubação verde, rotação de cultura, policultivo, proteção de APP's dentre outras técnicas que visam mitigar o depauperamento do solo.

O Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17), cujo propósito é recuperar as atividades agropecuárias e dos produtores IMPACTADOS ao longo da Calha do Rio Doce (cláusula 124 do Termo de Transação e de Ajuste de Conduta – TTAC) prevê um conjunto de soluções e ações aos produtores rurais. Em função da qualidade do impacto ser diferente ao longo do Rio Doce, o tratamento com o impactado é proporcional. A montante da UHE Risoleta Neves, a definição do programa reparatório PG 17, determina a implementação dos Planos de Adequações Socioeconômicas e Ambientais – PASEA nas propriedades atingidas pela pluma de rejeitos. Entre as soluções construídas, sob a ótica do Desenvolvimento Rural Sustentável, estão as práticas de conservação

do solo e da água, que visam, entre outros aspectos, melhorar a qualidade e quantidade de água, inclusive a metodologia social Barraginha.



Figura 1 – Solução construída sob o enfoque do Desenvolvimento Rural Sustentável.
Fonte: Acervo da Fundação Renova

Nos programas compensatórios do UST (PG's 26 e 27), as propriedades atendidas em que os estudos apontarem ser pertinente, Barraginhas serão alocadas de maneira a reduzir o aporte de sedimento e dar melhor tratamento ao tema conservação de água.

REC 013/2018

Data: 07/mar/2018

Endereçamento: CIF

Assunto: Alto nível de exigência de documentos comprobatórios

A jusante da UHE Risoleta Neves, a definição do programa reparatório (PG17) determina a implantação do Projeto Individual da Propriedade – PIP mediante Assistência Técnica e Extensão Rural por no mínimo 02 anos, onde serão feitos estudos para orientação de ações de cunho preservacionista e produtivo no sentido de estimular o produtor rural a adotar tais metodologias.



Foto 02: Barraginha instalada na linha de drenagem da água na paisagem
Fonte: <http://www.sribiuna.com/pequenas-barragens-e-a-disponibilidade-de-agua-na-propriedade-rural/> em 20/04/2018

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

Após a visita do Conselho Consultivo a Governador Valadares, a presidente da associação de Cachoeira Escura, um bairro logo atrás da Unidade Industrial da CENIBRA, relatou a um conselheiro que os atingidos estão inconformados, pois a Fundação Renova está exigindo documento comprobatório de casamento dos pais para incluir os filhos no processo indenizatório. Segundo ela, nem o INSS nem a CENIBRA, para os que lá trabalham, exigem isso, são aceitos documentos alternativos (caso união estável). Além de terem de arcar com um custo médio de R\$300,00 em cartório, a exigência fere princípios adotados no PIM.

O fato exposto também foi relatado na Foz durante uma visita do Conselho. Além disso, foi colocada a questão do alto custo com as despesas de cartório. Mencionou-se que cada território é tratado de uma forma distinta (documentos válidos para alguns locais não são aceitos em outros).

Detalhamento da recomendação

Recomenda-se estudar a aceitação de documentos alternativos que possam servir de comprovação, como por exemplo o procedimento do INSS e outras instituições para o reconhecimento da UNIÃO ESTÁVEL.

Considerar a possibilidade de assumir os custos de emissão dos documentos comprobatórios nos cartórios.

Estabelecer critérios de reconhecimento uniformes em todo o território. Casos omissos ou específicos deverão ser tratados pelos gerentes de território, e encaminhados para as áreas responsáveis na Fundação Renova, para fins de uniformização de critérios nos demais territórios.

Resposta:

Data: 19/abr/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Durante a visita do Conselho Consultivo a Governador Valadares, Ihes foi relatado inconformismo do distrito de Cachoeira Escura, em Belo Oriente, em relação ao grau de exigência documental para atendimento no PIM. Relataram especificamente que, para inserção de filhos no processo indenizatório seria preciso a apresentação de certidão de casamento dos pais, o que geraria um custo aos atingidos.

Na Foz foi relatado aos membros do Conselho que os documentos aceitos em determinada região não são os mesmos aceitos em outros escritórios do PIM.

Detalhamento da resposta

A Matriz de Comprovação e o Protocolo de Elegibilidade do PIM são documentos públicos, encontram-se no site da Fundação Renova e se aplicam a todo o território impactado. Nestes materiais, os atingidos têm a oportunidade de consultar quais documentos lhes serão solicitados nos atendimentos do PIM,

a depender do tipo de dano (conforme Protocolo de Elegibilidade), e se preparar para as reuniões, já se munindo dos referidos documentos.

No que se refere especificamente à inserção dos filhos no processo de indenização, o requisito é a apresentação da Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade do menor, pois esses são os documentos hábeis a demonstrar a filiação. A Certidão de Casamento é documento complementar que pode subsidiar a comprovação de residência quando um dos cônjuges possui o comprovante em seu nome e o outro não. Da mesma maneira, a Declaração de União Estável também é documento válido para esse fim.

Vale ressaltar que a relevância de se comprovar o vínculo de filiação e residência com os pais se dá apenas para os casos de pesca de subsistência, no qual a renda per capita é um dos critérios de elegibilidade. Nos demais processos, o que importa são apenas os danos que o núcleo familiar ou o indivíduo sofreu. Em todos os casos, o número de pessoas em núcleo familiar não faz aumentar ou diminuir o valor da indenização.

Por fim, importante destacar que não há qualquer ônus que tenha sido repassado pela Fundação Renova aos atingidos. Há, sim, alguns documentos que precisam minimamente ser apresentados para o fechamento dos acordos e, caso o atingido interessado em aderir ao PIM não esteja em posse destes, deverá buscar meios de fazê-lo. É o caso, por exemplo, de um atingido que tenha perdido seu RG, único documento oficial com foto que possuía. Para que ele seja atendido no PIM, precisará retirar a segunda via do documento (às suas custas).

REC 014/2018

Data: 22/mar/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Participação do Conselho Consultivo, Gerentes de Território e Comitês de Bacia no plano de comunicação do Projeto de Manejo de Rejeitos

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

O Plano de Manejo de Rejeitos contempla o estudo e análise na busca de melhores alternativas para o manejo de rejeitos junto às margens, planícies e

calhas. Serão definidas soluções específicas por cada trecho afetado, considerando a quantidade e distribuição da lama assim como fatores ambientais, sociais e econômicos.

Após apresentação do Projeto Piloto do Plano de Manejo de Rejeitos aos conselheiros na 11ª reunião em 22/03/18, foi considerado necessário o alinhamento entre o Conselho Consultivo e os Gerentes de Território, visando apoiar os no processo de comunicação com os líderes locais acerca dos estudos que estão sendo realizados e na implementação das ações previstas em cada trecho.

Adicionalmente, considerando que os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH-Doce têm um papel estratégico na articulação dos diversos agentes sociais envolvidos na preservação e recuperação do Rio Doce, ressaltou-se a importância de apresentar o Plano de Manejo de Rejeitos aos membros do CBH-Doce. A participação dos Comitês terá o objetivo de facilitar os canais de comunicação junto aos diversos agentes locais dos trechos estudados no âmbito do Programa de Manejo de Rejeitos.

Detalhamento da recomendação

1.1 Articular ações visando uma maior interação entre os membros do Conselho Consultivo e os Gerentes de Território da Fundação Renova, para que estes possam auxiliar na implementação do plano de comunicação do Programa de Manejo de Rejeitos, no que se refere à interlocução com as comunidades locais.

1.2 2.2 Apresentar aos Comitês de Bacia – CBH-Doce o Plano de Manejo de Rejeitos e convidá-los a participar das ações do plano de comunicação junto aos agentes locais.

Resposta: não houve

REC 015/2018

Data: 22/mar/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Criação de comissão para avaliação da Política de Indenização de Pesca

Sumário da recomendação (assunto e contexto)

O processo de cadastro dos profissionais da pesca é um passo necessário e importante para o pagamento das indenizações dos pescadores das regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Considerando o alto nível de informalidade do setor pesqueiro e a ocorrência de inúmeros casos de pescadores que não possuem o Registro de Atividade Pesqueira – RPG (ou casos em que o registro se encontra desatualizado), a Fundação Renova estabeleceu categorias distintas para o cadastro dos pescadores. Essas categorias, bem como os demais procedimentos relacionados ao processo, estão formalizadas na Política de Indenização de Pesca.

Entretanto, foi questionada pelo Conselho Consultivo a razão da alteração desta Política, já que houve mudanças no processo estabelecido em dezembro/2017. Como exemplo, vale ressaltar a criação de uma nova categoria de pescador, com distinto tratamento no processo indenizatório. Foi mencionado pelos conselheiros que inicialmente, eram consideradas apenas duas categorias de pescadores: “pescadores profissionais” (comprovado pelo RPG ou outros documentos) e “pescadores de subsistência”. No entanto, a atual Política passou a considerar além das anteriores, a categoria “pescadores não regulamentados”, revendo também a documentação exigida para a classificação de cada categoria.

Com relação à referida documentação, foram apresentados relatos dos conselheiros sobre pescadores que não foram reconhecidos na categoria “profissional”, dada a ausência de documentos comprobatórios (RPG deferido até novembro/2015). Como resultado, esses pescadores foram então classificados como “pescadores não regulamentados” ou “pescadores de subsistência”, os quais possuem critérios distintos de indenização. É sabido que a exigência do RPG é importante para evitar casos de pagamentos indevidos no processo indenizatório. Entretanto, é necessário que sejam consideradas outras formas de comprovação para garantir que os profissionais que se encontravam em condições de informalidade antes do desastre também possam ser compensados pelos danos a eles causados, dada a impossibilidade do exercício de sua profissão. Dentre os documentos alternativos sugeridos na reunião do Conselho Consultivo, foi mencionada a validação do cadastro por parte da Associação de Pesca de cada região.

Diante do exposto, faz-se necessária a revisão da Política de Indenização de Pesca, a ser realizada por meio de uma comissão, constituída por profissionais da Fundação Renova e membros do Conselho Consultivo, com o objetivo de identificar, o mais rápido possível, as alterações necessárias no processo de indenização.

Detalhamento da recomendação

Criar um grupo de trabalho para avaliação e revisão da Política de Indenização de Pesca, constituída por representantes da área técnica da Fundação Renova e do Conselho Consultivo, visando identificar, o mais rápido possível, as alterações necessárias no processo de cadastro de profissionais da pesca e do respectivo pagamento das indenizações. Esta revisão deverá contemplar, dentre outros aspectos, a possibilidade de se considerar, como documento comprobatório no processo de indenização de pescadores, a validação do cadastro dos profissionais pelas Associações de Pesca das regiões afetadas.

Resposta:

Data: 10/ago/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Foi sugerido pelo Conselho Consultivo da Fundação Renova a criação de um grupo de trabalho para avaliação e revisão da Política de Indenização de Pesca, constituído por representantes da área técnica da Fundação Renova e do Conselho Consultivo, visando identificar, o mais rápido possível, as alterações necessárias no processo de cadastro de profissionais da pesca e do respectivo pagamento das indenizações. Nessa solicitação sugeriu-se contemplar, dentre outros aspectos, a possibilidade de se considerar, como documento comprobatório no processo de indenização de pescadores, a validação do cadastro dos profissionais pelas Associações de Pesca das regiões afetadas.

Detalhamento da resposta

Com a evolução do processo indenizatório, tornou-se evidente que parcela dos atingidos, que praticavam a pesca profissional, não possuíam meios de comprovar o ofício. Em função disso, a Fundação Renova, demandada por seu

Conselho Consultivo, iniciou a revisão da metodologia do pescador profissional, no que concerne à elegibilidade à indenização, buscando adotar medidas de ampliação das formas de comprovação do ofício.

Essa realidade culminou na elaboração de um projeto piloto que consistiu na criação de um Grupo de Trabalho – GT, que contou com membros do Conselho Consultivo e técnicos da Fundação Renova, visando a construção de uma proposta de política para o pescador “de fato”.

Para o projeto piloto, todo o processo de construção da proposta de reconhecer o ofício do Pescador de Fato foi construído no Conselho Consultivo da Fundação Renova e contando com a discussão e participação dos pescadores das comunidades pesqueiras de Povoação e Regência Augusta, do município de Linhares (ES).

No que se refere aos critérios de elegibilidade, a partir das discussões do Grupo de Trabalho, para além da modalidade “oficial” de elegibilidade à indenização do pescador profissional atualmente praticada, foram elaboradas mais duas modalidades alternativas de comprovação de elegibilidade para o atingido que pratica a pesca comercial. As duas novas modalidades estabelecem como requisito a declaração de 2 (dois) pescadores profissionais regularizados, que deverão possuir uma quantidade mínima de anos de prática regular da pesca comercial, atestando que o atingido que pleiteia este reconhecimento é um pescador profissional “de fato”, ainda que não possua a comprovação laboral. Deve-se somar às declarações dos pescadores regularizados formulário e questionário que deverão ser preenchidos pelos atingidos, além de um documento assessorio, para comprovação laboral. Na impossibilidade de se comprovar a prática da captura e comercialização do pescado através de documentação secundária, para além da declaração de 2 (dois) pescadores regularizados e do preenchimento do formulário e questionário, será oferecido ao atingido que declarou no Cadastro Integrado a prática da comercialização do pescado a possibilidade de realização de uma auto narrativa, acompanhada e suportada por um antropólogo ou profissional de qualificação similar, de forma que seja possível ao atingido comprovar sua elegibilidade à indenização da pesca profissional.

No sentido de se materializar a proposta, até o momento já foram realizadas ações tais como: conclusão das propostas que seriam validadas pelas

comunidades de interesse no projeto piloto (Povoação e Regência Augusta); apresentação em Povoação e Regência Augusta para apreciação e considerações das comunidades; reunião com a CTOS para apresentação da proposta e aprovação da metodologia do Reconhecimento do ofício do Pescador de Fato; construção das ferramentas com as comunidades do projeto piloto e aprovação do Projeto Piloto pelo CIF, conforme Nota Técnica nº 022/2018/CTOS-CIF e Deliberação 182/2018 do CIF, anexas a este documento.

Com essa aprovação, cabe agora a Fundação Renova viabilizar todo o planejamento, elaboração das ferramentas e da metodologia de atuação nos Territórios, com consequente início da execução do atendimento a esse público.

A Fundação Renova agradece a dedicação do Conselho Consultivo no auxílio à definição da política do pescador “de fato”, exercício este que nos trouxe aprendizados para definições que ainda estão por vir para o Programa de Indenização Mediada.

REC 016/2018

Data: 24/abr/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Criar um grupo de diálogo com os atingidos identificados que receberam pagamentos duplicados

Sumário da recomendação

Criar um grupo de diálogo para tratar os casos identificados de pagamentos indevidos (duplicados) entre os seguintes agentes: instituição financeira envolvida nas transações, Alelo, Fundação Renova (incluindo Gerentes de Território), comissões das comunidades locais e as 25 pessoas envolvidas nos casos de pagamentos indevidos.

Adicionalmente, direcionar as atividades de investigação e auditoria das denúncias recebidas referente aos casos de pagamentos indevidos, conforme suspeitas relatadas na reunião do Conselho Consultivo de 24 de abril de 2018.

Assunto e contexto da recomendação

Após a identificação de casos de pagamentos de duplicados referentes a auxílio financeiro, gerou-se uma agitação nos municípios envolvidos, onde muitos

afirmam que já receberam pela terceira e até quarta vez, deixando uma percepção na comunidade no sentido de que algumas pessoas estão sendo privilegiadas. Há uma preocupação quanto à segurança das pessoas que receberam tais valores, bem como daquelas que estão denunciando os casos.

É importante ressaltar que mesmo o erro sendo exclusivo da Alelo, este afeta diretamente a imagem da Fundação Renova, o que resulta na perda da confiança e da credibilidade que a Fundação vem construindo com os atingidos.

Resposta:

Data: 10/ago/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Foi sugerido pelo Conselho Consultivo da Fundação Renova a criação de um grupo de diálogo para tratar os casos identificados de pagamentos indevidos (duplicados) entre os seguintes agentes: instituição financeira envolvida nas transações (Alelo), Fundação Renova (incluindo Gerentes de Território), comissões das comunidades locais e as 25 pessoas envolvidas nos casos de pagamentos indevidos.

Adicionalmente, direcionar as atividades de investigação e auditoria das denúncias recebidas referente aos casos de pagamentos indevidos, conforme suspeitas relatadas na reunião do Conselho Consultivo de 24 de abril de 2018. Após a identificação de casos de pagamentos do Auxílio Financeiro duplicados, houve uma agitação social nos municípios envolvidos, havendo atingidos que afirmam já terem recebido pela quarta vez, deixando uma percepção de que algumas pessoas estão sendo privilegiadas.

Importante ressaltar que, mesmo o erro sendo exclusivo da Alelo, este afeta diretamente a imagem da Fundação Renova, o que resulta na perda da confiança e da credibilidade que a Fundação vem construindo junto aos atingidos.

Detalhamento da resposta

Em resposta à recomendação, informamos que as tratativas adotadas para mitigar os impactos negativos causados pelos depósitos de valores indevidos pela fornecedora Alelo foram as seguintes:

- Encaminhamento pela equipe do AFE de informações e denúncias de

depósitos indevidos para a Alelo, solicitando as devidas correções;

- Exigência pela equipe AFE da mudança do conteúdo de comunicação utilizado pela Alelo para justificar os bloqueios de cartões, imputando à própria Alelo a responsabilidade pelos depósitos indevidos e consequentes bloqueios de alguns cartões, o que já foi atendido pela operadora;
- Construção de um posicionamento institucional, juntamente com as áreas de Comunicação, Jurídico e Gerência de Território da Fundação, para que a equipe de Diálogo Social pudesse atuar de forma estruturada;
- Encaminhamento do caso para as áreas Jurídica e de Contratos, solicitando a notificação contratual à Alelo;
- Solicitação de análise e varredura sistêmica na plataforma de pagamentos da Alelo para verificação de outras possíveis inconsistências ou depósitos indevidos;
- Para evitar novos depósitos em duplicidade nos municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce (foco dos depósitos indevidos), antecipamos o processo de migração para pagamento de AFE via conta bancária no âmbito do convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF);
- Convocação de membros da diretoria da Alelo para retratação oficial na reunião com o Conselho Consultivo, na qual houve a presença de liderança local de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado);
- Construção, com o Conselho Consultivo, do processo de devolução dos recursos recebidos indevidamente pelos impactados.

Status das negociações realizadas até o momento , segundo a Alelo:

- Dos 25 depósitos realizados a maior, 11 (onze) pessoas ainda não realizaram a devolução dos valores para a Alelo, que por sua vez acionou empresa especializada para realizar a cobrança. A Fundação Renova não tem mais atuação neste processo e nem interfere mais nesta tratativa.

Aproveitamos a oportunidade para comunicar que estão em fase final da transição dos pagamentos do Aux. Financeiro Emergencial da Alelo para as contas bancárias informadas pelos atingidos, o que eliminará a possibilidade de outras ocorrências como estas.

Agradecemos ao Conselho Consultivo a atenção dedicada ao tema, do qual

resultaram soluções definitivas como anteriormente mencionado.

REC 017/2018

Data: 24/abr/2018

Endereçamento: Diretoria / CIF

Assunto: Reconhecimento comunitário para validação de cadastros

Sumário da recomendação

Para a validação de novos cadastros da Fundação Renova, adotar a metodologia de reconhecimento social de auto identificação estabelecida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo importante que o estabelecimento de uma metodologia seja uniforme e se estenda por toda a bacia do Rio Doce.

Assunto e contexto da recomendação

Devido ao constantemente questionamento sobre cadastros de pessoas inelegíveis, que recebem cartão auxílio e em complemento a recomendação a REC CCO 10/2018, para os casos de validação de novos cadastros com o intuito de evitar injustiças, estes passem por reconhecimento comunitário, antes que seu cadastro seja validado.

Resposta:

Inicialmente, deve-se esclarecer que pessoas que se autodeclararam pertencentes à Comunidades Tradicionais na primeira etapa do Cadastro Integrado são consideradas inelegíveis ao programa justamente pela especificidade de seus modos de vida.

Para atendimento dessas famílias, previu-se no TTAC o Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais, com o intuito de garantir o cumprimento do que apregoa a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Atualmente, encontra-se em curso o estudo que tem como objetivo caracterizar cada uma das Comunidades Tradicionais, sob coordenação do referido programa.

Nesse sentido, antes de se conhecer as características das comunidades

tradicionais, não é possível o estabelecimento de uma metodologia de autorealhecimento uniforme para as referidas localidades, tendo em vista os diferentes modos de vida entre elas. Ademais, dar às comunidades a responsabilidade de julgar a elegibilidade dos manifestantes aos programas reparatórios da Fundação Renova pode gerar graves riscos à integridade física das lideranças e/ou grupos atuantes nesse processo.

Além disso, deve-se destacar que, nos casos de comunidades que não são tradicionais, a coesão social tende a ser menor em comparação às reconhecidamente tradicionais. Portanto, há maiores desafios para implementação de um processo coletivo de reconhecimento. Diante dessas dificuldades, a Fundação Renova, por meio do Programa de Indenização Mediada (PIM) e a partir das indicações apontadas pelo Conselho Consultivo, está executando o projeto piloto do “Pescador de Fato”, cuja metodologia está em linha com as proposições da Recomendação “REC CCO 17/2018”, aqui em análise. Os resultados desse projeto – associados aos estudos das comunidades tradicionais e implantação dos mecanismos previstos no TAC Gov – darão subsídios para a expansão desse modelo de atuação, garantido tanto a consecução de seus objetivos, quanto a integridade de todas as pessoas envolvidas no processo.

Reconhecendo e estimando todo o empenho e a valiosa contribuição dos membros do Conselho Consultivo da Fundação Renova, concluímos com a afirmação do desejo de que paulatinamente sejam implementados protocolos comunitários para avaliação das questões locais (considerando inclusive o apoio das assessorias técnicas que estão sendo contratadas). As ações supracitadas, assim como a efetivação das proposições no TAC Gov, certamente contribuirão para a efetivação da recomendação proposta.

REC 018/2018

Data: 24/abr/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Apresentação dos dados da qualidade da água e do pescado

Sumário da recomendação

Apresentar os dados técnicos relativos a qualidade da água bruta do Rio Doce

e região estuarina/marinha, bem como, a qualidade do pescado com gráficos explicativos de fácil entendimento que apontem comparativo de evolução nos diversos períodos do acidente e históricos, se houver comparando a outros parâmetros pesquisados por outras instituições, com parecer técnico conclusivo, que informe se atualmente é possível se consumir o peixe do Rio Doce. Que em caso negativo, se isto atinge a qualidade dos peixes dos afluentes.

Assunto e contexto da recomendação

Diante dos diversos questionamentos durante as visitas de campo apresentados aos membros do conselho consultivo sobre a qualidade da água e do pescado, solicitamos a Fundação Renova que apresente ao conselho as análises que já possui quanto a qualidade da água e do pescado.

Resposta:

Data: 19/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Apresentar os dados técnicos relativos a qualidade da água bruta do Rio Doce e região estuarina/marinha, bem como, a qualidade do pescado com gráficos explicativos de fácil entendimento que apontem comparativo de evolução nos diversos períodos do acidente e históricos, se houver comparando a outros parâmetros pesquisados por outras instituições, com parecer técnico conclusivo, que informe se atualmente é possível se consumir o peixe do Rio Doce. Que em caso negativo, se isto atinge a qualidade dos peixes dos afluentes.

Detalhamento da resposta

Diante dos diversos questionamentos durante as visitas de campo apresentados aos membros do conselho consultivo sobre a qualidade da água e do pescado, solicitamos a Fundação Renova que apresente ao conselho as análises que já possui quanto a qualidade da água e do pescado.

Os dados estão sendo divulgados sempre que a Fundação Renova é acionada ou quando a Fundação entende a necessidade de uma comunicação mais próxima, ou mais direcionada.

Os técnicos e especialistas da Fundação Renova já estiveram várias vezes na região da foz para apresentar os dados do rio e do mar. Em uma dessas reuniões, em novembro de 2017, o conselheiro Sangalia estava presente. Nesta reunião foram apresentados todos os dados de qualidade de água do rio e do mar, com a presença de lideranças de Regência e da Secretaria de Meio Ambiente do município de Linhares.

O relatório do PMQQS – Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimento, com os dados dos primeiros seis meses de monitoramento (agosto de 2017 a janeiro de 2018), está disponível no site da Fundação Renova e do Ibama.

REC 019/2018

Data: 24/abr/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Disponibilização de equipamentos para aprimorar o trabalho do Consultivo

Sumário da recomendação

Fornecimento de equipamentos/insumos pela Fundação Renova que auxiliem no trabalho dos conselheiros consultivos, a disponibilização dos mesmos se daria por meio de solicitação formal registrada em ata durante as reuniões do conselho ou por e-mail encaminhado à governança.

Assunto e contexto da recomendação

O Conselho Consultivo vem trabalhando cada dia mais para auxiliar a Fundação Renova nas suas atividades, levando para a mesma, a voz e a percepção da sociedade quanto aos programas e projetos em execução e a serem executados. Alguns conselheiros não dispõem de equipamentos/insumos que podem facilitar as atividades do dia a dia, tais como notebook, smartphones etc. Com o intuito de aprimorar e agilizar o trabalho do conselho, solicitamos que sejam disponibilizados equipamentos que amparem o trabalho dos conselheiros.

Resposta:

Data: 14/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Em resposta à solicitação do fornecimento de equipamentos/insumos que amparam o trabalho dos conselheiros.

Consideramos o importante trabalho que o conselho consultivo da Fundação Renova vem desempenhando e queremos colaborar no desenvolvimento do mesmo, isto posto podemos contribuir da seguinte maneira:

- (i) Notebook: podemos fornecer desde que tenhamos a visibilidade prévia da quantidade, pois precisamos incluir este custo no orçamento.
- (ii) Smartphone: a Fundação Renova não concede aparelhos telefônicos, contudo é possível fornecer o chip de telefonia celular.
- (iii) Outros pedidos de insumos de tecnologia serão analisados de acordo com sua particularidade pelo gerente de Tecnologia da Informação.

REC 020/2018

Data: 24/abr/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Comunicação da retomada da atividade pesqueira

Sumário da recomendação

Atuar fortemente na comunicação com a sociedade visando informar a população sobre o trabalho de retomada da atividade pesqueira, apresentando ao conselho o plano de comunicação a ser apresentado para sociedade.

Assunto e contexto da recomendação

Devido à preocupação quanto a retomada da pesca, uma vez que tais informações não estão chegando aos pescadores, solicitamos que a Fundação Renova informe ao conselho se há previsão de prazo para retorno da pesca, disponibilize às comunidades boletins periódicos, de linguagem simples, para que os pescadores possam se preparar para a retomada da atividade e, inclusive, para o fim da concessão do auxílio financeiro.

Resposta:**Data: 17/jul/2018****Sumário da resposta (assunto e contexto)**

Este documento trata de devolutiva à recomendação do Conselho Consultivo à Fundação Renova, para que atue fortemente na comunicação com a sociedade, visando informar a população sobre o trabalho de retomada da atividade pesqueira. Para tanto, solicita que a Fundação apresente ao Conselho um Plano de Ações para balizar as ações de comunicação para sociedade.

A referida recomendação baseia-se na preocupação do Conselho de que informações referentes à retomada da atividade pesqueira não estão sendo divulgadas para os pescadores e pescadoras nos territórios, dificultando a organização desse público para a referida atividade e, inclusive, para o fim da concessão do auxílio financeiro.

Detalhamento da resposta

A Fundação Renova considera bastante pertinente a recomendação do Conselho Consultivo e entende que o plano de participação social deve incluir uma forte estratégia de comunicação que deverá ser desenvolvida e aprimorada com estreita interface com outros programas, uma vez ser necessário considerar a pesca como um tema abrangente, que envolve programas socioambientais e socioeconômicos, em um contexto atual de muitas incertezas.

Neste sentido, foi instituído um Grupo Técnico Inter Programas, coordenado pela líder do programa da Pesca, Camila Camilo, cujo objetivo é desenvolver um plano de trabalho que subsidiará todo o tema da retomada da pesca, visando reduzir as incertezas e ter uma integração com os demais programas da Fundação Renova, de forma a poder transmitir à sociedade informações assertivas sobre a retomada da pesca em cada região. Segue abaixo o plano de trabalho elaborado pelo Grupo.

Nome da Atividade	Início	Término
PLANO DE TRABALHO		
CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESCA NA REGIÃO IMPACTADA	julho-18	dezembro-18
Fase 1: Coleta de Dados	julho-18	outubro-18
Fase 2: Elaboração do contexto da pesca através de um diagnóstico das regiões impactadas.	agosto-18	novembro-18
Fase 3: Apresentação e entrega do Contexto da pesca através de um diagnóstico das regiões impactadas.	novembro-18	dezembro-18
SANIDADE E QUALIDADE DO PESCADOR	março-18	maio-20
Laudo técnico sobre a qualidade do pescado	março-18	outubro-18
Elaboração de plano de ação estratégico para atuação junto aos órgãos competentes	julho-18	outubro-18
Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana, conforme diretrizes do Ministério Saúde	julho-18	maio-20
DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	junho-18	agosto-27
Biodiversidade, Qualidade da Água, Manejo de Rejeitos e outras áreas	julho-18	CONTÍNUO
Monitoramento da Ictiofauna do Rio Doce - Ecossistemas Dulcícola, Estuarino e Marinho	junho-18	agosto-20
Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS)	agosto-17	agosto-27
Programa de Monitoramento de Intervenções (PMQVAI)	agosto-17	agosto-27
INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS	julho-18	CONTÍNUO
COMUNICAÇÃO	agosto-18	CONTÍNUO
PLANOS PARA AS ESTRATÉGIAS DE SAÍDA	julho-18	dezembro-18

Tabela 1: Plano de Trabalho Grupo Técnico Inter Programas

Conforme podemos ver no plano acima, a Estratégia de Comunicação é um dos eixos do Grupo e será realizada de maneira contínua, a partir do mês de agosto/18, utilizando como subsídio as informações geradas nas atividades de contextualização da pesca na região impactada, sanidade e qualidade do pescado, dimensão de sustentabilidade ambiental e interface com os outros programas.

A Fundação Renova agradece ao Conselho Consultivo pela recomendação e se compromete a, oportunamente, apresentar o plano de comunicação para a apreciação e contribuições do Conselho Consultivo.

REC 021/2018

Data: 16/mai/2018

Endereçamento: Conselho Curador

Assunto: Priorização da região da Foz no programa de Turismo

Sumário da recomendação

Priorizar os municípios da Foz do Rio Doce no âmbito do programa de turismo da Fundação Renova, adotando a premissa de participação popular.

Assunto e contexto da recomendação

Na reunião do Conselho Consultivo de 16/05/18, discutiram-se ideias e propostas de constituição de formas de promover a participação popular na definição, planejamento e implementação de programas de recuperação do turismo na Foz do Rio Doce. O turismo era uma das bases de economia da região que, após o rompimento da barragem de Fundão, sofreu um forte impacto no setor do turismo.

A forma proposta incluía a criação de um comitê local de turismo, o que foi considerado aderente a premissas em amadurecimento no âmbito da Fundação Renova e mesmo da governança do sistema CIF/Renova, no contexto de discussão do novo TTAC. Devido à grande dependência do turismo, a região da Foz se apresenta como ambiente adequado para priorização das ações do programa de turismo da Fundação Renova, obedecendo à premissa de participação popular.

Resposta:

Data: 18/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Na reunião do Conselho Consultivo de 16/05/2018, discutiram-se ideias e propostas de constituição de formas de promover a participação popular na definição, planejamento e implementação de programas de recuperação do turismo na foz do Rio Doce. O turismo era uma das bases de economia da região que, após o rompimento da barragem de Fundão, sofreu um forte impacto no setor do turismo.

A forma proposta incluía a criação de um comitê local de turismo, o que foi considerado aderente a premissas em amadurecimento no âmbito da Fundação Renova e mesmo da governança do sistema CIF/Renova, no contexto de discussão do novo TTAC, porém essa participação está prevista baseado na criação das comissões locais e imputa a Fundação Renova uma prerrogativa legal que não compete a ela, visto que a existência do comitê e sua representatividade dentro dos Conselhos Municipais é uma função do poder público municipal.

REC 022/2018

Data: 19/jun/2018

Endereçamento: Diretoria / CIF

Assunto: Qualidade da água tratada pelos sistemas de abastecimento

Sumário da recomendação

Articular reunião entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Serviços Autônomos de água e Esgoto (SAAE) dos municípios afetados, Comitê Interfederativo (CIF) e Fundação Renova para rever papéis e responsabilidades de cada parte sobre a qualidade da água tratada e distribuída, e traçar um plano de enfrentar a resistência a seu consumo por parte das populações afetadas.

Assunto e contexto da recomendação

No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com várias comunidades, foi relatado que as populações da área afetada continuam resistindo ao consumo da água tratada, frequentemente atribuindo uma suposta má qualidade da água que chega a suas residências à Fundação Renova. A responsabilidade sobre a qualidade da água tratada, no entanto, é das empresas de fornecimento de água. O assunto é crítico necessita de esclarecimentos e uma possível ação conjunta e orquestrada para resgatar a confiança dos consumidores.

Resposta:

Data: 19/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Articular reunião entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Serviços Autônomos de água e Esgoto (SAAE) dos municípios afetados, Comitê Interfederativo (CIF) e Fundação Renova para rever papéis e responsabilidades de cada parte sobre a qualidade da água tratada e distribuída, e traçar um plano de enfrentar a resistência a seu consumo por parte das populações afetadas.

Detalhamento da resposta

No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com várias comunidades, foi relatado que as populações da área afetada continuam resistindo ao consumo da água tratada, frequentemente atribuindo uma suposta má qualidade da água que chega a suas residências à Fundação Renova. A responsabilidade sobre a qualidade da água tratada, no entanto, é das empresas de fornecimento de água. O assunto é crítico necessita de esclarecimentos e uma possível ação conjunta e orquestrada para resgatar a confiança dos consumidores.

A Samarco e, posteriormente, a Fundação Renova vem executando as análises das águas tratadas das ETAs que foram impactadas, desde a época do rompimento, e os resultados são disponibilizados aos órgãos ambientais e às Concessionárias e Autarquias de Saneamento.

Sempre que solicitado e também como estratégia de comunicação, a Fundação Renova apresenta os resultados às comunidades, com linguagem simplificada. Estamos também iniciando O Plano de monitoramento de Água para Consumo Humano, solicitado pela CT Saúde e a comunicação será realizada através desta Câmara Técnica.

REC 023/2018

Data: 19/jun/2018

Endereçamento: Diretoria / CIF

Assunto: Qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores e pecuaristas

Sumário da recomendação

Articular com outras entidades uma forma de atestar a qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores e pecuaristas das regiões atingidas pelo rompimento, a fim de atestar a segurança de seu consumo.

Assunto e contexto da recomendação

No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com várias comunidades, foi relatado que os consumidores da área afetada frequentemente se recusam a comprar de produtos dos agropecuaristas afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão, por desconfiarem de sua qualidade, supostamente contaminados pelos rejeitos nas áreas plantadas e na água de irrigação e dada aos animais. Isto constitui um impacto que deve ser considerado nas ações de reparação da Renova, apesar de não ser sua a responsabilidade de atestar a qualidade de alimentos.

Resposta:

Data: 16/jan/2019

Sumário da resposta (assunto e contexto)

O envolvimento de entidades idôneas, com independência e autonomia de atuação na demonstração científica da qualidade do produto produzido em locais que tenham tido algum contato com o rejeito da Barragem de Fundão é

fundamental para tomada de decisões.

Percebe-se que o estigma criado em torno do consumo do alimento produzido nas margens dos corpos d'águas em que o rejeito perpassou existe, e que medidas definidas no Programa de “Retomada das Atividades Agropecuárias” – PG/17 no sentido de elucidação das consequências deste consumo devem e vem sendo tomadas.

Detalhamento da resposta

Um dos 5 (cinco) critérios de elegibilidade do produtor rural ao PG 17 – Retomada das Atividades Agropecuárias é o de ter dificuldade de comercialização de seus produtos, independente dos demais impactos que por ventura tenha tido.

Em função disso, dos objetivos apresentados na Definição do Programa, destacam-se dois, o “[...] fomento e promoção da produção sustentável de atividades rurais, incluindo a adoção de técnicas para a transição agroecológica, bem como a produção orgânica em toda a propriedade [...]” trata a questão no âmbito do Desenvolvimento Rural Sustentável e empiricamente, processos de certificação e o outro, o de “[...] promover, direta ou supletivamente em parceria com instituições públicas e privadas, a assistência técnica e a extensão rural aos/às agricultores/as e produtores/as rurais [...]” pode contribuir para reversão deste cenário.

Está também na Definição do PG/17, que as ações de pesquisa deverão ser consideradas prioritárias aquelas “[...] voltadas a avaliação das características físico-químicas do solo, da água e dos produtos agrícolas de interesse econômico. Deverão ser realizados estudos com as culturas [...], citando-se cacau, banana, seringueira, pecuária, horticultura, dentre outras. Focar-se-ão no manejo sustentável do solo e nos aspectos fisiológicos das plantas nos cultivos instalados tanto nas propriedades atingidas como nas áreas adjacentes”.

No mesmo sentido, outros Programas da Fundação Renova, especificamente o Programa de Manejo de Rejeito, em atendimento à Cláusula 180 do TTAC, contratou empresa especializada para realizar estudo em 800 casos de possível comprometimento em função do uso da água do Rio Doce como irrigação já foi protocolado no Sistema CIF. Os resultados deste estudo demonstram que não há contaminação dos vegetais produzidos em solos sob depósito de

rejeitos. De modo complementar, estudos preliminares realizados no âmbito da Análise de Risco à Saúde Humana, não apresentaram níveis de contaminantes em produtos oriundo das atividades agropecuárias, especificamente para leite, queijos, ovos e vegetais.

Espontaneamente pesquisadores da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da USP e da Universidade Federal do ABC (UFABC), com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo conduziram experimento com arroz (alimento bioacumulador). Detectou-se teores efêmeros de elementos importante para o bom desenvolvimento da planta bem como de elementos tóxicos. Foi detectado também que, corroborando com estudos pretéritos congêneres, os solos naturais em determinados trechos, tem mais elementos tóxicos daqueles em que houveram depósito de rejeito.

Por último, porém de modo não exaustivo, um convênio realizado entre a Fundação Renova e a Universidade Federal de Ouro Preto, avalia a dinâmica de elementos traço em vegetais produzidos dentro e fora da área impactada, bem como em visitantes florais e mel. O trabalho encontra-se em andamento e fornecerá importantes subsídios para elucidação das principais questões referentes a esta temática.

Somada as iniciativas de pesquisa com a forma de atendimento ao produtor atingido, o quadro de rejeição ao consumo dos produtos pode ser revertido na medida de se tratar a imagem do produto, a venda coletiva, o acesso aos mercados institucionais e mais exigentes que pagam melhor preço para produtos que tenham origem em processos de produção ambientalmente corretos, socialmente justos tornando-o economicamente viável.

Ainda da Definição do PG/17, que através da Assistência Técnica e Extensão Rural a “[...] inserção destes agricultores nas cadeias produtivas locais, bem como a criação de outras cadeias [...] que visam melhorar o desempenho econômico da agricultura familiar. Desta forma os agricultores se apropriam, não somente da produção da matéria-prima, mas dos benefícios da produção e sua posterior comercialização[...]” é uma estratégia de agregação de valor ao produto que, combinada com os resultados dos estudos realizados e divulgados por instituições reconhecidas, pode reestabelecer e melhorar as relações comerciais dos produtos agrícolas.

Documento(s) complementar(es) e anexo(s)

<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-agrarias/arroz-na-lama-da-samarco-solo-afetado-em-desastre-pode-ser-cultivado-mas-precisa-de-correcao/>

REC 024/2018

Data: 19/jun/2018

Endereçamento: Conselho Curador / Diretoria

Assunto: Política para atendimento aos produtores rurais

Sumário da recomendação

Elaborar participativamente uma política para reparação e atendimento aos produtores rurais, agrupando os diferentes tipos de atingidos conforme sua localidade e atividades.

Assunto e contexto da recomendação

No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com diversas comunidades, foram recebidos seguidos e preocupantes relatos referentes à reparação de danos e indenizações a produtores rurais. Eles se repetiram tanto no médio quanto no baixo Rio Doce. Baixa qualidade de reconstruções de equipamentos e instalações, deficiências na entrega de alimentos para os animais e água para consumo se somam a denúncias de enfraquecimento e adoecimento paulatino do gado.

A exemplo do procedimento adotado na construção de uma política de reconhecimento de pescadores de fato, unindo representantes dos pescadores a técnicos da Renova, recomenda-se elaborar de forma participativa uma política de atendimento e reparação aos produtores rurais, se não para todos os aspectos, pelo menos para aqueles mais críticos que ainda não tenham encontrado, no entender dos produtores atingidos, encaminhamento consistente nos programas de restauração em curso.

Resposta:

Data: 16/jan/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

- Pautada pelo TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC), a FUNDAÇÃO RENOVA entende que as reparações socioeconômica e socioambiental compreendem medidas e ações com o objetivo de recuperar, mitigar, remediar e/ou reparar, incluindo indenizações, impactos advindos do rompimento da Barragem de Fundão, tendo como referência a situação anterior ao evento. Para tal, o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17) tem como escopo a reparação e adequação socioambiental e socioeconômica das propriedades rurais impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

- O programa tem como objetivo promover a retomada das atividades agropecuárias dos produtores rurais impactados, localizados na Área Ambiental 1, considerando o contexto ambiental, econômico, social e cultural em que estão inseridos, sob o enfoque do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Detalhamento da resposta

- Como processo de participação e controle social das atividades de adequação socioeconômica e ambiental, aplicar-se-ão metodologias participativas de diagnóstico e planejamento individual com base em estudos a nível de bacia hidrográfica (ZAP-ISA-PASEA). Serão ainda conduzidos estudos de oportunidades de restauração florestas nativas envolvendo todos os atores do território para elaboração de planos regionais de forma participativa e validação de diretrizes e objetivos como foco no desenvolvimento rural sustentável. Este processo procura dar legitimidade às ações do programa e trazer todos os olhares sobre a expectativa de melhoria nas áreas de influência para convergência de objetivos comuns dentro da estratégia de atuação do programa.

- Em encontros específicos, serão discutidas questões de interesse comum vinculadas ao desenvolvimento rural (de caráter reparatório ou compensatório) por meio de metodologia flexível adaptada a cada realidade. Nestes eventos pretende-se reunir organizações da sociedade civil, poder público, representantes da indústria e comércio entre outros atores em um esforço comum de diálogo positivo para melhoria da qualidade de vida e condições ambientais para todos.

- Para atendimento ao objetivo do Programa foram definidos eixos de atuação estratégicos com base na abordagem integrada da propriedade rural,

considerando a família como protagonista das ações e o fomento a políticas públicas que promovem práticas agrícolas sustentáveis de uso e ocupação do solo.

Eixos de Atuação	Objetivo
Recuperação Ambiental e Fomento à Produção Sustentável	Integrar as ações de cunho emergencial e reparatório às ações estruturantes com vistas à uma produção agropecuária economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa
Reparação e Adequação de Infraestrutura Rural	Integrar as ações de reparação de infraestruturas diretamente impactadas bem como a instalar novas infraestruturas rurais de apoio às atividades agropecuárias em parceria com o Programa 10 – Recuperação das Infraestruturas Impactadas. Inclui também as ações relacionadas à captação alternativa e armazenamento de água – com relação direta ao Programa 32 – e energias renováveis.
Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária	Prover Assistência Técnica e Extensão Rural seguindo as diretrizes da Política Nacional de ATER (Lei Federal 12.188/2012) e pesquisas agropecuárias diversas. Inclui ações de capacitações, como Dias de Campo, Intercâmbios e Cursos de boas práticas agropecuárias em geral. As ações deste eixo poderão incluir produtores rurais fora das áreas diretamente impactadas. Este eixo é transversal e deverá englobar os diversos temas dos demais eixos/projetos.
Agregação de Valor e Comercialização	Promover iniciativas de beneficiamento da produção agropecuária bem como a inserção e manutenção dos produtos no mercado, com ênfase nos mercados locais. Este Eixo é executado com o Programa 18 – Diversificação da Economia Regional
Gestão e Monitoramento	Gestão e monitoramento das ações. Integram este eixo também, os estudos e análises regionais ou territoriais e gestão da informação.
Adequação Ambiental	Apoio à realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA) – ou seja, as ações previstas no Programa 40 – Fomento ao CAR e PRA - com vistas à redução do déficit ambiental das propriedades rurais impactadas, bem como atividades relacionadas à proteção de nascentes e tratamento de resíduos das propriedades rurais.

Em relação ao parágrafo: “Baixa qualidade de reconstruções de equipamentos e instalações, deficiências na entrega de alimentos para os animais e água para consumo se somam a denúncias de enfraquecimento e adoecimento paulatino do gado”, a Fundação verificará o relato apresentado para as devidas providências, porém, cumpre ressaltar que está em processo de contratação a (s) empresa (s) para reconstrução, construção e reforma de mais de 900 estruturas rurais, onde incluem-se as reformas das estruturas rurais já executadas durante o período emergencial que apresentaram problemas.

A Fundação também conta com uma equipe de assistência técnica e extensão rural – ATER formada por veterinários, agrônomos e zootecnistas, que já prestaram mais de 2.711 horas de ATER em 2018. Além disso, a Fundação criou o Renova Rebanho, cujo objetivo do Programa é o melhoramento genético do rebanho da região atingida, onde já foram inseminadas 608 matrizes bovinas em 75 propriedades até o momento.

REC 025/2018

Data: 19/jun/2018

Endereçamento: Diretoria

Assunto: Participação da comunidade no planejamento do programa de proteção social

Sumário da recomendação

Garantir o envolvimento das comunidades ainda na fase de planejamento da implantação do programa de proteção social, e não apenas comunicando à comunidade após a definição junto aos poderes municipais.

Assunto e contexto da recomendação

No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com as comunidades da região do médio Rio Doce e Foz do Rio Doce, foi relatada a prática de negociação de ações do programa de proteção social diretamente com representantes de prefeituras, sem envolvimento dos atingidos. Os atingidos expressaram a vontade de participar da fase do planejamento do programa, pois frequentemente as ações definidas não estão de acordo com os anseios das comunidades atingidas.

Resposta:

Data: 04/set/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Resposta do programa de proteção social sobre a recomendação do Conselho Consultivo para garantir o envolvimento das comunidades ainda na fase de planejamento da implantação do Programa de Proteção Social, e não apenas comunicando a comunidade após a definição junto aos poderes municipais.

No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com as comunidades da região do médio Rio Doce e Foz do Rio Doce, foi relatada a prática de negociação de ações do Programa de Proteção Social diretamente com representantes de prefeituras, sem envolvimento dos atingidos. Os atingidos

expressaram a vontade de participar da fase do planejamento do programa, pois frequentemente as ações definidas não estão de acordo com os anseios das comunidades atingidas.

Detalhamento da resposta

Em resposta às recomendações deste Conselho e de forma alinhada às novas deliberações aprovadas no novo TAC de Governança, o Programa de Proteção Social vem esclarecer que, dentro das estratégias para a execução das ações previstas estão a realização de oficinas nos municípios impactados com as equipes técnicas dos CRAS e CREAS, onde será proposta a participação da população atingida por meio de grupos focais que, dentre outras atividades, irão atuar na construção das “árvores de problemas” e “árvores de objetivos”, contribuindo para análise de percepção, onde os resultados serão utilizados para otimização e condução dos projetos prioritários de proteção social. Estas ferramentas são importantes para o levantamento das vulnerabilidades surgidas e/ou agravadas em consequência do rompimento da barragem e nortearão o planejamento do programa na execução dos planos de ação dentro dos municípios nos próximos anos.

O programa considera que essa participação é de extrema relevância e que certamente contribuirá na elaboração de ações efetivas, que estejam de acordo com os anseios da população atingida.

A Fundação Renova agradece ao Conselho Consultivo pela atenção dedicada ao tema e a contribuição positiva na construção de soluções aos transtornos causados na tragédia.

REC 026/2018

Data: 19/jun/2018

Endereçamento: CIF

Assunto: Esclarecimento às comunidades pesqueiras sobre o Seguro Defeso

Sumário da recomendação

Emitir um esclarecimento às comunidades pesqueiras quanto ao direito de

recebimento do seguro defeso pelos pescadores que recebem o auxílio financeiro emergencial.

Assunto e contexto da recomendação

O seguro defeso é um benefício concedido ao Pescador Profissional Artesanal durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação das espécies, conforme disposto na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. No decorrer das visitas e diálogos do Conselho Consultivo com as comunidades da região do médio Rio Doce e Foz do Rio Doce, foram relatadas situações em que o INSS se exime de pagar o Seguro Defeso aos pescadores ressarcidos com recursos emergenciais e indenizações pela Renova). A dúvida maior é sobre o direito ao benefício aos pescadores que recebem o cartão de auxílio emergencial da Fundação Renova.

Como fórum em que o poder público se faz representado, recomenda-se ao CIF que obtenha o equacionamento dos direitos legais dos pescadores junto aos órgãos responsáveis, e emita esclarecimentos a eles quando tal ocorrer.

Resposta: não houve até a produção deste relatório

REC 027/2018

Data: 24/ago/2018

Endereçamento: Conselho Curador / Diretoria / CIF

Assunto: Comunidade de Barra Longa

Sumário da recomendação

Em sua reunião de 24/08/2018, o Conselho Consultivo recomenda, a partir de aprovação unânime dos seus conselheiros, à diretoria da Fundação Renova:

i. Devido à proximidade do período chuvoso, tomar todas as providências necessárias e cabíveis para a remoção imediata de suas casas em situação de risco, de todas as 30 famílias de Barra Longa que assim o pleiteiam, independentemente da comprovação denexo causal com o rompimento da barragem de Fundão ou com as operações de máquinas e equipamentos nas ações de reparação.

ii. Viabilizar, de acordo com a demanda da comunidade de Barra Longa recebida em reunião com o Conselho Consultivo em 22/08/2018, uma reunião imediata com a presença do Sr. Roberto Waack, para o encaminhamento de processos decisórios sobre as demandas e sobre o relacionamento de equipe de frente com os atingidos e com o poder público.

Assunto e contexto da recomendação

A presente recomendação tem base nas prerrogativas do Conselho, estabelecidas no TTAC, cláusulas 217, 218, 219 e 220 e no Estatuto da Fundação Renova, e consideram:

- A escuta realizada em reunião na comunidade de Barra Longa em 22/08/2018;
- A declarada situação de vulnerabilidade de 30 famílias moradoras de áreas de risco, conforme pleito formalmente apresentado com alegação de nexocausal com as obras de restauração na localidade;
- Que o clima de hostilidade vivenciado pelos conselheiros na referida comunidade poderá ter desdobramentos extremamente negativos e imprevisíveis para a Fundação Renova, com riscos à integridade física dos seus funcionários;
- A crise de credibilidade instalada em decorrência da forma de agir das equipes das frentes de serviços e da diretoria da Fundação Renova, relatadas e alegadas pelos participantes da reunião de 22/08/2018;
- A necessidade de aproximação, intensificação e solidificação do relacionamento com a comunidade, com as organizações sociais e com o poder público (executivo e legislativo) de Barra Longa.

Resposta:

Data: 19/jun/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

A remoção imediata de suas casas em situação de risco, para todas as 30 famílias que pleitearam, será realizada antes do período das chuvas e viabilização de reunião com a Sra. Andrea Aguiar Azevedo, Diretora de Participação e Engajamento da Fundação Renova em Barra Longa.

Detalhamento da resposta

Em assembleia, em 28/08, com a Comissão de Atingidos, foi firmado o acordo para o deslocamento e alocação de cerca de 30 famílias em situação de risco, com remoção imediata. Temos 15 casas selecionadas, com contrato em elaboração e abertura de RC, outras 7 casas em vistoria e negociação e pendentes 8 casos em que a família não apresentou imóveis e que será proposto pela FR. A previsão de remoção das famílias em questão está prevista para antes do período das chuvas, visando mitigar os riscos relacionados.

Foi viabilizada, conforme a demanda da comunidade de Barra Longa, uma reunião com a presença da Sra. Andrea Aguiar Azevedo, Diretora de Participação e Engajamento da Fundação Renova, para o encaminhamento de processos decisórios sobre as demandas e sobre o relacionamento de equipe de frente com os atingidos e com o poder público. O agendamento será realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Barra Longa.

REC 028/2018

Data: 18/jul/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Abastecimento de água definitivo para comunidade de Entre Rios

Sumário da recomendação

Criar um grupo de estudo para buscar alternativa para o abastecimento de água definitivo da comunidade de Entre Rios considerando a situação fundiária existente.

Assunto e contexto da recomendação

Durante visita do Conselho Consultivo em Entre Rios, a comunidade relatou que está com dificuldade de recebimento de água potável em suas casas, pois o caminhão pipa não consegue chegar as residências devido as estradas danificadas.

Atualmente a comunidade é atendida pela Fundação Renova com o abastecimento de água através de caminhão pipa e água mineral, esta deveria ser apenas uma medida emergencial, por esse motivo, faz-se necessário que se dê uma solução definitiva para essa comunidade.

Foi esclarecido ao conselho consultivo pela Fundação Renova que a comunidade de Entre Rios está em uma área de invasão, grande parte da área pertence a uma família conhecida da comunidade, mas que a outra parte foi adquirida, através de leilão judicial, pela Empresa União, tendo sido invadida por novas famílias e que estas famílias estão assentadas em área de preservação permanente, e por isso dificilmente a Fundação Renova conseguirá as licenças para qualquer tipo de obra na região.

Resposta:

Data: 18/dez/2018

Sumário da resposta (assunto e contexto)

Criação de um grupo de estudo para buscar alternativa para o abastecimento de água definitivo da comunidade de Entre Rios considerando a situação fundiária existente.

Detalhamento da resposta

Visando agilidade na solução, em substituição à criação de um grupo de estudo foi contratado um diagnóstico do sistema de abastecimento de água (SAA) da localidade de Entre Rios/ Linhares/ES, com apresentação de propostas para adequação desse SAA.

O Diagnóstico apontou a situação atual do SAA, com destaque para o fato de que a localidade não é atendida por nenhum prestador de serviço de abastecimento de água, ou seja, o SAAE-Linhares não é concessionária dessa localidade, além da área estar sujeita a inundações, em ocasiões de cheias no rio Doce.

O projeto conceitual de um SAA definitivo (fase preliminar, anterior aos projetos básico e executivo, e à implantação das obras) está em fase de contratação, com previsão de entrega na segunda quinzena de janeiro de 2019.

REC 029/2018**Data: 18/jul/2018****Endereço: CIF/CTOS****Assunto: Risco de sobrepesca****Sumário da recomendação**

Que o CIF se posicione frente à SEAP no sentido de praticar maior rigor e fiscalização na emissão de RGP's devido ao risco de sobrepesca no Rio Doce.

Assunto e contexto da recomendação

Visando a preocupação com a grande quantidade de pessoas que estão solicitando RGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira) /Protocolos nas colônias de pescadores face a “garantia” de o pescador estar documentado e por isso ter facilidades para receber benefícios futuros da Fundação Renova.

O conselho consultivo pede atenção para a emissão das carteirinhas de pescador artesanal, em relação a capacidade produtiva do Rio Doce, seus afluentes e faixa litorânea. A emissão de muitos RGP's pode ocasionar sobrepesca (a pesca acima do limite de reposição).

Resposta: não houve até a produção deste relatório**REC 030/2018****Data: 19/out/2018****Endereço: Diretoria****Assunto: Pagamento de Lucro Cessante****Sumário da recomendação**

Alterar o pagamento do lucro cessante em parcelas mensais junto ao pagamento do AFE, não acumulando o pagamento anualmente como acontece atualmente.

Assunto e contexto da recomendação

Em atenção ao pedido realizado pela Associação de Pescadores de Regência, o conselho consultivo recomenda que a Fundação Renova execute o pagamento mensal do lucro cessante junto ao pagamento do AFE, visando aumento da renda do pescador que hoje está proibido e/ou não tem confiança na qualidade do peixe do Rio Doce.

Resposta:**Data: 21/dez/2018****Sumário da resposta**

Como é de conhecimento do Conselho Consultivo, a proposta original de indenização aos pescadores profissionais artesanais era composta pela projeção do lucro cessante, o qual seria estimado por um determinado período e pago integralmente em parcela única, no momento da celebração do acordo com o Programa de Indenização Mediada – PIM.

Detalhamento da resposta

Contudo, em 23.10.17, o Comitê Interfederativo (CIF) emitiu a Deliberação de nº 119, que obsteu o pagamento dos lucros cessantes na forma proposta pela Fundação Renova e determinou que “a indenização do Lucro Cessante será feita mediante assinatura de quitação parcial, posto que haverá lucros cessantes a ocorrer que deverão ser indenizados no futuro”.

A Deliberação de nº 119 ainda especificou que deveria ser realizado “pagamento periódico do lucro cessante”, o que impediu fosse o lucro cessante pago integralmente em parcela única, como a Fundação Renova havia proposto aos pescadores.

Nesse contexto, a Fundação Renova esclarece que adotou o pagamento dos lucros cessantes na periodicidade de 1 (um) ano em cumprimento à Deliberação de nº 119.

REC 031/2018**Data: 13/nov/2018**

Endereçamento: CIF

Assunto: Abastecimento de água na Foz

Sumário da recomendação

Recomendamos que as comunidades da Foz do Rio Doce (Povoação, Regência, Areal e Entre Rios) sejam imediatamente atendidas em sua demanda de água para as escolas e creches, higiene, uso doméstico e consumo, observando as particularidades de cada localidade.

Assunto e contexto da recomendação

O fornecimento de água na Foz do rio Doce foi interrompido, causando prejuízos de toda natureza para as atividades que dela dependem. Os maiores prejuízos estão se dando nas famílias, escolas e creches.

Resposta:

Data: 18/dez/2018

Sumário da resposta

Atendimento imediato às comunidades localizadas na foz do rio Doce – Regência, Povoação, Areal e Entre Rios, em demandas das escolas e creches, higiene, uso doméstico e consumo, conforme as particularidades de cada uma.

Detalhamento da resposta

O abastecimento de água nas localidades da foz do rio Doce ocorre de forma rotineira, sem interrupção, a não ser quando o acesso a essas comunidades é prejudicado/paralisado por falta de condições de tráfego, em virtude de chuvas intensas na região. Isso acontece porque todas elas, à exceção de Povoação, ainda estão na dependência do abastecimento de água por meio de caminhões-pipa ou por meio de fornecimento de água mineral, conforme as seguintes particularidades:

- Regência: embora a ETA já tenha sido oficialmente entregue ao SAAE-Linhares, e já esteja em condições operacionais adequadas, é mantido o abas-

tecimento de água por meio de caminhões-pipa porque a concessionária e a população do distrito resistem ao uso da água do poço tubular que poderia alimentar a ETA, em função do seu sabor desagradável ao paladar (água salobra), pelo teor de cloreto (o parâmetro está em conformidade com a legislação – Portaria de Consolidação nº 5 - Anexo XX). A Fundação Renova está em tratativas com o SAAE-Linhares para que possa ser admitida a blendagem de 50% da água fornecida por essa concessionária com 50% da água do poço tubular, após tratamento na ETA de Regência, uma vez que testes demonstraram que, assim, o teor de cloreto diminui bastante, reduzindo para níveis imperceptíveis o sabor desagradável da água salobra. Em dezembro de 2018 foi perfurado um segundo poço tubular, que se encontra em fase final de testes (teste de bombeamento e análise da qualidade de água). Caso a água desse poço seja de boa qualidade, o distrito poderá utilizá-lo como fonte alternativa de água, considerando-se a premissa de que a captação principal, para o distrito de Regência, deve ser realizada no rio Doce.

Povoação: essa localidade foi objeto de um diagnóstico recentemente realizado pela Fundação Renova, para avaliação do seu sistema de abastecimento de água, operado pelo SAAE-Linhares, e para a melhoria desse SAA está sendo contratado o projeto conceitual, que precede o projeto básico, o projeto executivo e a implantação das obras. Não há informações sobre desabastecimento de água no sistema coletivo de Povoação.

Areal: essa localidade também foi objeto de um diagnóstico recentemente realizado pela Fundação Renova, para avaliação do seu sistema de abastecimento de água, e para a melhoria desse SAA está sendo contratado o projeto conceitual, que precede o projeto básico, o projeto executivo e a implantação das obras. Apesar do SAAE-Linhares ter ali instalado um SAA (poço tubular + reservatório elevado de 10.000L), em 2012, ele não entrou em operação, e atualmente não há um sistema público de abastecimento de água para Areal. A comunidade tem sido abastecida com cerca de 5.800 litros/mês de água mineral.

Entre Rios: essa comunidade encontra-se bem próxima ao distrito de Regência, e não tem seu sistema de abastecimento público de água. Atualmente está sendo abastecida com cerca de 80.000 litros/mês de água tratada, oriunda da

ETA de Linhares e transportada por meio de caminhões-pipa, como recebe também cerca de 1640 litros/mês de água mineral. O sistema de abastecimento de água em Entre Rios também foi objeto do diagnóstico elaborado em outubro de 2018, para o qual está sendo contratado o projeto conceitual, que precede o projeto básico, o projeto executivo e a implantação das obras.

REC 032/2018

Data: 13/nov/2018

Endereço: Diretoria / CIF/ CTSHQA

Assunto: Criação de um laboratório macrorregional especializado

Sumário da recomendação

Iniciar um procedimento de abertura de Edital que cubra o teor do projeto da UFJF, que visa a criação de um laboratório macrorregional especializado em análises químicas e físico-químicas de amostras de águas provenientes de diferentes fontes, para atendimento dos municípios de Governador Valadares e municípios próximos, incluindo montagem, funcionamento e calibração dos equipamentos imprescindíveis ao monitoramento de parâmetros de qualidade de águas. O objetivo principal do referido projeto é a capacitação profissional.

Assunto e contexto da recomendação

Os objetivos com esse laboratório macrorregional seriam:

- i. Analisar amostras de água do Rio Doce em diferentes pontos e em diferentes períodos do ano, determinando os parâmetros físico-químicos bem como as concentrações de elementos químicos inorgânicos e compostos orgânicos estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/2005.
- ii. Analisar amostras de poços;
- iii. Analisar amostras de água produzidas em ETAs da região;
- iv. Analisar amostras de água mineral comercializadas na região;
- v. Comparação da qualidade das águas provenientes de diversas fontes, no sentido de atuar de forma educativa junto às comunidades locais na desmistificação de que a qualidade de água tratada nas ETAs é inferior à de outras fontes.

- vi. Formar recursos humanos aptos para atuar em atividades inerentes a análises de águas.

Resposta: não houve até a produção deste relatório

REC 033/2018

Data: 13/nov/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Abastecimento de água na Foz_v2

Sumário da recomendação

Recomendamos que a Fundação Renova realize estudos e testes de blend (mistura) das águas, como solução temporária para encontrar o equilíbrio do percentual entre a água do poço tratada pela ETA de Regência com a água entregue pelo caminhão pipa. E que a Fundação Renova forneça laudos que garantam ao SAAE-Linhares a distribuição de água não salobra após o blend.

Assunto e contexto da recomendação

O fornecimento de água na Foz do rio Doce tem causado prejuízos de toda natureza para as atividades que dela dependem. Os maiores prejuízos estão se dando nas famílias, escolas e creches. As comunidades da Foz do Rio Doce necessitam imediatamente de atendimento em sua demanda de água para as escolas e creches, higiene, uso doméstico e consumo.

O abastecimento de água em Regência atualmente ocorre 100% por caminhão pipa e com o período chuvoso, as estradas ficam ruins, o que impossibilita ou atrasa esse abastecimento.

De acordo com as informações do PG32 da Fundação Renova, a ETA de Regência foi entregue ao SAAE apta para operação em abril/2018, porém devido ao fato de água tratada ser salobra e apresentar gosto desagradável, a SAAE de Regência se recusa a distribuir a água para a comunidade.

Resposta:

Data: 20/dez/2018

Sumário da resposta

No intuito de diminuir a salinidade da água, a Fundação Renova realizou análises de potabilidade de blends da água da ETA com a água dos pipas (que veem da ETA da Linhares sede).

Os resultados foram apresentados ao SAAE no dia 19 de dezembro de 2018 e foi acordado que a 50% de mistura o cloreto (que é o parâmetro que confere gosto salobro) ficou em torno de 130 mg/L, o que é bastante aceitável, uma vez que o SAAE distribui águas com teores semelhantes de cloretos em outras localidades.

Assim, a partir de janeiro as blendagens começarão a ser realizadas e o monitoramento continuará a ser executado para garantir a qualidade da água.

Detalhamento da resposta

O poço que abastece Regência desde antes do rompimento da barragem possui alto teor de cloreto na água bruta. Este parâmetro confere gosto salobro à água e, uma vez que água é tratada, a necessidade de cloração da água faz com que os valores de cloretos aumentem um pouco mais, levando os resultados deste parâmetro ao limite da legislação de potabilidade, 250 mg/L (Portaria de Consolidação nº5, Anexo XX, do Ministério da Saúde). Muito embora os resultados alcançados de cloretos na água tratada não causem problemas de saúde, por estarem ainda dentro dos limites da legislação, o gosto da água fica desagradável.

Dessa forma, o SAAE não permitiu que a Fundação Renova distribuisse a água tratada da ETA em Regência e, assim, os caminhões pipa continuam a levar água à comunidade. No entanto, a Fundação Renova precisa continuar com o tratamento da água na ETA para garantir o funcionamento da mesma e comprovar a tratabilidade da água e, uma vez que a água não está sendo distribuída, não há outra forma a não ser dispô-la de volta ao ambiente. Ou seja, água potável está sendo jogada fora.

Soma-se a este problema que o abastecimento por pipas é inseguro e não garante o abastecimento contínuo, uma vez que algumas vezes, devido às condições da estrada no período chuvoso, os caminhões não conseguem chegar à comunidade. Além disso, a circulações de caminhões causam transtorno à comunidade.

Pensando numa solução estratégica que resolvesse os problemas de abastecimento de Regência, a Fundação Renova propôs ao SAAE a mistura das águas da ETA e dos pipas, para diminuir os teores de cloretos e, assim, poder utilizar a água tratada na ETA de Regência e diminuir a circulação de caminhões e a insegurança da distribuição.

Assim, foram realizadas blendagens nas seguintes porcentagens: 20%, 30%, 50%, 70% e 80% de água da ETA, no intuito de conhecer os resultados de cloretos. Os resultados estão apresentados em anexo.

Os resultados foram apresentados ao SAAE no dia 19 de dezembro de 2018 e foi acordado que a 50% de mistura o cloreto (que é o parâmetro que confere gosto salobro) ficou em torno de 130 mg/L, o que é bastante aceitável, uma vez que o SAAE distribui águas com teores semelhantes de cloretos em outras localidades.

O SAAE entendeu que tecnicamente a blendagem de 50% é aceitável, mas solicitou que o MPES concorde com essa ação. Assim, a Fundação Renova entrou em contato com a promotora Dra. Mônica, que concordou verbalmente e, tão logo retorne do recesso do judiciário, formalizará esta questão.

Em janeiro a Fundação e o SAAE convocarão uma reunião com a comunidade de Regência para explicar em detalhes e deixar a população tranquila quanto à potabilidade da água da ETA e quanto às ações de blendagem.

A seguir as blendagens começarão a ser realizadas gradativamente: 20% durante 15 dias, 30% durante os próximos 15 dias e, a partir daí 50% de mistura. Ressalta-se que o monitoramento continuará a ser realizado diariamente para garantir a qualidade da água.

REC 034/2018

Data: 10/dez/2018

Endereço: Diretoria

Assunto: Aplicativo para divulgação dos dados de qualidade de água do rio Doce

Sumário da recomendação

Na reunião de 10/12/2018, o Conselho Consultivo se ocupou com debates

sobre formas de divulgação de indicadores de qualidade da água do rio Doce. A falta de acesso pela população ribeirinha a tais informações leva à descon-fiança quanto a seu uso para consumo humano, mesmo após tratamento. Da mesma forma, atividades como a pesca, a irrigação de lavouras e a pecuária se ressentem da falta de acesso a essas informações.

Assunto e contexto da recomendação

Devido à necessidade de disseminação ampla de informações precisas, fide-dignas e atualizadas aos diferentes públicos, recomendamos que a Fundação Renova desenvolva e disponibilize aplicativo de celular que permita acesso aos indicadores de qualidade da água do rio Doce, com características de fácil interpretação e entendimento pela população.

Resposta: não houve até a produção deste relatório

Análise das Respostas às Recomendações

Data: 21/set/2018

Número	Título da Recomendação	Avaliação Conselho Consultivo
001/2017	Participação nas reuniões do CIF	Recomendação atendida
002/2017	Avaliação de melhorias no âmbito da execução do PIM	Recomendação parcialmente atendida Permanece em aberto, porque a estrutura montada não corrigiu as falhas no processo. Solicitamos uma discussão com os gestores do PIM para avaliação do desempenho do processo.
003/2017	Cronograma de projetos anunciados nas comunidades	Recomendação atendida
004/2017	Divulgação dos valores dos vencedores em processos de licitação	Recomendação não atendida Seria possível informar ao conselho um indicador periódico para demonstrar os resultados da política praticada?
005/2017	Para as ações de restauração priorizar a contratação de empresas e pessoas locais	Recomendação em desenvolvimento. O monitoramento desta recomendação deve continuar. Devido as pendências em alguns territórios.
006/2017	Mudança de procedimentos de pagamento de indenizações a atingidos que alegam mais de uma razão para indenização	Recomendação em desenvolvimento. Necessita de acompanhamento.
007/2017	Criação de centros de reprodução de peixes	Recomendação em desenvolvimento. O monitoramento desta recomendação deve continuar. Solicitamos o status dessas ações
008/2017	Prevenção de invasões e favelização das comunidades após seu reassentamento	Recomendação em desenvolvimento. Requer acompanhamento

Número	Título da Recomendação	Avaliação Conselho Consultivo
009/2017	Prazo de pagamento do PIM	Recomendação em desenvolvimento. Requer acompanhamento posterior.
010/2017	Comunicação de projetos e indenizações às comunidades da foz	Recomendação em desenvolvimento. Requer acompanhamento
011/2017	Presença dos Conselheiros da foz em eventos locais	Recomendação não atendida Evidências recentes mostram que a deficiência permanece. Solicitar mais informações: Foi implantada rotina administrativa? Foram definidos prazos de antecipação?
012/2017	Cultura de cacau nas ilhas e comunidades ribeirinhas	Recomendação não atendida, solicitar mais informações. 1) Considerar as características das ilhas da foz do Rio Doce. 2) Envolver as comunidades no diálogo do processo de construção da proposta. 3) Considerar a urgência na solução deste problema, devido ao fato de haver decorridos 3 anos do evento de rompimento da barragem de fundão ainda se encontra no terreno das intenções.
013/2017	Divulgação da qualidade da água na foz	Recomendação não atendida, solicitar mais informações. O mecanismo de divulgação das informações da qualidade da água não atende à recoemndação.
014/2017	Conselheiros consultivos suplentes	Recomendação não atendida
015/2017	Suspeita de privilégios para pescadores assistidos por advogados, no PIM	Recomendação não atendida
016/2017	Indenização e adiantamento urgente aos comerciantes de Povoação	Recomendação parcialmente atendida. Solicitar mais informações
017/2017	Conselho ou Comitê Local em Povoação	Recomendação não atendida.
018/2017	Gestão do Conhecimento	Recomendação não atendida - solicitar mais informações. Sugerimos a realização de uma reunião para esclarecer a recomendação.
019/2017	Atividades de pesquisa e disponibilização de dados para pesquisa	Recomendação não foi atendida, mas deve continuar, é necessário buscar novos caminhos para apresentação dos dados. Concluiu-se que a recomendação deve retornar ao Conselho Curador
001/2018	Licenciamento ambiental dos reassentamentos	Recomendação atendida
002/2018	Capacitação associada ao Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	Recomendação em desenvolvimento. Requer acompanhamento. Solicitar informações sobre as razões da ABES declinar.

Número	Título da Recomendação	Avaliação Conselho Consultivo
003/2018	PG32 - Fontes hídricas alternativas, em especial à adutora de Governador Valadares	Recomendação não atendida. Exemplo a não ser seguido em outros projetos. ENCAMINHAR AO DESTINATÁRIO (CIF) PARA QUE O MESMO SE POSICIONE OFICIALMENTE
004/2018	Descrença das populações com relação à qualidade da água do Rio Doce e a recusa de utilizá-la.	Recomendação não respondida pelo destinatário (CIF). Colocar manifestação do CIF
005/2018	Capacitação de novos gerentes de território	Recomendação não atendida. Solicitar mais informações.
006/2018	Pauta do Conselho Consultivo nas reuniões do CIF	Recomendação atendida
007/2018	Pacto de compromissos comuns - Legado e visão estratégica	Recomendação não atendida. Solicitar mais informações.
008/2018	Restauração dos rios tributários a montante das captações alternativas e nas cabeceiras da calha do Rio Doce	Recomendação em desenvolvimento, requer acompanhamento. Solicitar mais informações sobre o diálogo com o CBH Doce.
009/2018	Relacionamento com produtores rurais	Recomendação em desenvolvimento, requer acompanhamento. Acelerar o processo de recuperação e indenização dos produtores.
010/2018	Distorções dos pagamentos do PIM	Recomendação em desenvolvimento i) parcialmente atendida, pois não foi feita nenhuma investigação além das denúncias recebidas pela ouvidoria; ii) recomendação atendida; iii) recomendação atendida; iv) recomendação atendida, requer acompanhamento até o final da fase 2.
011/2018	Reconhecimento de ilheiros como atingidos	Recomendação não atendida. Solicitar mais informações, necessidade de mais esclarecimentos sobre o valor de indenização.
012/2018	Uso de barraginhas para retenção de água nas propriedades	Recomendação atendida
013/2018	Exigência de documentos comprobatórios	Recomendação parcialmente atendida. Concluída
014/2018	Participação do Conselho Consultivo, Gerentes de Território e Comitês de Bacia no plano de comunicação do Projeto de Manejo de Rejeitos	Recomendação não atendida. Solicitar mais informações.
015/2018	Criação de comissão para avaliação da Política de Indenização de Pesca	Recomendação em desenvolvimento. Falta evoluir o processo de aprovação que se encontra na análise do conselho curador. O CCO deve se manifestar ao conselho curador, cobrando um posicionamento, pois os conselheiros se expõem a questionamentos e os pescadores se encontram em suspensos e gerando conflitos. Falta a construção da política de indenização da cadeia produtiva da pesca

Número	Título da Recomendação	Avaliação Conselho Consultivo
016/2018	Criar um grupo de diálogo com os atingidos identificados que receberam pagamentos duplicados	Recomendação atendida
017/2018	Reconhecimento comunitário para validação de cadastros	Recomendação não foi respondida
018/2018	Apresentação dos dados da qualidade da água e do pescado	Recomendação não atendida, Solicitar mais informações
019/2018	Disponibilização de equipamentos para aprimorar o trabalho do Consultivo	Recomendação atendida
020/2018	Comunicação da retomada da atividade pesqueira	Recomendação parcialmente atendida. Requer acompanhamento.
021/2018	Priorização da região da Foz no programa de Turismo	Recomendação não atendida
022/2018	Qualidade da água tratada pelos sistemas de abastecimento	Recomendação em desenvolvimento, requer acompanhamento. Efetividade no acompanhamento e atendimento das demandas das comunidades sobre a qualidade da água distribuída.
023/2018	Qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores e pecuaristas	Recomendação não foi respondida
024/2018	Política para atendimento aos produtores rurais	Recomendação não foi respondida
025/2018	Participação da comunidade no planejamento do programa de proteção social	Recomendação parcialmente atendida. Requer monitoramento e acompanhamento, permanecer em aberto. Necessidade de um aior envolvimento da comunidade na construção da proposta
026/2018	Esclarecimento às comunidades pesqueiras sobre o Seguro Defeso	Recomendação não foi respondida
027/2018	Comunidade de Barra Longa	Recomendação não foi respondida



Cartas

Carta Aberta do Conselho Consultivo ao Ministério Público

Assunto: Posicionamento do Conselho Consultivo da Fundação Renova quanto à minuta de Termo de Ajuste de Conduta, em preparação

Este documento foi preparado com base nas considerações dos conselheiros consultivos, em resposta a solicitação do coordenador do Conselho Consultivo, em 07/03/2018. Na oportunidade, os conselheiros receberam cópia de arquivo encaminhado pela secretária do procurador do MPF, dr. José Adércio. Encaminharam considerações os conselheiros José Rivelli, Rogério Siqueira, Hernani Santana, Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza e Carlos Sangalia.

Ao criar e empoderar Comissões Locais, Fórum de Comissões Locais e Fórum de Observadores, a proposta esvazia as atribuições do Conselho Consultivo, e, mesmo mantendo-o, não acrescenta orientações de como integra-lo ao sistema de governança nos territórios atingidos; ao contrário, praticamente esgota-as. Alguns conselheiros manifestaram que, mantido o texto como está, não faz sentido existir o Conselho Consultivo, que passaria a ter papel coadjuvante e com atribuições conflitivas com as das Comissões Locais e dos Fóruns.

Os conselheiros consultivos temem que o tamanho e a complexidade propostos pelo novo acordo travem ainda mais os processos de representação e decisão, gere mais gastos com atividades meio e não ajude, de fato, na melhoria da situação atual. Os caminhos coletivos ficariam bem mais tortuosos e sujeitos a manipulações diversas: interesses parciais, sectários ou pessoais, poderão se sobrepor aos da maioria, até mesmo de forma ilegal; injunções políticas encontrarão campo fértil de manobras; espaços de debate sem legitimidade comunitária gerarão oportunidades de conflitos improdutivos; ao contrário de representar e reforçar, os papéis propostos aos novos atores podem tutelar as comunidades.

De forma bem direta, alguns conselheiros, impactados e que vivem nos terri-

tórios, interpretam que o documento se inspira e valida o que desenharam e propuseram o MAB, o Fórum do Rio Doce e outros “movimentos” que, nas suas palavras, vêm utilizando os impactados ao MPF. As Comissões Locais seriam uma continuidade de comissões que o MAB criou em vários locais, com processo e formação muito questionáveis – muitos membros de tais comissões nunca colocaram o pé no Rio Doce e “na lama”. O mesmo pode ser dito do Fórum de Comissões Locais, que passaria a ser o grande protagonista, juntamente com as Comissões Locais.

As novas composições de instâncias coletivas são importantes, especialmente pela participação dos impactados no CIF, nas Câmaras Técnicas e nos Conselhos Consultivo e Curador, mas que a eleição dos representantes se dê de outra forma, pois, como está proposto, o Fórum de Comissões Locais será supremo, sem contrapartidas garantidoras da efetiva representação. Quando se coloca que os representantes dos impactados deverão estar acompanhados de assessorias técnicas, pode acontecer de “serem conduzidos”, dependendo da forma como vá se dar. Nada garante que pessoas atualmente componentes do Conselho Consultivo sejam mantidas, mas substituídas por pessoas indicadas pelo Fórum, que ainda poderiam não ser impactados de fato.

Na forma atual, o Conselho Consultivo tem uma composição mais sistêmica e holística de entidades e da população da Bacia, o que o habilita a ser empoderado como ponto a partir do qual Comissões Locais podem ser constituídas e, então, articuladas. Por exemplo, a proposta de criação de uma Comissão Local em Povoação foi objeto de uma Recomendação do Conselho Consultivo, e vem sendo trabalhada a partir desta fonte, em processo negociado com a comunidade.

Uma forma mais racional de melhorar a participação da sociedade na governança seria considerar, como Comissões Locais, os Comitês de Bacia Hidrográficas e, como Fórum de Comissões Locais, o CBH Doce. Conforme conhecemos, os CBH são instituídos por lei e têm representantes de toda a sociedade, eleitos democraticamente.

Seguem considerações endereçadas ao conteúdo do documento:

1) Cláusula 5ª, parágrafo 1º: ao estabelecer que os representantes indicados para as Câmaras Técnicas Socioambientais deverão ter formação técnica adequada, cria certa incompatibilidade com as cláusulas 10ª e 15ª, pois nem sempre há atingidos com formação técnica adequada.

2) Cláusula 10ª: diz que os integrantes serão, obrigatoriamente, atingidos definidos pelas próprias Comissões Locais. Como se dará isto se elas não existirão sem os membros? Tem que ser definida outra maneira de indicar os integrantes para então instalar as Comissões Locais no prazo de 6 meses.

Os incisos do Parágrafo 4º estabelecem as atribuições das Comissões Locais que, por sua vez, criam duplicidade com as do Conselho Consultivo ou o enfraquecem.

3) Cláusula 17ª, Parágrafo único, Inciso II: falta especificar a hospedagem quando necessária.

4) Cláusula 20ª: omite a Fundação Renova, que deve fazer parte.

5) Cláusula 22ª: cria a figura do FÓRUM DE OBSERVADORES, de natureza consultiva, cujos objetivos, de certa forma, criam duplicidade ou enfraquecem o Conselho Consultivo.

6) Cláusula 22: sugere-se substituir o Fórum de Observadores por um Fórum de Comitês constituído por 3(três) representantes de cada Comitê de Bacia Hidrográfica estadual, sendo 1(um) de cada segmento, o que totaliza 36 pessoas.

7) Cláusula 27ª, parágrafo único: explicita que as atividades dos membros do Fórum serão voluntárias e as despesas arcadas por seus integrantes. A proposta é incompatível com uma atividade voluntária.

8) Cláusula 32ª: aumenta o número de membros do Conselho Consultivo, o

que é positivo. Parece incoerente quando, ao mesmo tempo, se conferem ao Fórum de Observadores, ao Fórum de Comissões Locais e às Comissões Locais, funções que hoje são exercidas e de forma plena pelo CCO.

Sugestão para a composição:

8 representantes dos atingidos (localidades mais impactadas) indicados ou referendados por organizações sociais locais, legalmente constituídas e com representação legítima, sendo:

4 da Foz (2 de Povoação e 2 de Regência Augusta)

2 de Mariana

1 de Rio Doce

1 de Barra Longa

5 representantes do CBH Doce

3 representantes da Academia

1 representante de uma Organização de Direitos Humanos, indicado pelo MP

1 representante de uma Organização de Desenvolvimento Econômico, indicado pela Fundação Renova

2 representantes do MP, sendo um do MPF e outro do MPE

Justificativas:

- Melhor representatividade e maior empoderamento do Conselho Consultivo.

- Eliminação da interferência política na escolha dos representantes.

Parágrafo primeiro: o mandato dos conselheiros é reduzido para 1 ano, mas são permitidas reconduções sucessivas, o que é melhor.

9) Cláusula 34ª: institui reuniões mensais da Diretoria Executiva com representantes do FCL, CCO e CIF, sendo permitida a participação de membros do CCU. Esta proposta também enfraquece o CCO. Julgamos mais produtivo e operante como já ocorre hoje, quando a Diretoria Executiva vem participando ativamente das reuniões do CCO.

10) Cláusula 35ª, parágrafo 4º: incluir o CCO.

- 11) Cláusula 36^a, parágrafo 4^o: incluir o CCO.
- 12) Cláusula 43^a, parágrafo único: incluir o CCO.
- 13) Cláusula 52^a, parágrafo único: altamente positiva a instituição do processo único de repactuação dos programas socioambientais para reparação.
- 14) Cláusula 63^a: altamente relevante, pois coloca um ponto final nas discussões e cria condições adequadas de reconhecimento amplo dos Termos e Acordos anteriores.
- 15) Cláusula 65^a: parece irrelevante à luz da Cláusula 63^a.
- 18) Cláusula 66^a: é altamente relevante que se extingam todas as demais ações.

Carta da Diretoria da Fundação Renova ao Conselho Consultivo

Data: 30/jan/2019

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2019

Caros conselheiros do Conselho Consultivo da Fundação Renova,

Recentemente, tivemos uma reunião da diretoria com a equipe de governança com o objetivo de fazermos uma conversa sobre o papel do Conselho Consultivo, bem como seu valor dentro da estrutura de governança da Fundação Renova. Na ocasião, nos foi apresentado um balanço das lições aprendidas, tanto aquela que os senhores realizaram com a consultora Olívia Braschi, quanto o que foi capturado nas atas das reuniões.

A equipe de governança organizou o resultado desse exercício sobre lições aprendidas categorizando-as entre todas as instâncias de governança da Fundação Renova. Dessa forma, obtivemos comentários e críticas em relação à Diretoria, ao

Conselho Curador, ao CIF, à equipe de governança, aos gerentes de programas e territórios e uma autocrítica que este Conselho fez quanto à sua própria atuação. Reconhecemos todas as críticas que foram apontadas. Mais do que isso, reconhecemos que falhamos. Para nós, foi uma grande lição ter acesso a esses comentários para que possamos melhorar os nossos atuais e futuros trabalhos.

Reconhecemos que vocês, conselheiros, pavimentaram as condições para que o Conselho Consultivo tenha cada vez mais relevância dentro da estrutura de governança do TAC Governança. O Plano de Trabalho que iniciaram, em agosto de 2018, visando ter um mapa do caminho, um mapa do modus operandi e um registro das lições aprendidas é um produto de extrema relevância para que os novos membros desse Conselho consigam instrumentalizar o seu trabalho.

Também admitimos que diversas das propostas que hoje estão consolidadas na Fundação Renova, como é o caso da Política do Pescador de Fato, da criação dos Gerentes de Território, dentro outras, tiveram suas origens nas discussões desse Conselho Consultivo.

É cada dia mais evidente a importância que esse Conselho tem para:

- Influenciar e criticar eventuais disfunções de projetos e programas em planejamento e/ou em curso;
- Propor projetos não previstos;
- Dialogar com os atingidos; e
- Ser um agente catalizador de diálogo e ações.

Declaramos, ainda, o nosso mais profundo respeito e engajamento, disposição e disponibilidade dos senhores em participar e atuar nesse conselho em caráter voluntário.

É por tudo isso que, em nome de toda a Diretoria, quero registrar a nossa imensa gratidão por tudo que fizeram, fazem e farão para que possamos ser o mais bem-sucedidos no processo de reparação e de indenização, e assim

The background of the slide is a composite image. The bottom half shows a close-up of water splashing, with white foam and blue-tinted water droplets. The top half is divided into three vertical sections: the left section has abstract, layered colors of green, blue, and yellow; the middle section is a solid, warm orange-brown color; and the right section shows a blurred, shimmering surface of water with light reflections.

Relatórios

GOVERNANÇA: Lições aprendidas no CCO

Data: 23/11/2018

Projeto: Facilitação das lições aprendidas no Conselho Consultivo

RELATO

Nas reuniões do Conselho Consultivo dos meses de setembro e novembro foram realizadas atividades para provocar, colher e registrar as experiências dos Conselheiros nesta finalização de mandato. Com a transição trazida pelo novo TTAC, as atividades realizadas tiveram o intuito de: 1) elaborar uma reflexão positiva no sentido da autocrítica de cada Conselheiro quanto a sua própria atuação, 2) uma oportunidade de celebração e apreciação do trabalho realizado até aqui; e 3) abrir um espaço para aprimoramento em relação ao novo grupo que irá se formar.

Neste documento transcritas as reflexões e respostas dos próprios Conselheiros na atividade realizada ao final do último encontro do dia 23 de novembro. A atividade se deu a partir de suas perguntas individuais e duas perguntas coletivas:

INDIVIDUAIS:

1) Quais os seus maiores aprendizados como Conselheiro?

- gostar do que faz, porque viver voluntariamente pelo próximo requer além de qualquer indenização;
- saber ouvir; e pensar na representatividade dos atingidos;
- compreender melhor o problema dos impactados em toda a calha do rio doce; e conhecer melhor a estrutura da renova, potencialidades e gargalos;
- visão / gestão colegiada;

- conhecimento da realidade da bacia;
- pluralidade;
- o desgaste foi e é um desafio de ambos os lados, pois a cada dia aprendemos que podemos fazer mais;
- eu não quero que me critiquem, pois vim buscar soluções para os colegas atingidos.

2) O que você teria feito diferente e como?

- evitaria de ficar provando para aqueles que estão vivendo igual a mim, que eu também sou atingida e bebo a mesma água;
- conhecer mais todas as comunidades atingidas; conhecer a realidade atual das áreas através das visitas, relatórios e de outras fontes não convencionais;
- aumentaria o meu envolvimento com os impactados, buscando outros diferenciais;
- dedicar maior tempo, por meio de maior envolvimento com a Renova;
- buscar mais a comunidade;
- Interagindo mais – me envolvendo mais no processo decisório;
- cobrando mais o retorno das reivindicações apresentadas aos responsáveis.

COLETIVAS

1) Quais as sugestões de melhoria deste Conselho dentro da sua autonomia?

- mais visitas técnicas em campo e maior envolvimento com as comunidades;
- participação obrigatória da Diretoria da Fundação em momentos específicos da reunião ordinária;

- respeito ao tempo de fala dos conselheiros, em que todos possam se manifestar em tempo igualitário;
- preocupação na representação, não em questões individuais.

2) Qual mensagem vocês gostariam de deixar para o grupo que se formará em breve?

- exerça na plenitude seu poder de interlocução com os atingidos e com a sociedade civil;
- dar ao CCO as condições necessárias para o pleno exercício de suas atribuições; (ex: não conseguiram visitar outras comunidades, sem estrutura e logística necessária).

- CCO deve ter apoio (logístico e outros) para exercer uma agenda externa;
- prestar atenção nas prioridades e alteração de recursos;
- Fundação Renova não deu a estrutura necessária para fazer os contatos com as bases;
- monitorem e cobrem resultados dos projetos e programas.

As considerações levantadas durante esta atividade estão sendo apresentadas à Governança para que sejam refletidas para os próximos passos, bem como pensando em uma conexão com o grupo que virá.

CONSELHO CONSULTIVO

